



50 anos do

31 de março de

1964

RESISTÊNCIA,

CASSAÇÕES E

VIOLÊNCIA

Ficha Catalográfica

Temporalidades [recurso eletrônico] /Departamento de História,

T288 Programa de Pós-Graduação em História. –
v. 5, n. 3 (set./dez. 2013) – Belo Horizonte: Departamento de História,
FAFICH/UFMG, 2013.

Quadrimestral
ISSN: 1984-6150

Modo de acesso: <http://www.fafich.ufmg.br/temporalidades/>

1. História - Periódicos 2. Historiografia - Periódicos I. Universidade
Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.
Departamento de História.

CDD 901

Endereço:

Temporalidades Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG
Av. Antonio Carlos, 6627 - Campus Pampulha
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH), 4º andar.
31270-910 – Belo Horizonte/MG
e-mail: temporalidades@gmail.com/ temporalidades@fafich.ufmg.br
home page: <http://fafich.ufmg.br/temporalidades>

Expediente

Editor Chefe

Prof. Dr. Magno Moraes Mello

Conselho Editorial

Danilo Araújo Marques
Débora Cazelato de Souza
Deise Simões Rodrigues
Geovano Moreira Chaves
Igor Tadeu Camilo Rocha
Raul Amaro de Oliveira Lanari

Conselho Consultivo

Adriana Romeiro (UFMG)
Adriana Vidotte (UFG)
Beatriz Gallotti Mamigonian (UFSC)
Benito Bisso Schmidt (UFRGS)
Bruno Tadeu Salles (UEG)
Carlos Alvarez Maia (UERJ)
Claudia Damasceno Fonseca (Universidade Paris 3- Sorbonne Nouvelle)
Diego Omar da Silveira (UEA)
Durval Muniz Albuquerque Júnior (UFRN)
Eduardo França Paiva (UFMG)
Eliana Regina de Freitas Dutra (UFMG)
Fátima Sebastiana Gomes Lisboa (Université Paul-Valéry, Montpellier III)
Fernanda Olival (Universidade de Évora-CIDEHUS)
Fernando Jesus Bouza Alvarez (Universidade Complutense de Madrid- UCM)
Francismary Alves da Silva (UNIR)
George F. Cabral de Souza (UFPE)
Hal Langfur (University of Buffalo)
Henrique Estrada Rodrigues (UFMG)
Hernán Pas (Universidad Nacional de La Plata)
Igor Salomão Teixeira (UFRGS)
Iranilson Buriti de Oliveira (UFMG)
João Pinto Furtado (UFMG)
Jonas Marçal de Queiroz (UFV)
Jorge Luiz Bezerra Nóvoa (UFBA)
José Antônio Dabdab Trabulsi (UFMG)
José Carlos Reis (UFMG)

José Manuel Santos (Universidad de Salamanca)
Júnia Ferreira Furtado (UFMG)
Kátia Gerab Baggio (UFMG)
Leandro Duarte Rust (UFMT)
Mafalda Soares da Cunha (Universidade de Évora- CIDEHUS)
Márcia Sueli Amantino (Universo)
Marco Morel (UERJ)
Maria Juliana Gambogi Teixeira (UFMG)
Mauro Lúcio Leitão Condé (UFMG)
Milene de Cássia Silveira Gusmão (UESB)
Nuno M. M. P. Tarouca Camarinhas (CEDIS)
Patrícia Maria Melo Sampaio (UFAM)
Paulo Pinheiro Machado (UFSC)
Pedro António de Almeida Cardim (UNL)
Raquel Costa Santos (UESB)
Regina Helena Alves da Silva (UFMG)
Renato Pinto Venâncio (UFMG)
Roberta Giannubilo Stumpf (Centro de História do Além-Mar – CHAM)
Rodrigo Patto Sá Motta (UFMG)
Samantha Viz Quadrat (UFF)
Sérgio Ricardo da Mata (UFOP)
Seth W. Garfield (University of Texas)
Soleni Biscouto Fressato (UFBA)
Serioja Rodrigues Cordeiro Mariano (UFPB)
Tiago Luís Gil (UnB)
Virginia Maria Trindade Valadares (PUC-MG)

Universidade Federal de Minas Gerais

Reitor: Clélio Campolina Diniz
Vice-reitora: Rocksane de Carvalho Norton

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

Diretor: Jorge Alexandre Barbosa Neves
Vice-diretor: Mauro Lúcio Leitão Condé

Departamento de História

Chefe: Tarcísio Botelho
Vice-chefe: João Pinto Furtado

Secretários: Kelly C. Canesso de Oliveira
Agostini e Valteir Gonçalves Ribeiro

Colegiado de Pós-Graduação

Coordenador: José Newton Coelho Meneses
Secretária: Edilene Oliveira e Mauricio
Mainart

Design

Débora Cazelato de Souza
Geovano Moreira Chaves
Igor Tadeu Camilo Rocha
Raul Amaro de Oliveira Lanari

Diagramação

Danilo Araújo Marques
Débora Cazelato de Souza
Geovano Moreira Chaves
Igor Tadeu Camilo Rocha
Wilkie Buzatti Antunes

Colegiado de Graduação

Coordenadora: Adriane Aparecida Vidal Costa
Vice-Coordenador: André Luis Pereira
Miatello
Secretários: Marinho Nepomuceno, Gláucia
Valverde Caetano

Contato:

Temporalidades

Revista Discente do Programa de Pós-
Graduação em História da UFMG
Av. Antônio Carlos, 6627 – Campus
Pampulha. Faculdade de Filosofia e Ciências
Humanas (FAFICH), 4º andar. 31270-910.
Belo Horizonte/MG
temporalidades@gmail.com
<http://fafich.ufmg.br/temporalidades>

Agradecimento aos pareceristas *ad hoc*

A revista *Temporalidades* é uma publicação discente, que almeja divulgar trabalhos científicos de excelência, que contribuam para o incremento dos debates na área de História. Esse objetivo vem sendo atingido graças à colaboração prestimosa de inúmeras pessoas, em especial dos pareceristas *ad hoc*, que, a partir de todas as regiões do Brasil, disponibilizam seu tempo, e seus conhecimentos, para a avaliação criteriosa dos textos confiados ao periódico. Agradecemos a esses pesquisadores pelo seu trabalho voluntário, na certeza de que, graças ao seu empenho e dedicação, esta edição de *Temporalidades* desponta como mais um capítulo de sucesso na trajetória acadêmica da revista.

Adriana Suzart de Pádua (UNESP)	Luciane Silva de Almeida (UFMG)
Alexandre Saggiorato (UPF)	Luiz Duarte Haele Arnaut (UFMG)
Ana Virgínia Moura Ramos (UFPB)	Marcus Ajuruam de Oliveira Dezemone (UFF)
Bruno Franco Medeiros (USP)	Michelle Cardoso Brandão Oliveira (UFJF)
Bruno Viveiros Martins (UFMG)	Miguel Soares Palmeira (USP)
César Agenor Fernandes da Silva (UNESP)	Miriam Hermeto de Sá Motta (UFMG)
Danielle Tega (UNICAMP)	Odilon Caldeira Neto (UFRGS)
Edna Mara Ferreira da Silva (UEMG)	Paulo Giovani Antonino Nunes (UFPB)
Fabício Vinhas Manini Ângelo (UFMG)	Priscila Dorella (Universidade Federal de Viçosa)
Felipe Azevedo Cazetta (UFF)	Regina Célia Lima Caleiro (UNIMONTES)
Francisco Gouvea de Sousa (UFRRJ)	Renata Torres Schittino (UFF)
Gislene Edwiges de Lacerda (UFRJ)	Rodrigo Pezzonia (USP)
Guilherme de Souza Maciel (UFMG)	Rui Cunha Martins (Universidade de Coimbra)
Gustavo Alves Alonso Ferreira (UFF)	Tarcísio Motta de Carvalho (Colégio Pedro II/RJ)
Isabel Cristina Leite (UFRJ)	Wellington Júnio Guimarães da Costa (UFOP)
Janaína Martins Cordeiro (USS/ UFF)	Wilkie Buzatti Antunes (UFMG)
Juniele Rabelo de Almeida (UFF)	
Karoline Carula (UFF)	

Sumário

Editorial	1
-----------------	---

Dossiê

Apresentação

Priscila Carlos Brandão	9
-------------------------------	---

Entrevista com a Professora Dr ^a Maria Celina Soares D'Araujo	14
Geovano Moreira Chaves, Igor Tadeu Camilo Rocha, Raul Amaro de Oliveira Lanari	

Resistências contrárias: uma análise dos movimentos femininos de Belo Horizonte no ano de 1964	20
Débora Raíza Carolina Rocha Silva	

A Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e a construção social da ditadura civil-militar no Rio Grande do Sul	42
Eduardo dos Santos Chaves	

O golpe civil militar e a Universidade de Minas Gerais: repressão e resistência estudantil	56
Farley da Conceição Bertolino	

Trajatórias em cacos: fragmentos para uma história da luta pela terra no Brasil nos anos 1964-1985	81
Thiago Lenine Tito Tolentino	

Vozes dissonantes: o rock rural de Sá, Rodrix & Guarabyra e a ditadura brasileira nos anos 1970	107
Victor Henrique de Resende	

Vicissitudes de um Heródoto cabloco: Arthur Reis e a ditadura civil-militar em Manaus (1964-1966)	125
Vinicius Alves do Amaral	

Seção Livre

Viajantes, olhares e paisagens no Brasil Setentrional (1800-1840)	147
Antonio José Alves de Oliveira	

Armas de fogo e cães como utensílios de efetivação da visão orientalista no neo-colonialismo da segunda metade do século XIX	167
Átila Siqueira Martins Lopes	
Entre o macro e o micro: relato de uma investigação histórica com uso de banco de dados	184
Jonathan Fachini da Silva	
Da “servidão dos juros” à “colônia de banqueiros”: uma análise dos escritos de Gottfried Feder e Gustavo Barroso	202
Marcelo Alves de Paula Lima	

Editorial

A Revista discente Temporalidades chega à sua décima primeira edição mantendo o processo de mudança de periodicidade para quadrimestral. Uma mudança que traz enorme satisfação, já que amplia o espaço de participação dos colaboradores e também abre espaços para que a Revista alcance ainda maior reconhecimento. Entretanto, como qualquer mudança, nós, do Conselho Editorial, temos de lidar com algumas inevitáveis dificuldades. Dificuldades que encaramos – não poderia ser de outra forma – como um pequeno preço que pagamos por ousar. Enfim, devido a adaptações em nosso funcionamento, inerentes à mudança de periodicidade (de semestral para quadrimestral), infelizmente este número, referente ao período entre setembro e dezembro de 2013, saiu, excepcionalmente, em fevereiro de 2014 – deveria sair em janeiro, um mês antes. A partir da décima segunda edição, o fluxo será normalizado e a nova periodicidade será, enfim, consolidada. Tal atraso, repito, é decorrente de objetivarmos voos mais altos para esta Revista. Um projeto de crescimento que o atual Conselho Editorial deixa como legado. Um grande orgulho e, ao mesmo tempo, grande responsabilidade para os novos conselheiros que virão depois de nós – precisamente após o lançamento desta edição.

Prosseguindo nosso editorial, temos o prazer de apresentar o dossiê temático da décima primeira edição da Revista, referente ao último quadrimestre de 2013 e vindo a público no primeiro de 2014, que não poderia ter uma temática diferente da atual: *50 anos do 31 de março de 1964: resistências, cassações e violência no imediato pós-golpe*. Passou-se meio século do fatídico dia em que a democracia no Brasil foi interrompida. Inegavelmente, em termos de pesquisa histórica, o golpe militar, a Ditadura Civil-Militar, a violência desse regime e o pensamento político do período ainda são objetos de muitas disputas e polêmicas. Ainda que o Brasil passe por um momento em que muitas dessas violações que partiram do Estado estejam vindo à tona, muito em decorrência da Comissão Nacional da Verdade, alguns grupos e setores ainda insistem, por exemplo, em polemizar em torno da questão semântica e política do uso dos termos “revolução” ou “golpe” para se tratar do fato. Exemplo recente: o banco Itaú marcou em sua agenda do ano de 2014, distribuída entre seus correntistas, a data de 31 de março de 1964 como uma “data comemorativa”, o “aniversário da revolução” do dito ano. Justificou a pedido de um jornalista sua escolha semântica: de acordo com ela, o “apartidarismo” da instituição justificaria a referência à comemoração do golpe – tratado

como “revolução”. Pouco tempo depois, a mesma agenda foi recolhida e, além disso, foi divulgada uma nota afirmando tratar-se somente de um “equivoco”¹.

Não é o objetivo deste editorial insistir na discussão sobre o dito banco ter apresentado sua posição político-ideológica ou se houve de fato um mero “equivoco”. Muito menos aprofundar numa discussão sobre o uso e as possíveis implicações na utilização de um ou outro termo; ou ainda se é possível se explicar a referência a uma comemoração do dito evento que tanto afetou – e afeta – nossa frágil democracia de outra maneira. O exemplo serve aqui tão somente para salientar a importância que 31 de março de 1964 tem para História do Brasil, para se pensar sua democracia, direitos civis, direitos humanos e toda sorte de problemas ou violências com os quais lidamos hoje, ainda que estejamos já a meio século separados dessa fatídica data. Entendemos que revisitar este tema tenha uma função importante para a historiografia e para a sociedade. Saliento que, em hipótese alguma, no sentido de se comemorá-la, mas de refletir e sobre o que ela nos representa. Ao longo dos artigos desse dossiê, por exemplo, teremos alguns convites à reflexão sobre a violência do Estado e de outros agentes, bem como sobre a conivência de alguns setores da sociedade com ela. Outros tentam ao mesmo tempo ressaltar as resistências, silêncios e omissões que se referem a grupos, espaços e períodos muitas vezes esquecidos pelas pesquisas históricas. Dito isso, acreditamos que a Revista Temporalidades venha contribuir para o debate historiográfico sobre a Ditadura Civil-Militar no Brasil por ângulos muito diversos, cada qual se propondo trazer à discussão temas que muitas vezes são colocados à margem das discussões.

Na apresentação feita pela organizadora deste dossiê, a professora doutora Priscila Carlos Brandão (UFMG), resalta alguns desses aspectos, tanto das disputas em torno da memória sobre a Ditadura Civil-Militar, como o complexo emaranhado de possibilidades de se observar e analisar a violência e o pensamento político nesse contexto. Nesse dossiê, trazemos ainda uma entrevista com a professora Maria Celina D’Araújo (Fundação Getúlio Vargas, CPDOC). Sempre dentro dessa temática, a entrevista traz assuntos bastante oportunos para se

¹ Uma análise sobre esse caso pode ser lida na coluna de Marcelo Rubens Paiva em seu blog na versão eletrônica da Folha de São Paulo, a qual pode ser acessada no link: <http://blogs.estadao.com.br/marcelo-rubens-paiva/itau-recolhe-agenda-polemica/>, acessado em 24/02/2014. A justificativa do banco, ao se afirmar como “apartidário” de forma a ressaltar uma suposta neutralidade da instituição quanto a uma possível polêmica em relação ao uso do termo “revolução” ao invés de “golpe” pode ser lida no blog de Mário Magalhães, disponível em <http://blogdomariomagalhaes.blogosfera.uol.com.br/2014/02/12/50-anos-depois-agenda-do-itau-ainda-trata-golpe-como-revolucao-de-1964/>, último acesso em 24/02/2014.

pensar a Ditadura Civil-Militar no Brasil, bem como outros temas como a democracia e o quadro político partidário brasileiro.

Segue agora uma breve descrição dos textos que farão parte da nossa décima primeira edição. Logo no primeiro artigo, não podemos deixar de destacar a precisão da análise feita pelo mestrando Vinicius Alves do Amaral, da Universidade Federal do Amazonas, em torno dos “convenientes silêncios” da historiografia sobre o período pós Golpe de 1964 no estado do Amazonas, particularmente a respeito da passagem de Arthur Cezar Ferreira Reis pelo cargo de governador, logo nos anos iniciais após o Golpe. Historiador que recebeu a alcunha de “Heródoto caboclo” devido ao pioneirismo atribuído a ele para a historiografia amazonense, a memória, repleta de ambiguidades, em torno dessa figura política é discutida no artigo *Vicissitudes de um Heródoto caboclo: Arthur Reis e a ditadura civil-militar em Manaus (1964-1966)*. De forma bastante clara, o autor mostra como se entrecruzam o intelectual e o governador apoiador da ditadura em termos de ideias e práticas na vida pública. Os pontos coincidentes entre o projeto desenvolvimentista do governo civil-militar para o Amazonas e o projeto “civilizador” desse historiador e governador para o mesmo estado – que lhe valeram uma comparação com o Marquês de Pombal² – foram recebidos de forma distinta pelos vários atores sociais. A diversidade dessa recepção contribuiu decisivamente para a construção da memória mobilizada em torno de Arthur Reis até nos dias de hoje. O artigo, dessa forma, busca visitar alguns desses elementos, oferecendo uma rica e interessante reflexão histórica.

“Foram muitas as medidas que buscavam desarticular o Movimento Estudantil e sujeitá-lo ao regime militar.” É dessa maneira que o autor Farley da Conceição Bertolino, mestre em História pela Universidade Federal de Minas Gerais, busca compreender a forma como as principais universidades da capital mineira – Universidade Católica de Minas Gerais (UCMG) e, principalmente a Universidade de Minas Gerais (UMG/atual UFMG) – vinham sofrendo pouco a pouco com a repressão instaurada com o regime militar em 1964 e a consequente mobilização de alunos, sobretudo os dos movimentos estudantis, reitores e professores. O artigo denominado *O golpe civil militar e a Universidade de Minas Gerais: repressão e resistência estudantil* tem como suas principais fontes os documentos do AESI (Assessoria

² Particularmente, no ponto em que pensar um projeto de reformas do Estado vindo “de cima”, semelhante ao que atribuem ao Reformismo Ilustrado português. No artigo, evidentemente, consta uma discussão mais aprofundada sobre esse e outros aspectos.

Especial do Serviço de Informação) os quais, segundo Bertolino, ainda são pouco explorados, mas descortinam aspectos importantes do movimento estudantil belo-horizontino.

Eduardo dos Santos Chaves, doutorando da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, procurou analisar a formação da ARENA, formada após a extinção de todos os partidos políticos em 1965, para traçar uma análise histórica em torno de algumas particularidades de sua formação no Rio Grande do Sul. Ao longo do artigo *A Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e a construção social da ditadura civil-militar no Rio Grande do Sul* o autor discorre sobre a relação desse partido com os arranjos partidários já existentes anteriormente para as eleições estaduais de 1962. Partindo de uma reflexão em torno de grupos que se situam à direita no espectro político brasileiro, o autor defende que embora a ARENA tendesse sempre a se situar a favor do governo, ela envolve diversos grupos e agremiações distintas e que disputam por espaço e votos. Especificamente no caso gaúcho, ela representaria uma continuidade de práticas políticas de partidos e organizações de direita que estavam presentes neste estado desde o fim do Estado Novo. O grande mérito deste artigo está na forma densa e complexa como se analisa o pensamento conservador do período, que envolve muitos agentes, interesses e projetos políticos.

Os posicionamentos políticos de movimentos femininos ocorridos em Belo Horizonte no fatídico ano de 1964, sobretudo nos momentos que antecederam a implantação do regime militar, são situações analisadas por Débora Raíza, especialista em História e Culturas Políticas pela UFMG. A autora centraliza suas análises na dicotomia existente na militância feminina na capital mineira e como a atuação destes grupos interferiu em acontecimentos de maior amplitude a nível nacional. Débora Raíza parte do pressuposto de que, em Belo Horizonte, houve ampla resistência política feminina, a qual se deu a partir de posicionamentos contrários entre si. De um lado atuavam as mulheres conservadoras, tradicionais, a favor da família tradicional e da Igreja Católica, que eram contra o comunismo e que apoiavam a ditadura militar. Em contrapartida, vê-se que na capital mineira houve mulheres filiadas a organizações comunistas, que lutaram para que a ditadura não fosse implantada, e mesmo após sua implantação, continuaram resistindo. Ao proporcionar, como pano de fundo, um balanço das interpretações mais recentes a respeito do golpe, o artigo *Resistências Contrárias: uma análise dos movimentos femininos de Belo Horizonte no ano de 1964* elucida que a atuação das belo-horizontinas foi importante para transpor os limites do espaço privado para o público, dentro da cultura política inerente a cada grupo.

O músico e mestre em História pela Universidade Federal de São João del Rei, Victor Henrique de Resende publica em nosso dossiê o artigo intitulado *Vozes dissonantes: o rock rural de Sá, Rodrix & Guarabyra e a ditadura brasileira nos anos 1970*. Como o próprio título sugere, as canções e vivências do trio Sá, Rodrix & Guarabyra constituem-se como vozes dissonantes, ou destoantes no cenário musical da época. Por meio de suas composições, em letra e arranjo, os artistas tratam do cotidiano das relações entre campo e cidade. Suas músicas, de forma sutil, retratam o processo de urbanização do país, as aproximações com a contracultura, a ideia de “fuga”, medo e “desilusão” para com o regime político de exceção e, por fim, a condição dos indivíduos na modernidade brasileira. Ao longo da análise histórica sobre rock, ditadura e contracultura no Brasil, o leitor deste artigo terá um encontro com a história do rock e suas origens até sua recepção e apropriação em terras brasileiras.

Outro grande silêncio da nossa historiografia, no caso, a violência no meio rural, motivou o rico trabalho iconográfico de Thiago Lenine Tito Tolentino, doutorando da Universidade Federal de Minas Gerais. Fruto da pesquisa que contribuiu para a confecção do vídeo “Repressão e Violência no campo” em exposição no “Caminhão Museu Sentimentos da Terra”, realizada no interior do *Projeto República: Núcleo de Documentação, Pesquisa e Memória* (UFMG), o artigo intitulado *Trajetórias em cacos: fragmentos para uma história da luta pela terra no Brasil nos anos 1964-1985* buscou analisar diversos fragmentos bibliográficos de forma a traçar um panorama geral sobre a violência no campo no período citado. As violações dos direitos civis, humanos e políticos das pessoas que vivem no meio rural, muito esquecidos pela historiografia, são expostos e analisados enquanto formadoras de um “estado de violência” que marca a disputa por terra. Violações cometidas por agentes do Estado ou privados, que contam com a impunidade, e que produziram muitos mortos e “desaparecidos”.

Além do dossiê, nossa seção de temas livres está composta por artigos tão diversos entre si quanto aos objetos pesquisados como, por exemplo, o pensamento integralista brasileiro, viagens e viajantes no Brasil oitocentista, a prática do abandono de crianças no sul do Brasil entre os séculos XVIII e XIX bem como a questão do orientalismo, tão pouco estudado em nossas instituições universitárias.

O que os viajantes João da Silva Feijó, Henry Koster e George Gardner possuíam em comum? A princípio essa é a questão que norteia o artigo de Antonio José Alves de Oliveira, *Viajantes, olhares e paisagens no Brasil Setentrional (1800 – 1840)*. O autor, mestrando em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) faz uma discussão sobre as

representações e o olhar dos três viajantes estrangeiros, a partir de suas descrições e/ou elaborações de paisagens no Brasil Setentrional, principalmente, em relação à Capitania do Ceará, nas primeiras décadas do século XIX. A ideia de paisagem é o suporte teórico do autor para analisar o olhar dos viajantes que, ao observarem e interagirem com a natureza, construíram suas narrativas dos objetos naturais e humanos observados. Mas apesar dos pontos comuns entre Feijó, Koster e Gardner o artigo argumenta que as narrativas e representações das populações, dos lugares e a constituição das paisagens através dos olhares dos três naturalistas definiram-se de forma diversa, transparecendo o campo de tensão que se inscreve entre o âmbito coletivo das representações e as marcas individuais que emergem nas narrativas.

Trazendo como novidade a realização de uma comparação entre o nacional-socialismo e o integralismo, com base no texto de um ideólogo nazista, recurso que Marcelo Alves de Paula Lima, bacharel em história pela UFMG, admite não ter encontrado em outros trabalhos sobre o tema em questão, o artigo *Da “servidão de juros” à “colônia de banqueiros”: uma análise dos escritos de Gottfried Feder e Gustavo Barroso*, destaca os diálogos entre os escritos dos dois importantes ideólogos, demonstrando que, em ambos, percebe-se a defesa da moralização da economia e um chamado à luta contra as altas finanças internacionais, associadas aos judeus. O tema da opressão dos bancos e dos juros é mobilizado, de acordo com o autor, de forma bastante similar nas duas obras. No entanto, ele entende que, diferente de Barroso, Feder defendia um projeto engajado no expansionismo imperialista e no desenvolvimento industrial. Ao analisar as convergências, divergências e apropriações das ideias dos autores, assim como os respectivos movimentos políticos dos quais eles se identificavam, Marcelo Alves de Paula Lima enfatiza que, diferente da Alemanha, o Brasil dos anos 1930 não estava em um continente marcado por tensões étnicas, rivalidades nacionais e problemas fronteiriços, o que levou Barroso a falar por e a idealizar uma organização sem pretensões imperialistas. Pretensões estas mais cautelosas em relação à industrialização e aos seus efeitos, colocando ênfase na defesa da pequena propriedade.

Já no texto *Armas de fogo e cães como utensílios de efetivação da visão orientalista no neocolonialismo da segunda metade do século XIX*, Átila Siqueira Martins Lopes, bacharel em História pela PUC-MG, problematiza o uso das armas de fogo de repetição e dos cães de guarda na expansão imperialista da segunda metade do século XIX, buscando compreendê-los como utensílios de efetivação do que o autor denomina de “visão orientalista eurocêntrica” em uma

instrumentalização do conceito de Edward Said. Cães e as armas são abordados pelo autor, neste artigo, como instrumentos que, de forma material, serviam como força bélica e como legitimação forçada da superioridade técnica da Europa.

Jonathan Fachini da Silva, mestrando em História na Universidade Federal do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS -, participa deste volume com um instigante artigo a respeito das crianças expostas na Freguesia de Madre de Deus de Porto Alegre entre 1772 e 1837 em *Entre o macro e o micro: relato de uma investigação histórica com uso de banco de dados*. O autor trabalhou na perspectiva de um jogo de escalas entre o individual e o coletivo, a partir do qual foi possível perceber como, em uma região que apresentou crescimento demográfico e diversificação social na passagem do século XVIII ao XIX, a prática do abandono de crianças e sua adoção passou a constituir a dinâmica social local. Ao submeter os dados obtidos ao confronto com a bibliografia sobre o tema, o artigo dimensiona a prática no sul da América Portuguesa frente a sua ocorrência em outras cidades da colônia, procurando ressaltar as peculiaridades do fenômeno na região. Baseado em documentos como os registros paroquiais (de batismo, casamento e óbito), organizados e sistematizados em um banco dados, o estudo constata a recorrência de citações a “Dona” Ana Marques Sampaio em diversas condições: testemunha de casamentos, madrinha de batismos, alforriando escravos na pia batismal e batismos de expostos deixados à sua porta. “Dona” Ana Marques Sampaio, integrante de uma importante família descendente de portugueses na região de Viamão, solteira, foi praticante recorrente do apadrinhamento de crianças expostas na pia batismal. Um caso em especial saltou aos olhos do pesquisador, o do exposto Duarte Marques de Sampaio, que herdou o sobrenome e parte da herança de sua madrinha. O autor, com a análise de um caso específico frente ao contexto social de sua ocorrência nas diversas áreas da América Portuguesa, sugere uma reflexão sobre os inúmeros destinos possíveis que esperavam estas crianças enjeitadas e a marginalização social que estigmatizavam essas crianças.

Com os artigos brevemente apresentados acima, acreditamos que a Revista Temporalidades, mais uma vez, cumpre seu propósito. Com enorme satisfação, publicamos novamente reflexões sobre diversos temas históricos as quais foram produzidas como resultados de pesquisas de discentes de diversas instituições brasileiras. Por um lado, como já foi ressaltado, o dossiê desta edição mostra as várias formas de se pensar o 31 de março de 1964. Análises da violência, seus agentes e suas vítimas, bem como tendências políticas e memória em torno da Ditadura Civil-Militar são produzidas em perspectivas das mais diversas.

Os artigos de temas livres, da mesma maneira, trazem trabalhos diversos entre si e de grande qualidade, contribuindo, cada qual à sua maneira, para o fomento de debates historiográficos de grande importância.

Por fim, agradecemos o trabalho de todos que colaboraram para mais esta edição da Revista Temporalidades, ao público leitor que nos prestigia, aos autores e aos pareceristas, ao Conselho Consultivo e também aos Conselhos Editoriais anteriores, além, claro, do próximo Conselho Editorial que virá depois do atual após o lançamento dessa décima primeira edição. A eles, damos os nossos votos de sucesso e todo o nosso apoio para que nossa revista discente continue seu caminho de sucesso.

Então, resta-nos agora convidar o público para uma excelente leitura!

Belo Horizonte,

24/02/2014

Débora Cazelato de Souza

Geovano Moreira Chaves

Igor Tadeu Camilo Rocha

Apresentação

No fim do ano passado fui convidada pelo Conselho Editorial da *Revista Temporalidades* para coordenar um dossiê que tratasse de temas relativos aos 50 Anos do Golpe no Brasil. A movimentação social em torno do tema, traduzida em seminários, cursos, revistas, exposições etc., indica quão certa é a tese de Steven Stern, o qual afirma que as datas redondas desempenham o papel de “nós convocantes”, agem como instrumentos que convocam a memória de vários setores da sociedade em relação a determinados marcos, associando as memórias soltas a um contexto amplo e coletivo, ensejando novos sentidos e interpretações¹.

Sim, já se passaram 50 anos do golpe, da implantação de uma ditadura civil-militar, de um marco da escalada da violência estatal no país. Uma efeméride que não traz nenhum conteúdo digno de comemoração, não há o que ser comemorado, apenas a ser pensado, estudado, resignificado. Muito ainda a ser debatido, inclusive se considerarmos que vivemos na atualidade um fenômeno de violência sistemática aos direitos civis e humanos, reconhecidos por “pessoas de bem”, como necessário para a manutenção da ordem. Um velho discurso por nós muito conhecido.

Refletindo sobre o conjunto dos debates acadêmicos relativos ao golpe, sejam oriundos da História, da Sociologia, da Ciência Política etc., me lembrei do quanto me intriga o fato de as pessoas, apesar de cientes do constante uso da violência durante todo o período militar, relacionarem a violência da ditadura apenas ao interregno compreendido entre o AI-5 e o fim da Guerrilha do Araguaia. Esta percepção, sem dúvida, evidencia muitos silêncios, esquecimentos (intencionais ou não), em relação à atuação da sociedade e dos militares, sobretudo no que tange ao início da ditadura. Daí a sugestão para o Dossiê “Os 50 anos do 31 de março de 1964: resistências, cassações e violência no imediato pós-golpe”.

Passado pouco mais de um mês deste convite, um *post* colocado na rede social *Facebook* me chamou a atenção e reforçou a perspectiva de que havia feito a escolha certa. Mas antes de seguir na narrativa, um parêntesis. Tenho como certo que ao trazer para o debate evidências ou informações retiradas de um *post* do *Facebook*, produzirei algum nível de desconforto pelo menos entre alguns pares, que questionarão a validade das informações ali produzidas. No entanto, não creio que seja mais possível negar a importância deste recurso como um instrumento rico e útil para o debate e para a troca de experiência acadêmica. Da mesma forma que jornais e revistas são consideradas fontes problemáticas, as análises produzidas pela sociedade modo geral, e por uma série de acadêmicos que já compõem de forma efetiva, ainda que virtual, este cenário, nos permite não apenas contrastar visões sobre determinados contextos/eventos e acompanhar a repercussão pública dos debates, bem como aferir o grau

¹ STERN, Steve J. “De la memoria suelta a la memoria emblemática: hacia el recordar y el olvidar como proceso histórico. Chile, 1973-1998”. In: Mario Garcés, Pedro Milos, M. Olgún, M. T. Rojas, M. Urrutia (compiladores). *Memorias para un nuevo siglo. Chile, miradas a la segunda mitad del siglo XX*. LOM Ediciones, Santiago. 2000.

de conhecimento de importantes formadores de opinião sobre vários temas, um indicador importante em si mesmo. Pensar esta fonte específica - redes sociais - para além da importância do uso da internet como fonte historiográfica, se consubstancia em um novo desafio para os historiadores do tempo presente. #ficaadica

Voltando ao tema e considerando a importância destas fontes, me permito reproduzir o texto postado na Linha do Tempo, no dia 24 de janeiro de 2014 (06:13), pelo reconhecido e competente pesquisador João Roberto Martins Filho, professor da Universidade Federal de São Carlos, o qual, entre outras funções, é membro do Comitê de Altos Estudos do Projeto Memórias Reveladas do Arquivo Nacional:

Villa e a Ditadura.

Por favor, apaguem da história a tortura inominável a que foi submetido o militante comunista Gregório Bezerra, arrastado pelas ruas de Recife com um alicate nos lábios depois do golpe, em cenas mostradas pela TV, e depois obrigado a pisar em ácido de bateria de automóvel. Esqueçam também o cancelamento das eleições presidenciais marcadas para 1966, esqueçam o AI-2, que acabou com os partidos políticos e criou dois grupos artificiais, e a Lei de Imprensa de 1967. Esqueçam tudo, esqueçam a própria história, comecem a ditadura em 1968, até que seja descoberto que não houve ditadura, foi tudo um sonho mau, um delírio de milhões de pessoas. Obrigado, Villa, por abrir nossos olhos à realidade!

O desabafo de Martins Filho diz respeito à publicação de um livro do historiador Marco Antônio Villa, intitulado *Ditadura à brasileira*, no qual o autor defende a ideia de que apenas podemos considerar como ditadura propriamente dita, o período compreendido entre a publicação do AI-5 em 1968 e a aprovação da Anistia em 1979. Para este autor, aliás, o recurso ao AI-5 teria sido uma resposta do regime militar à opção feita pela luta armada, ou seja, segundo Villa, por aqueles que desprezavam a luta política e a participação no sistema político. “O terrorismo desses pequenos grupos deu munição (sem trocadilho) para o terrorismo de Estado.”²

Na *história à brasileira* de Villa³, o que fica evidente é sua predisposição em relativizar o uso sistemático da violência implementada pelo estado já durante os anos iniciais da ditadura. Aliás, uma violência que muitas “pessoas de bem” deste país, ainda hoje consideram como medidas educativas, corretivas e necessárias para o progresso moral. Nesta argumentação, Villa age exatamente igual aos militares que reconhecem a existência da tortura, mas a consideram apenas uma questão de “excessos”, de atitudes de bolsões radicais, ou até mesmo

² O artigo que ensejaria a publicação do livro foi divulgado em 05 de março de 2009, no jornal *Folha de São Paulo*. <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz0503200908.htm> Acessado em 21 de fevereiro de 2014.

³ Referência ao artigo publicado por Jânio de Freitas, em 09 de março de 2009, em resposta ao texto de Marco Antônio Villa. <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0803200912.htm> Acessado em 21 de fevereiro de 2014.

de uma estratégia de denúncias de “comunistas”, banalizando absolutamente o recurso ao instituto da violência⁴.

Não há dúvidas de que houve um período de radicalização engendrado pelos próprios militares e que antecede o AI-5, a exemplo da criação dos Centros de Informações do Exército/CIE (maio de 1967), e do Núcleo do Centro de Segurança e Informações da Aeronáutica/N-CISA (julho de 1968). Assim como houve uma radicalização que foi por ele estimulada, viabilizando a elaboração das Diretrizes Especiais do Governo Médici, responsável pela criação, entre outros, dos degradantes DOI-CODIS, locais de tortura por excelência.

Não obstante, o recurso à violência de forma sistemática já estava presente nos primeiros momentos do regime. Isto está evidente, sobretudo, nas violações e perseguições que recaíram sobre os militares defensores do ex-presidente João Goulart e apoiadores do ex-governador Leonel Brizola, por exemplo. Pesquisa do historiador Paulo Ribeiro Cunha (UNESP), responsável por coordenar o Grupo de Trabalho Repressão aos Militares da Comissão Nacional da Verdade, evidencia um número superior a 7.000 homens violentados em seus direitos civis e/ou humanos para o período da ditadura como um todo, mas com o foco privilegiado no período imediatamente posterior ao golpe⁵. Também existe uma série de debates produzidos por historiadores que lidam com a repressão aos camponeses, sobretudo no nordeste do país, e com as perseguições políticas, escancarando esta violência inicial.

Apesar de a chamada do Dossiê destacar a questão das resistências e do uso da violência no momento imediatamente posterior ao golpe, dos textos que a responderam, poucos privilegiaram esta perspectiva, preferindo uma análise que abrangesse todo o período (1964/1985). A violência impressa no pós-golpe foi por eles abordada de forma muito mais tangenciada, assim como o fizeram alguns dos autores, cujo foco de análise recaiu sobre a atuação de membros da “direita” no ano de 1964.

Apesar da “decepção” causada pela falta de textos orientados diretamente ao recorte temporal, a resposta dos pesquisadores à chamada para publicação reconforta, na medida em que, justamente, evidencia tanto uma complexificação do debate relacionado ao uso constante da violência durante a ditadura (o que até outro dia pensávamos que fosse, para todos historiadores, muito óbvio), quanto uma complexificação do debate relacionado à capacidade autônoma de intervenção na sociedade, por parte de determinados setores conservadores que estavam distantes do processo decisório, a exemplo da atuação das organizações femininas.

O uso da violência por setores de esquerda e de direita é, sem dúvida, um tema a ser aprofundado e particularizado no Brasil. Particularizado porque, se o AI-5 se consubstanciou

⁴ Depoimento do General Coelho Neto, um dos principais expoentes da chamada Linha dura no Brasil. D'ARAUJO Maria Celina, SOARES, Gláucio Ary Dillon e CASTRO, Celso (Orgs.). Os Anos de Chumbo: a memória militar sobre a repressão. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994. p.238.

⁵ O vídeo da Audiência Pública da Comissão Nacional da Verdade por ser assistida no seguinte link: http://www.dailymotion.com/video/x10yfuv_audiencia-com-militares-perseguidos-pela-ditadura-paulo-cunha_news

em uma radicalização do processo de violência, o Golpe de 1964 também o fez. Ou seja, já éramos uma sociedade que recorria ao uso da violência para a solução de conflitos, aliás, que recorria ao uso da violência para impedir a emergência do próprio conflito. Aceitar soluções autoritárias sempre foi parte das regras do jogo de nossa imatura democracia. Neste sentido, o Golpe apenas ensejou uma nova escalada da violência, além de desorganizar toda a estrutura política do país.

Infelizmente, parcela importante desta história nunca será contada. Primeiro, porque uma parte dela já foi enterrada junto com seus protagonistas, vítimas ou algozes. Segundo, porque foram inúmeros os documentos destruídos ao longo dos anos pelas instituições responsáveis pela repressão, inclusive após as orientações governamentais recentes, que “obrigam” as instituições atuais a proceder à entrega de seus arquivos antigos. Não creio que exista a ilusão de que documentos extremamente comprometedores virão à tona, raro um caso ou outro, muito pontual e fruto de algum descuido ou de alguma alma arrependida. Assim como muitas informações se perderão nos inúmeros arquivos públicos que vivem “em cárcere privado”, dos outrora agentes do estado.

E por fim, em terceiro lugar, o pessimismo relativo à capacidade de recuperação de parte desta história, diz respeito à nossa cultura. Parte considerável da nossa sociedade ainda acredita que a atuação dos militares foi necessária para aquele momento, como ainda o seria nos dias de hoje, para vários outros casos que não o da Defesa Nacional. Basta vermos as atuais discussões existentes relativas à segurança pública, nas quais a premissa do “bandido bom é bandido morto” ainda encontra um forte respaldo popular. Pesquisa realizada pelo IPEA no ano de 2011, em 3.796 domicílios de todo o país, com representantes de várias faixas etárias e de renda, indica que 97% dos entrevistados acham que as Forças Armadas deveriam cumprir a função de combater a criminalidade, sendo que deste percentual, 40,5% dos entrevistados possuem nível superior (incompleto ou completo) ou pós-graduação⁶. Há uma legitimação da perspectiva de que o cidadão brasileiro pode, e deve ser considerado um inimigo das Forças Armadas. Este dado é alarmante.

Temos que reconhecer que historicamente nossa sociedade é pouco afeita ao processo de diálogo para resolução dos problemas, ainda não vivenciamos uma fase de amadurecimento da experiência democrática. Os canais institucionais, estejam corrompidos ou não, ainda não se configuram como nossa melhor alternativa. Os arranjos de experiências autoritárias ainda moldam as disputas do sistema político e social, conforme afirma Maria Celina D’Araújo na entrevista que verão em seguida.

Como resultado, esta sociedade que muito paulatinamente vem fortalecendo os seus valores democráticos, ainda pratica a política do “deixa isto no passado”. A defesa dos Direitos Humanos está muito longe de se tornar uma bandeira do conjunto da nossa sociedade. Enquanto não houver uma demanda capaz de pressionar a revisão da Lei de

⁶ O Sistema de Indicadores de Percepção Social (SIPS) Forças Armadas IPEA http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/SIPS/120229_sips_defesanacional_3.pdf

Anistia de 1979, a impunidade/imunidade dos militares e outros agentes do Estado, responsáveis por uma violação sistemática dos Direitos Humanos, estará garantida. Dados da mesma pesquisa do IPEA de 2011 indicam que em meio a uma discussão sobre a possibilidade ou necessidade da Lei de Anistia ser revista, para viabilizar a investigação ou punição a crimes cometidos durante a ditadura, 74,8% dos entrevistados afirmou nem conhecer ou então, apenas ter ouvido falar do tema, sem saber do que se tratava. Ou seja, com uma cultura autoritária e um descaso com o tema dos Direitos Humanos, os militares e agentes do Estado continuarão simplesmente se recusando a prestar esclarecimentos junto às Comissões de Verdade. Logo, não serão punidos, e o que é o pior, na perspectiva de muitas famílias que tiveram seus filhos “desaparecidos”, não trarão informações que as possibilitem enterrar seus mortos.

A vantagem que temos é que por outro lado nunca se produziu tantas teses e dissertações sobre a ditadura civil-militar. São pesquisas que trabalham com novas perspectivas, recortes, depoimentos, com um maior distanciamento intelectual, e com uma nova disponibilização de dados, sobretudo oriundos de outros canais institucionais, que não necessariamente os brasileiros. Um exemplo seria o caso das informações recentemente divulgadas pelos Estados Unidos, país onde se leva à risca a política de desclassificação de documentos. Mas creio que mesmo a parca documentação brasileira que tem sido entregue aos arquivos públicos pelas instituições será de grande valia, pois apesar da depuração promovida e uma provável crença de que os dados liberados não sejam capazes de promover estragos ou comprometer instituições, já se constituem como um importante indicativo dos procedimentos e da cultura subjacente, alimentando novas pesquisas, como nos provam os textos que se seguem.

Feitas estas considerações, desejo a todos uma ótima leitura.

Profª Drª Priscila Carlos Brandão

Programa de Pós-Graduação em História da UFMG



Profª Drª Maria Celina D'Araújo

Entrevista concedida à Revista Temporalidades em 3 de fevereiro de 2014.

Maria Celina D'Araújo é doutora em Ciência Política e atualmente professora do Departamento de Sociologia e Política da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Foi professora e pesquisadora do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (Cpdoc/FGV) e também da Universidade Federal Fluminense (UFF). Foi, ainda, professora visitante em algumas universidades do Brasil e do exterior. Tem atuado em várias linhas de pesquisa: partidos políticos, sindicatos, *Era Vargas*, Forças Armadas e novas democracia na América do Sul, temas sobre os quais produziu dezenas de livros e artigos. Recentemente publicou *A elite dirigente do governo Lula* (2009) e *Militares, democracia e desenvolvimento – Brasil e América do Sul* (2010), ambos pela Fundação Getúlio Vargas. Atualmente é membro da Diretoria Executiva da *Red de Seguridad y Defensa de América Latina (RESDAL)* e de *La Red de Estudios sobre la Calidad de la Democracia en América Latina*.¹

¹ Estas informações constam no site <http://mariacelina.daraujo.net/>, acessado em 10/02/2014. Nele também é possível acessar algumas obras da autora, entre artigos e livros, disponíveis online.

Revista Temporalidades : Como o advento da noção de “culturas políticas” e do aparato teórico formulado a partir deste conceito contribuíram para uma possível mudança de perspectiva em relação ao que se conhecia e se pensava, no âmbito dos estudos historiográficos, sobre o período de 1964-1985 no Brasil e sobre as ditaduras em geral?

Profª Maria Celina D’Araújo : Vários trabalhos vêm mostrando que as ditaduras no Brasil e no mundo contaram com forte apoio das sociedades e, portanto, de suas culturas. As ditaduras não são fenômenos isolados, desconectados, pelo menos por longo tempo, das demandas e das contradições sociais. O Estado autoritário reproduz o arranjo das forças políticas e das disputas no sistema político e social. Algumas vezes replica sistemas de crenças.

Revista Temporalidades : Que caminhos apontaria como possibilidades e perspectivas de novas análises para o entendimento da ditadura? As relações de cooptação e o apoio de civis ao regime podem ser um caminho?

Profª Maria Celina D’Araújo : O golpe foi civil militar e a maior parte dos ministérios durante o regime militar foi ocupada por civis, especialmente os das áreas mais técnicas ou profissionalizadas como Fazenda, Planejamento, Previdência. Os militares, especialmente os do Exército, ocuparam muitas posições na burocracia estatal, mas o governo dos generais não foi amador, não improvisou na gestão de seu modelo econômico, pelo menos até a primeira crise do petróleo em 1973. A perspectiva de alto crescimento com intensa concentração de renda deu a tônica dos primeiros anos da ditadura e teve amplo apoio de grande parte da sociedade. No Brasil, o sentimento de justiça e igualdade social tem muito menos peso do que a ideia de progresso material. Os números da economia têm sido sempre muito mais importantes do que o bem-estar das pessoas.

Revista Temporalidades : Sabemos que o presidente Ernesto Geisel era avesso a dar entrevistas. Como conseguiu entrevistá-lo?

Profª Maria Celina D’Araújo : Creio que por meio do general Moraes Rego, também já falecido, ele entendeu a importância da pesquisa que vinha sendo realizada no Cpdoc sobre a memória militar no Brasil e confiou no nosso trabalho. A publicação de suas memórias em

forma de livro² acabou sendo uma importante contribuição para a análise do período, pois ele teve responsabilidade e compromisso com os fatos. Admitiu até a existência da tortura, primeiro e único presidente a fazer isso.

Revista Temporalidades : Em trabalho recente, Daniel Aarão Reis³ afirma que a lei de anistia de 1979 foi produto de três grandes silêncios sobre a ditadura: o silêncio dos torturadores, o da sociedade civil e o da esquerda revolucionária. Por isso mesmo, a tortura como prática de Estado não foi amplamente debatida. Acredita que a Comissão Nacional da Verdade possa significar um novo impulso na revisão da memória sobre a ditadura? Seus resultados podem permitir a responsabilização criminal dos envolvidos nos crimes contra os direitos humanos? Há caminhos para driblar a preeminência das Forças Armadas brasileiras como instância de veto nas apurações dos crimes cometidos durante a Ditadura?

Profª Maria Celina D'Araújo : A Constituição brasileira de 1988 impede a responsabilização individual nesse tipo de crime, posição ratificada há poucos anos pelo STF. Apenas admite a responsabilização estatal e para isso foram criadas as comissões dos desaparecidos, da anistia e da verdade. Outros países, contudo, também optaram pela auto-anistia, o que não impediu a responsabilização individual de alguns líderes e agentes da ditadura. Isso foi possível devido basicamente a dois fatores: recorrer ao direito penal internacional e mudar a qualificação de certos crimes políticos contra direitos humanos para crimes contra a humanidade. O Brasil vem tentando recentemente as duas possibilidades, ainda sem sucesso. Chile e Uruguai, por exemplo, foram bem sucedidos a esse respeito. De toda forma, temos que admitir que demos pouca atenção ao assunto. Direitos humanos não são tema que mobilize a sociedade brasileira. Nas manifestações de junho de 2013 os cartazes pediam serviços públicos como transporte, educação, saúde, mas pouco se via sobre justiça social e direitos humanos.

Revista Temporalidades : As ações recentes visando criminalizar e responsabilizar penalmente movimentos sociais, além da violência policial nas chamadas “Jornadas de Junho”

² Maria Celina D'ARAÚJO e Celso CASTRO (orgs.). *Ernesto Geisel*. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1997. 508 páginas.

³ REIS, Daniel Aarão. Ditadura, anistia e reconciliação. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 23, n. 45, p. 171-186, janeiro-junho de 2010. ISSN 0103-2186. Pp. 171-186

receberam boa acolhida em diversos setores da opinião pública. É possível afirmar a permanência, no âmbito civil e militar, de uma cultura repressora em relação às manifestações políticas no Brasil?

Profª Maria Celina D'Araújo : A violência da polícia militar brasileira não se deve apenas a seu caráter militar nem a seu viés autoritário. Além do mais, os mesmos problemas de violência e corrupção são encontrados nas polícias civis. Temos uma polícia bipartida (civil e militar), mal treinada, mal paga e mal comandada pelos governos estaduais para garantir segurança sem usar violência e confronto. Em que pese o caráter violento da repressão policial, nenhuma pessoa foi morta nas jornadas de meados de 2013, enquanto nas comunidades mais pobres os "Amarildos" ainda são frequentes. Temos basicamente uma violência de classe orientada etnicamente contra os afro-descendentes, que, por sua vez, são a maioria dos presos nas masmorras espalhadas pelo país. Uma polícia despreparada, regrada pela força quando se trata de encarar manifestações de rua e preconceituosa com os mais pobres. Uma instituição que tem o poder de classificar os brasileiros entre "doutores" e "elementos", entre "cidadãos de bem" e "vândalos". Que age a partir da classificação que ela mesma, discricionariamente, faz da sociedade sem ser submetida a controles externos eficazes.

Revista Temporalidades : Em seu artigo "Raízes do golpe: ascensão e queda do PTB"⁴ analisa com propriedade a questão da instabilidade política vivida no Brasil nos anos anteriores ao golpe militar. O quadro político atual, em alguns aspectos, remete ao quadro do pré-golpe de 1964, especialmente se pensarmos nas críticas ao modelo político e partidário ao longo das manifestações de junho?

Profª Maria Celina D'Araújo : Não vejo conexão entre os dois momentos. De toda a forma, as jornadas de junho de 2013 deram margem, especialmente, a dois tipos de críticas: de um lado, a violência policial e, de outro, o uso desses movimentos para provocar desordem e instabilidade política e, quem sabe, um golpe de Estado. As teorias conspiratórias são sedutoras para quem tem preguiça intelectual. O Brasil tem uma democracia deficitária em direitos e justiça sociais e em transparência, mas tem também instituições políticas e econômicas fortes comprometidas com as regras do governo representativo. É um país com

⁴ D'ARAUJO, M. C. Raízes do golpe: ascensão e queda do PTB. In: SOARES, G. A. D, D'ARAUJO, M. C. (Org.) *21 anos de regime militar: balanços e perspectivas*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1994. Pp. 52-88

grande visibilidade internacional e grande inserção nos organismos transnacionais de negociação política e econômica. Um golpe de Estado teria o papel de isolar o país do mundo. Seria dar um tiro no pé, o que não interessa a ninguém, nem pode ser bom para qualquer lado do espectro político. O argumento golpista é uma maneira eficaz de combater e inibir as manifestações políticas.

Revista Temporalidades : O atual sistema político partidário ainda é tributário da forma como a abertura política foi conduzida no Brasil? É válido afirmar que a elite dirigente brasileira é oriunda da ditadura ou há novas formas de recrutamento a se considerar?

Profª Maria Celina D'Araújo : Os representantes políticos não estão descolados de nossa história e dentro dela há a ditadura, os que foram contra e os que apoiaram. Não há hoje no Brasil quem defenda seriamente o retorno à ditadura, todos defendem plataformas democráticas. No entanto, a democracia é processo, é dinâmica, é inovação inteligente. As escolhas feitas pela oposição durante a ditadura e a transição precisam de um *aggiornamento*. Nossos partidos e políticos parecem passar por um “desencaixe” quando se considera as vozes que têm ido para as ruas. Isso não é fenômeno apenas brasileiro. O mundo está inquieto e os partidos no Brasil nada têm a dizer a esse respeito. Vivemos uma partidocracia esclerosada. A questão principal é qual agenda se pretende seguir e qual o papel dos partidos para além de suas conhecidas funções eleitorais

Revista Temporalidades : Em artigo publicado na revista *Desigualdade & Diversidade*⁵ examina a descontinuidade e fragilidade do sistema partidário brasileiro. Menciona que tivemos seis sistemas partidários durante a República, sendo o quinto deles o de 1979 quando surgiu o PT. Quais descontinuidades e fragilidades ou mesmo permanências podem, de alguma forma, ter afetado a configuração desse partido? Ele representou e ainda representa interesses classistas?

Profª Maria Celina D'Araújo : Em primeiro lugar, falei de sistemas partidários e não de mudanças dentro de um partido individualmente. Em segundo, não creio que a discussão sobre os rumos que o PT tomou na última década, ou mesmo durante toda a sua existência,

⁵ D'ARAUJO, Maria Celina Soares . Sobre partidos e qualidade da democracia no Brasil. *Desigualdade & Diversidade* (PUC-Rio), v. 5, p. 217-238, 2009.

seja o aspecto mais importante para entender a ditadura, assunto desta entrevista. Teríamos, no mínimo, que falar de todos os principais partidos que existiram desde então, até de alguns que não mais existem. Posso apenas adiantar que a perspectiva de partidos classistas guarda certo *glamour* do século XIX, quando a sociedade de mercado começou a ser fenômeno político na Europa. Os partidos de trabalhadores criaram hegemonias, em alguns casos, que redundaram na social democracia ou *welfare state*. Ajudaram a moldar a sociedade de mercado com igualdade social. O PT surgiu com a revolução pós-industrial e com um mercado nacional consolidado de forma altamente perversa. Poderia ser definido como um partido a favor dos mais pobres, dos excluídos desse modelo. De toda forma, mudar o país para caminhos mais democráticos e igualitários não poderá ser tarefa para um só partido.

Resistências contrárias: uma análise dos movimentos femininos de Belo Horizonte no ano de 1964*

Débora Raiza Carolina Rocha Silva
Especialista em História e Culturas Políticas
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
raiza.rocha@hotmail.com

RESUMO: O artigo busca analisar os movimentos femininos de esquerda e de direita, ocorridos em Belo Horizonte no ano de 1964. Busca-se investigar como foi a atuação das mulheres nesses movimentos, quais foram as suas influências, e qual o resultado das suas lutas. São apontados temas inerentes à participação feminina, entendendo que as mesmas alcançaram papel de ampla relevância no cenário político do Brasil de formas distintas. Aborda-se a relação das mulheres com os antecedentes do golpe de 1964, e com sua implantação, analisando a atuação da Liga da Mulher Democrata (LIMDE), organização feminina de direita de Minas Gerais, estabelecida em Belo Horizonte, e também das organizações de esquerda, nas quais as mulheres lutaram contra a ditadura militar. Neste sentido, nota-se que em Belo Horizonte houve mulheres que romperam com o papel de dona de casa que lhes era atribuído e mulheres que se utilizaram dessa denominação para sustentar sua luta.

PALAVRAS-CHAVE: Golpe, Mulheres, Resistência.

ABSTRACT: This paper analyzes the women's movements of the left and right, which took place in Belo Horizonte in 1964. The investigation seeks to ascertain how the performance of women was in these movements, what their influences were, and what the outcome of their struggles was. Issues concerning the female participation are analyzed, understanding that they reached the same broad significance in the political landscape of Brazil in different ways. The article aims to address the relationship between women and the history of the 1964 coup, and its establishment. It examines the work of the Women's Democratic League (LIMDE), a right-wing women's organization of Minas Gerais, founded in Belo Horizonte, and also the left-wing organizations in which women took up arms and fought actively against the deployment of the military dictatorship. In this regard, we note that in Belo Horizonte there were women who left the role of "housewife", which they were assigned, and women who used this term to sustain their struggle.

KEYWORDS: Coup. Women. Resistance.

Introdução

Os estudos sobre a legitimação do golpe civil-militar¹ têm se apresentado como forma de compreender os eventos ocorridos durante o ano de 1964. É a partir de meados dos anos

* Este artigo foi escrito como trabalho de conclusão de curso, sob a orientação da Professora Doutora Marcelina das Graças de Almeida.

80 do século XX, com o início da redemocratização da política brasileira, que a historiografia brasileira começa a produzir documentos que recuperam a memória deste período. A busca por fontes bibliográficas faz com que se perceba que ainda existem lacunas na produção dos estudos sobre a trajetória das mulheres desta época, especificadamente em Belo Horizonte. Pois a maior parte das pesquisas sobre o episódio refere-se à sociedade civil como um todo, em detrimento da militância feminina de esquerda e direita em âmbitos regionais.

No entanto, na contramão do esquecimento, esta pesquisa contribui para o esclarecimento da população, incluindo as mulheres como objeto de estudo e sujeitos da história. Busca-se compreender a dicotomia existente na militância feminina em Belo Horizonte e como a atuação destes grupos modificou os rumos políticos do Brasil.

Assim, pretende-se analisar a atuação militante feminina na capital mineira no ano de 1964, entendendo a mulher como agente legítima na execução das ações políticas da esquerda de inspiração armada e de direita.

Deste modo, pretende-se considerar as diferentes concepções existentes entre homens e mulheres, e entre as próprias mulheres, entendendo que as relações de poder vivenciadas nas particularidades de cada uma influenciaram suas ações. A investigação parte do pressuposto de que as mulheres de ambas ideologias estavam sob ideais estrangeiros, principalmente dos vindos de Cuba, com a revolução. A experiência revolucionária cubana influenciou as organizações de esquerda brasileira no sentido de resistência a um governo autoritário². Já para a direita anticomunista, a revolução representava uma “onda vermelha” que traria subversão para o Brasil; assim, a influência veio da ala conservadora da direita cubana³. Além disto, as agitações militantes existentes em grande parte do território brasileiro começaram a estabelecer laços que fortaleciam sua luta, recebendo também influência nacional.

Referindo-se aos movimentos de direita, entre os anos de 1962 a 1964, foram fundadas: a Liga da Mulher Democrata (LIMDE – Minas Gerais), a União Católica Feminina

¹ Aqui será utilizado o conceito de golpe civil-militar, entendendo, a partir do estudo de René Armand Dreifuss, que a sociedade civil atuou de forma a organizar e legitimar o golpe de abril de 1964. DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado. Ação Política, Poder e Golpe de Classe*. Petrópolis: Vozes, 1981.

² SALES, Jean Rodrigues. A Ação Libertadora Nacional, a revolução cubana e a luta armada no Brasil. *Revista Tempo*, Rio de Janeiro, n. 14, p. 199-217, 2009.

³ O IPES - “Novos Inconfidentes”, financiou a vinda à Belo Horizonte de Nélide Garmendia, uma professora cubana exilada por ser contra o comunismo, que falou às mulheres conservadoras, segundo sua visão, sobre a perversidade do Comunismo. Acentuando ainda mais o sentimento anticomunista das mulheres da Liga da Mulher Democrata (LIMDE). STARLING, Heloisa Maria Murgel. *Os senhores das gerais: os novos inconfidentes e o golpe de 1964*. Petrópolis: Vozes, 1986. p.175.

(UFC - São Paulo), a Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE – Guanabara(Rio de Janeiro), o Movimento de Arregimentação Feminina (MAF – São Paulo), a Ação Democrática Feminina Gaúcha (ADFG – Rio Grande do Sul) e a Cruzada Democrática Feminina (CDF-Pernambuco)⁴.

No campo de oposição, encontram-se mulheres envolvidas em diversas organizações de esquerda clandestinas, fossem elas urbanas, rurais, de luta armada ou não⁵. Os grupos com maior presença feminina eram a ALA (Ala Vermelha do Partido Comunista Brasileiro), ALN (Ação Libertadora Nacional), AP (Ação Popular), CORRENTE (Corrente Revolucionária de Minas Gerais), MR-8 (Movimento Revolucionário 8 de outubro), PCB (Partido Comunista Brasileiro), PC do B (Partido Comunista do Brasil), PCB (Partido Comunista Brasileiro Revolucionário), PCR (Partido Comunista Revolucionário), POC (Partido Operário Comunista), POLOP (Organização Política Marxista — “Política Operária”), RAN (Resistência Armada Nacionalista), e as Pastorais Sociais, JUC (Junta Universitária Católica) JOC (Junta Operária Católica), JEC (Junta Estudantil Católica), entre outras. (RIDENTI, 1990).

A partir desta análise, percebe-se que os movimentos femininos contra e a favor da ditadura não aconteceram isolados, sem fazer parte de um contexto nacional. Em decorrência disto, estabelece-se aqui, laços que vinculam o imaginário e as ações das mulheres belorizontinas aos das militantes do restante do país.

Por conseguinte, verifica-se em Belo Horizonte, ampla resistência política feminina, que se deu a partir de posicionamentos contrários. De um lado atuavam as mulheres conservadoras, tradicionais, a favor da família e da Igreja Católica, que eram contra o comunismo e que apoiavam a ditadura militar. Em contrapartida, vê-se que na capital mineira houve mulheres filiadas a organizações comunistas, que lutaram para que a ditadura não fosse implantada, e que mesmo após sua implantação, continuaram resistindo.

Assim, pretende-se apurar dados a respeito dos movimentos ativistas femininos belorizontinos surgidos antes e logo após o golpe, com o intuito de complementar as pesquisas existentes no que se refere aos estudos de gênero feminino na capital mineira. O

⁴ SIMÕES, Solange de Deus. *Deus, pátria e família: As mulheres no golpe de 1964*. Petrópolis: Vozes, 1985.

⁵ RIDENTI, Marcelo Siqueira. *As mulheres na política brasileira: os anos de chumbo*. Tempo Social; Rev. Social, USP, S.Paulo, 2(2): 113-128, 2.sem. 1990.

objetivo é analisar a militância, por meio de documentos do arquivo Público Mineiro e da cidade de Belo Horizonte e de bibliografias específicas.

A partir destas análises, a pesquisa concentra-se em identificar quais foram os movimentos femininos ocorridos, considerar suas motivações e objetivos, e desta forma verificar qual sua forma de ação, que relevância tiveram na sociedade civil e política no ano de 1964 em Belo Horizonte e por consequência no país.

O Golpe de 1964 e suas interpretações

O golpe civil-militar passou a ser estudado a partir do final dos anos 1960, e a partir daí se construíram várias interpretações para analisar o episódio. Lucília de Almeida Neves Delgado (2004) aponta, no texto "1964: temporalidade e interpretações"⁶, que existem várias formas de interpretar o golpe civil militar de 1964 e divide essas produções em quatro versões. Segundo Delgado (2004), as primeiras pesquisas possuíam um caráter estruturalista e funcional, focando a história de longa duração, fazendo relação com fatos que não eram o foco da época.

Neste sentido, encontram-se obras publicadas por cientistas sociais como Otávio Ianni (1968), autor de *O colapso do populismo no Brasil*, que afirma que o golpe se deu pela conjuntura estrutural entre o padrão agroexportador e o modelo nacionalista associado ao capital estrangeiro. Nesta mesma linha, o estudo do sociólogo Fernando Henrique Cardoso (1973), no livro *Modelo político Brasileiro*, apresenta uma concepção determinista, dizendo que a economia de um país depende de um governo dominador, que controle as camadas populares e obtenha um acúmulo de capital estruturado.

Percebe-se que as interpretações estruturalistas identificam o processo de deposição do governo de João Goulart (1919-1976), a partir do ponto de vista de que o tardio processo de industrialização do Brasil que demandava um governo autoritário; a incoerência existente entre o molde de desenvolvimento nacionalista e agroexportador foram fatores essenciais e únicos para determinar o golpe de 64. De acordo com Jorge Ferreira⁷, a perspectiva estruturalista é

⁶ Delgado, Lucília de Almeida Neves. *1964: temporalidade e interpretações*. In: REIS, Daniel Arão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *O golpe e a ditadura militar 40 anos depois (1964-2004)*. São Paulo: Edusc, 2004, p.15-26.

⁷ FERREIRA, Jorge. O governo João Goulart e golpe civil militar de 1964. In: FERREIRA, Jorge. Delgado, Lucília de Almeida Neves (Org.). *O Brasil republicano. O tempo da experiência democrática – da democratização de*

determinada pela questão econômica, tornando o golpe inevitável. Ferreira afirma que esta linha de pensamento já está superada e que, portanto, a sociedade e as ações políticas devem ser analisadas para um novo entendimento do golpe civil militar.

No início dos anos 80 do século XX, começaram a ser produzidos novos estudos referentes ao golpe, surgindo a interpretação que privilegia a atuação da sociedade civil e militar no sentido de que os mesmos praticaram uma intervenção preventiva para impedir que houvesse mudanças nos sistemas político e econômico do Brasil.

Adotando esses conceitos, o sociólogo Florestan Fernandes escreveu o livro *Brasil em compasso de espera*, em 1981 e *O significado da ditadura militar*, em 1997. O autor afirma que a falta de habilidade de João Goulart em governar, aliada a ação dos militares golpistas, que agiram com uma ação preventiva de um golpe de estado que hipoteticamente aconteceria, foram responsáveis pelo episódio. Neste sentido, afirma que a “revolução” dos militares só foi possível devido à passividade do governo de Jango, que não agiu com competência para concretizar o que o autor chamou de “contra-revolução”.

Já o historiador Caio Navarro de Toledo, que produziu em 1981 *O governo João Goulart e o golpe de 1964* e, em 1997, *A Democracia populista golpeada*, afirma que o golpe foi resultado de diversos fatores, tais como a crise econômica, o levante em massa das camadas populares, a agitação dos trabalhadores da área urbana e rural e conflitos existentes entre partidos e classes sociais. Toledo considera ainda, que o governo Goulart esteve a todo o momento ameaçado por um golpe, pois o mesmo não conseguiu manter um equilíbrio entre as classes populares e a classe dominante.

No ano de 1989, Lucília de Almeida Neves Delgado escreveu a obra: *O PTB: do getulismo ao reformismo – 1945-1964* e, em 1997, *Trabalhadores na crise do populismo: utopia e reformismo*. Nos textos, a autora discute que ação preventiva do golpe se deu a partir da forte pressão da elite tradicional, que se organizou de forma a conseguir efetivar o golpe. Segundo a autora, a administração de Jango estava sujeita a três oposições: os conservadores (PSD, latifundiários, militares de direita, igreja, empresários), o lado que ansiava pelas reformas de base garantidas por João Goulart, essencialmente o PDT, e os sindicalistas e representantes dos movimentos populares.

1945 ao golpe civil militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.v.3.

Neste sentido, Delgado afirma que a parte contrária às reformas de base estava insatisfeita com a atuação do presidente, que não demonstrava competência, pulso firme e apresentava certa ligação com os movimentos populares que estavam fazendo pressão para implantação das reformas. Portanto, a possibilidade de ascensão dos grupos socialistas, reformistas e nacionalistas incitava na ala dominante a necessidade de tomar uma atitude preventiva, no sentido de “proteger” o Brasil da “ameaça socialista”.

No entanto, a historiografia mais recente, de meados dos anos 1990 e anos 2000, vem decifrando o golpe a partir do pré-64, entendendo que a cultura política da época desvalorizou e não manteve compromisso com a democracia.

Para compreensão deste pensamento, o historiador Jorge Ferreira e a cientista política Argelina Figueiredo escreveram, respectivamente, *O governo João Goulart e o golpe civil militar de 1964*, publicado em 2003, e *Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política – 1961-1964*, de 1993.

Figueiredo e Ferreira afirmam que a luta acirrada de ideais políticos contra e a favor das reformas pretendidas por Jango, foram responsáveis por exterminar a recente democracia brasileira. Ambos concordam que a cultura democrática do Brasil não foi pensada pelas organizações de direita nem de esquerda, e que a intransigência política foi a grande responsável pelo golpe.

No período em que João Goulart assumiu a presidência, o Brasil estava sob um governo parlamentarista, que havia sido instaurado sem o cuidado necessário. Ferreira lista em seu livro que organizações radicais deste momento, como o Partido Comunista Brasileiro (PCB), União Nacional dos Estudantes (UNE), as Ligas Camponesas, o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), Ação Popular (AP), Frente de Mobilização Popular (FMP), o Partido Operário Revolucionário (Trotskista) – (POR-T), Organização Revolucionária Marxista juntamente com o jornal Política Operária (ORM – POLOP) e inclusive oficiais subordinados das forças armadas, desde o final da década de 50 do século XX estavam em efervescência.

Neste sentido, no pré-64, as esquerdas começaram a se unir, se fortaleceram como movimentos radicalistas de esquerda, e espelhados na figura de Leonel Brizola (1922-2004) se constituíram em uma frente organizada para pressionar a implantação das reformas.

Entretanto, o governo ainda não havia se posicionado, e a radicalização passou a exigir que as mudanças nas bases do país fossem efetivadas sem demora. Nesta conjuntura, meados

de 1962, a prioridade de Jango era recuperar seus poderes como presidente, o que causou irritação nos ânimos das esquerdas radicalistas e da direita conservadora.

Goulart retoma o presidencialismo no Brasil através de um plebiscito. Porém, o mesmo começa a sofrer os confrontos e conflitos, via de regra, existentes dentro da contraposição política. Deste modo, é possível identificar nas investigações a respeito da tomada do poder pelos militares, a versão que especifica a conspiração interna e externa como elemento propiciador do golpe⁸. Dentre os setores envolvidos na conspiração interna, verificam-se os militares anticomunistas ligados a Escola Superior de Guerra, o empresariado nacional, latifundiário e a parte conservadora da igreja católica. Na questão externa, observa-se o capital estrangeiro, o Departamento de Estado norte-americano e a CIA (*Central Intelligence Agency*).

Por serem da elite, os segmentos conservadores da sociedade civil tinham ampla condição de sustentar suas organizações com um arcabouço financeiro e ideológico, como jornais, panfletos, cartazes e congressos⁹.

Entre os autores que defendem a ideia da conspiração, destaca-se o cientista social René Dreifuss que escreveu o livro *1964: a conquista do Estado*, em 1981. É a partir da sua análise que a sociedade civil é vista como parte fundamental para ocorrência e legitimação do golpe, e é nesta obra que o autor estabelece o conceito de golpe civil-militar. Na visão de Dreifuss, os empresários e latifundiários agiram organizadamente a fim de combater e cessar o governo populista de João Goulart e afastar o operariado do poder público¹⁰.

Neste sentido foram criadas diversas organizações conservadoras para mobilização das massas, com o pensamento de desestabilizar Goulart, pois o mesmo vinha mudando o sentido do governo populista, deixando a classe trabalhadora e partidária se manifestar.

Outra autora que utiliza essa especificidade é a historiadora Heloísa Starling (1986), que focando no Instituto de Pesquisa de Estudos Sociais - Minas Gerais (IPES-MG), na qual a mesma nomeia de “Novos inconfidentes”, trata da atuação da sociedade conservadora mineira e sua importância nos eventos que culminaram no golpe de 64. Starling apresenta como

⁸ STARLING, Heloisa Maria Murgel. *Os senhores das gerais: os novos inconfidentes e o golpe de 1964*, p. 22.

⁹ _____. *Os senhores das gerais: os novos inconfidentes e o golpe de 1964*, p.22.

¹⁰ DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado. Ação Política, Poder e Golpe de Classe*. Petrópolis: Vozes, 1981.

funcionava a estrutura desta organização que acreditava que o governo Goulart tinha a intenção de desmoralizar a organização existente no Brasil¹¹.

O discurso de Jango no “Comício das Reformas”, feito em 13 de março de 1964 no Rio de Janeiro, incitou parte da população, que compareceu ao evento munida de cartazes e faixas que apoiavam suas reformas. Entretanto, por outro lado, deu-se início às “Marchas da Família com Deus pela Liberdade”, na qual o IPES utilizou ideais tradicionalistas e conservadores para fortalecer a classe dominante e alcançar a classe média.

É a partir deste pensamento que esta pesquisa busca compreender a Liga da Mulher Democrata (LIMDE) como movimento direitista, e as diversas organizações esquerdistas, entendendo que ambas foram de ampla relevância para a legitimação do golpe civil militar e por consequência da instauração de uma ditadura militar no Brasil.

Resistência anticomunista

A herança dos “anos dourados” ainda fazia parte do imaginário social na década de 60 do século XX. As mulheres ocupavam na sociedade o lugar de donas-de-casa, mães, esposas, mantenedoras da ordem e do casamento, não possuíam poderes políticos e estavam condicionadas a um comportamento passivo¹². Em Minas Gerais, percebe-se, mais acentuadamente, que as ações femininas deste período deveriam ser direcionadas ao cuidado da família. À mulher mineira do início da década de 1960, era atribuído o papel de doméstica, responsável por manter a família como cerne da sociedade mineira; e reclusa ao privado, sem a possibilidade de contestar e ser inserida no espaço público.

Assim, como forma de fortalecer a mobilização contra o governo de João Goulart e desestabilizar o movimento comunista, o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais buscou, através do discurso da “mineiridade”¹³, engajar as mulheres neste processo. Segundo Starling (1986), a “mineiridade” é algo que pensaram dos moradores de Minas, e que acabou por fazer parte do imaginário social, tornando o conjunto de valores dos mineiros um espelho para todo cidadão do Estado.

¹¹ STARLING, Heloisa Maria Murgel. *Os senhores das gerais: os novos inconfidentes e o golpe de 1964*, p. 28.

¹² BASSANEZI, Carla. Mulheres dos anos dourados. In: *História das mulheres no Brasil*. PRIORI, Mary Del (org.); BASSANEZI, Carla (coord. de textos) 9. ed. 2º reimpressão. São Paulo: Contexto, 2013.

¹³ STARLING, Heloisa Maria Murgel. *Os senhores das gerais: os novos inconfidentes e o golpe de 1964*, p. 145.

Para Anthony Giddens (1996), o pensamento conservador corresponde a uma forma de desconfiança com relação a alguma transformação radical na tradição, desejando assim, manter os costumes, o modo de viver em família, e os princípios políticos¹⁴. Esse pensamento representou a atuação das mulheres de direita de Belo Horizonte, que se viam na condição de mantenedoras dos princípios democráticos e da ordem.

O IPES–MG encontrou dificuldade para se estabelecer, e assim aconteceu com a criação do organismo feminino, que foi pensado e desenvolvido quando o instituto se viu preparado e organizado. O grupo se organizou de forma pensada, o IPES arquitetou, norteou e influenciou as ações da organização, utilizando de seu aparelhamento político, ideológico e econômico para financiar e desenvolver o material “didático” anticomunista. Entretanto, o IPES-MG necessitava evidenciar que a formação do grupo era iniciativa própria das mulheres mineiras.

O IPES “Novos Inconfidentes” inicia a aliança das mulheres mineiras, para garantia do equilíbrio entre liberdade e ordem. A priori, o IPES-MG sustentou a ideia de criar em Minas Gerais uma filial da CAMDE, organização existente no Rio de Janeiro desde 1962, apoiada e sustentada pelo IPES-IBAD.

Porém, em 1963, um pequeno grupo de senhoras que ainda não havia se estabelecido como uma organização ensejou um protesto contra a visita do presidente da Iugoslávia ao Brasil. A manifestação não teve tanto impacto, mas para o IPES-MG representou a força mobilizadora que os mesmos necessitavam para alcançar a família dos mineiros e o momento adequado para mostrar a “espontaneidade” das mulheres mineiras.

A partir dessa pretensão, Ana Maria Lopes Bragança (cunhada de José Lopes Bragança e esposa de Elcino Lopes Bragança, membros da direção do IPES-MG) e Lydia Magon Villar (esposa de Aluizio Aragão Villar), foram chamadas pela alta liderança do IPES a criar uma estrutura feminina semelhante à CAMDE e a UCF.

Nesse momento as mulheres belorizontinas, donas-de-casa, mães, avós e filhas, orientadas pelos homens, começaram a se organizar efetivamente com a finalidade de reforçar o tradicionalismo mineiro e combater o comunismo. Starling (1986) faz referência a uma ação espontânea de mulheres conservadoras de Minas, lideradas por Maria Victor Bolívar Moreira,

¹⁴ GIDDENS, Anthony. *Para Além da Esquerda e da Direita*. In: O futuro da política radical. São Paulo: UNESP, 1996.

chamadas de “Cadeia da Família Cívica contra o Marxismo”, que desvinculadas da conjuntura política do IPES-MG, começaram a promover um protesto contra o “comunismo ateu”¹⁵. Os “Novos Inconfidentes” viram nessas mulheres a possibilidade de arregimentar uma maior frente de mobilização e começou a nortear tanto as mulheres que estavam sob sua orientação, quanto a “União da Família Cívica contra o Marxismo”¹⁶ e logo cuidou de vincular essas mulheres à sua organização.

A criação da LIMDE concretizou-se no mesmo mês e começou a atuar em Belo Horizonte com identidade própria, mas de forma semelhante à CAMDE no Rio de Janeiro e a UFC em São Paulo. O organismo foi formado por donas-de-casa da elite e da classe média, esposas de empresários e políticos da direção do IPES-MG, tradicionais, religiosas. Residiam em Belo Horizonte e se reuniam na sede dos “Novos Inconfidentes”, no 11º andar do edifício Acaiaca¹⁷, no centro de Belo Horizonte. Entretanto, se subdividiam nos bairros de classe alta e média, como Floresta, Serra, Carmo, Funcionários, Santo Antônio, Gameleira, Centro, Calafate, Padre Eustáquio, Barroca, Barro Preto e Nova Suíça.

O grupo feminino visava estabelecer a ordem em Minas Gerais, garantindo que a “mineiridade” permanecesse de forma pura e tradicional na vida de todos os cidadãos mineiros. A elite mineira tomou posse deste termo, na tentativa de cumprir a “missão” de fazer desaparecer os conflitos, suprimir a dominação e “ocultar a presença do particular, dando-lhe a aparência do universal.”¹⁸

As mulheres conservadoras transferem seus lares para as ruas de Belo Horizonte com seus discursos “maternais”, gerando no imaginário coletivo da instituição a responsabilidade de conservar a ordem do Estado, juntamente com a Igreja e seus maridos.

A estrutura organizacional da LIMDE era constituída por Presidente, responsável por todas as ações do grupo e por fazer a interlocução com as outras ligas femininas, 1ª vice-

¹⁵ Maria Victor Bolívar Moreira era uma senhora ligada essencialmente ao catolicismo e considerava que o comunismo era uma prática desarraigada dos princípios do cristianismo. STARLING, Heloisa Maria Murgel. *Os senhores das gerais: os novos inconfidentes e o golpe de 1964*, p. 160.

¹⁶ _____. *Os senhores das gerais: os novos inconfidentes e o golpe de 1964*, p.161.

¹⁷ _____. *Os senhores das gerais: os novos inconfidentes e o golpe de 1964*, p. 168.

¹⁸ O movimento feminino tinha como pretensão alcançar todas as camadas da sociedade. Com caráter cívico e democrático, queriam inserir na opinião do povo os pensamentos do grupo. STARLING, Heloisa Maria Murgel. *Os senhores das gerais: os novos inconfidentes e o golpe de 1964*, p.163.

presidente que cuidava da parte financeira e das informações e 2ª vice-presidente, responsável pela alfabetização, enfermagem, catequese, propaganda e relações públicas¹⁹.

A estrutura das ligas femininas do IPES possuía o cargo de assessor, que era ocupado exclusivamente por homens. Entretanto, em Belo Horizonte quem assumiu esse cargo foi Lydia Magon, mostrando outra vez a especificidade existente no movimento feminino da cidade. Observa-se que as mulheres belorizontinas começaram a ocupar cargos pertencentes aos homens. No entanto, essa condição não as caracteriza como insurgentes, mas crentes que estavam contribuindo para a não desmoralização de Minas e do Brasil.

Segundo Janaína Cordeiro²⁰, a inquietação com o futuro das famílias e o medo do comunismo sempre foi a principal preocupação das organizações femininas de direita, não pretendendo em nenhum momento assumir o espaço que era direcionado ao homem.

Solange Simões (1985, p.139) explicita:

[...] aquelas mulheres ao se lançarem na política não rompem com seu papel idealizado de mães e esposas e com modelos idealizados de mulher. Pelo contrário, é através desses ‘atributos’ que se julgam capazes de militar e que dão “autoridade” à sua presença na esfera da política [...] elas se alienavam recriando e reproduzindo uma “imagem mística de mulher.

É importante ressaltar, porém, que as mulheres ansiavam “proteger” o país do comunismo, e é a partir desse desejo que iniciam a junção entre o público e o privado, colocando sua vida, seus filhos e maridos em eventos que deram total legalidade às ações militares.

A Liga da Mulher Democrata necessitava desenvolver de forma mais radical a aversão à “onda vermelha” que chegava ao Brasil e este ódio foi incitado por quem viveu o comunismo. A LIMDE trouxe a professora cubana Nélida Garmendia, presidente do Movimento Feminino contra Fidel Castro, que estava exilada em Miami por ser contra o regime cubano, para realizar um circuito de palestras na capital mineira. A mesma falou sobre fatos contrários ao governo de Fidel Castro, utilizando-se de um discurso fundamentalmente

¹⁹ A Liga da Mulher Democrática utilizou com mais frequência os recursos inerentes à segunda vice-presidência somente após a implantação da ditadura militar. No período que antecede ao golpe essa estrutura servia como ponte que as ligava a instituições beneficentes e a igreja, com o objetivo de disseminar suas ideias. STARLING, Heloisa Maria Murgel. *Os senhores das gerais: os novos inconfidentes e o golpe de 1964*, p.163.

²⁰ CORDEIRO, Janaina Martins. Femininas e formidáveis: o público e o privado na militância política da Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE). *Revista Gênero*. v.8. p. 175-208, 2009.

sentimental que provocava o medo do comunismo e maior aversão a esta forma de governo nas mulheres democratas.

Estas palestras antecederam a atuação das mulheres no Congresso da União dos Trabalhadores da América Latina (CUTAL) programado para acontecer em Belo Horizonte. A LIMDE enviou um documento ao governador de Minas, Magalhães Pinto, informando que caso os agentes envolvidos no evento quisessem se manifestar, esse local não seria a capital mineira. No comunicado, as mulheres informavam que estariam deitadas na pista do aeroporto para que a ameaça comunista não tocasse o solo belorizontino²¹. As mesmas agiram com demasiado radicalismo, cercando os hotéis em que estavam alguns participantes do congresso, mas não precisaram cumprir com o prometido, pois o governador, sabendo que a manifestação seria passível de acontecer, transferiu o congresso para Brasília antes que o mesmo fosse realizado.

De acordo com Starling (1986), nos dias finais do mês de janeiro de 1964, a imprensa mineira divulgou com maior amplitude as manifestações femininas ocorridas em Belo Horizonte contra o comunismo e o governo de João Goulart. Assim, a partir dessa conquista, a direção do IPES-MG viu o momento oportuno para articular outras movimentações, que ocorreriam antes e após golpe.

Depois da modificação do lugar do congresso, a LIMDE se manifestou à distância, enviando à capital do Brasil diversos telegramas, cartas e um abaixo-assinado, impregnados de um anticomunismo exacerbado: ‘Pobre Brasília, berço sem tradição nem mensagem, capital do Brasil, voltada à solidão e ao silêncio! Não tens filhos que gritem um protesto contra a onda vermelha que vai rolar nas tuas ruas largas, vazias e tristes?’²², afirmando que Brasília não tinha voz para defendê-los da “aura demoníaca” que os convidados vindos de países socialistas traziam consigo.

A linha de frente feminina do IPES-MG era formada pela alta classe de Belo Horizonte e com a disseminação das ideias do grupo, alcançavam em massa, as mulheres da classe média.

²¹ STARLING, Heloisa Maria Murgel. *Os senhores das gerais: os novos inconfidentes e o golpe de 1964*, p. 179.

²² Parte do manifesto encaminhado à Brasília pela LIMDE. _____. *Os senhores das gerais: os novos inconfidentes e o golpe de 1964*, p.180.

As mulheres da LIMDE se apresentavam cada vez mais radicais, destemidas e obstinadas a vencer a luta contra o comunismo com suas manifestações de rua. O IPES-MG organizava e orientava as manifestações e com o sucesso das mesmas se fortalecia cada vez mais e conspirava junto aos militares ações que poderiam ser tomadas para que o golpe acontecesse.

Dentre as ações mais radicais destaca-se a ocorrida em 25 de fevereiro de 1964, quando a Frente de Mobilização Popular (FPM), o CGT mineiro, Leonel Brizola e outros grupos de esquerda, programavam a realização de um comício em favor das Reformas de Base. Mais uma vez a Ala conservadora de Belo Horizonte se organizou e, totalmente imbuídas de um sentimento contrário ao que o comício pretendia divulgar, partiu para o ataque. Às 19 horas deste dia, as mulheres tomaram conta do palanque do Minas Centro, empunhadas com seus rosários e terços e seus filhos e netos com armamento encaminhado pelo IPES-MG, lutaram contra a fala de Brizola. A polícia ficou hesitante e quando um dos componentes convidados tentou dar início ao comício, as mulheres começaram a atacá-lo com cadeiras, sombrinhas, verduras e ovos do Mercado Central (localizado em frente ao prédio) e o espaço se tornou um campo de guerra.

De acordo com a entrevista de Ana Maria Bragança cedida à pesquisa do livro de Heloísa Starling, a polícia tentou controlá-las, mas não obteve êxito, o corpo de bombeiros tentou contê-las com jatos de água e também foi inútil. As divergências políticas, agressões físicas e ideológicas duraram até as 23 horas, quando enfim as mulheres se retiraram e Brizola foi embora, sem se pronunciar em favor das Reformas.

Nas ruas de várias partes do Brasil estava acontecendo as organizadas e eficazes “Marchas da Família com Deus pela Liberdade”, estas ocorreram em São Paulo com a UFC e a MAF, no Rio de Janeiro com a CAMDE, Rio Grande do Sul com a ADFG e Pernambuco com a CDF²³.

De acordo com Starling (1986), a marcha de Belo Horizonte ocorrida no dia 13 de maio de 1964²⁴, logo após a deposição de Goulart, foi outra eficiente forma de atuação dessas mulheres. Partindo das escadarias da Igreja São José, em frente à Avenida Afonso Pena, e

²³ CORDEIRO, Janaina Martins. Femininas e formidáveis: o público e o privado na militância política da Campanha da

Mulher pela Democracia (CAMDE). p. 175-208.

²⁴ STARLLING, Heloisa Maria Murgel. *Os senhores das gerais: os novos inconfidentes e o golpe de 1964*. Petrópolis: Vozes, 1986. p.185

seguindo até a Praça 21 de Abril, o evento simbolizou o momento de comemoração da vitória da sociedade civil e dos militares conservadores sobre o comunismo e as Reformas de Base.

Após vitoriosa conquista, a LIMDE começou a apoiar a ditadura militar, funcionando como organismo legitimador do regime que estava sendo implantado no Brasil. As mesmas assumiram o lugar de mantenedoras do golpe, exigindo punições de exemplo aos comunistas e aos que eram contra a então conjuntura política brasileira.

As mulheres de direita de Belo Horizonte haviam cumprido seu dever, de livrar seu Estado e seu país do sistema de oposição. A partir de 18 de junho²⁵, o grupo foi se esfacelando, visto que neste momento, no entendimento dessas mulheres, o Brasil estava “em boas mãos”.

Mulheres em ação: resistência comunista

No prefácio do livro *Brasil: Nunca Mais*, Dom Paulo Evaristo Arns²⁶ escreveu que o ano de 1964 foi marcado pela efervescência das lutas populares que vinham crescendo ao longo dos anos da década de 60 do século XX. Pessoas que eram a favor do governo Goulart, sindicalistas, operários, marxistas, camponeses e estudantes, lutavam pela reforma trabalhista, por terra, pela reorganização da educação, emancipação da economia, controle da inflação, melhoramento dos espaços urbanos e mudanças nos sistemas judiciário, tributário e bancário. Dentre essas reivindicações, eram solicitados ainda, que o PCB saísse da clandestinidade e que o voto fosse permitido a toda população, inclusive aos analfabetos e oficiais subalternos das forças armadas.

No período pré-64, as militâncias de esquerda tinham como ponto central de seus discursos a luta em favor das Reformas de Base, e somente após o golpe civil-militar tomaram a resistência ao novo regime instaurado como foco principal. Em razão disto, nota-se que no início do ano de 1964, as militantes de esquerda de Belo Horizonte lutavam efetivamente pelas reformas na educação, na cultura, nos centros urbanos e rurais e por melhores condições de vida. Após o golpe, a participação feminina na resistência ao militarismo começa a trilhar um novo caminho: o de lutar pela liberdade e, mais tarde, pela emancipação da mulher no espaço público.

Atuavam principalmente nas juntas católicas como a Juventude Estudantil Católica e a

²⁵ _____, *Os senhores das gerais: os novos inconfidentes e o golpe de 1964*, p.195.

²⁶ ARNS, Paulo Evaristo. *Brasil nunca mais*. 4.ed. Petrópolis: Vozes,1985.p.90

Juventude Universitária Católica, em manifestações nas ruas, participando de reuniões, discussões e passeatas, na conscientização trabalhista e política nas fábricas, alfabetizando nas favelas por meio do Movimento de Educação de Base (MEB) e buscando reformas no âmbito cultural e educacional.

Após o Golpe, continuam exercendo essas práticas, mas a luta adquire novo sentido, o de lutar pela liberdade. Assim, diversas mulheres começaram a colaborar apoiando filhos, maridos e amigos, dando abrigo em suas residências e se emudecendo diante das perguntas e torturas dos militares. Para além disso, atuaram na direção de movimentos, faziam parte das ações de segurança, da tesouraria, eram responsáveis pela formação teórica, participavam de pichações durante a madrugada, discursavam em reuniões clandestinas, chegando a ser presas e torturadas.

Neste sentido, observa-se que a capital mineira encontrou em sua população tradicionalista, mulheres que romperam com os conceitos empregados pelas anticomunistas, “Deus, Pátria e Família”, participando maciçamente no movimento estudantil, nos sindicatos e nas organizações.

A participação feminina nos movimentos de contestação diz de um processo de libertação da mulher, se caracterizando em um momento de rompimento com “o estereótipo da mulher restrita ao espaço privado e doméstico, enquanto mãe, esposa, irmã e dona de casa, que vive em função do mundo masculino”.²⁷

No imediato pós-64, algumas organizações de esquerda já estavam estabelecidas: a Ação Popular, surgida no meio estudantil em 1962, a Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (ORM-POLOP), resultante da união entre a Juventude Socialista com a Mocidade Trabalhista, em 1961, o Partido Comunista Brasileiro e o Partido Comunista do Brasil.

O sociólogo Marcelo Ridenti (1990), fez um levantamento, a partir de dados do *Projeto Brasil: Nunca Mais*, identificando quantas mulheres foram processadas por terem ligação com movimentos armados de esquerda e apresentou, através de dados estatísticos, o percentual de

²⁷ RIDENTI, Marcelo Siqueira. *As mulheres na política brasileira: os anos de chumbo*. Tempo Social;Ver. Social. USP. S. Paulo.2(2): 113-128.2.set.1990.p.4.

militantes presentes em cada organização²⁸. Nos estudos de Ridenti, as militantes de esquerda operaram em estruturas clandestinas rurais e urbanas, de forma moderada e radical. O autor localizou um total de 660 mulheres, sendo em sua maioria professoras e estudantes, representando um percentual médio de 18%. Apesar de ser pequeno em relação à quantidade de homens que era de 3.464, é importante salientar que este resultado se refere a uma única fonte e se restringe às mulheres que foram processadas pelo governo militar. Ressalta-se que esses números, não reduzem a necessidade de investigá-las, pois analisando e compreendendo o contexto da época, percebe-se que o espaço da mulher em âmbito público e político era limitado e, por vezes, proibido.

A Ação Popular que lutou ativamente pelas Reformas de Base e na luta contra a ditadura, foi uma das organizações mais atuantes em Belo Horizonte e, como diferencial, contou com uma ampla presença de mulheres em seu interior. Ridenti (1990) identificou que a AP foi um dos organismos com maior número de mulheres processadas, 127, em âmbito nacional, representando 27,0% do total de processados.

Nas fontes documentais do DOPS-MG, observa-se que participação feminina em Belo Horizonte na AP foi numerosamente significativa. Como exemplo, tem-se a pasta 0044, rolo 004, com uma relação de integrantes da AP, na qual se encontram relacionados 765 nomes, sendo que 230 são nomes de mulheres, representando 30,2% do total.

Um dos trabalhos que reconstrói essa atuação é o da historiadora Carolina Dellamore (2009)²⁹, que relata a história da militante Gilse Maria Westin Cosenza, nascida em 18 de dezembro de 1943, em Paraguaçu, Minas Gerais. Gilse foi criada em uma tradicional família católica e conservadora do interior mineiro. cursou a chamada Escola Primária em sua cidade e posteriormente estudou internamente em um colégio de freiras só para mulheres em Varginha, até vir para Belo Horizonte fazer o “terceiro grau” no Instituto de Educação de Minas Gerais. A princípio sua militância estava ligada a JEC e, posteriormente, na JUC, desenvolvendo um trabalho de educação, no qual dava aula nas periferias de Belo Horizonte – pois neste período somente a Escola Estadual Central e o Instituto de Educação ofereciam o ensino médio gratuitamente.

²⁸ RIDENTI, Marcelo Siqueira. *As mulheres na política brasileira: os anos de chumbo*. Tempo Social;Ver. Social. USP. S. Paulo.2(2): 113-128.2. sem. 1990. p.4

²⁹ SCARPELLI, Carolina Dellamore Batista. *Marcas da Clandestinidadade: Memórias da ditadura militar brasileira*.263.f. Dissertação (Mestrado em Memória Social) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em História, Rio de Janeiro, 2009, p.72.

Em 1964, Gilse escolheu estudar Serviço Social na UCMG, a fim de permanecer ligada ao trabalho social e humanitário. No dia do Golpe, afirma que saiu da faculdade em direção à Praça Sete, no centro de Belo Horizonte, na intenção de encontrar alguém que a orientasse sobre como agir nesse momento. No entanto, chegando ao local, encontrou militares armados e estudantes perdidos. Nesse exato dia, Gilse se desligou da JUC, afirmando que a estrutura da organização vinculada à Igreja católica não era suficiente para suprir a necessidade de lutar que a mesma ansiava, aliando-se à Ação Popular.

Nas pesquisas feitas nos documentos do grupo Tortura Nunca Mais³⁰, encontrou-se o relato da vida de Inês Etienne Romeu, estudante de História e bancária, que atuou no Sindicato dos Bancários de Belo Horizonte e no movimento estudantil, nos anos iniciais da década de 60 do século XX. Foi militante da VPR, e participou ativamente da luta armada contra o golpe militar.

No fundo DOPS/MG, documentos evidenciam a presença de mulheres resistentes ao golpe, que foram presas e/ou não, tais como Maria Celeste Reis, bancária, residente na Avenida Augusto de Lima, 46, Centro, estudante de direito, que em 3 de junho de 1964 foi detida em manifestação e encaminhada ao asilo “Dom Pastor”, sendo libertada somente em 25 de julho do mesmo ano³¹. Algumas não precisaram nem se manifestar em público para serem detidas, o simples fato de terem seus nomes contidos na lista de 20 assinaturas em papel timbrado pelo Partido Comunista Brasileiro, foi suficiente para levarem as mesmas ao cárcere³².

Do mesmo modo, observa-se que muitas mulheres ficaram presas na penitenciária feminina de Belo Horizonte, como forma de ação preventiva por terem ligação com instituições de esquerda³³. Grande parte das prisões ocorreram logo após o golpe, pois os

³⁰ Disponível em: <http://www.torturanuncamais-rj.org.br> Data de acesso: 9 de nov. 2011.

³¹ Informação contida em: Pasta 0908 (arquivo DOPS/MG). Abril de 1964 a 1974. Imagem: 3. In: APM (Arquivo Público Mineiro). Belo Horizonte.MG.

³² Este é o caso de Conceição de Oliveira Campos, Gizelda Coelho e Maria Fernandes da Silva, detidas por terem seus nomes nesta lista. Informação contida em : Antecedentes Sociais. Pasta 0240 (Arquivo DOPS/MG). Rolo 01. 16 de nov.1964. Imagem: 11. In: APM (Arquivo Público Mineiro). Belo Horizonte.MG.

³³ Heridia Gomes, Maria Celeste Reis, Vania Candida de Almeida Santayanna, Maria de Lourdes Araújo Viana e Maria Ladeira Aragão que era estudante de ciências sociais da Universidade Federal de Minas Gerais, presa por pertencer à ação clandestina denominada Ação Popular. Informações contidas em: Presos políticos durante a Revolução de 64 – inquérito de atividades subversivas. Pasta 5291. 06 de jul.1964.Imagem: 19 e Pasta 0342 (Arquivo DOPS/MG). Rolo 016. Março de 64 à novembro de 75. Imagem: 11. In: APM (Arquivo Público Mineiro). Belo Horizonte.MG.

militares necessitavam efetivar seu regime e tais ações subversivas colocavam em risco a permanência e estabilidade da forma de governo vigente.

Ainda na documentação oficial do DOPS/MG, encontra-se o relatório das ações das ligas femininas de Belo Horizonte³⁴, ligadas essencialmente à AP, JUC, POLOP e ao PC do B, que atuavam diretamente nas favelas da cidade, no intuito de realizar ações de cunho social. Havia as mulheres do PCB, que dentro da própria resolução política do partido³⁵, eram responsáveis pelo apoio às crianças, pela luta contra a carestia e em favor da igualdade de direitos e da melhoria nas condições de vida nos bairros.

Conforme verificado, as mesmas atuavam nas favelas: Vila João XXIII, Padre Lage, Padre Alípio de Melo e na Vila Operário-Estudantil (esta possuía aproximadamente 50 sócias e cada uma tinha sua função³⁶). Eram, em sua maioria, estudantes universitárias, que, além do trabalho social, levavam suas opiniões políticas aos residentes das vilas, prática do MEB, que visava um ensino politizado. Realizavam reuniões a fim de identificar os problemas das comunidades e elaboravam meios de auxiliar os habitantes³⁷. Com essas ações humanistas, conseguiam subir o “morro” para levar panfletos e carros de som de movimentos sindicais, pois acreditavam que os moradores destes espaços não deveriam ser somente espectadores, mas atores conscientes³⁸.

Neste sentido, observa-se também, o caso de Ziláh Souza Spósito (1928-1992), militante da Ação Católica que no ano de 1964, tinha o cuidado com os menores das vilas e

³⁴ Cita-se Maria Leão Carvalho, inspetora de educação do ensino primário, que fazia distribuição nas escolas de boletins folhetos e gravações das reuniões das organizações. Patrícia Pinto Carvalho, estudante de Jornalismo, ligada a AP, no setor de favelas, sua maior função era descobrir necessitados e ajuda-los. Angelina Dutra, intimada a depor por ser secretária da Liga Feminina de Minas Gerais, que desenvolvia um trabalho direcionado ao cuidado de crianças e senhoras. Informação contida em: Favelas. Pasta 3932. Rolo 49. Março de 64. Imagem: 76 a 84. In: APM (Arquivo Público Mineiro). Belo Horizonte.MG.

³⁵ TAVARES, Betzaida Mata Machado. *Mulheres comunistas: representação e atuação feminina no PCB (1945-1979)*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Minas Gerais. 2003.

³⁶ Segundo depoimento de Maria Conceição Moura Silva, as reuniões da Liga Feminina, que atuava na Vila Operário- Estudantil, eram presididas pela mesma que recolhia uma pequena quantia em dinheiro das sócias para o apoio aos necessitados, realizava as reuniões em sua casa, e direcionava as funções de cada uma, sendo auxiliadora ou agitadora de ideais políticos. Informação contida em: Pasta 0932.p. 131. In: APM (Arquivo Público Mineiro). Belo Horizonte.MG.

³⁷ Informação contida em: Pasta 0121. Rolo 11. Março de 64. In: APM (Arquivo Público Mineiro). Belo Horizonte.MG.

³⁸ Dados do relatório de apuração policial – apreensão de material subversivo da AP-MG. Informação contida em: Pasta 4152. Rolo 55. Março de 64. In: APM (Arquivo Público Mineiro). Belo Horizonte.MG.

que lutou por reformas habitacionais dos residentes da Vila do Vilarinho em Belo Horizonte³⁹. Havia também, as mulheres pertencentes aos movimentos estudantis, Diretórios Acadêmicos, Centros Populares de Cultura (CPC) e neste lutavam por reformas educacionais nas universidades e maior apoio à cultura⁴⁰.

Diante disso, observa-se que as mulheres de Belo Horizonte desempenharam papel fundamental na luta pelas Reformas de Base, e, posteriormente ao golpe de 1964, enfrentando o governo estabelecido. Observa-se ainda, que esse ano ocasionou muitas mudanças no modo de viver das mulheres belorizontinas, fazendo com que muitas delas saíssem do espaço-lugar que lhes era imposto, indo à luta, mesmo sabendo que tal engajamento poderia resultar (e resultou) em clandestinidade, prisão e tortura.

Considerações finais

É possível perceber a dicotomia de pensamento existente nas habitantes de Belo Horizonte, no sentido de que, estando em um estado conservador, existiram mulheres que romperam com essa concepção e mulheres que mantiveram essa visão. Entende-se que não foram apenas os movimentos femininos de esquerda que foram à luta, militando em organizações e agitando passeatas, as muitas senhoras e moças que eram contra o comunismo também defenderam uma causa política nas suas “marchas” e manifestações.

De acordo com análises feitas a partir das fontes encontradas nos arquivos e nas produções acadêmicas, viu-se que a universidade neste período era um campo de agitações em favor do comunismo, diferente do lar das donas de casa que defendiam a direita conservadora. Do mesmo modo, entende-se que a LIMDE, apesar de ter alcançado boa parte da população mineira e ter sido vitoriosa com o golpe, não conseguiu disseminar suas ideias no espaço universitário e na vida de muitos indivíduos.

³⁹ Ziláh Spósito, irmã do cartunista Henfil, e do sociólogo Betinho, lutou ativamente pela regulamentação e melhora na condição de vida da Vila do Vilarinho. Sua vitória só alcançou êxito em 1993. ROSA, Maria Lauro Abreu. *O Zilab é logo ali, o Zilab é bem aqui*. Escola Estadual Danile Alvarenga, 2010. Acervo APCBH. Fundo Municipal de Educação.

⁴⁰ Angelina Resende participou da mobilização de reformas universitárias em 25 de fevereiro de 1964. Segundo depoimento da mesma muitas mulheres estavam presentes nas reuniões do setor universitário municipal de Belo Horizonte. Informação contida em: Favelas. Pasta 3932. Rolo 49. Março de 64. Imagem: 76 a 84. In: APM (Arquivo Público Mineiro). Belo Horizonte.MG. Maria Adalgisa Vieira do Rosário foi eleita diretora do CPC da cidade, Maria Beatriz Andrade era secretária, Maria Dativa Sales dirigia o setor de alfabetização, entre outras. Informação contida em: Pasta 0223. Rolo 16. Julho de 63 - Março de 64. Imagem: 93. In: APM (Arquivo Público Mineiro). Belo Horizonte.MG.

Conclui-se que a Igreja Católica apoiou diversas juntas de esquerda, e apesar disso, o maior incentivo das militantes de direita era a manutenção “divina e eucarística” da ordem e da família, pois a Igreja também apoiava o pensamento conservador.

Outro elemento que causa inquietação é o fato das relações de poder político-ideológico-cultural serem determinantes no resultado dos movimentos femininos de Belo Horizonte. Esta discussão ocorre em razão da percepção de que na Liga da Mulher Democrata, as atitudes femininas eram determinadas pelos homens; eles estavam por trás das ações que as mesmas praticavam. Estas questões levam a crer que a submissão a qual estavam sujeitas foi determinante para seu fim. Pois, sabendo que o IPES-MG articulou a criação da LIMDE somente para fortalecer suas ações conspiratórias e legitimar o novo regime instaurado em 1964, sua permanência por muito tempo não faria sentido, visto que o regime militar já estava bem estabelecido no mesmo ano.

No PCB a situação foi diferente, conforme citou a historiadora Betzaida Tavares (2003)⁴¹. Logo após o golpe, o partido passou a valorizar o trabalho das mulheres:

É grande a capacidade de acção política das mulheres. Sua mobilização muito contribuirá para o reforçamento da luta contra a ditadura. É necessário, com esse fim, organizá-las, sob diversas formas, para a luta por suas reivindicações próprias, contra as discriminações sociais e jurídicas, que as colocam em situação de inferioridade na vida brasileira, pela igualdade de direitos da mulher trabalhadora, pela protecção à maternidade e à infância. Também por meio da luta contra a carestia de vida, pela solidariedade aos presos e perseguidos políticos, elas poderão dar importante contribuição democrática.⁴²

Neste sentido entende-se que nos movimentos de contestação a atuação da mulher se fortaleceu, tornando-se o momento em que algumas pegaram em armas e foram para as guerrilhas. Além de irem para a luta armada, se filiaram a outras organizações, surgidas principalmente a partir de 1966, onde se rebelaram contra a falta de liberdade imposta pelo

⁴¹ TAVARES, Betzaida Mata Machado. *Mulheres comunistas: representação e atuação feminina no PCB (1945-1979)*. 151 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em História, Belo Horizonte, 2003, p. 55.

⁴² Documento do VI Congresso do Partido Comunista Brasileiro. Informe de balanço do Comitê Central – Dezembro de 1967. _____. *Mulheres comunistas: representação e atuação feminina no PCB (1945-1979)*. p. 56.

governo, passaram a viver na clandestinamente, foram presas, sobrevivendo a duras ações dos militares.

Diante dessa dicotomia, é necessário que não se valorize a ação de um sujeito em detrimento de outro. Nesse sentido, há que se ter cautela, para que não se deixe de apresentar as múltiplas atuações das mulheres nesse período da história do Brasil.

Outra questão relevante de se problematizar é a posição econômica destas mulheres. Nos movimentos direitistas as militantes pertenciam essencialmente a classe alta dominante na cidade, possuindo situação financeira bastante estável. Segundo Starling (1986):

De fato, nas entrevistas realizadas com essas mulheres, o que mais impressionou à primeira vista foi o fato de serem mulheres tranquilas, discretas, delicadas e quase sempre muito elegantes – o último tipo de pessoa que se imaginaria encontrar como promotora e participante de manifestações de rua que, no pré-64 invariavelmente degeneravam em tumulto⁴³.

Já nos movimentos esquerdistas, apesar de também se ter a presença de pessoas da classe média (como os estudantes), verifica-se a existência de mulheres do campo, operárias e domésticas, que lutavam pelas reformas de base, porque também precisavam que elas ocorressem.

Além destas questões, é imprescindível compreender a situação da mulher como agente social. As ações filantrópicas faziam parte tanto dos organismos de direita, que possuíam no organograma da instituição, políticas públicas destinadas à saúde, educação e catequese. Do mesmo modo que nos de esquerda, com demandas que eram causa social da organização, como as juntas católicas e a Ação Popular, que levavam ações humanistas e sociais nas favelas de Belo Horizonte.

Durante a investigação, percebeu-se que Belo Horizonte foi campo de agitações que modificaram a cena política e cultural, com a presença de mulheres que romperam com as “regras” de gênero de sua época, com a ordem política e legal que estava em vigor, ainda que em meio às mulheres que acreditavam que “vermelho bom, só no batom”⁴⁴.

⁴³ STARLING, Heloisa Maria Murgel. *Os senhores das gerais: os novos inconfidentes e o golpe de 1964*, p. 178.

⁴⁴ Frase de faixas que as mulheres conservadoras carregavam nas “Marchas da Família com Deus pela Liberdade”. _____. *Os senhores das gerais: os novos inconfidentes e o golpe de 1964*, p. 178.

Ao findar essa discussão, entende-se que a trajetória das senhoras e jovens de 1964, ao lutarem por seus ideais em organismos de esquerda ou direita, subverteram papéis tradicionais de gênero ou os mantiveram, influenciando o imaginário feminino existente até a atualidade.

A partir do entendimento desses dois caminhos traçados, é possível entendê-las como sujeito político e cultural da história contemporânea do Brasil, pois as mesmas aturam efetivamente para transpor os limites do espaço privado para o público. Considera-se que a atuação das belorizontinas, dentro da cultura política inerente a cada uma, foi responsável por acontecimentos e transformações em Belo Horizonte, em Minas Gerais, e por consequência, no Brasil.

Recebido em: 08/12/2013

Aprovado em: 04/02/2014

A Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e a construção social da ditadura civil-militar no Rio Grande do Sul

Eduardo dos Santos Chaves
Doutorando em História

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
educhaves4@hotmail.com

RESUMO: A organização da Aliança Renovadora Nacional (ARENA) ocorreu após a extinção de todos os partidos políticos existentes até 1965, quando foi necessário abrigar em duas legendas os representantes das diversas correntes políticas até então existentes. No Rio Grande do Sul, as tratativas para a formação da ARENA seguiram um arranjo partidário já existente no período anterior ao fechamento dos partidos, proveniente de um acordo político estabelecido para as eleições estaduais de 1962. Nesse sentido, se por um lado os contatos iniciais foram facilitados por já haver esta aproximação, por outro, percebe-se que a organização do partido foi palco de diversas disputas, no que diz respeito à escolha dos representantes que ocupariam a direção partidária, e também no que se refere à escolha dos candidatos ao executivo e ao legislativo. O presente artigo procura discorrer sobre a formação da ARENA no Rio Grande do Sul, percebendo quais os elementos que permearam a formação desse partido, bem como suas relações com o regime civil-militar.

PALAVRAS-CHAVE: Ditadura civil-militar, Direitas, ARENA.

ABSTRACT: The organization of the National Renewal Alliance (ARENA) occurred after the extinction of all existing political parties until 1965, when it was necessary to shelter in two legends representatives of various political tendencies hitherto existing. In Rio Grande do Sul, the negotiations for the formation of the ARENA followed an already existing prior to the closing party period partisan arrangement, from a political agreement for the state elections 1962. Accordingly, if on one hand the initial contacts were facilitated by this approach already there, on the other, it is perceived that the party organization played host to several disputes with regard to the choice of representatives who occupy the party leadership, and also with regard to the choice of candidates for the executive and the legislative. This Communication seeks to discuss the formation of the ARENA in Rio Grande do Sul, realizing what elements permeated the formation of this party, as well as its relations with the civilian - military regime.

KEYWORDS: Civil-military dictatorship, Right, ARENA.

Introdução

Há diversos trabalhos que versam sobre grupos, organizações e indivíduos que se situam à direita¹ do espectro político brasileiro. São trabalhos sobre as ideias e as práticas dos anticomunistas, sobretudo nas décadas de 1930 e 1960 do século XX, sobre a atuação dos integralistas, assim como sobre as organizações de extrema direita². No entanto, são escassas as investigações acerca da atuação dos setores conservadores da sociedade brasileira durante a ditadura civil-militar, daqueles que estiveram ao lado dos "gorilas" na condução do regime. Os poucos estudos sobre as bases sociais da ditadura, sobre como foram criados os consensos em regimes não democráticos, abre espaço para uma memória coletiva que se diz história e que nos fornece o seguinte diagnóstico sobre o período: a partir da derrubada de João Goulart, em 31 de março de 1964, a direita teria se "acalmado" frente às ações do novo regime, isto é, os militares "anestesiaram" seus ânimos e anseios³. Tal constatação não nos permite pensar a ditadura inaugurada a partir de 1964 como uma construção social, na qual setores importantes da sociedade forneceram legitimidade ao novo governo e, principalmente, colaboraram para os êxitos da ditadura. Ao contrário, ela acredita que a ditadura foi obra única e exclusivamente de uns poucos militares que aspiravam à derrubada de Jango e a perseguição aos setores progressistas da sociedade brasileira. Essa visão, consolidada a partir da Lei de Anistia de 1979, colaborou para a cristalização de uma memória coletiva que retirou os apoios conferidos

¹ A partir das considerações de Norberto Bobbio, as direitas seguem ideais que, por sua vez as definem, assim como definem suas práticas políticas. Para Bobbio, há onze ideais: (1) o individualismo que deve prevalecer sobre a busca da igualdade; (2) a intuição (irracionalismo); (3) tudo o que é sagrado deve primar sobre o profano; (4) a valorização da família tradicional (restrições ao divórcio, proibição do aborto e da homossexualidade); (5) o elogio da nobreza e do heroísmo; (6) o racismo; (7) o militarismo e a obsessão com a defesa e a segurança nacional; (8) o crescimento econômico que deve prevalecer sobre a preservação do meio ambiente e dos interesses mais imediatos dos trabalhadores; (9) o anticomunismo, a valorização da ordem, do machismo e da hierarquia (horror à anarquia); (10) a tradição e o conservadorismo e, portanto, a identificação permanente com as classes superiores da sociedade; (11) a valorização da teoria da retribuição no Direito Criminal, ou seja, penas severas para os criminosos, o que pode incluir a defesa da legalização da pena de morte. Ver; BOBBIO, Norberto. *Direita e Esquerda: razões e significados de uma distinção política*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

² Sem a pretensão de trazer uma extensa bibliografia sobre as direitas brasileiras, destacamos algumas obras que se tornaram referências sobre o tema. RODEGHERO, Carla Simone. *O diabo é vermelho: imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945-1964)*. Passo Fundo: UPF, 2003; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o 'Perigo Vermelho': o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva/Fapesp, 2002; DUTRA, Eliana de Freitas. *O ardil totalitário: imaginário político no Brasil dos anos 30*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997.

³ Podemos dizer que essa perspectiva decorre primeiramente do sucesso de obras de memórias e autobiografias, publicadas a partir do final do regime, por ex-militantes das esquerdas armadas que retornavam ao país com o processo de abertura política. Posteriormente, tal ponto de vista, endossado por parcela da historiografia, entende a ditadura como uma disputa entre a sociedade, os homens de bem que lutavam pelo fim do arbítrio e o retorno da democracia, e os algozes, militares que haviam tomado o poder, sob uma pretensa ameaça comunista, para defender os interesses das classes dominantes. Para uma análise crítica sobre este aspecto, precisamente da obra "*1964: a conquista do Estado – ação política, poder e golpe de classe*", de René Armand Dreiffus, de 1981, ver: BENEVIDES, Maria Victória. *64, um golpe de classe?*. Lua Nova, São Paulo, n. 58, 2003.

à ditadura por parcela da sociedade e solidificou uma visão que *vitimiza* a sociedade, como se esta tivesse apenas resistido ao regime imposto pelos militares⁴. Segundo as historiadoras Denise Rollemberg e Samantha Viz Quadrat:

Falar das resistências é também - para além das reconstruções *a posteriori* [...] - uma maneira de afirmar a sobrevivência do livre-arbítrio, mesmo em situações as mais adversas. Passado o confronto - da afirmação, da luta contra a negação, mesmo que as tiranias jamais tenham desaparecido - é preciso superá-lo, ir adiante. O trabalho militante diferencia-se, pois, do trabalho do historiador.⁵

Foi nesse sentido, pensando nessa construção memorialística do pós-1979, que o historiador Daniel Aarão Reis Filho questionou a ideia de que toda a sociedade teria resistido à ditadura. Para ele, essa cristalização colaborou com a ideia de que a sociedade, sempre prezando pela democracia, viveu a ditadura como um “pesadelo que é preciso exorcizar, ou seja, a sociedade não tem, e nunca teve, nada a ver com a ditadura”⁶. Porém, tal abordagem esqueceu as diversas manifestações de adesão e simpatia que floresceram durante o regime civil-militar. Além das Marchas da Família com Deus pela Liberdade, ocorridas antes e após o 31 de março de 1964, o regime contou com vários apoios, que colaboravam na legitimidade de suas ações⁷. Isso se reflete inclusive na sua duração, pois, como questionou Reis Filho: “como

⁴ É importante apontar a produção de duas historiadoras, Denise Rollemberg e Samantha Viz Quadrat, que nos últimos anos estiveram atentas ao exame das relações complexas entre sociedade e ditadura. Foram publicados, sob a coordenação das duas historiadoras, quatro volumes que demonstram as reflexões de 37 pesquisadores, de instituições nacionais e estrangeiras, sobre as relações das sociedades de diferentes países e continentes ao longo do século XX com regimes autoritários/ditatoriais e a compreensão de como estes regimes foram produtos sociais, capazes de construir consenso, constituindo-se não exclusivamente – nem sobretudo – pela coerção e por uma suposta manipulação. ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz. (Org.). *A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. Brasil e América Latina, v. 1.

⁵ ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz. (Org.). *A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX*, p. 12.

⁶ REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura, anistia e reconciliação*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v.23, n.45, p.171-186, jan./jun. 2010, p. 178.

⁷ Das manifestações ocorridas nesse período, as Marchas da Família com Deus pela Liberdade constituíram-se em importantes atos que colaboraram com a derrubada do governo de João Goulart, sobretudo a marcha ocorrida em 19 de março de 1964, em São Paulo. Outras, da mesma forma, ocorreram pelas cidades do interior do país. Para maiores detalhes a respeito, ver os seguintes trabalhos: PRESOT, Aline Alves. *As Marchas da Família com Deus pela Liberdade e o Golpe de 1964*. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Programa de Pós Graduação em História, Rio de Janeiro, 2004. Sobre as entidades femininas que atuaram na deposição do Governo de João Goulart, bem como na legitimação do regime civil-militar, ver os seguintes trabalhos: CORDEIRO, Janaina Martins. *Direitas em movimento: a Campanha da Mulher pela Democracia e a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009; SESTINI, Dharana Pérola Ricardo. *A “mulher brasileira” em ação: motivações e imperativos para o golpe militar de 1964*. Dissertação (Mestrado) - Universidade de São Paulo (USP), Programa de Pós Graduação em História, São Paulo, 2008; e SIMÕES, Solange de Deus. *Deus, Pátria e Família*. As Mulheres no Golpe de 1964. Petrópolis: Vozes, 1985.

este durara tanto tempo sem viva alma que o apoiasse?”⁸ É preciso, nesse sentido, investigar os conservadores brasileiros que atuaram no regime, seja na militância política, nas organizações paramilitares, na tortura ao lado de militares etc. De acordo com Rodrigo Patto Sá Motta:

É preciso observar os grupos e militantes das direitas como agentes políticos, compreender seus objetivos, valores e interesses que, é fundamental perceber, expressam anseios de segmentos sociais importantes. Naturalmente, isso não significa perdoar as violências e crimes cometidos, que precisam ser conhecidos, denunciados e, quem sabe, punidos. Mas, significa inscrever tais ações nos respectivos projetos políticos e situá-los na confluência entre certos contextos e estruturas.⁹

Analisar as mais diferentes formas de pensar e atuar das direitas não significa, como afirmou o Rodrigo Patto Sá Motta, situar-se ao lado dos "algozes", como se o historiador tivesse tomado partido dentro de um quadro de disputas pela memória do regime. Da mesma forma, analisar os conservadores durante a ditadura não corresponde naturalizar suas práticas violentas que resultaram em mortes e desaparecimentos. Como pontuaram Rollemberg e Quadrat:

Em determinados meios – mesmo acadêmicos – ainda sobrevive a crença segundo a qual afirmar a legitimidade de um regime autoritário ou ditatorial, o apoio de significativas parcelas da sociedade, sobretudo quando se trata de camadas populares, é o mesmo que defendê-los. Como se a luta política contra o autoritarismo e a ditadura justificasse a deformação da análise, da interpretação, a informação. [...] Afirmar que um tirano foi amado por seu povo não significa concordar com a tirania, apoiar suas ideias e práticas. Tampouco o falseamento das relações da sociedade com o autoritarismo deve ser um instrumento válido e útil para combatê-lo. Ao contrário, conhecê-las é o primeiro passo para transformá-las. São os valores e as referências, as culturas políticas que marcam escolhas, sinalizando relações de identidade e consentimento, criando consensos, ainda que com o autoritarismo. Aliás, a deturpação da informação, do conhecimento, não seria também um ato autoritário?¹⁰

⁸ REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura, anistia e reconciliação*, p. 174.

⁹ MOTTA, Rodrigo P. S. *História, Memória e as disputas pela representação do passado recente. Patrimônio e Memória*, São Paulo, Unesp, v. 9, n. 1, janeiro-junho, 2012, p. 65.

¹⁰ ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz. (Org.). *A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX*, p. 12.

A formação do partido

Partindo dessas reflexões e questionamentos, o presente texto pretende investigar o surgimento da Aliança Renovadora Nacional (ARENA) no Estado do Rio Grande do Sul, verificando as principais questões que estiveram em pauta quando de sua formação¹¹. É importante frisar que a dinâmica político-partidária gaúcha anterior ao bipartidarismo deve ser vista a partir da constante disputa entre duas forças existentes: o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o "bloco conservador", liderado pelo Partido Social Democrático (PSD). Essa polarização, PTB *versus* anti-PTB, além de diferenciar a dinâmica gaúcha de outras competições em nível nacional, colaborou na organização dos dois partidos que surgiram a partir do AI-2: a ARENA e o MDB. Se no Rio Grande do Sul o "porta voz" dos conservadores foi o PSD, que migrou em "massa" para a ARENA, no restante do Brasil o partido chegou a compor com os trabalhistas e disputou pleitos eleitorais com a União Democrática Nacional (UDN).

Nesse sentido, a ARENA embora tenha sido um partido que colaborava com a ditadura, dando sustentação e legitimidade a vários atos dos governos dos cinco generais-presidentes, sua trajetória não deve ser resumida a de um partido que servia aos interesses do regime. Pelo contrário, é importante pensar, antes de tudo, que na ARENA ocorreram disputas e discordâncias em relação a diversas medidas apresentadas pelo governo federal, além de cisões e discussões acaloradas que permearam os partidos nas esferas estaduais e municipais, como é o nosso caso. A partir de 1965, com a criação do partido, é fundamental frisar o rearranjo partidário que articulava políticos das antigas legendas, muitas vezes adversários em pleitos eleitorais anteriores a 1965. É preciso considerar que estas disputas estavam distantes de ameaçar o regime ditatorial no Brasil e a legitimidade do recentemente criado partido "revolucionário". Conforme Lucia Grinberg:

É certo que havia disputas permanentes nos diretórios da Arena e que uma das questões mais difíceis para os arenistas era tornar possível a convivência, em um só partido, de lideranças de várias legendas extintas, principalmente da UDN e do PSD, tradicionais adversários políticos desde 1945. Mas talvez a Arena fosse mesmo um dos maiores partidos do Ocidente, já que reuniu a maior parte dos políticos em atividade quando fundada em 1965. Na época, construiu diretórios municipais por todo o território nacional, o que

¹¹ Sobre a atuação da Aliança Renovadora Nacional (ARENA) no Brasil, ver: GRINBERG, Lucia. *Partido Político ou bode expiatório: um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional – ARENA – (1965-1979)*. Rio de Janeiro: Mauad/FAPERJ, 2009.

demonstra um grande esforço organizacional. Além disso, após a sua extinção, em 1979, deu origem aos dois maiores partidos conservadores do período democrático inaugurado em 1984: o PDS e, posteriormente, o PFL.¹²

No Rio Grande do Sul, a edição do Ato Institucional nº 2 (AI-2) contou com o apoio de políticos e do próprio governador na época Ildo Meneghetti¹³. Conforme matérias veiculadas pelo jornal *Diário de Notícias*¹⁴ nesse período, o grupo político que apoiava o governo Castello Branco, apesar de vir a lamentar a perda de sua sigla partidária, acabou, grosso modo, aceitando a medida. O jornal apresentava a ideia de que essa mudança não trouxe maiores revoltas, pois os partidos já há tempos teriam perdido a confiança do povo e estariam resumidos ao simples agrupamento em torno de siglas partidárias. A essência dos partidos há muito estaria deturpada, o que era prejudicial ao processo político. Dessa forma, a dissolução das agremiações partidárias poderia permitir a reorganização da vida política brasileira, mas, para tanto, seria necessário, atrair também elementos novos para o cenário político, pois, de outra maneira, havia o risco de não promover a renovação necessária, fazendo-se somente uma substituição de siglas partidárias. Ainda havia a notícia, segundo a imprensa, de que na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, a indefinição em relação às medidas futuras a serem tomadas na política refletiu-se na diminuição do interesse dos deputados em relação à apresentação de projetos e até mesmo para ocupar a tribuna. À medida que os novos partidos foram se configurando, os debates políticos assumiram novas feições.

Após a decretação do AI-2, havia especulações, espalhadas pela imprensa, sobre a possibilidade de formar até três partidos: um que apoiasse a “Revolução de março de 1964”, um segundo de oposição e um terceiro, que congregaria políticos considerados de “centro”. A nova legislação impedia grandes possibilidades de arranjos partidários. Além disso, para se somar a essa situação de desarticulação partidária foi decretado em 20 de novembro de 1965 o Ato Complementar nº 4 (AC-4), determinando que as novas organizações partidárias deveriam possuir no mínimo 120 deputados federais e 20 senadores. Nesse sentido, só seria possível a

¹² _____, *Partido Político ou bode expiatório: um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional – ARENA – (1965-1979)*, p. 12.

¹³ Como governador do estado do Rio Grande do Sul, Meneghetti tinha um posicionamento político muito bem definido com diversos grupos que colaboraram na desestabilização do governo de João Goulart. No entanto, é importante destacar que após o bipartidarismo e o surgimento da ARENA no Rio Grande do Sul, Meneghetti, mesmo sendo substituído por Walter Peracchi Barcelos, declarava na imprensa que “faça parte ou não da ARENA apoiarei os candidatos indicados por ela”. *Correio do Povo*, 02/02/1966, p. 22.

¹⁴ *Diário de Notícias*, 03/02/1966, p. 13.

criação de três partidos políticos, visto que o Congresso comportava naquele contexto 409 deputados e 66 senadores.

Conforme Maria D’Alva Gil Kinzo, o AC-4 criava um quadro partidário que dividiria a política brasileira entre aqueles que apoiavam ou não o governo: “tratava-se de aglutinar num só partido todos os parlamentares e correntes políticas que apoiavam o regime implantado pelo movimento militar de 1964, deixando do lado de fora, para a constituição de um partido de oposição, as forças políticas residuais”¹⁵.

Esse quadro de normas para a constituição de novas organizações partidárias provocaram diversas reações. Muitos grupos aplaudiam as medidas governamentais, inclusive defendendo abertamente as medidas estabelecidas. No entanto, outros se mostravam receosos diante das possibilidades de organização dos arranjos políticos dali em diante. Na segunda metade do mês de novembro de 1965, o jornal *Diário de Notícias*¹⁶ já apontava a possibilidade de funcionarem apenas dois partidos políticos.

Diante das novas regras estabelecidas, um grupo se organizou e aglutinou, em um único partido, políticos que faziam a defesa do regime estabelecido, o que repercutia na articulação, e posterior criação, de apenas mais uma agremiação partidária. Com dificuldades de recrutar o número mínimo de membros, sobretudo de senadores, foi criado o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), em 4 de dezembro de 1965. De acordo com Kinzo, as dificuldades na criação do MDB se deram em função de muitos políticos não verem como atrativa a ideia de participar de um partido de oposição num regime autoritário.

Já a ARENA não enfrentou problemas para atingir o número mínimo de membros, porém encontrou grandes dificuldades na sua organização, em função de aglutinar diversas correntes políticas, que tinham praticamente como único objetivo a defesa da ditadura, como foi posto acima. No Rio Grande do Sul, assim como em outras localidades do Brasil, a ARENA congregou os membros da Ação Democrática Popular (ADP), um bloco partidário criado antes das eleições estaduais de 1962 que reunia PSD, PL, PDC, PRP e UDN. Segundo Ângela Flach, “este grupo de partidos elegeu Ildo Meneghetti ao governo do Estado no pleito de 1962. A ADP foi criada para fazer oposição ao PTB, que até 1962 ocupou, com Leonel

¹⁵ KINZO, Maria D’Alva Gil. Novos partidos: o início do debate. In: LAMOUNIER, Bolívar (org.). *Eleições e mudança política no Brasil (1970-1979)*. São Paulo: Vozes, Cebrap, 1980, p. 219.

¹⁶ *Diário de Notícias*, 23/11/1965.

Brizola, o governo estadual.”¹⁷ Além da coligação para as eleições estaduais, houve uma tendência de também fazer coligações entre esses partidos para as eleições municipais de 1963.

Por apresentar essa diversidade em sua composição, a ARENA enfrentou, ao longo de sua trajetória, acirradas disputas internas. Para isso, o meio encontrado pelo governo para apaziguar essas disputas foi a formação de sublegendas, que possibilitava que diferentes grupos, agora atuantes no mesmo partido, concorressem ao mesmo cargo nas disputas eleitorais.

Em 15 de março de 1966, tanto a ARENA quanto o MDB passaram a ter existência legal. No Rio Grande do Sul, a ARENA foi criada em 27 de janeiro de 1966 e era formada pelos seguintes órgãos no Estado: Comissão Diretora Regional, composta por 71 membros, Conselho Fiscal, com três membros e três delegados. A participação da ARENA gaúcha no Diretório Nacional também se fez presente com Tarso Dutra (ex-PSD), Daniel Krieger (ex-UDN), Euclides Trichês (ex-PDC) e Brito Velho (ex-PL).

Na direção da ARENA gaúcha estiveram reunidos membros dos seguintes partidos extintos: PSD, PL, PRP, PDC e UDN. O primeiro presidente do Diretório Regional foi o deputado Francisco Solano Borges, ex-PL. De acordo com a imprensa da época, outros políticos estavam interessados na presidência do partido, como Sinval Guazzelli, ex-UDN, Alberto Hoffmann, ex-PRP, e José Sperb Sanseverino, ex-PDC. Essa mesma composição da ARENA estadual, com a arremontagem de diversos partidos políticos, também foi percebida em muitos dos municípios gaúchos. Tal constatação nos leva a pensar que o surgimento da ADP, nas vésperas das eleições estaduais de 1962, facilitou, de certa forma, os contatos entre os membros de partidos políticos diversos na organização da ARENA gaúcha. No entanto, essas mesmas tratativas não minimizaram as disputas envolvendo os nomes que deveriam compor as Comissões Diretoras Municipais, bem como os órgãos das esferas estaduais e federais. De acordo com Grinberg, "ao extinguir os partidos, o AI-2 criou novos conflitos, pois fortaleceu o poder executivo e gerou um desequilíbrio entre os grupos que apoiavam o movimento".¹⁸

¹⁷ FLACH, Ângela, HEINZ, Flávio Madureira, VARGAS, Jonas Moreira, MILKE, Daniel Roberto. *O Parlamento nem tempos interessantes: breve perfil da Assembleia Legislativa e de seus deputados (1947-1982)*. Porto Alegre: CORAG, 2005, p. 55-56.

¹⁸ GRINBERG, Lucia. *Partido Político ou bode expiatório: um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional – ARENA – (1965-1979)*, p. 40.

Conforme Flach, foi muito perceptível o quanto “o pertencimento aos antigos partidos políticos acabou assumindo importância no momento de organização da ARENA nas esferas municipais.”¹⁹ Em diversos momentos da trajetória do partido no Rio Grande do Sul percebeu-se que nas negociações políticas para os pleitos eleitorais municipais prevaleciam antigas alianças anteriores a 1965, o que evitava que a ARENA fosse monopolizada por uma antiga agremiação.

Em relação às alianças, os candidatos, os eleitores e os votos conferidos à ARENA, Lucia Grinberg nos chama a atenção para os resultados eleitorais do partido, demonstrando que esses resultados significavam o apoio de grande parte da sociedade ao regime. No entanto, Grinberg considera importante não somente atentarmos para o número de votos, mas também às pessoas que se candidataram e receberam esses votos, pois, segundo ela “[...] o voto não é orientado apenas pela legenda, mas em grande parte pelo reconhecimento do candidato pelo eleitor.”²⁰ Ou seja, é importante que se conheça os vínculos entre os candidatos da ARENA e seu eleitorado antes do golpe civil-militar de 1964 e o novo regime.

Uma das principais polêmicas que permearam a formação do partido no Rio Grande do Sul foi a proposta de manutenção ou não do acordo eleitoral estabelecido entre os partidos que compunham a ADP. Conforme Flach²¹, o acordo estabelecia que a cada ano do governo Meneghetti, a Presidência da Assembléia Legislativa caberia a um dos partidos que compunham a sua base de sustentação. Para o ano de 1966, portanto, o protocolo firmado estabelecia que a Presidência da Mesa caberia ao PRP e, dessa forma, os perrepostas engajaram-se no sentido de que tal ponto fosse cumprido, sendo que indicariam o nome de Alberto Hoffmann para essa função. Diversos políticos se mostraram contrários à manutenção do acordo político, uma vez que não existiam mais os partidos, o que os desobrigava a votarem conforme as normas anteriores ao AI-2. Os membros desses antigos partidos entendiam que extintas essas agremiações políticas, automaticamente estava extinto o

¹⁹ FLACH, Ângela, HEINZ, Flávio Madureira, VARGAS, Jonas Moreira, MILKE, Daniel Roberto. *O Parlamento nem tempos interessantes: breve perfil da Assembléia Legislativa e de seus deputados (1947-1982)*, p. 55.

²⁰ GRINBERG, Lucia. Uma memória política sobre a Arena: dos “revolucionários de primeira hora” ao “partido do sim, senhor”. In: REIS FILHO, Daniel Aarão (Org.). *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)*. Bauri, SP: Edusc, 2004, p. 148.

²¹ FLACH, Ângela, HEINZ, Flávio Madureira, VARGAS, Jonas Moreira, MILKE, Daniel Roberto. *O Parlamento nem tempos interessantes: breve perfil da Assembléia Legislativa e de seus deputados (1947-1982)*. Porto Alegre: CORAG, 2005, p. 56.

protocolo estabelecido pela ADP²². O debate foi bastante acirrado dias antes da eleição da nova mesa da Assembleia, durante o mês de março de 1966.

Apesar dos perrepistas se empenharem para fazer valer o antigo acordo estabelecido pela ADP, na eleição de 10 de março de 1966 foi escolhido o nome de Alfredo Hoffmeister (ex-PSD), para ocupar a Presidência da Assembleia. Esse fato gerou descontentamentos por diversos setores da ARENA, que desejavam o cumprimento do acordo anterior. Na ocasião foi inclusive publicada uma nota na imprensa na qual alguns deputados da ARENA declaravam que “a ética e as boas normas de convivência política deveriam manter o protocolo válido.”²³ Esse ponto, portanto, não desagradou somente os ex-militantes do PRP, mas homens de antigas correntes partidárias, o que demonstra que a ARENA gaúcha desde o seu surgimento já apresentava acirradas disputas internas.

Duas questões acima nos chamam a atenção diante da escolha da presidência da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. A primeira diz respeito à disputa interna na ARENA gaúcha e a permanência de afinidades políticas entre os membros de partidos políticos extintos. Ou seja, havia ligações e afinidades políticas entre os gaúchos da ARENA, anteriores a 1964. Afinidades que se materializavam como reflexos de antigas alianças políticas que se constituíram ao longo da história contemporânea do Rio Grande do Sul. A segunda questão se refere às declarações dos deputados arenistas descontentes com a vitória de Alfredo Hoffmeister à Presidência da Assembleia. Nos pronunciamentos é perceptível a expressão ética como uma palavra-chave na condução do novo partido político então fundado, a ARENA. Essa expressão parece ser uma tentativa de demonstração, por parte dos gaúchos arenistas em se distinguir dos companheiros partidários de outros estados. Em diversos pronunciamentos dos deputados estaduais, que constam nos *Anais da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul*, há passagens em que esses se intitulam membros do “partido da ética”, na tentativa de se desvincular de outras diretorias regionais.

Embora façam parte de um partido político nacional, os arenistas gaúchos, sobretudo deputados federais, estaduais, prefeitos e vereadores, discutiram, no decorrer da trajetória do partido, questões de âmbito regional, o que, provavelmente, contribuía para a formação da ideia de um partido no Rio Grande do Sul diferente dos demais estados do Brasil. Além da já mencionada disputa política anterior ao bipartidarismo, acontecimentos políticos nacionais

²² “A ARENA tenta manter o protocolo dos ex-partidos”. *Correio do Povo*, 5/3/1966, p. 7.

²³ “Repercuta ainda a vitória da ARENA: revelas interpretações dos fatos”. *Correio do Povo*, 20/3/1966, p. 7.

como a decretação do AI-5, em dezembro de 1968, as inúmeras denúncias de torturas contra presos políticos, a continuidade das cassações de mandatos, os expurgos em instituições públicas fizeram com que muitos arenistas se pronunciassem contrários às medidas adotadas. Toda a trajetória do partido vai ser pautada por discussões entre as esferas federais e estaduais nem sempre orientadas pela "obediência" ao executivo. No Rio Grande do Sul, as eleições de 1968, 1970, 1972, 1974, 1976 e 1978 definiram uma nova dinâmica nos pleitos eleitorais, que marcou o crescimento e o declínio da ARENA. Nas eleições de 1968, a ARENA, com três anos de existência, conquistou inúmeros votos, elegendo prefeitos e vereadores em diversos municípios, inclusive em regiões anteriormente dominadas pelos trabalhistas, como é o caso da região metropolitana de Porto Alegre, em que os arenistas foram eleitos nas cidades de Viamão, Guaíba e Gravataí. O resultado das eleições de 1968 pode ser visto, em parte, como a continuidade das alianças tecidas nas eleições de 1959, em que os conservadores, liderados pelo PSD, estiveram engajados na luta contra o PTB. Da mesma forma, tais resultados também representavam um aval dado pelos eleitores ao novo regime.

Depois da polêmica em relação à Presidência da Assembleia Legislativa, um novo fato tornou-se palco das disputas partidárias. A partir da edição do Ato Institucional nº3, em 5 de fevereiro de 1966, a escolha dos governadores dos estados seria realizada pelas Assembleias Legislativas. Para escolher seu candidato, a ARENA realizou uma convenção, da qual saiu vitorioso o Coronel Walter Peracchi Barcellos, que obteve 252 votos, contra 236 votos conferidos para Tarso Dutra e 15 para o Professor Ruy Cirne Lima.

Mesmo ganhando na convenção da ARENA, Peracchi Barcellos não conseguia garantir sua vitória ao governo do Estado, sendo que o MDB possuía maioria dos deputados na Assembleia. Além disso, um grupo formado por trinta e um deputados, em sua grande maioria de oposição, articulava a candidatura do Professor Ruy Cirne Lima para o governo do Estado, o que aparentemente seria uma vitória certa. A reação dos militares, com o apoio de setores civis, inclusive de deputados arenistas, foi a cassação dos mandatos de sete deputados estaduais no mês de julho de 1966. As cassações não eram nenhuma novidade no Brasil daquele ano, uma vez que a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul já estava modificada desde 1964, quando ocorreram as primeiras cassações de mandatos.

Diante das cassações de julho de 1966, os deputados da oposição já não eram mais a maioria da Assembleia, pois os candidatos convocados para assumir os mandatos não podiam

ser os suplentes dos deputados cassados. Assim, a candidatura de Ruy Cirne Lima nem sequer foi oficializada.

Dessa forma, a vitória de Peracchi Barcellos estava garantida. Na eleição realizada em setembro de 1966, à qual compareceram somente os deputados da ARENA, Peracchi recebeu os votos de vinte e três deputados, sendo que outros três deputados, contrariando a orientação do partido, acabaram votando em branco. Os deputados do MDB não compareceram à sessão de escolha do novo governador e publicaram uma nota de protesto pelas condições em que teria ocorrido a eleição, visto que o governador havia sido escolhido por um número de deputados que representavam pouco mais de um terço da representação popular legitimamente eleita.

Considerações finais

Ao longo da ditadura civil-militar no Rio Grande do Sul, os debates entre os deputados do MDB e da ARENA serão acirrados. As acusações por parte do MDB de que a ARENA e/ou que os militares realizavam diversas manobras políticas para se estabelecer no poder são constantes. No entanto, isso não anula a existência dos arenistas no Rio Grande do Sul e muito menos suas expressivas votações nos pleitos eleitorais ao longo dos anos 70 e, inclusive, a permanência de políticos como deputados, prefeitos e vereadores após a abertura política. Esses dados são importantes para pensar nas permanências das alianças político-partidárias e no estabelecimento das relações desses políticos com seu eleitorado após o final do regime. Além disso, isso nos permite pensar, de certa forma, em uma cultura política autoritária, uma vez que esses políticos defendiam abertamente o projeto de modernização conservadora da ditadura, a cassação de mandatos, os expurgos em universidades e escolas, a eliminação física dos grupos de guerrilha e, em alguns casos, a tortura. Se receberam um considerável número de votos é por que tinham aceitação de parcelas importantes da sociedade gaúcha, que nem sempre foi resistente quanto se imaginou.

Os debates seguidamente se pautavam sobre declarações que eram prestadas por um deputado da ARENA e rebatidas por membros do MDB e vice-versa. Em diversos momentos em que o governo tomava medidas polêmicas, os deputados do MDB ocupavam a tribuna manifestando a sua contrariedade ao que estava sendo colocado. Já os deputados da ARENA, por sua vez, buscavam justificar tais medidas, defendendo sua necessidade. No entanto, não

podemos imaginar que todas as medidas adotadas pela ditadura foram acatadas pelos arenistas. Ao mesmo tempo em que não podemos pensar na inexistência de diálogos, muitas vezes elogiosos, entre políticos do MDB e da ARENA. Em agosto de 1977, por exemplo, na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, a então deputada Dercy Furtado (ARENA) reproduziu seu depoimento, prestado na Comissão Parlamentar de Inquérito do Senado Federal, sobre a situação da mulher no Brasil. Na ocasião, Furtado fez inúmeros apontamentos em relação ao tema e declarou, ao final do pronunciamento, sua afinidade com os "revolucionários" de 1964.

Passados os piores momentos de nossa História, quando a intranquilidade residia nos lares, quando as decisões exigiam cirurgia e operações corretivas, formou-se na opinião pública o consenso de normalidade, procedida, antes que tudo, pelo retorno do primeiro dos direitos, adotado pela constituição revolucionária, qual seja, o direito de defesa. A inteligência dos nossos dirigentes, que sempre souberam construir uma História incruenta da qual tanto nos orgulhamos e o espírito democrático dos nossos maiores líderes, certamente encontrarão o caminho para recolocar em nossas instituições, a pedra fundamental do direito de defesa.²⁴

Dercy Furtado era uma arenista e, assim como boa parte dos membros do partido, se posicionava de maneira favorável em relação às medidas adotadas pelo regime, inclusive considerando-as como fundamentais, "cirúrgicas" como mencionou. Porém, é surpreendente que na sequência do seu pronunciamento, o deputado estadual Pedro Simon, ex-PTB e uma das grandes lideranças do MDB gaúcho, tenha feito elogios a deputada, afirmando que: "[...] foi com grande, grande alegria [...] que assisti parte de seu pronunciamento no Congresso Nacional."²⁵ Ele se referia aos pontos relativos à situação da mulher no Brasil. Embora não tenha se preocupado com a reverência de Furtado em relação ao golpe de março de 1964 e à própria ditadura, esses elogios apontam para as relações nem sempre pautadas pela animosidade entre MDB e ARENA. Aliás, após o fim do bipartidarismo e o surgimento de novos partidos políticos, a partir de 1979, não foram poucos os arenistas que migraram para partidos que aglutinaram, em sua grande parte, ex-militantes das esquerdas armadas e políticos considerados de esquerda. Furtado, por exemplo, após a extinção da ARENA, se filiou ao Partido Democrático Trabalhista (PDT), agremiação que tinha em suas fileiras o ex-governador Leonel Brizola, o deputado Alceu Collares e a ex-guerrilheira Dilma Rousseff.

²⁴ *Anais da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul*, 25 de agosto de 1977, p. 542.

²⁵ *Anais da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul*, 25 de agosto de 1977, p. 542.

Durante sua trajetória, a ARENA foi considerada o partido que dava sustentação ao regime militar no Brasil. Mas sua atuação não deve ser resumida a isso, pois, como já foi dito, o partido reuniu antigas agremiações políticas, que durante a ditadura vão disputar a direção partidária, assim como os votos dos eleitores. Com certeza, podemos dizer que nos momentos de crise ou não do regime, os arenistas vão se colocar ao lado do governo, garantindo a aprovação de projetos, assim como defendendo os Atos Institucionais. No entanto, concordo com Lucia Grinberg quando afirma que a ARENA não existiu como entidade abstrata, e, sim, como o resultado de práticas de milhares de pessoas em todo o território nacional, como eleitores, simpatizantes, militantes e políticos.

No Rio Grande do Sul, a trajetória da ARENA deve ser vista como a continuidade de práticas de partidos e organizações de direita que desde o final do Estado Novo estiveram disputando eleições estaduais e municipais, entidades e instituições, assim como propagando seus ideais pelos vários cantos do estado. Os gaúchos, assim como paulistas, cariocas, mineiros e pernambucanos também marcharam com Deus pela liberdade, no dia 07 de abril de 1964 em Porto Alegre, dando legitimidade ao movimento golpista. Inclusive a organização da Marcha da Família com Deus pela Liberdade foi encabeçada pela Ação Democrática Feminina Gaúcha (ADFG), entidade que tinha em suas fileiras a esposa do governador do Estado na época, Judith Meneghetti. Nesse sentido, fica claro que nem todos os gaúchos nutriam simpatias pelo ex-governador Leonel Brizola e pelo presidente deposto João Goulart, assim como nem todos estiveram como combatentes da "luta" contra a tirania. A valorização e o superdimensionamento das mais variadas formas de resistência à ditadura civil-militar no Rio Grande do Sul, principalmente a atuação do movimento estudantil e a formação de organizações guerrilheiras, acaba encobrendo a trajetória de inúmeros gaúchos e gaúchas que colaboraram com o autoritarismo.

Recebido em: 08/12/2013

Aprovado em: 06/02/2014

O golpe civil militar e a Universidade de Minas Gerais: repressão e resistência estudantil¹

Farley da Conceição Bertolino
Mestre em História
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
farleybertolino@gmail.com

RESUMO: Após o golpe civil e militar de 1964, o movimento estudantil sofreu imediata desarticulação de suas entidades. Entretanto, apesar de fortemente fragmentado pela ação do governo militar, os estudantes de Belo Horizonte empenharam-se em lutas pontuais relativas a problemas de restaurantes universitários, bolsas de estudos e, sobretudo contra os Acordos MEC/USAID e a Lei Suplicy. Este artigo vem apresentar a organização estudantil na capital de Minas Gerais naqueles anos iniciais pós-golpe e, principalmente, as primeiras ações repressivas contra os estudantes e contra as universidades mineiras, especialmente a UMG. A base deste estudo remonta o conteúdo das informações que a polícia política documentou e armazenou a respeito das entidades estudantis, dos estudantes e das ações que foram praticadas.

PALAVRAS-CHAVE: Movimento estudantil, Golpe civil militar, Universidade.

ABSTRACT: After the coup of 1964 civil and military, the student movement was immediate disarticulation of its equipment. However, although strongly fragmented by the action of the military Government, Belo Horizonte students engaged in sporadic struggles concerning problems of restaurants, college scholarships and, especially against the agreements MEC/USAID and law Suplicy. This article hereby presents the student organization in the capital of Minas Gerais State in those early years and the first post-coup mainly repressive actions against the students and against the universities, specially the UMG. The basis of this study goes back the content of the information that the political police documented and stored regarding student entities, of students and of the actions that were carried out.

KEYWORDS: Student movement, Civil Military Coup, University.

O movimento estudantil em Belo Horizonte

Os primeiros anos da década de 1960 foram marcados por uma tomada de consciência de vários setores da vida nacional. Dentre eles, destacaremos aqui a participação estudantil

¹ A atual Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) fora criada em 1927 com o nome Universidade de Minas Gerais (UMG). Apenas em 1965, passou a adotar o nome que hoje conhecemos. Nesse artigo optamos por manter a sigla atual, ou seja, UFMG.

representada pelos grupos de esquerda que compunham o movimento dos estudantes em Belo Horizonte. A importância dessas organizações de esquerda podia ser percebida diretamente nas entidades estudantis: União Nacional dos Estudantes (UNE), União Estadual dos Estudantes (UEE's), Diretórios Centrais dos Estudantes (DCE's) e Diretórios e Centros Acadêmicos (DA's e CA's)².

Entre os anos de 1961 e 1968, o maior número de estudantes universitários da região metropolitana de Belo Horizonte estava matriculado na então Universidade de Minas Gerais (UMG), doravante apresentada aqui como UFMG, e na Universidade Católica de Minas Gerais (UCMG). Assim, percebemos que o movimento estudantil (ME) da capital mineira representou um precoce foco de resistência ao regime militar. Seus estudantes participaram ativamente dos protestos daquela época, colocando em evidência o ME belo-horizontino. Naquela época existiam várias correntes ideológicas e essas quase sempre estavam ligadas a algum dos grupos políticos que mantinham a sua liderança. A partir das diferentes tendências que surgiam e se organizavam no interior do ME, podemos afirmar que elas se aliavam ou se enfrentavam, em todos os níveis – desde o DA até a UNE – dando lugar a uma espécie de “mobilização partidária” permanente no meio estudantil.

A diversidade de propostas e ideias que envolviam o movimento dos estudantes mineiros, em especial na capital, pode ser percebida na existência de três organizações políticas que mantiveram a supremacia naquele período. São elas: o grupo originado da esquerda católica, Ação Popular (AP), o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e a Organização Revolucionária Marxista Político-Operária (ORM-POLOP). Houve também um momento em

² Para situar os estudos existentes sobre o Movimento Estudantil foi essencial levantar a bibliografia específica sobre o tema. Foram muitos os autores que dedicaram suas pesquisas a essa temática, cujas referências merecem destaque: ALBUQUERQUE, J. A. Guilhon. *Movimento estudantil e consciência social na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977; ARAÚJO, Maria Paula. *Memórias estudantis – Da fundação da UNE aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2007; FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. *UNE em tempos de autoritarismo*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1994; GROppo, Luís Antônio. *Uma onda mundial de revoltas: movimentos estudantis de 1968*. Piracicaba: Ed. UNIMEP, 2005; MARTINS FILHO, João Roberto. *Movimento estudantil e ditadura militar: 1964-1968*. São Paulo: Papirus, 1987; POERNER, Arthur José. *O poder jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros*. Rio de Janeiro: Booklink, 2004; REIS FILHO, Daniel Aarão e MORAES, Pedro de. **1968: a paixão de uma utopia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008; SANFELICE, José Luís. *Movimento estudantil: a UNE na resistência ao Golpe de 1964*. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1986; SANTOS, Nilton (Org.). *História da UNE*. São Paulo: Livramento, 1980; SEMERARO, Giovanni. *A primavera dos anos 60. A geração de Betinho*. São Paulo: Edições Loyola, 1994; VALLE, Maria Ribeiro do. *1968: O diálogo é a violência: movimento estudantil e ditadura militar no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999; VENTURA, Zuenir. *1968: o ano que não terminou*. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2008.

que a organização Corrente Revolucionária de Minas Gerais (CORRENTE) – cisão armada do PCB – teve um papel significativo³.

Os grupos estudantis tinham divergências, mas também alguns pontos de convergência; cada facção política pressupunha uma forma de luta, assim como cada grupo tinha uma leitura sobre a realidade brasileira, e era justamente esse ponto que orientava as práticas políticas. A participação dos estudantes universitários de BH deve ser compreendida relacionando-os às suas respectivas entidades representativa: DA's e CA's, DCE's, UEE-MG e UNE. Esta última, por ser a entidade máxima de representação institucionalizada dentro do ME, teve um papel preponderante.

Nos primeiros anos da década de 1960, a maior parte dos movimentos sociais não era institucionalmente organizada (não eram institucionalmente organizados) de forma que pudesse conter o golpe militar, mas foram suficientes para ameaçar o poder das elites. As ações dos estudantes estavam diretamente ligadas às questões sociopolíticas, cuja pauta de reivindicações ultrapassava os interesses exclusivamente educacionais. A composição dos sujeitos sociais no ME era diversificada e apesar de haver um predomínio de indivíduos pertencentes à classe média – reflexo da estrutura do ensino universitário ser elitista – não podemos negar a existência de uma parcela de estudantes provenientes das classes populares, alguns inclusive já engajados no mercado de trabalho. Diante da repressão militar, as manifestações sociais passaram a ocorrer de forma clandestina e abafada, persistindo principalmente através das ações comandadas pela UNE dentro do ME.

Foi a capacidade de mobilização que fez dos estudantes um poderoso grupo de pressão. O militante intenso também foi uma característica importante daqueles jovens estudantes. Quanto ao tipo de organização, o ME pôde organizar suas próprias bases, formando quadros autênticos e designando seus dirigentes. Logo, sua autonomia interna permitiu aos estudantes definir algumas reivindicações específicas de seu meio social, sejam

³ Sobre a atuação do movimento estudantil especificamente em Belo Horizonte, foram consultadas as seguintes referências: FREITAS, Sérgio Ricardo. *Silenciados à força*. Belo Horizonte: Cuatiara, 1993; LEITE, Isabel Cristina. *Comandos de Libertação Nacional: opção armada à ditadura em Minas Gerais (1967-1969)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2009; LIMA, Samarone. *Zé*. Belo Horizonte: Maza Ed., 1998; MANFREDINI, Luiz. *As moças de Minas: uma história dos anos 60*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1989; PINTO, Yvon Leite de Magalhães. *O movimento "estudantil" de 1960 na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade de Minas Gerais*. Belo Horizonte: 1963; SILVA, Maria Elizabeth Corrêa Campos e. *Ideário do movimento estudantil de Belo Horizonte entre 1964 e 1968: utopias e desencantos*. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. 2001; VELOSO, Thiago Vitral. *Corrente Revolucionária de Minas Gerais: uma resistência armada ao regime militar brasileiro no Estado de Minas Gerais – 1967-1969*. (Monografia de conclusão do curso de História) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2008.

elas econômicas, políticas ou culturais. Deste modo, percebemos que o estudo do ME em Belo Horizonte pode ser melhor investigado através das análises das suas associações representativas e institucionalizadas em nível nacional, estadual e local, através de entidades como a UNE, a UEE-MG, os DCE's e os DA's ou CA's, muitas vezes aliadas às três organizações políticas: AP, PCB e POLOP.

Quanto aos estudantes que apoiavam o golpe, percebemos que eles não detinham o poder de decidir sobre o ME universitário e nem conseguiam se articular para disputar a direção das entidades estudantis que estavam nas mãos dos grupos esquerdistas. Apesar da criação do DNE e dos DEE's pelo regime militar os estudantes "democráticos" não encontraram respaldo entre os universitários para dirigirem aqueles órgãos recém-criados⁴.

Em Minas Gerais, constatamos que no período que antecedeu ao golpe de 1964 foram os estudantes conservadores e anticomunistas da União dos Estudantes Católicos (UEC) que mantinham a liderança do ME secundarista. A ação desses jovens se ampliava cada vez mais em direção a entidades como a União Municipal de Estudantes Secundaristas (UMES-BH) ou a União Colegial de Minas Gerais⁵. Por sua vez, no movimento universitário a tendência majoritária de esquerda nunca foi verdadeiramente ameaçada pela oposição conservadora, que geralmente se organizava no último minuto. Após o golpe, identificamos em Minas Gerais a participação de alguns grupos de estudantes universitários conservadores, dentre eles, a União Nacional Renovadora Estudantil (UNRE), a Liga Estudantil Democrática (LED) e o Movimento Independente Universitário (MIL)⁶.

Torna-se necessário destacar aqui alguns fatores peculiares a Belo Horizonte, os quais contribuíram na dinâmica das ações do ME e que são essenciais para compreender a configuração do tipo de aglutinação que se dava no centro da capital. Apesar de ter havido significativo crescimento populacional naquela década, a cidade ainda comportava o escoamento da população em sua área central para diversos fins. Isso porque a dinâmica do transporte urbano ocorria com os ônibus transitando apenas no sentido bairro-centro e

⁴Após o golpe, a Lei Nº 4.464 (Suplicy de Lacerda), de 9 de novembro de 1964, determinava que a UNE deveria ser substituída pelo Diretório Nacional de Estudantes (DNE) e as UEE's pelos Diretórios Estaduais (DEE's).

⁵ Arquivo Público Mineiro (APM), DOPS, Rolo 012, Pasta 0148, Im. 9 à 19.

⁶ APM, DOPS, Rolo 001, Pasta 0011 {2}, Im. 78 à 81.

centro-bairro. Desse modo a área central fixou-se como o local de convergência da população na década de 1960⁷.

Apontamos aqui que Belo Horizonte contava basicamente com duas universidades: UFMG e UCMG. A primeira atendia o maior número de estudantes e oferecia maior quantidade de cursos. Com exceção da Faculdade de Filosofia (FAFI), estabelecida na Rua Carangola, nas adjacências da Av. Contorno, todas as outras faculdades localizavam-se dentro dessa mesma avenida, na região central da cidade⁸ (Ver mapa em anexo). Realmente essa distribuição favorecia a dinâmica das mobilizações estudantis, dado que as faculdades da UFMG mais fortes politicamente dentro do ME – Faculdade de Ciências Econômicas (FACE), Direito, Medicina e Engenharia – estavam situadas nos arredores da Praça Sete, centro político, comercial, financeiro e cultural da cidade.

A UCMG era a segunda maior concentração de estudantes universitários da região metropolitana de Belo Horizonte; funcionava também quase que integralmente na região central da cidade, inclusive a sede do DCE na Av. Brasil, próximo à Praça da Liberdade. Oferecia os cursos de Filosofia, Direito, Serviço Social, Medicina, Enfermagem e Educação Física, sendo que somente este último estava fora do entorno da Praça da Liberdade. Excluindo o fato de estas faculdades estarem localizadas na área central da cidade, havia ainda outros dois órgãos representativos instalados naquela região: a UEE-MG localizada na Rua Guajajaras, e o DCE/UFMG, na Av. Afonso Pena, assentado a aproximadamente meio quarteirão de distância da Praça Sete.

Quando qualquer uma das referidas faculdades se envolvia em alguma manifestação ou conflito direto com a polícia, as outras imediatamente respondiam rapidamente em apoio. De fato, a proximidade geográfica das faculdades e das sedes de suas entidades localizadas na área central, aliadas à realidade do centro de BH onde circulava diariamente a maior parte da população naqueles anos, permitia uma grande integração dos estudantes entre si e com uma parcela significativa dos habitantes da cidade. Portanto, essa concentração das faculdades de BH no centro da cidade favoreceu e possibilitou a realização de amplas manifestações pelo

⁷ De acordo com Silva (2001), no início da década de 1960, Belo Horizonte contava com 693.328 habitantes, atingindo em 1970 o número de 1.235.030 habitantes.

⁸ As faculdades da UFMG localizadas dentro da Av. do Contorno eram: Medicina, situada na Av. Alfredo Balena; Direito, na Av. Álvares Cabral; Economia (FACE), na rua Curitiba; as faculdades de Engenharia, na rua Espírito Santo; Arquitetura, na rua Paraíba; Farmácia na Av. Olegário Maciel.

ME de BH, influenciando significativamente na maneira de estruturar e de organizar as lutas dos estudantes entre os anos de 1964 e 1968.

Outro fator que reunia os estudantes no centro da cidade eram as repúblicas estudantis: a existência de um expressivo número de estudantes universitários que vinham de outras cidades, especialmente do interior de Minas Gerais constituindo, dessa maneira, uma grande quantidade de repúblicas na cidade. Ao deixarem suas famílias para viverem nessas moradias coletivas, e fixando-se na capital, esses estudantes passaram a vivenciar novo tipo de experiência, mais democrática, uma vez que se criavam espaços de igualdade entre pessoas diferentes, onde se tinha liberdade de escolhas, mas buscando respeitar os territórios comuns de convivência. Certamente essa experiência inovadora colaborou para que muitos daqueles jovens passassem a ter mais autonomia, o que facilitou a coesão dentro do ME. Contribuiu ainda para que muitos estudantes ficassem mais tempo na universidade, visto que almoçavam nos restaurantes universitários e acabavam por utilizar com mais frequência suas unidades de estudo extraclasses. Com efeito, a maior parte das repúblicas localizava-se na área central da cidade, perto das faculdades, o que contribuía ainda mais para aglutinar os estudantes.

A autonomia universitária ameaçada

Um dos motivos que levou às ocupações dos militares nas faculdades, com perseguições a vários estudantes e a destruição das sedes de seus diretórios, foi o fato de muitos serem identificados como comunistas ou simpatizantes daquela organização. A identificação dos estudantes com o movimento comunista era sempre reiterada nos relatórios policiais de forma a justificar a vigilância sobre os mesmos:

Sob o ponto de vista do DOPS mineiro, as atividades estudantis na cena política mineira eram direcionadas pelo Partido Comunista. A polícia política passou a enxergar conspirações comunistas nos Diretórios Acadêmicos das Faculdades de Direito, Filosofia, Medicina, Economia e outras da “UMG” – Universidade de Minas Gerais, e também no setor estudantil secundário. Era imperativo neste momento combater o comunismo não só diretamente juntos aos operários e camponeses, mas também junto à classe estudantil, identificada como mais uma “Frente Comunista” de onde saíam os doutrinadores e líderes que iludiam, aliciavam

e manobravam os trabalhadores e os “inocentes úteis”, pregando “aparentemente” em prol de suas justas reivindicações em diversos setores sociais, mas na realidade planejando seus objetivos e as ações de massa, de modo a apoiar a linha geral do comunismo. [...] Dessa forma, a atuação dos estudantes em Minas Gerais era vista pela polícia como resultado direto da implantação de líderes comunistas e “doutrinadores” no meio estudantil, principalmente nos núcleos ou Diretórios Acadêmicos, onde eram programadas intervenções estudantis na cena política. A Delegacia de Vigilância Social, dedicando-se constantemente a vigilância dos estudantes identificados como comunistas ou filo-comunistas, criou um sub-setor, “Setor Estudantil”, voltado especialmente para o controle dos estudantes que se dedicavam aos estudos de matérias subversivas e insistiam em ocupar a cena pública subvertendo a ordem estabelecida.¹⁰

O ataque à autonomia universitária se constituiu no principal foco das críticas ao regime, difusamente espalhadas. Após o desmantelamento das entidades estudantis, o governo encaminhou um novo modelo que pretendia pôr fim à ação política na universidade, com a chamada Lei Suplicy. Vencida a etapa inicial de desarticulação da mobilização estudantil, a política autoritária para o meio universitário definiu-se com rapidez pela extinção da UNE e das demais entidades estudantis regionais.

Nos primeiros dias do novo governo, os militares golpistas desencadearam a chamada “Operação Limpeza”, perseguindo os líderes das organizações populares e dos partidos de esquerda, bem como os políticos do antigo governo¹¹. Imediatamente as entidades estudantis passaram a ser vasculhadas pelos Inquéritos Policiais-Militares (IPM's) efetuando prisões, levantando acusações contra professores, reitores e estudantes. Organizações estudantis e de tendências esquerdistas passaram a ter uma vigilância maior e algumas universidades do país passaram a ser dirigidas por interventores militares. Todas as diretorias de organizações

⁹Em seu estudo, Assunção identificou que o significado do termo “inocentes úteis” referia-se às “pessoas estranhas à organização comunista e que por um ardil, ou corrupção, prestam serviços à subversão, sem o saberem”. O verbete que a autora pesquisou foi extraído do Dicionário Teórico e Prático – Segurança Nacional e Subversão, de 1977. ASSUNÇÃO, Rosângela Pereira de Abreu. *DOPS/MG: Imaginário anticomunista e policiamento político (1935-1964)*. 175p. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em História. Belo Horizonte, 2006. p.155-156.

¹⁰ ASSUNÇÃO, Rosângela Pereira de Abreu. *DOPS/MG: Imaginário anticomunista e policiamento político (1935-1964)*. p. 155 e 156.

¹¹ Após o golpe de 1964, os militares e os civis que assumiram o poder buscaram impedir o avanço do comunismo através de uma ação denominada “operação limpeza”, que teve início com os inquéritos policiais-militares, seguidos pelas prisões, suspensões de direitos políticos e cassações de mandatos de vários cidadãos. Muitos órgãos sindicais e estudantis sofreram intervenções e foram presos líderes sindicais, operários, estudantis e religiosos, bem como estudantes, professores e camponeses, todos acusados de subversão.

estudantis do Estado foram dissolvidas, sucederam-se demissões de pessoas e o fechamento de organizações consideradas subversivas e corruptas, que se supunha ser de orientação ideológica comunista. Contudo, esta opressão não foi destinada somente às universidades e organizações estudantis, pois a repressão fazia parte de um ataque nacional dos golpistas contra todos os movimentos populares. Da mesma forma, foram suspensas as garantias constitucionais e vários mandatos foram cassados com funcionários e parlamentares sendo destituídos.

Com o golpe, os reitores da UCMG e da UFMG – Dom Serafim Fernandes de Araújo e o Professor Aluísio Pimenta¹² – juntamente com o Secretário da Educação, Aureliano Chaves, decidiram por suspender as aulas em todos os estabelecimentos públicos de ensino primário e superior, tanto quanto na Universidade Católica, mantendo normal apenas o funcionamento da parte administrativa daquelas instituições.

Verificamos ainda que, tanto setores da população da capital quanto parcela dos universitários apoiou o movimento dos militares através de pronunciamentos públicos ou da realização de manifestações no centro de Belo Horizonte. Como exemplo, apresentamos o documento “Manifesto à Nação”, de caráter anticomunista, publicado na imprensa local imediatamente após o golpe. A declaração foi assinada pelo Diretório Acadêmico da Escola de Arquitetura da UFMG, que aprovava o golpe e denunciava suposta tendência esquerdista dos diretores daquela Faculdade. Tal declaração vale a pena ser transcrita:

Considerando o momento histórico em que vivemos, o Diretório Acadêmico Democrata da Escola de Arquitetura da Universidade de Minas Gerais, recentemente empossado, sente-se no dever de denunciar à Nação, a participação efetiva da Diretoria dessa Escola, através de seu Diretor Sylvio de Vasconcellos e seu Vice-Diretor, João Boltshausen, no processo de comunização da Escola, transformando-a numa célula de subversão, pactuando com elementos de agitação e até mesmo incentivando a ação nefasta desses elementos. Atestando este processo e procurando alertar as autoridades civis e militares responsáveis pela ordem cívica do país, alinharemos os fatos que o evidenciam: (a) É fato notório que o senhor Diretor Sylvio de Vasconcellos e o Vice-Diretor João Boltshausen são tendenciosamente favoráveis à causa esquerdista; (b) A colocação dos

¹² O então Bispo-Auxiliar de Belo Horizonte – Dom Serafim Fernandes de Araújo – ocupou o cargo de Reitor da Universidade Católica (MG) entre os anos de 1960 e 1981; já o Reitorado do Professor Aluísio Pimenta, na UFMG, teve o seu mandato no período de 21 de fevereiro de 1964 a 22 de fevereiro de 1967.

serviços gráficos da Escola à disposição do processo de comunização, quando da impressão do Documento Base da Ação Popular, de teor subversivo. Esse documento mereceu comentários por parte da imprensa; (c) Impressão de programas para o CPC (Centro Popular de Cultura), órgão de publicidade comunista; (d) Facilidades para a distribuição, dentro do recinto escolar, entre os alunos, de publicações comunistas, como, Brasil Urgente, Semanário, Novos Rumos, diversos manifestos e panfletos vermelhos; (e) Envio de alunos e instrutores a Cuba, subvencionados por verba destinada a fundo cultural e abono de faltas, fato que fere o Regimento Interno e representa tratamento desigual aos demais alunos que não comungam o mesmo credo vermelho. Frisamos que, de volta, os alunos trouxeram material subversivo, inclusive gravações de discurso de Fidel Castro, que nos foi posto à mostra no Diretório Acadêmico da Escola. (f) Pressão na escolha do senhor Darcy Ribeiro para paranimfar os formandos de 1963 com demonstração de evidente interesse político e pessoal. (g) Convite a professores marcadamente antidemocráticos para proferirem conferências de cunho subversivo com rótulo de “palestras sobre Arquitetura”, como se pode observar pela aula inaugural, publicada pela imprensa local. (h) Há evidências de desmandos administrativos e financeiros a merecerem um acurado exame. (i) Considerando ainda o Movimento de Restauração da Democracia, ressaltamos o último fato ocorrido no recinto da Escola, de suma gravidade: Na noite do dia 31 de março, alunos pregavam cartazes subversivos no hall do estabelecimento sob o estímulo do Diretor Sylvio Vasconcellos, que sugeriu a colocação dos aludidos cartazes do lado de fora do prédio, afirmando haver a necessidade de incitar as massas, pois a escola já estava politizada. Denunciamos esses fatos para conhecimento das autoridades civis e militares e fazemos um apelo a todos os democratas que cerrem fileiras conosco a fim de extirparmos da nossa Escola essa célula maligna, sem o que a patriótica e desinteressada atitude de nossas gloriosas Forças Armadas não teria qualquer sentido. Diretório Acadêmico da Escola de Arquitetura da UMG. Belo Horizonte, 4 de abril de 1964.¹³

Percebemos aqui que a maneira de pensar e agir dos estudantes que elaboraram o documento transcrito acima corresponde à figura do informante, aquele sujeito que colaborava espontaneamente com a polícia política no Brasil durante o regime militar. Nos anos de ditadura, a figura do informante teve grande importância. Todas as pessoas eram convidadas a participar da “Comunidade de Informações”, que suspeitava de tudo e de todos

¹³ Recorte de Jornal: *Manifesto à Nação*, publicado no jornal *Estado de Minas*, em 05/04/1964: UFMG, AESI, Caixa 2, Pasta 28. Os documentos produzidos pela Assessoria Especial do Serviço de Informação (AESI) estão disponíveis para consulta na Biblioteca Central da UFMG.

ao difundir uma espécie de sentimento de ameaça permanente aos interesses governamentais¹⁴. Assim, a denúncia aqui apresentada, promovida pelo Diretório Estudantil da Escola de Arquitetura como forma de protesto, culminou na instalação de uma Comissão de Inquérito, cujo resultado das investigações considerou inocentes os referidos professores acusados¹⁵. Entretanto, muito antes dessa sentença ser dada, tendo em vista o manifesto dos estudantes da Escola de Arquitetura, o diretor acusado já havia proferido alguns esclarecimentos contra as acusações levantadas contra ele:

Quanto aos fatos relacionados em apoio da afirmação feita, desejo esclarecer: a) Jamais a oficina gráfica esteve colocada a serviço de qualquer iniciativa desligada dos interesses escolares. O documento citado como exemplo foi mimeografado, é certo, no estabelecimento, porém por estudante, e na calada da noite, sem qualquer conhecimento da direção escolar. Esta só teve ciência dos fatos posteriormente, por intermédio do aluno Ricardo Burlamaqui, tendo eu imediatamente tomado as providências cabíveis como poderá testemunhar o próprio estudante informante. Nunca teve a Direção da Escola conhecimento de qualquer outra publicação semelhante, a menos que, entre estas, se deseje incluir convites para cerimônias ou programas de iniciativas culturais, tais como representações teatrais e exposições de arte, das quais participassem estudantes ou professores da Escola. Isto vem comprovar, não uma tendência favorável à causa esquerdizante, mas apenas uma contribuição democrática em benefício de atividades puramente culturais, realizada por entidades de existência pública. b) A facilidade para distribuição de publicações subversivas dispensa contestação. Desnecessárias seriam para o livre curso de publicações que se encontravam em bancas de jornal e livrarias e, inúteis para as demais que, subrepticiamente, circulassem de mão em mão. c) A viagem de estudantes a Cuba teve em mira a participação em um Congresso Internacional de Arquitetura, patrocinado pelo órgão profissional

¹⁴ Conforme indica Magalhães (1997), trata-se de outro mecanismo repressivo de que se valeu o regime militar no Brasil, e que em muitos casos demonstrou ser mais eficiente e produtivo. A repressão preventiva consistia na vigilância e controle cotidiano sobre a sociedade, prática consolidada pela criação do que foi denominado *comunidade de informações*. Maiores informações consultar MAGALHÃES, Marionilde Dias Brepohl de. A lógica da suspeição: sobre os aparelhos repressivos à época da ditadura militar no Brasil. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 17, n° 34, 1997, p.203-220.

¹⁵ Ofício do Diretor da Escola de Arquitetura – professor José Amédée Péret – ao reitor Aluísio Pimenta, de 9 de julho de 1964, indica que “nenhuma responsabilidade foi atribuída aos professores Sylvio de Vasconcelos e João Boltshauser por ocasião da apreciação do Relatório da Comissão de Inquérito, designada para apurar os fatos contidos no “Manifesto à Nação”, publicada no jornal Estado de Minas, de 05/04/1964: UFMG, AESI, Caixa 2, Pasta 28.

competente e ao qual compareceu representantes de todo o mundo civilizado e de todas as Escolas de Arquitetura do país.¹⁶

É importante comentar que o ano letivo de 1964 estava previsto para iniciar em 13 de abril, mas devido aos acontecimentos políticos foi suspenso e adiado. Em nota oficial, a Reitoria da UFMG divulgou, através da imprensa local, a convocação do Conselho Universitário, que iria deliberar sobre o assunto em reunião extraordinária, decidindo-se também pela prorrogação das eleições dos DA's, que a princípio foi transferida para o final daquele mês, mas na verdade só seriam realizadas em novembro.

No final de abril, o reitor da UFMG (e de todas as Universidades Federais do país) recebeu dois documentos – a Portaria Ministerial nº 259, de 19/04/1964, e o Aviso nº 705, de 22/04/1964 – ambos do Ministro da Educação e Cultura – Flávio Suplicy de Lacerda – sendo que o primeiro exigia, por parte dos dirigentes universitários, toda a colaboração no sentido de “reintegrar o estudante brasileiro em sua precípua tarefa, qual seja a de estudar, de reintegrar o professor na sua missão de ensinar, de colocar os servidores administrativos na sua esfera de trabalho.”¹⁷ Em depoimento sobre o assunto, o reitor Aluísio Pimenta ponderou:

Entregar o nome de professores, alunos e funcionários era entregar a nossa autonomia. Atuamos sabiamente. Tínhamos que cumprir as ordens do poder ou correr o risco de uma intervenção imediata. Eu recebia pressões enormes para isso, não só diretamente, mas por telefonemas e através do envio de fichas do DOPS com referências a posições político-ideológicas de professores, alunos e funcionários. [...] Quem era fichado no DOPS estava perdido, dificilmente conseguiria emprego. Eu rasgava as fichas do DOPS e jogava fora. [...] Eu devo ter recebido umas dez ou quinze vezes essas fichas do DOPS, de centenas de professores, de alunos, de presidentes de diretórios e funcionários. Eram acusados de comunistas.¹⁸

Cumprindo ordens em conformidade com os termos do Aviso nº 705, o reitor da UFMG solicitou aos diretores das Faculdades daquela universidade que estabelecessem severa vigilância sobre quaisquer atividades que pudessem comprometer a “causa da paz social e a reintegração da ordem jurídica democrática.”¹⁹ Nessa perspectiva, diante dos documentos

¹⁶ Jornal *Estado de Minas*, 07/04/1964, p.03. Consulta realizada na biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. PUC-MG.

¹⁷ UFMG, AESI, Caixa 1, Pasta 5. Portaria Ministerial nº 259, de 19/04/1964.

¹⁸ RESENDE, Maria Efigenia Lage de; NEVES, Lucília de Almeida. *Universidade Federal de Minas Gerais: memória de reitores*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998. p. 54.

¹⁹ _____. *Universidade Federal de Minas Gerais: memória de reitores*. p. 54.

indicados, foi nomeada pelo reitor para atuar no âmbito da UFMG, a “Comissão de Sindicância”, cuja função era apurar a existência de “crimes contra o Estado”, praticados por professores, alunos e funcionários daquela universidade. Teria o prazo exíguo de cinco dias para o exercício de suas atividades²⁰.

O Presidente da Comissão, professor Levindo Lambert, solicitou ao reitor Aluísio Pimenta esclarecimentos e informações que lhes possibilitasse a execução daquela missão. Assim, buscando colaborar com a Comissão instalada, o reitor encaminhou Parecer sobre o conceito e definição do que seria “Crime contra o Estado”. De acordo com o documento emitido pelo consultor jurídico da UFMG – Sr. Celso Agrícola Barbi – a expressão deveria significar “atividades contrárias à segurança do país, o regime democrático e a probidade da administração pública.”²¹

A Comissão se alojou na sala 506 do prédio da FACE e ali deu início aos trabalhos, funcionando diariamente, no período de 11 a 15 de maio, pois deveria ser apresentado relatório conclusivo dentro do prazo estipulado e caso existissem os referidos crimes, o reitor deveria constituir as comissões de inquérito necessárias para o procedimento legal. Quanto aos fatos apurados, deveriam ser abertos imediatamente inquéritos, por comissões a serem posteriormente nomeadas. No livro *Memória de Reitores*, o Professor Aluísio Pimenta comenta sobre aquele embaraçoso momento no seu mandato:

Resolvemos nomear, com aprovação do Conselho Universitário, uma comissão interna de alto nível para fazer uma sindicância, que está registrada aí na Universidade. [...] A comissão de sindicância ouviu professores, alunos e funcionários e chegou à conclusão de que a Universidade não tinha elementos subversivos ou corruptos. [...] O General Carlos Luís Guedes não aceitou o processo. Acusou-me de proteger os “subversivos”, dizendo que aquilo era uma farsa. [...] Esse foi o início do processo que terminou com a intervenção na Universidade, pouco tempo depois.²²

²⁰ A Comissão de Sindicância era integrada por um estudante e quatro professores, membros do Conselho Universitário, sendo nomeados os professores Levindo Furquim Lambert, Caio Benjamim Dias, Francisco de Assis Castro e Mário Barbosa, e o universitário Paulo Roberto Diniz (Odontologia).

²¹ Parecer nº 8/64, da Consultoria Jurídica da UFMG, referente à definição do conceito de “crime contra o Estado”, emitido em 12 de maio de 1964: AESI, Caixa 1, Pasta 22.

²² RESENDE, Maria Efigenia Lage de; NEVES, Lucília de Almeida. *Universidade Federal de Minas Gerais: memória de reitores*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998. p. 54.

Imediatamente após ter sido instalada, a Comissão de Sindicância solicitou a relação de professores e funcionários em exercício, de cada Instituto da UFMG, bem como a lista integral de todos os alunos matriculados em 1964. A resposta não demorou e no dia seguinte todas as Faculdades enviaram a relação dos nomes: FAFI²³, FACE²⁴, Engenharia, Arquitetura, Direito, Farmácia, Medicina. De imediato, algumas respostas dos diretores de algumas destas escolas desvelam a atitude e o posicionamento dos setores conservadores da UFMG, que se mostravam eficazes, não só por levantar suspeitas, mas por apresentar denúncias que envolviam a FAFI, a FACE, a Faculdade de Medicina e a Escola de Arquitetura.

No caso da FAFI, o diretor daquela Faculdade havia telefonado ao presidente da Comissão para lhe informar sobre a “distribuição farta de boletins subversivos naquela escola”²⁵. A comissão, por sua vez, sugeriu que o diretor levasse o fato ao conhecimento das autoridades competentes, nomeadamente à Delegacia de Vigilância Social (DVS), doravante chamado de DOPS/MG²⁶, para que fossem apurados os fatos e responsabilizados os autores.

Antecipadamente, os membros do corpo de ensino e médicos da Faculdade de Medicina da UFMG asseguraram apoio integral à Comissão de Sindicância, por meio de um abaixo-assinado, que denunciava a existência de integrantes da universidade filiados a idéias extremistas, além da ocorrência de um comício comunista na FACE. A acusação sugeria que as investigações deveriam verificar a possível existência de agitadores comunistas entre os estudantes estrangeiros que, “à custa de bolsas de estudo, encontravam-se infiltrados, como

²³ Composição da relação dos nomes da FAFI: professores catedráticos; de Ensino Superior; Assistente de Ensino Superior; Instrutores de Ensino Superior; Pesquisadores; pesquisadores auxiliares; professores de ensino secundário; assistentes de Educação; professores horistas; professores horistas contratados; professores estrangeiros; funcionários. Alunos dos cursos de: Filosofia, Pedagogia, Ciências Sociais, Jornalismo, História, Letras, Geografia, História Natural, Psicologia, Química, Física e Matemática. UFMG, AESI, Caixa 1, Pasta 11.

²⁴ A relação apresentada pela Diretoria da FACE apresentava: corpo docente e técnico da Faculdade (com nome, endereço, telefone e função); dos catedráticos em exercício; dos servidores; alunos dos cursos de: Sociologia e Política, Contabilidade, Economia, Administração de Empresas e Administração Pública. UFMG, AESI, Caixa 1, Pasta 12.

²⁵ UFMG, AESI, Caixa 1, Pasta 5.

²⁶ A Comissão de Sindicância recebia documentos do Dr. Fábio Bandeira, chefe do DVS. A estrutura orgânica e funcional do DOPS/MG sofreu em 1964 uma mudança na denominação de DOPS, e passou a designar-se Departamento de Vigilância Social, “entretanto, as divisões das delegacias e demais setores foram mantidas intactas, assim como as funções e atribuições inerentes a cada uma delas”. ASSUNÇÃO, Rosângela Pereira de Abreu. *DOPS/MG: Imaginário anticomunista e policiamento político (1935-1964)*. p. 50

membros da internacional comunista”²⁷, nos meios estudantis e por isso deveriam ser expulsos das faculdades brasileiras. As denúncias continuavam:

Essa medida altamente patriótica, saneadora do nosso regime democrático e restabeecedora do respeito mútuo que deve haver entre alunos e professores nas nossas Escolas, não se completará se não forem punidos também todos aqueles que, atrevidamente, planejaram o comício comunista aqui realizado na noite de 2 de março passado, no auditório da FACE, pelo inspetor de alunos Darci Ribeiro que, despudorada e cinicamente ostentava o título de “professor”. Jamais a nossa universidade assistiu espetáculo tão depravante, deprimente e humilhante como aquele que Darci Ribeiro nos impingiu naquela noite de luto e aviltamento à título de aula inaugural. É necessário, pois, que os responsáveis por aquele infausto e depravante acontecimento sejam punidos e desmascarados para que jamais alguém tente novamente deslustrar, humilhar e achincalhar esse relicário de cultura mineira que é a magnífica Universidade de Minas Gerais, cujo patrimônio cívico e moral cumpre-nos preservar para honrar a memória dos nossos antepassados e orgulho dos nossos filhos.²⁸

A acusação faz referência à aula magna proferida pelo Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dr. Darcy Ribeiro, ex-aluno da UFMG, convidado para conferir a “aula inaugural” no início de março de 1964. Na solenidade estavam presentes autoridades civis, militares e eclesiásticas. De acordo com Reitor Alúcio Pimenta, naquela ocasião o General Guedes foi convidado para compor a mesa, quando de repente a FACE foi tomada por vaías que vinham da parte dos alunos que lotavam o auditório. Contudo, o reitor interviu rápido e energicamente, fazendo com que cessasse a vaia e lamentando publicamente aquele ato. Na Escola de Arquitetura, o professor catedrático José Geraldo de Faria apresentou-se ao presidente da Comissão de Sindicância e se dispôs a prestar informações sobre os movimentos de agitação ali eclodidos antes do Golpe, “bem como apontar nomes de alunos e ex-alunos”, responsáveis pelos movimentos que conturbaram a vida escolar e “deram à Nação

²⁷ UFMG, AESI, Caixa 1, Pasta 10.

²⁸ O abaixo-assinado, de 30 de abril de 1964, consta relacionados os seguintes nomes: Armando Achilles Tenuta, Celso Dias de Avelar, Augusto Severo da Costa, Naezer Araújo Couto, Welerson Lourenço de Lima, Paulo Adelmo Loddi, Américo Bonfiolli, Enio Coscarelli, Aparício Silva de Assis, José Lúcio Pereira, Oswaldo Garcia, Paulo R. Dias, Clovis Vilela Junqueira, Javert de Barros, David Rezende, Orion de Bastos, José Assis Tavares, J. Mariano Lana, Elmo Perez dos Santos, Hugo Furtado, Antonio Zeferino Filho, Eduardo Tavares Paes Filho, Delzio Bicalho.

incalculáveis prejuízos, principalmente quando, em junho de 1962, ocuparam aquele estabelecimento de Ensino, permanecendo ali por quase um mês.”²⁹

Na Escola de Engenharia, o diretor em exercício – professor Edmundo Bezerril Fontenelle – encaminhou ao responsável pela Comissão uma cópia do manifesto que havia circulado entre os estudantes daquela escola na semana anterior. Tratava-se de uma declaração pública que denunciava as prisões de alguns estudantes, e, devido à gravidade do assunto, o diretor promoveu pessoalmente “uma sondagem discreta na Escola, com finalidade de apurar se o manifesto fora elaborado no estabelecimento, tendo chegado à conclusão que isso dificilmente teria ocorrido”³⁰. Vejamos o conteúdo do documento que, de forma crítica, denuncia as ações militares e ainda destaca a não-participação dos estudantes no processo eleitoral para os DA’s:

Os universitários, no momento em que o nosso país atravessa um período sombrio de sua História, não podem se calar, como antes nunca se calou, diante de tantos desmandos de uma ditadura militar que agora se mostra claramente. As prisões seguidas e injustas de colegas nossos, oriundas muitas vezes de denúncias odiosas partidos de elementos pseudo-democratas que não querem obstáculos à suas pretensões políticas; a deposição de diretorias de entidades eleitas em pleitos onde a liberdade foi respeitada em todos os seus princípios; as eleições discriminatórias; as candidaturas impostas pelo exército; as apurações ocultas; tudo isto é resultado da revolução de 1º de abril e nos obriga a denunciá-la como ainda de fato a quartelada “1º de abril”. Estes fatos, acrescidos da violência e arbitrariedade que imperam em todos os setores da vida pública brasileira, fizeram com que o universitário, atingido em seu espírito democrático e impossibilitado de se expressar normalmente, visse na fase eleitoral a que foi submetido a oportunidade de manifestar seu repúdio a este estado de coisas. Este o significado da enorme maioria de abstenções e votos nulos, aí estão alguns resultados: Engenharia – dos quase dois mil alunos apenas 561 votaram no candidato oficial; Ciências Econômicas – 96% dos alunos se abstiveram ou tiveram seus votos anulados, e apenas 4% elegeram “democraticamente” a chapa única; Serviço Social – 70% de abstenção e votos em branco; Filosofia (UMG) – os candidatos impostos receberam somente 1/3 dos votos; Direito (UMG) – em assembléia geral dirigida por um capitão, de onde saiu sob estrondosa vaia a diretoria seria eleita por “aclamação”; Medicina (UMG) – o “coordenador geral” das eleições foi

²⁹O professor José Geraldo de Faria foi Diretor da Escola de Arquitetura no período de 18/09/1959 à 13/02/1962, e faz referência à ocupação ocorrida naquela Faculdade, no momento da “greve do 1/3”, promovida pelos estudantes em 1962: UFMG, AESI, Caixa 1, Pasta 23.

³⁰ UFMG, AESI, Caixa 1, Pasta 23.

vaiado, quem se pronunciou foi preso e não se conseguiu nenhum candidato; Psicologia (UC) – 60% de abstenções, e desta maneira em quase todas as faculdades. Foram muito claros estes resultados; a minoria extremista e totalitária que somente ganha eleições com o apoio do Exército, não encontrou lugar entre os universitários que tem a fazer prevalecer uma tradição de luta pela realização da democracia. Se já lutamos uma vez contra a ditadura, lutaremos de novo³¹.

Na denúncia apresentada, as abstenções e votos nulos revelam exatamente o descontentamento dos setores de esquerda do ME, que se sentiam engessados naquele processo eleitoral controlado.

Encerradas as investigações da Comissão de Sindicância, cuja principal atividade foi a coleta de informações, o diretor do DOPS/MG – Fábio Bandeira de Figueiredo – encaminhou ao reitor Aluísio Pimenta as certidões de antecedentes políticos e sociais dos alunos e professores considerados suspeitos. Apesar do rigoroso controle do governo militar na UFMG, nenhum dos envolvidos foi punido pela universidade.

As intervenções militares na UFMG

A perda da autonomia universitária tornou-se mais evidente com a intervenção militar na FAFI, no dia 11 de junho e, posteriormente, na Reitoria da UFMG, no dia 9 de julho. A interventoria na FAFI foi ordenada pelo general Comandante do ID-4, Carlos Luís Guedes, assumindo o papel de interventor o Ten. Cel. Expedito Orsi Pimenta que, em ofício ao Reitor Aluísio Pimenta, comunicou sobre as funções de interventor naquela Faculdade:

O ato tem por finalidade dar cobertura aos trabalhos de investigação policial-militar que estão sendo feitos neste Estabelecimento de Ensino com relação a suspeições levantadas sobre infiltração de elementos de ação subversiva que estariam promovendo agitações no meio estudantil desta escola³².

Na verdade, tal intervenção foi impulsionada pela abertura do IPM referente a boletins supostamente subversivos distribuídos naquela Faculdade no dia anterior àquela

³¹ UFMG, AESI, Caixa 1, Pasta 23.

³² Ofício nº 602/64, de 12/06/1964: UFMG, AESI, Caixa 2, Pasta 29.

interferência³³. O interventor foi autorizado a estabelecer todos os contatos necessários, bem como a instituir a necessária ocupação militar para que tais investigações fossem cumpridas. Foram ouvidos todos os funcionários da FAFI, tomando-se os depoimentos das pessoas que, de alguma forma, pudessem orientar e elucidar o fato. A intervenção durou quatro dias, com a suspensão das atividades de alguns professores e alunos. No dia 16 de junho, o interventor comunicou ao reitor o encerramento dos trabalhos na FAFI, que retornaria à responsabilidade do seu diretor a partir do dia seguinte. O diretor – Emanuel Brandão Fontes – em ofício ao reitor Alúcio Pimenta informou sobre os trabalhos da interventoria naquela faculdade:

O afastamento dos professores foi feito como medida de precaução e até que se completassem as investigações, sem o caráter de punição e sem prejuízo dos vencimentos [...]. O retorno dos alunos suspensos ficaria condicionado à apresentação de atestados do DOPS e da ID-4 e despacho do Diretor desta Faculdade.³⁴

Contudo, a direção da FAFI decidiu por permitir a volta de seus professores e alunos afastados às atividades escolares somente a partir de primeiro de setembro.

A outra interferência dos militares na UFMG será apresentada aqui a partir das informações observadas no relatório que o Conselho Universitário recebeu do Reitor Alúcio Pimenta, que denunciava o momento daquela intervenção militar na Reitoria da UFMG, determinada pelo General Carlos Luis Guedes, Comandante da 4ªRM. O documento também nos permite acompanhar as ações promovidas pelo reitor nas quarenta e oito horas em que esteve afastado do seu cargo³⁵.

De acordo com o relato, na manhã do dia 9 de julho o reitor foi procurado em seu gabinete pelo Tenente Coronel Expedito Orsi Pimenta, acompanhado de um promotor e outros oficiais do Exército, que exibiam documento assinado pelo General Guedes, determinando a intervenção militar naquela Universidade, bem como o afastamento do posto do reitor pelo prazo mínimo de 15 dias³⁶.

Surpreendido com aquele procedimento e pensando nas possíveis repercussões que poderia ter nas diversas unidades da UFMG, imediatamente o reitor comunicou ao interventor o desejo de convocar, em caráter de urgência, o Conselho Universitário. Não obstante, o

³³ APM, DOPS/MG, Pasta 3899, Rolo 049.

³⁴ Ofício nº 858/64, de 17/09/1964, sobre intervenção na FAFI: UFMG, AESI, Caixa 2, Pasta 29.

³⁵ Relatório de 16/07/1964: UFMG, AESI, Caixa 2, Pasta 29.

³⁶ O Ten.Cel. Expedito Orsi Pimenta, foi nomeado Interventor Militar na reitoria da UFMG pelo Ofício nº 357, assinado pelo General de Brigada Carlos Luiz Guedes.

interventor respondeu que não haveria necessidade e que o próprio tomara tal providência, “que passava, a partir desse momento, a ser de sua competência”³⁷. Logo depois, reuniu os funcionários graduados da Reitoria e os apresentou ao Interventor Militar pedindo-lhes que prestassem às autoridades militares que assumiam a direção da universidade, “todos os esclarecimentos que lhes fossem solicitados e que colaborassem para que pudessem bem cumprir a tarefa que haviam recebido de seus superiores”³⁸ em seguida, retirou-se para sua residência.

Ao chegar à sua casa relatou o ocorrido ao governador Magalhães Pinto por telefonema e solicitou “suas providências para que o fato se encaminhasse para a melhor solução, no mais curto prazo”³⁹. O Ministro Flávio Suplicy de Lacerda foi informado por telegrama sobre a intervenção e o afastamento do reitor. Também foram redigidos e enviados outros telegramas de protesto “contra a arbitrariedade da medida que se tomara contra a universidade, pedindo providências para que o constrangimento ilegal cessasse o quanto antes.”⁴⁰ Para todos, “era manifestado o protesto ato atentatório à autonomia da universidade”⁴¹.

Diante da impossibilidade de tomar qualquer providência, coube ao reitor afastado apenas limitar-se a encaminhar tais telegramas e os referidos telefonemas. Ele também escreveu mensagens dirigidas ao Conselho Universitário, aos professores, aos alunos da UFMG e à população de Minas Gerais tornando público o seu protesto para que as autoridades federais considerassem devidamente o assunto⁴². Naquela tarde, ainda telefonou para o Ministro da Justiça, o Professor Milton Campos, colega da UFMG, relatando o ocorrido e solicitando as “medidas protetoras do patrimônio cultural de Minas Gerais que fossem de sua alçada e competência funcional”⁴³.

Contudo, bastou um único dia e uma única ação para que o interventor militar – Ten. Cel. Exedito Orsi Pimenta – expusesse a fragilidade da Universidade com a publicação da

³⁷ Relatório de 16/07/1964: UFMG, AESI, Caixa 2, Pasta 29.

³⁸ _____. UFMG, AESI, Caixa 2, Pasta 29.

³⁹ _____. UFMG, AESI, Caixa 2, Pasta 29.

⁴⁰ Foram enviados telegramas para o Presidente da República – Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco; ao Ministro da Justiça, Sr. Professor Milton Campos (Professor da UFMG, da FAFI); ao Ministro da Guerra, General Costa e Silva; ao Presidente do Conselho Federal de Educação, o professor Deolindo Couto.

⁴¹ Relatório de 16/07/1964: UFMG, AESI, Caixa 2, Pasta 29.

⁴² O reitor Aluísio Pimenta comenta que apesar da maioria dos membros do Conselho Universitário ser conservadora eram “dignos”. Não obstante o fato de muitos deles apoiarem o movimento dos militares em março de 1964, eles se uniram quando a questão foi a defesa da autonomia da Universidade.

⁴³ Relatório de 16/07/1964: UFMG, AESI, Caixa 2, Pasta 29.

Portaria nº 1/64, de 9 de julho de 1964, que em cumprimento à decisão governamental, e no uso de suas atribuições, resolveu:

1) Deverão ser afastados de suas atividades escolares ou funcionais, em todas as Unidades da Universidade de Minas Gerais, os alunos e professores indiciados em inquéritos, presos ou detidos para averiguação de atividades subversivas, ou acusados de corrupção. 2) Os afastados, sujeitos às disposições do AI, poderão, se indiciados em inquéritos, ser enquadrados nas penalidades previstas na Lei de Segurança Nacional. 3) O retorno às atividades normais, dos elementos afastados por força do contido item 1 desta Portaria, será autorizado pelo Diretor da Unidade a que pertencer o afastado, mediante apresentação de requerimento do interessado, que a ele deverá anexar atestados comprobatórios de isenção de responsabilidade, fornecidos pelas autoridades competentes (ID-4 e DVS). 4) Os afastamentos de que trata esta Portaria serão efetivados sem prejuízo dos proventos a que fazem jus os afastados, até a decisão legal da situação de cada um, respeitando-se, todavia, o que dispõe, sobre esta matéria, o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União (Lei nº 1711, de 28/10/1952, e posteriores); 5) Toda e qualquer dúvida surgida na aplicação do disposto nesta Portaria deverá ser submetida à apreciação desta Interventoria.⁴⁴

Para o reitor Aluísio Pimenta, aquela Portaria foi excessivamente rigorosa, pois,

fizeram em poucas horas o que nos negamos a fazer durante três meses: punir pessoas por seus pensamentos. Era uma intervenção na autonomia da universidade, ao implantar um controle ideológico para contratação de professores (o que foi recusado por grande parte dos departamentos da UFMG).⁴⁵

Na manhã do dia 11 de julho, o reitor Aluísio Pimenta recebeu telefonema do Gabinete da Interventoria, comunicando que o interventor militar desejava marcar um encontro para anunciar que, por ordem do Presidente Castello Branco, havia sido suspensa a interferência na UFMG. Assim, percebemos também a fragilidade daquela intervenção militar no curto prazo em que durou. Reassumida a Reitoria, foram expedidos telegramas de agradecimento para as autoridades federais e estaduais que tiveram participação nos acontecimentos pela reestruturação da autonomia daquela universidade.

Merece destaque também a participação do estudante Lúcio Flávio Mesquita, presidente do DCE da UFMG, que durante todo o desenrolar dos acontecimentos e em nome dos universitários esteve ao lado do Reitor. Em solidariedade à pessoa do Sr. Aluísio Pimenta,

⁴⁴ UFMG, AESI, Caixa 2, Pasta 29.

⁴⁵ Relatório de 16/07/1964: UFMG, AESI, Caixa 2, Pasta 29.

as entidades estudantis, orientadas pela liderança universitária, não tornaram público o protesto que tencionavam divulgar contra o ato que atingira a Universidade. Como sugere o reitor, “essas manifestações, que tanto honram a cultura e a dignidade do estudante mineiro, poderiam gerar incompreensões que cumpria evitar, naquele momento.”⁴⁶

Outra ação ocorrida em 1964 merece nossa atenção, por se tratar de mais uma arbitrariedade contra estudantes, encoberta e justificada tanto pelo imaginário quanto pelo discurso anticomunista. Conforme consta no relatório policial, na madrugada do dia 12 de junho quatro estudantes da Faculdade de Direito da UFMG distribuía material subversivo pelas ruas do centro da capital⁴⁷. Ao entregar por engano o boletim a um policial, um deles recebeu voz de prisão, enquanto que os outros companheiros abandonaram o local. Efetuada a prisão, o estudante foi conduzido ao DOPS/MG e lá negou sua participação na distribuição dos boletins.

Para a polícia, aquela atitude de negar as acusações era coerente com a prática comunista: “Nega, porque a técnica comunista é negar. Nega, porque assim agem os *bons* comunistas, dentro da doutrinação e treinamento que recebem”. Os estudantes foram indiciados e identificados como membros do PCB, da direção do Organismo de Base daquele partido na faculdade de Direito da UFMG e, por isso, foi solicitada pelo DOPS/MG a prisão preventiva daqueles jovens,

para evitar que continuem militando e doutrinando em meio à nossa sadia juventude universitária, para evitar que continuem com seu cerco malévolo e disfarçado, instilando sua pregação marxista no espírito dos jovens inocentes, e às vezes, incautos, conspurcando nossa mocidade e pondo em risco os destinos democráticos e cristãos de nossa Pátria, que tanto amamos.⁴⁸

Nessa perspectiva, em cumprimento do “dispositivo legal” de nunca deixar os adeptos do comunismo perturbarem a ordem pública, econômica e social, a polícia política buscou “sempre manter a ordem” e desempenhou ampla vigilância, seja no aspecto preventivo, seja no aspecto repressivo. O meio estudantil estava na mira da polícia particularmente porque elementos considerados comunistas militantes, “sob mil e uma formas, mil e um disfarces se infiltram ou procuram se infiltrar por toda a parte”⁴⁹, especialmente entre os jovens. Do outro

⁴⁶ Relatório de 16/07/1964: UFMG, AESI, Caixa 2, Pasta 29.

⁴⁷APM, DOPS/MG, Pasta 3852, Rolo 049, Im. 03

⁴⁸ _____. Pasta 3852, Rolo 049, Im. 05

⁴⁹ _____. Pasta 3852, Rolo 049, Im. 05

lado, os estudantes mineiros, engajados no ME, tomaram consciência da situação real em que se encontravam e deram início ao trabalho de reestruturação de suas entidades, muitas delas fechadas após o golpe de 1964.

Foram muitas as medidas que buscavam desarticular o ME e sujeitá-lo ao regime militar. O rumo da reorganização da UNE se deu em julho de 1964 com a convocação de um Conselho da entidade – o Conselho Nacional de Estudantes da UNE – no restaurante Calabouço, na Guanabara (RJ). Na ocasião, doze presidentes (todos das UEE's) elegeram uma Junta Governativa constituída por membros da oposição à diretoria anterior, da qual fazia parte o já referenciado estudante mineiro Élcio Spínola de Castro. A UNE havia sido praticamente tomada pelos estudantes de direita, sendo este o principal motivo da não intervenção dos militares naquele processo. A Junta permaneceu operante até janeiro de 1965 quando se realizou o novo Conselho. Apesar dos estudantes conservadores terem assumido a direção da UNE (e das UEE's), muitos universitários lhes fizeram oposição por não considerá-los lideranças legítimas do ME. Nesse sentido, outra providência foi tomada contra o ME com a extinção da UNE, declarada em 27 de outubro de 1964, que, uma vez colocada na ilegalidade, passou a ser um dos principais alvos da repressão militar.

Em Belo Horizonte, o movimento intenso dos universitários – liderado pelo DCE da UFMG – em favor da manutenção da UNE como órgão representativo dos universitários brasileiros planejou uma reunião que teve como pauta o soerguimento daquela entidade e conseqüentemente o desconhecimento do DNE, órgão criado pelo Ministro Suplicy de Lacerda. Facilitado pela própria regulamentação das entidades estudantis, que mantinha os DCE's intocáveis, articulou-se então a reunião de seus presidentes, de vários estados brasileiros, na qual foram exigidas eleições amplamente livres, com todos os alunos podendo ser candidatos, sem triagem de qualquer espécie.

Conforme estava previsto na Lei Suplicy, as eleições para renovação dos DA's (tanto das Faculdades da UFMG quanto da Universidade Católica) deveriam ser realizadas em novembro de 1964, o que causou certo clima de tensão em algumas Faculdades da capital. Apesar de reconhecerem a necessidade das eleições acontecerem ainda naquele mês, os reitores dos dois centros de ensino superior ainda aguardaram a regulamentação do funcionamento das entidades estudantis para decidirem a respeito do assunto.

Também no início daquele mês, o presidente do DCE da UFMG, Lúcio Flávio Mesquita – juntamente com outras lideranças estudantis do país – reuniram-se no Rio de

Janeiro e decidiram por não concordar com a extinção da UNE. Tomada a decisão, no dia 6 de novembro foi distribuída nas faculdades (e também na imprensa) de Belo Horizonte uma nota esclarecedora, afirmando que o DCE estava disposto a não aceitar o DNE como órgão representativo dos universitários, reclamando que a extinção da UNE era “inconstitucional e cerceativa das liberdades democráticas”⁵⁰.

No dia 11 de novembro, o reitor da UFMG baixou portaria permitindo a realização das eleições para a direção dos DA's em todas as faculdades até o final daquele mês, sendo que em várias escolas os pleitos eleitorais já estavam organizados, inclusive com candidatos lançados, como por exemplo, na Faculdade de Direito. Como o voto era obrigatório para todos os alunos nas eleições para seus DA's, no dia 25 de novembro, os estudantes da UFMG tiveram uma participação significativa ao comparecerem às urnas, principalmente na FACE e na Faculdade de Direito.

Por fim, um último episódio ocorrido na UFMG, no final de 1964, também merece ser destacado: trata-se da cerimônia de formatura da primeira turma do curso de Jornalismo. Na solenidade, o jornalista Carlos Heitor Cony foi convidado a paraninfar, o que gerou certa apreensão no General Dióscoro Gonçalves Vale que, esperando colaboração, sugeriu medidas preventivas:

Objetivando a manutenção da ordem na guarnição de BH, sugiro à Vossa Magnificência a adoção de uma das linhas de ação abaixo enumeradas: a) Ser o jornalista em causa cientificado de que deverá recusar o convite feito, para evitar perturbação da ordem; b) ser suspensa a solenidade de formatura; c) ser solicitada, por Vossa Magnificência junto às autoridades responsáveis a presença de força policial, sujeitando-se, nesse caso, ao possível emprego da força e suas imprevisíveis conseqüências caso surja um conflito.⁵¹

Infelizmente não foi possível saber qual das opções foi a escolhida pelo reitor, ou ainda se o jornalista convidado participou da cerimônia (ou mesmo se ela aconteceu). No entanto, sabemos que em agosto de 1965, mais uma vez Carlos Heitor Cony foi convidado a comparecer na UFMG, desta vez como Orador na inauguração da nova sede social do Diretório Acadêmico “Alfredo Balena” (DAAB), da Escola de Medicina. Certamente o

⁵⁰ Jornal *O Diário*, 06/11/1964, p.5. . Consulta realizada na biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. PUC-MG.

⁵¹ Ofício do ID-4, do Comandante General Dióscoro Gonçalves Vale, ao reitor Aluísio Pimenta, de 15/12/1964. UFMG, AESI, Caixa 1, Pasta 22.

discurso de Cony deve ter estimulado os estudantes, uma vez que promoveu duras críticas à Lei Suplicy, conforme apresentamos no trecho abaixo:

Estou aqui apenas para demonstrar a vocês que existem homens que não têm medo de falar, homens que enquanto virem reinar a ignomínia estarão lutando para que se restabeleça a justiça igualmente. Essas leis de gabinete, como foi a Lei Suplicy, em que cassa aos estudantes o direito de fazer suas próprias eleições e de escolher seus próprios dirigentes. Lutem contra tal lei e eu lutarei com vocês, porque estarão exigindo o que tem direito. Se em nosso país não podemos ter uma nova Democracia Livre, que tenhamos então um socialismo Democrático. O golpe de 31 de março é o começo de uma prisão a que todos estaremos sujeitos se continuarmos acatando tudo isso que está nos prejudicando⁵².

Considerações finais

É de grande relevância apontar algumas considerações sobre os documentos que aqui foram utilizados, especialmente aqueles que foram produzidos e armazenados pela Assessoria Especial do Serviço de Informação (AESI/ABH) – órgão ligado à Reitoria da UFMG⁵³. As universidades públicas introduziram nas suas estruturas as Assessorias Especiais de Segurança e Informação (AESI's), ligadas ao MEC e às agências locais do Serviço Nacional de Informações (SNI). Com base nos pareceres dessas assessorias, professores tiveram negados pedidos de bolsas de estudos para estudantes e licenças para comparecer a congressos técnicos; professores visitantes foram vetados e outras arbitrariedades similares foram abundantemente cometidas. Foi através de sindicâncias em busca de alunos, professores e funcionários considerados subversivos nas Universidades Federais brasileiras que esse órgão produziu e armazenou informações necessárias que eram requisitadas pela Divisão de Segurança Interna (DSI), órgão que era subordinado hierarquicamente ao SNI através da Agência de Belo Horizonte (ABH).

⁵²APM, DOPS/MG, Pasta 0011 {2}, Rolo 001, Im. 11 e 12.

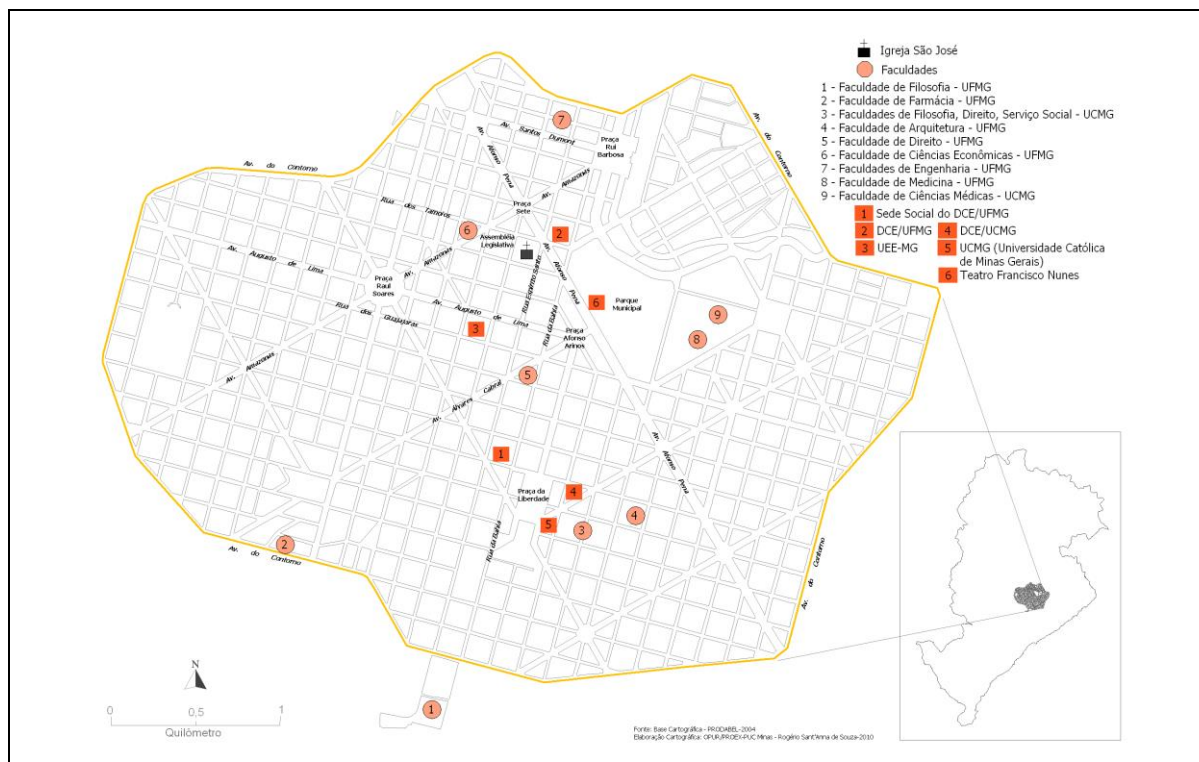
⁵³ A AESI/UFMG foi criada em 1971, mas, no entanto acumulou documentos armazenados por órgãos ligados à Reitoria daquela Universidade desde antes do golpe de 1964, persistindo a produção até o final da década de 1970. O acervo – disponível para consulta na Biblioteca Central da UFMG – contém documentos variados com informações sobre alunos que pertenciam ao ME, professores considerados de esquerda, lista de livros proibidos, ofícios de reitores, sobre a invasão das tropas militares na UFMG, suspensão das aulas, reuniões clandestinas de estudantes, enfim, uma gama de informações que certamente contribuirá com a pesquisa. Para maiores informações, consultar MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Os olhos do regime militar brasileiro nos *campi*. As assessorias de segurança e informações das universidades. *TOPOI*, v.9, n.16, jan.-jun. 2008, p.30-67. Disponível em http://www.revistatopoi.org/numeros_antteriores/topoi16/topoi16a2.pdf

Desse modo, podemos considerar seus arquivos como fontes inestimáveis sobre a história da atuação do ME em BH, neste caso particularmente da UFMG. Para proceder à análise destes documentos, eles foram divididos em dois grupos: os que foram produzidos pela polícia (Inquéritos Policiais-Militares – IPM’s – processos e relatórios policiais, depoimentos) e os que foram apreendidos nas entidades estudantis ou na residência daqueles jovens, supostamente considerados subversivos: jornais, boletins informativos estudantis, fotografias e materiais de propaganda. Porém, devemos estar atentos ao problema existente entre as narrativas apresentadas nos “documentos oficiais” e a realidade histórica na qual eles foram produzidos. Na maior parte dos documentos podemos detectar a presença do imaginário anticomunista nos relatórios policiais, de forma explícita ou velada.

Outra questão a que devemos estar atentos refere-se aos documentos que foram apreendidos como prova criminal, seja nas entidades estudantis ou em poder dos jovens detidos, posteriormente arquivados pela polícia e anexados aos inúmeros IPM’s. Dentre o material que circulava entre os estudantes nos deparamos com panfletos, jornais estudantis, boletins informativos, comunicados, elaborados e distribuídos com o objetivo de formar politicamente a sua militância. Contudo, tais registros apresentam sérias dificuldades para o pesquisador não iniciado nos jargões confessionais ou socialistas revolucionários. A falta de experiência neste terreno pode levar o estudioso a desprezar importantes materiais e interpretar de forma restrita ou equivocada tantos outros.

Esse importante *corpus* documental, origem de revelações surpreendentes, em muito contribuirá para diminuir um dos principais problemas para o estudo sobre este período, que é o da escassez das fontes. Conseqüentemente, a inserção histórica do movimento estudantil naquela conjuntura poderá ser mais bem analisada, revelando assim novos aspectos da história da Ditadura Militar. Apesar de sua importância em termos da participação de seus militantes e da repercussão de suas ações em BH, o ME belo-horizontino ainda foi pouco estudado e divulgado.

ANEXO



Recebido em: 07/12/2013

Aprovado em: 20/01/2014

Trajetórias em cacos: fragmentos para uma história da luta pela terra no Brasil nos anos 1964-1985

Thiago Lenine Tito Tolentino
Doutorando em História
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
thiago_lenine@yahoo.com.br

RESUMO: O artigo versa sobre a história dos conflitos nas áreas rurais brasileiras durante o período da ditadura civil-militar brasileira. Trata-se de, a partir de fragmentos biográficos, traçar um panorama nacional acerca da consolidação de um estado de violência, opressão e crime que viceja no contexto agrícola brasileiro. Esquecida pela historiografia tradicional sobre tema, notadamente marcada por uma reflexão urbana, a história da luta pela terra, assim como a de seus mortos e desaparecidos, durante os anos de 1964-1985, revela o quanto, sob o governo dos militares, os direitos humanos, civis e políticos do campesinato nacional foram violentados. Dos seringueiros do Amazonas aos sem-terra do Rio Grande do Sul, o rastro de torturas e assassinatos cometidos, seja por agentes públicos, seja por agentes privados que contavam com a impunidade, é terrificante. Este texto é fruto da pesquisa que contribuiu para a confecção do vídeo “Repressão e Violência no campo” em exposição no “Caminhão-Museu Sentimentos da Terra”.

PALAVRAS-CHAVE: Mortos e desaparecidos no campo, história da luta pela terra, história da ditadura civil-militar brasileira.

ABSTRACT: This article is about the history of violence and torture in Brazilian’s rural areas during the dictatorship (1964-1985). With fragmental biographies of workers peasants, it aims to tell this history in a national context, showing how these experiences reveals the violence that sustained the agro-business’s development in the last decades. The civil-military dictatorship was connived with all the atrocities that characterized the life in the plantations and the small farms. This article is one product of a research that we made to the video’s consecution “Repressão e Violência no Campo” that is in exposition in the “Caminhão-Museu Sentimentos da Terra”.

KEYWORDS: Cases of dead and missing people in the brazilian countryside, history of struggle for land, history of civil-military dictatorship brazilian.

Prólogo

O artigo seguinte é produto de uma pesquisa que realizei no interior do Projeto República: Núcleo de Documentação, Pesquisa e Memória (UFMG), coordenado pela

professora doutora Heloísa Starling. Tratava-se de um trabalho historiográfico que envolvia a pesquisa bibliográfica e documental pertinente, além do levantamento de uma série de imagens, gravuras, fotos e desenhos, assim como, filmes e vídeos, para servir de material à execução de um vídeo museográfico, produzido por Gringo Cardia, a ser exposto no itinerante Caminhão-Museu Sentimentos da Terra¹. Assim, o artigo traz também uma narrativa de imagens que procura, à sua maneira, relatar essa história.

O vídeo exposto chama-se “Repressão e violência no campo: do golpe-civil militar à Nova República”. Sua temática, portanto, era a da história dos trabalhadores rurais brasileiros entre as décadas de 1960 e 1980, especialmente a violência que passou a marcar as relações trabalhistas e fundiárias. Assim, como este texto pretende mostrar, durante o regime ditatorial, modos de repressão e violência sedimentaram-se no cotidiano da vida rural brasileira. Elencamos aqui alguns casos que nos permitem apontar para um fenômeno nacional, uma vez que foram escolhidos personagens de todas as regiões do país: norte, sul, nordeste, sudeste e centro-oeste. Claro que não se trata de dizer que eram todas igualmente violentas e repressoras, mas que nenhuma desconheceu a arbitrariedade terrificante da violência rural.



As vidas aqui registradas são cacós, fragmentos, dentre os milhares de nomes e anônimos que compõem as listas de mortos e desaparecidos no campo brasileiro. Algumas tem um ou outro livro em sua homenagem, mas nada muito profundo ou mais significativo. Assim, as informações biográficas dos personagens aqui tratados foram basicamente extraídas de duas obras: *Assassinatos no campo: crime e impunidade* (1986), publicado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), e *Retrato da Repressão Política no Campo* (2010), organizado por Ana Carneiro.

As outras informações foram colhidas em bibliografia suplementar, notícias de jornais e revistas, vídeos e documentários. Dentre estes últimos, destacam-se as obras *Cabra Marcado para Morrer* (1984), dirigido por Eduardo Coutinho, *Igreja dos oprimidos* (1986), dirigido por Jorge

¹ O Museu foi inaugurado em março de 2013 e, atualmente, está percorrendo várias cidades do país.

Bodanzky e Helena Salem, e *O profeta das águas* (2005), dirigido por Leopoldo Nunes. Este material nos possibilitou articular a trajetória de figuras tão distantes no espaço, mas próximas por sua condição de trabalhadores rurais, em uma narrativa que procura apontar para uma história que permanece submersa na memória coletiva.

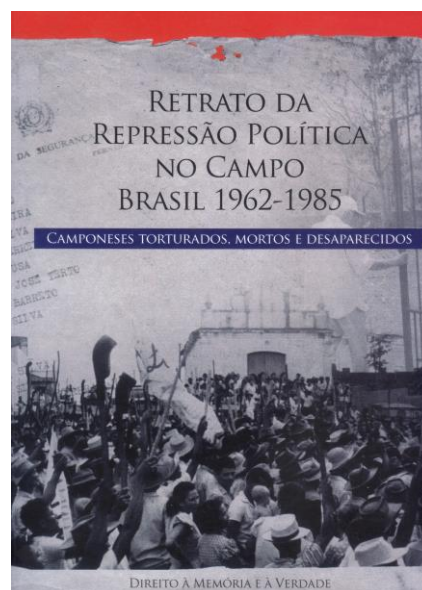
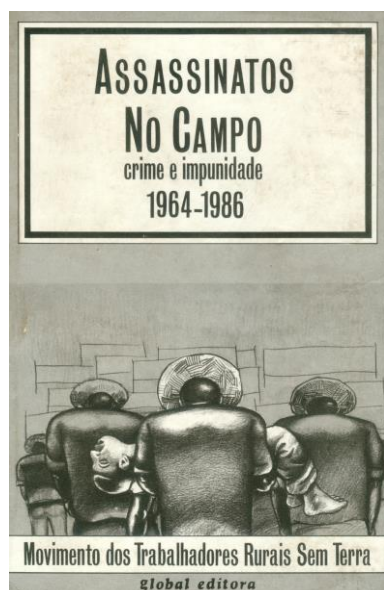
Uma história que, sem dúvida, constrange. A mera leitura das centenas de casos relatados nos livros citados acima conduziu-nos a uma experiência dramática de perplexidade e impotência. Nomes completos, primeiros nomes, apelidos, anônimos. Desde casos com início, meio e fim, com testemunhas, inquérito policial e julgamento, a casos que se resumem a corpos carbonizados. Relatos sobre relatos, silêncios, esquecimentos, medos, torturas inimagináveis: mel sobre o corpo atado ao chão para que boi lamba a pele até a carne viva tornar-se morta, decapitações, tiros em mães, filhos e pais de família. Sequestros de crianças. Assassínatos em praça pública, em casa, no trabalho, na cadeia, no sindicato rural, na igreja.



Dados

No Brasil, ainda não foi concluído o processo de identificação do número de mortes e desaparecimentos políticos ocorridos durante a ditadura civil e militar instaurada com o golpe de Estado de 1964. Em sua larga maioria, esses brasileiros eram opositores políticos da ditadura, foram mortos ou estão desaparecidos por ação de autoridade pública entre 1962 e 1985 e o reconhecimento de responsabilidade por parte do Estado na sua morte ou desaparecimento ocorreu em 2007. A soma atinge 396 pessoas, sendo 237 mortos e 159 desaparecidos políticos. A partir da segunda metade da década de 1990, os familiares dos mortos e desaparecidos obtiveram novas informações sobre outros 40 casos ainda não reconhecidos pelo Estado, totalizando 436 nomes.

As possibilidades de pesquisa e apuração de dados também não foram esgotadas. Permanecem fechados ou com acesso público parcial os arquivos militares, sobretudo os arquivos dos órgãos do Estado que operaram a vasta rede de coleta e análise de informações sobre a sociedade brasileira e suas forças políticas de oposição: Serviço Nacional de Informações (SNI); Centro de Informações do Exterior (CIEEx); Centro de Informações do Exército (CIE); Centro de Informações da Marinha (CENIMAR); Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (CISA).



Dificuldades de acesso do pesquisador a documentos que se encontram sobre a guarda de arquivos públicos também ocorrem com frequência, seja devido às condições inadequadas de preservação e de disponibilização pública, seja em virtude dos limites impostos pela legislação vigente. Da mesma forma, ainda continua vindo à luz da esfera pública conjuntos documentais de natureza pública, mas que se encontram sob a guarda privada ou documentos pessoais que refletem o testemunho da atuação política de personagens do período.

Dentre os casos de mortes e desaparecimentos políticos ocorridos entre 1962 e 1985, o universo dos camponeses e trabalhadores rurais é o que encontra maiores dificuldades para mapeamento e identificação. Segundo levantamentos sobre as lutas no campo ocorridas no período entre 1964 e 1986, realizados pela Comissão Pastoral da Terra e pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, foram registrados cerca de 1.100 assassinatos nessa área. Boa

parte desses crimes permanece sem identificação ou sem que a investigação sobre suas circunstâncias tenha obtido informações conclusivas².

Aos cacos...

As dificuldades para identificação dos acontecimentos políticos e dos atingidos pela repressão política no campo têm duas causas principais. Por um lado, os crimes cometidos no campo brasileiro tiveram como protagonistas jagunços, capangas, milícias paramilitares constituídas por proprietários rurais – são crimes cometidos por grupos de extermínio privados, embora tenham contado com o beneplácito ou com a omissão do Estado brasileiro. Por outro lado, são crimes ocorridos, em sua maior parte, em conflitos de terra no Brasil. Esses conflitos demonstraram extraordinária força e capacidade de intervenção pública ao longo da nossa trajetória republicana e foram sendo colocados no topo da agenda política do país no início dos anos 1960. Contudo, a história das propostas, das lutas e, sobretudo dos personagens que tiveram atuação política no cenário rural brasileiro ainda não se encontra ancorada na cena pública, nem pela construção de uma memória comum, nem pelo reconhecimento dos direitos fundamentais da cidadania – entre eles, o reconhecimento das mútuas relações entre o direito à verdade, à história e ao acesso à justiça.

Esta é uma história que se situa numa encruzilhada de perspectivas clássicas acerca da realidade campesina no país. De fato, são de conhecimento amplo os processos estruturais que marcaram, a partir da segunda metade anos 1960, o caráter da vida rural no Brasil. Especialmente, fazemos referências aos grandes processos de êxodo rural que, por fim, inverteram a proporção entre população rural e urbana, em benefício desta última, assim como, a instalação da agroindústria como modelo generalizado de desenvolvimento econômico no campo. Com uma política de crédito agrícola, benefícios fiscais e valorização do latifúndio, sem dúvida, foram as classes patronais do mundo rural as que mais se beneficiaram com o direcionamento político-econômico para o campo desenvolvido durante o regimes ditatorial³.

² Cf. BRASIL. Secretária Especial de Direitos Humanos. *Direito à verdade e à memória*. Brasília: SEDH, 2007; CARNEIRO, Ana (org). *Retrato da Repressão Política no Campo*. Brasília: MDA, 2010; MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. *Assassinatos no campo: crime e impunidade, 1964-1986*. São Paulo: Global, 1987.

³ Cf. PALMEIRA, Moacyr; LETTE, Sérgio. Debates econômicos, processos sociais e lutas: reflexões sobre a questão agrária. Captado em

Quando o Golpe de 1964 irrompeu, havia organizações camponesas por quase todo o Brasil⁴. Em cada lugar, as disputas em torno dos direitos dos trabalhadores rurais e da Reforma Agrária eram tensas, muitas vezes violentas, mas havia espaço para a atuação decisiva de órgãos como os Sindicatos Rurais, as Ligas Camponesas, as Associações e Federações de Trabalhadores Agrícolas. E será justamente a aniquilação ou intervenção nestes órgãos que caracterizará as primeiras iniciativas do governo golpista em relação às organizações camponesas, perseguindo suas lideranças e condenando seus ativistas. A luta pela terra e por direitos, porém, conhecera respostas do governo, tais como: o Estatuto do Trabalhador Rural (1963), o Estatuto da Terra (1964) e uma legislação previdenciária nos anos 1970. Observar os limites de visão destes textos, assim como, a amplitude de aplicação real de tais políticas não será objeto deste artigo. Porém, quando observamos uma trajetória como a de Margarida Alves, diretora sindical assassinada pela luta por carteiras de trabalho assinadas e reconhecimento dos direitos trabalhistas de lavradores e pequenos proprietários, podemos notar como era difícil fazer a letra da lei valer alguma coisa no interior das realidades rurais brasileiras.

Trataremos aqui de trajetórias individuais, de experiências específicas que nos permitem contemplar e retomar histórias de luta e violência no cenário rural brasileiro nos anos da ditadura. Poderíamos, neste sentido, retomar algumas reflexões sobre o papel do indivíduo na história, da importância dos personagens e trajetórias singulares à compreensão do passado, assim como para a crítica à construção de passados tradicionais, quer dizer, de uma história oficial, nem sempre disposta a enfrentar temas espinhosos e contraditórios no processo de autoreconhecimento coletivo. Seja a partir da microhistória, da prosopografia ou das reflexões teóricas sobre os processos de justiça de transição, retomar trajetórias individuais tem sido um meio eficiente para se construir histórias fora do marco meramente estruturalista e generalista⁵. O que a análise possa perder em termos de criação de modelos explicativos e

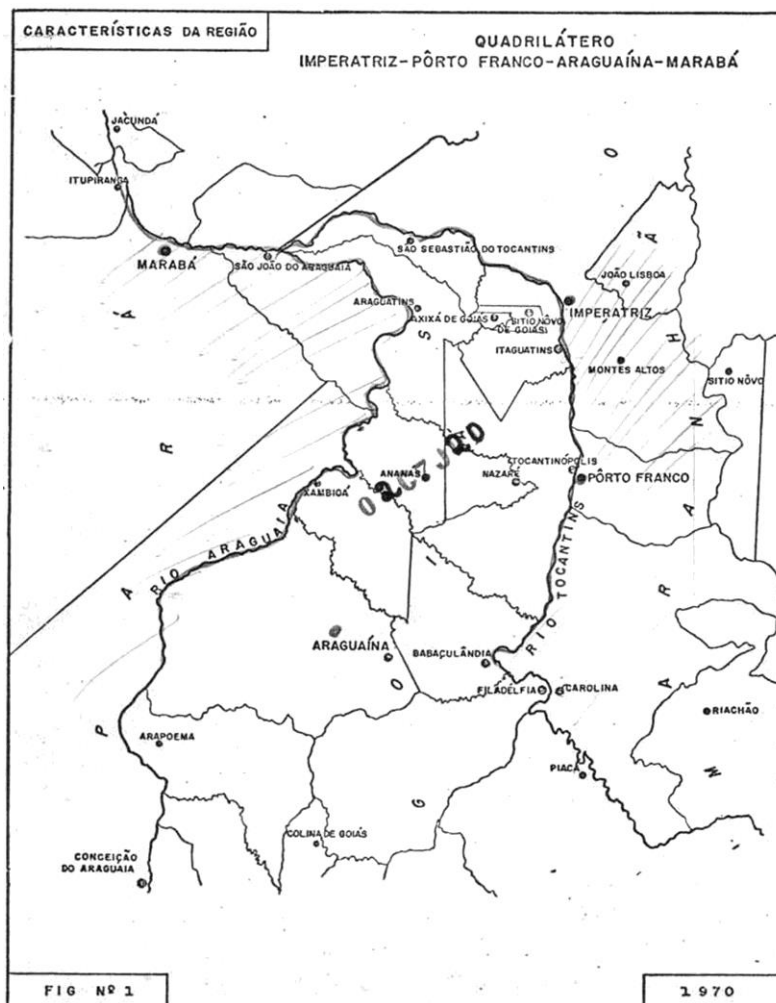
http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=5214&Itemid=360 18 jan. 2014.

⁴ “Estima-se que em 1963, em 18 das 22 unidades federativas estavam presentes várias Ligas [Camponesas], sendo que em Pernambuco, com 64, era o estado com o maior número de Ligas organizadas, de um total de 218 pelo país”. ESTEVES, Leandro da Silva; MOTTA, Márcia. Ligas Camponesas: história de uma luta (des)conhecida. In: MOTTA, Márcia; ZARTH, Paulo (orgs.). *Formas e resistência camponesa: visibilidade e diversidade ao longo da história*. São Paulo: UNESP; Brasília: NEAD, 2009, p. 248.

⁵ Cf. GUINZBURG, Carlo. GUINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes*. São Paulo: Cia das Letras, 2006; LEVI, Giovanni. Les usages de la biographie. *Annales, Sciences Sociales*, Paris, vol 44, Número 6, 1325-1336, Ano 1989.

conceitos gerais, ela ganha em compreensão dos enredos vividos no interior de processos históricos complexos.

O Golpe irá desencadear uma série de perseguições políticas, promovendo o aumento da força dos grupos fazendeiros locais e a emergência de uma inaudita experiência de violência nas zonas rurais brasileiras. Nas décadas de 1970 e 1980, a área conhecida como Bico do Papagaio – que hoje compreende os estados do Tocantins, Pará e Maranhão – vivenciou conflitos violentos no campo. A Guerrilha do Araguaia foi um dos fenômenos marcantes deste período na região. A partir de 1966, militantes do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) dirigiram-se para esta área a fim de iniciar um projeto de guerrilha e derrubada da ditadura militar. A ideia era associar-se à comunidade local, então formada por pequenos povoados constituídos por contingentes de migrantes. A situação geral dos habitantes era de extrema pobreza e total sujeição aos grandes proprietários locais, assim como, às autoridades que se tornavam cúmplices das violências e crimes contra a população campesina.



SARLO, Beatriz. A retórica testemunhal. *Tempo passado*. Trad. Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Cia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.



Tal situação, segundo os militantes do PC do B seria propícia à cooptação da classe dos trabalhadores rurais para a causa revolucionária. Formar-se-ia, então, um contingente de camponeses comprometidos com a derrubada do regime ditatorial e com a instalação do socialismo no país⁶.



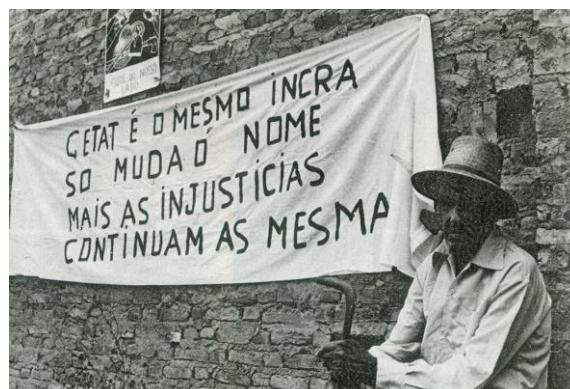
No início do ano de 1972, a atuação dos militantes revolucionários na região do Bico do Papagaio fora descoberta pelos órgãos de repressão da ditadura militar. Em outubro de 1973, o Exército articula, então, uma ampla ofensiva mobilizando soldados disfarçados, que coletavam informações junto à população, e contingentes armados vigorosos.



⁶ “(...) o Partido Comunista do Brasil (PC do B) (...) tomou a decisão de enviar dezenas de seus militantes para algumas áreas do remoto interior do país, a fim de prepararem e desencadarem a luta armada sob a forma de guerrilha rural. Foi dessa decisão que resultou a luta guerrilheira”. POMAR, Wladimir. *Araguaia: o partido e a guerrilha*. São Paulo: Brasil Debates, 1980, p. 2.

Pela terra e pelo ar, os militares cercaram toda a área. Nas operações Sucuri e Marajoara, a ordem era não manter prisioneiros, o que significava a execução de todos aqueles que fossem considerados guerrilheiros ou simpatizantes comunistas. Após quatro meses, a guerrilha acabara, líderes, militantes e camponeses foram assassinados. Vários corpos foram enterrados na selva ou atirados nos rios que cercam a região⁷. O clima de terror e medo, porém, não se encerrou após as ofensivas militares.

A partir de então, organizações em defesa dos trabalhadores rurais e mesmo lideranças religiosas eram perseguidas por forças do regime, enquanto jagunços, pistoleiros e policiais agiam livremente em favor dos interesses de grandes fazendeiros e proprietários locais⁸. Em 1980, foi criado o Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins (GETAT). O seu representante na resolução de conflitos era Sebastião Rodrigues de Moura, o Major Curió, responsável pelas manobras militares na erradicação da Guerrilha do Araguaia. A atuação desse órgão na região acabou por consolidar a presença das grandes empresas do sul em detrimento da ocupação produtiva dos pequenos trabalhadores⁹.



O major Curió teve atuação irrestrita no interior do país, tendo participado da repressão aos movimentos de trabalhadores rurais tanto na região do Araguaia, quanto no sul do país, durante os acontecimentos em Encruzilhada Natalino¹⁰.

⁷ Sobre operações militares, confrontos e mortes durante a guerrilha, conferir: MORAIS, Taís; SILVA, Eumano. *Operação Araguaia: os arquivos secretos da guerrilha*. São Paulo: Geração Editorial, 2005.

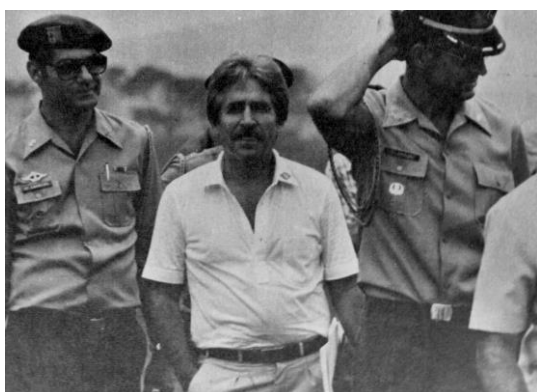
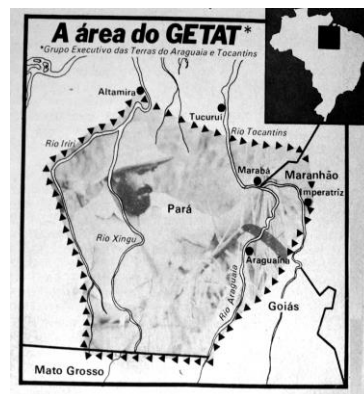
⁸ Sobre condições violentas a que o trabalhador do campo estava submetido, conferir: FAJARDO, Elias. *Em julgamento – a violência no campo*. Editora Vozes. Petrópolis: 1988.

⁹ Sobre atuação do GETAT e do Major Curió, conferir: PEIXOTO, Rodrigo Corrêa Diniz. Memória social da Guerrilha do Araguaia e da guerra que veio depois. *Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências humanas*. 2011, vol.6, n.3, pp. 479-499.

¹⁰ Sobre Encruzilhada Natalino, nascimento do MST e atuação do Major Curió, conferir: MORISSAWA, Mitsue. *A história da luta pela terra e o MST*. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

Segredos da mata

Um agente do SNI circula pelas selvas da Amazônia com três identidades diferentes



Nos anos 1970, a expansão das fronteiras agrícolas brasileiras em direção ao norte do país era marcada por discurso grandiloquente e desenvolvimentista acerca do crescimento do Brasil. Na esteira do milagre econômico, o governo militar angariava milhares de colonos de diferentes partes do país que teriam a possibilidade de ascender socialmente trabalhando em obras como a Transamazônica e habitando seus arredores. Do Acre ao Maranhão, o deslocamento de pessoas era enorme.



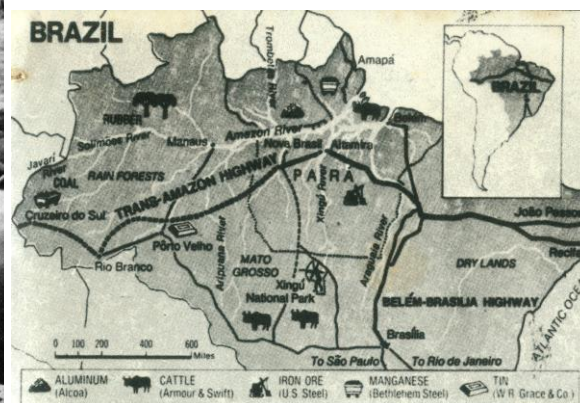


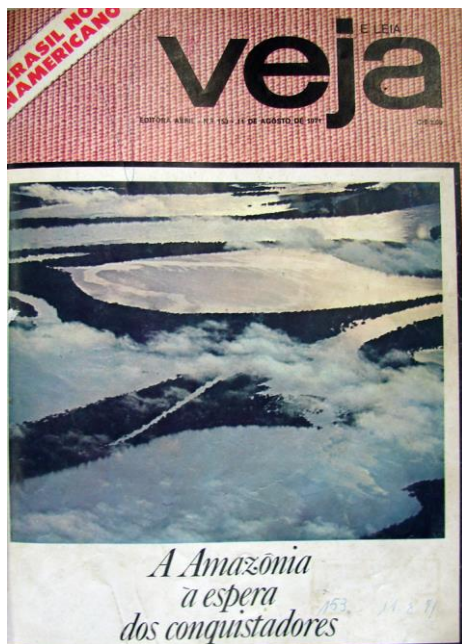
A expansão em direção ao norte, porém, desconhecia o direito dos povos indígenas e também de populações de culturas tradicionais, como os seringueiros. A contra face do Brasil grande e auto-suficiente, era a de um Brasil pobre e extremamente carente¹¹.



¹¹ Sobre situação dos trabalhadores rurais e, especialmente, dos seringueiros na região amazônica, conferir: BRANCO, Samuel Murgel. *O desafio amazônico*. São Paulo: Moderna, 1989; REVKIN, Andrew. *Tempo de queimada, tempo de morte*. O assassinato de Chico Mendes e a luta em prol da Floresta Amazônica. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990.

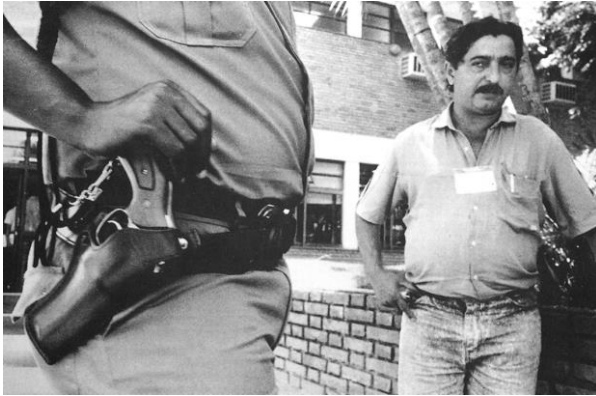
Um dos movimentos mais importantes surgidos neste processo é o que irrompe no Acre a partir da resistência dos seringueiros frente à expansão do poder latifundiário na região. Em 1975, foi criado o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasiléia, na fronteira do Brasil com a Bolívia. O sindicato pretendia impedir os processos desencadeados de transformação da mata florestal em pasto para o gado das fazendas de grandes proprietários que vinham do sul do país. Neste movimento, famílias inteiras de seringueiros e de pequenos lavradores eram perseguidas por jagunços, capangas e pistoleiros. Já em 1979, o sindicalista Wilson Pinheiro destacava-se como um dos principais articuladores da resistência dos posseiros e seringueiros frente à ofensiva do agronegócio no interior da floresta. As grandes empresas de criação de gado e de agricultura extensiva objetivavam desmatar a floresta, a fim de criar os pastos e terrenos adequados a sua produção, expulsando os posseiros. As invasões de casas por jagunços e até mesmo soldados eram acompanhadas por violências físicas, torturas e assassinatos, conforme se depreende dos relatos coletados.



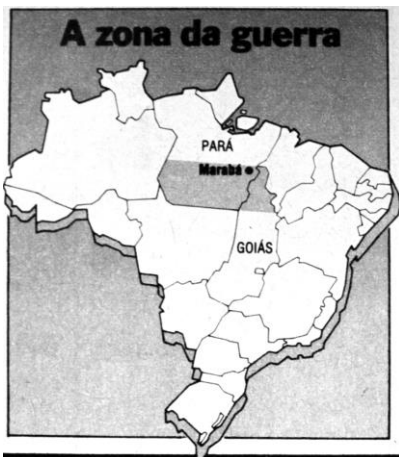


Refugiar-se nas matas era a única medida de proteção da população desamparada por um Estado comprometido com os interesses dos latifundiários e empresas do agronegócio. Em 1980, Wilson Pinheiro, então presidente do sindicato de Brasília, foi assassinado com um tiro nas costas. Sua ação à frente do Sindicato, porém, já tinha rendido os frutos necessários para a mobilização de uma gama enorme de produtores e seringueiros em torno da identidade “povos da floresta”. Tratava-se, desde então, de defender os direitos dos trabalhadores rurais, seringueiros e pequenos produtores, assim como a preservação do meio ambiente¹². Chico Mendes, imediato sucessor de Wilson Pinheiro, foi um dos maiores líderes em torno da causa dos “povos da floresta”. No ano de 1988, também foi assassinado, revelando a permanência da violência nas áreas rurais do norte do país.

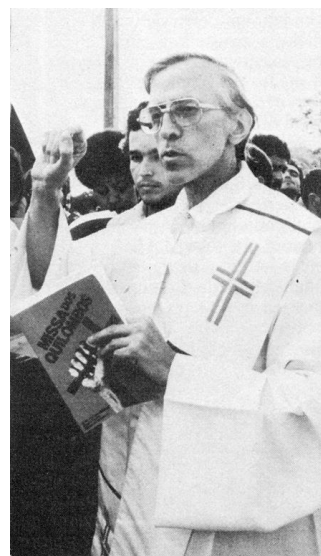
¹² São muito escassas as informações sobre a vida e trajetória de Wilson Pinheiro, além das notícias de revistas e jornais por nós consultadas, como referência bibliográfica, sugerimos: CARNEIRO, Ana (org). *Retrato da Repressão Política no Campo*, 277; REVKIN, Andrew. *Tempo de queimada, tempo de morte*.



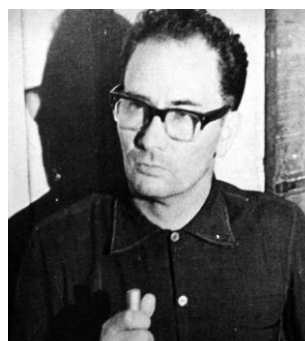
Devido à repressão às organizações trabalhistas autônomas e à perseguição aos candidatos de oposição às chapas governistas nos sindicatos rurais, a atuação dos líderes religiosos teve papel destacado na luta pelos direitos do trabalhador rural, principalmente nas regiões centro-oeste e norte do país, nas áreas do Bico do Papagaio, do sul do Pará e noroeste do Mato Grosso.



Religiosos como Dom Pedro Casaldáliga e Dom Tomás Balduino viajavam por esses lugares coordenando ações religiosas e sociais – missas, comunidades de base, auxílio institucional - fortalecendo a resistência dos trabalhadores rurais.



Eles destacavam-se no cenário nacional como seguimentos de uma igreja que procurava sanar as violências e injustiças no campo. Vários eram os párocos que atuavam no mesmo sentido¹³.

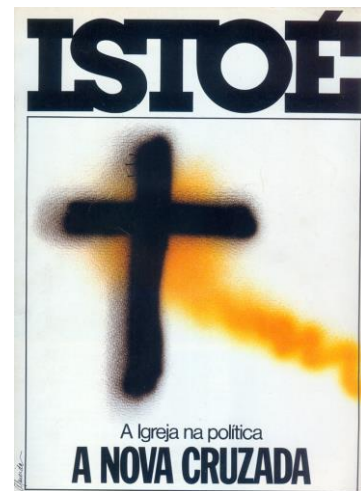


¹³ Cf. MARTINS, Edilson. *Nós do Araguaia: Pedro Casaldáliga: o bispo da teimosia e da liberdade*. Rio de Janeiro : GRAAL, 1979.

Porque caçam estes padres



Em 1981, dois padres franceses, Aristides Camio e Francisco Gouriou, foram presos acusados de incitarem uma emboscada contra uma caravana de funcionários do GETAT que estava acompanhada por empregados de fazendas da região de São Geraldo do Araguaia. A polêmica em torno deste fato revelou o quanto as relações entre a igreja e as questões políticas tornaram-se tensas. Em pesquisa realizada com os maiores latifundiários do Brasil na década de 1980, mais de noventa por cento mostrou-se contra a atuação de religiosos junto ao trabalhador do campo.¹⁴

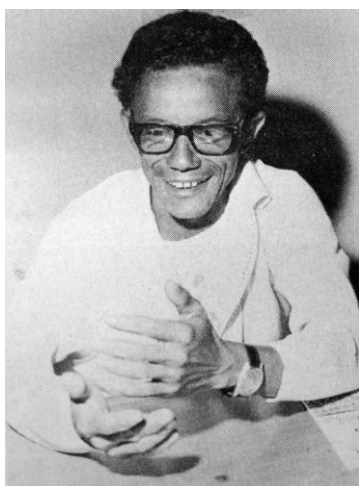


A repercussão desta atuação era grande. Os livros de D Casaldáliga, por exemplo, figuravam entre os *best-sellers*¹⁵ do período e sempre traziam em sua temática a questão da justiça nas relações trabalhistas e humanas.

¹⁴ Entre os entrevistados, mais de noventa por cento eram favoráveis à legalização dos partidos comunistas e noventa e três por cento eram contrários à atuação de padres no auxílio à resolução das questões sociais e políticas envolvendo trabalhadores rurais. Cf. *Isto É*, 17 de setembro de 1986, p. 56.

¹⁵ Sua obra *Creio na justiça e na esperança*, figurava como a terceira mais vendida dentre os gêneros não ficcionais. Cf. *Veja*, 26 de abril de 1978, p. 134.

A atuação de padres e religiosos começou a ser temida e combatida por fazendeiros e políticos locais. Em alguns lugares proibiu-se mesmo a visita de qualquer tipo de líder religioso. A atuação das comunidades de base ligadas às igrejas também cresceu de forma significativa, aumentando a resistência dos trabalhadores rurais frente às violências de fazendeiros, grileiros e policiais. Em abril de 1980, desapareceu Raimundo Ferreira Lima, conhecido como Gringo. Sua atuação junto às Comunidades Eclesiais de Base da Prelazia era intensa.



Era pai de 11 filhos e cultivava uma pequena propriedade na região de Conceição do Araguaia. Foi candidato de oposição para presidência o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Conceição do Araguaia. Sofrera vários assédios por policiais e jagunços da região, tendo sua casa sido invadida e sua família ameaçada. Foi espancado e assassinado a tiros na região de Araguaína, quando retornava de um encontro de líderes sindicais em São Paulo. Seu corpo foi encontrado em maio de 1980¹⁶. Seu assassino ficou impune. A memória, porém, em torno de seu nome e sua luta se fez presente quando, alguns anos depois, a sua chapa de oposição venceu, finalmente, as eleições para a presidência do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Conceição do Araguaia. Seu nome era lembrado nas missas do padre Ricardo Rezende Ferreira¹⁷, importante religioso que ajudara a organizar a resistência dos trabalhadores rurais na região do Araguaia.

¹⁶ Cf. CARNEIRO, Ana (org). *Retrato da Repressão Política no Campo*; MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. *Assassinatos no campo: crime e impunidade, 1964-1986*.

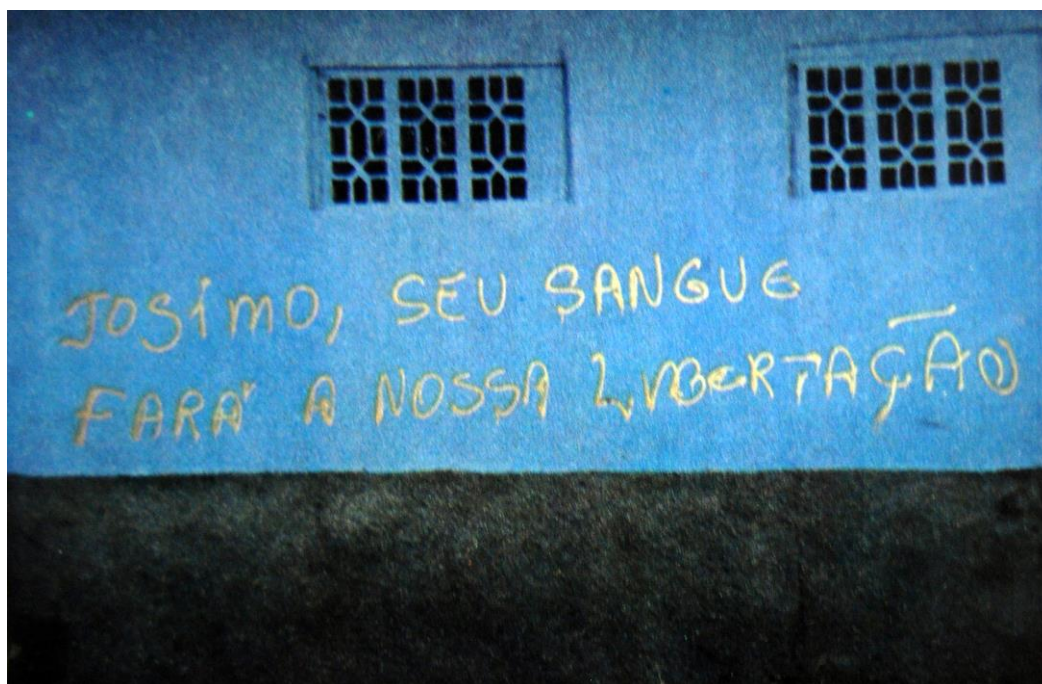
¹⁷ Um pouco da atuação do padre Ricardo Rezende está registrada no documentário “Igreja dos oprimidos” (1986), dirigido por Jorge Bodansky e Helena Salem. Disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=gaK8z0V61Xs>

Os ativistas católicos eram vítimas da violência desmesurada que caracterizava o mundo rural brasileiro. Em 1976, o padre João Bosco Penido Burnier foi assassinado em Ribeirão Bonito, Mato Grosso. Foi morto por um policial na porta da delegacia da cidade, quando, acompanhado por D. Pedro Casaldáliga, protestara contra a tortura de três mulheres da região que haviam sido presas. O padre Josimo Morais Tavares era conhecido como “o padre negro das sandálias surradas”.



Desde 1983, atuava nas cidades na área do Bico do Papagaio. Josimo era um dos coordenadores da Comissão Pastoral da Terra na região e dedicara-se a fazer renascer a esperança no interior das famílias de trabalhadores rurais ainda marcadas pelos horrores deixados pela Guerrilha de Araguaia. Sua atuação em defesa dos camponeses e de denúncia das violências sofridas por eles desagradava aos fazendeiros e autoridades locais. A partir de 1984, começara a ser alvo de várias ameaças de morte, tendo sido vítima de um atentado contra sua vida em abril de 1986. No dia 10 de maio de 1986, o padre Josimo Morais Tavares foi assassinado com um tiro nas costas, na cidade de Imperatriz/MA. Seu cortejo contou com milhares de trabalhadores rurais, religiosos e agentes da pastoral, tornando-se um grande evento de denúncia contra a violência, a impunidade e ao desamparo que caracterizava os

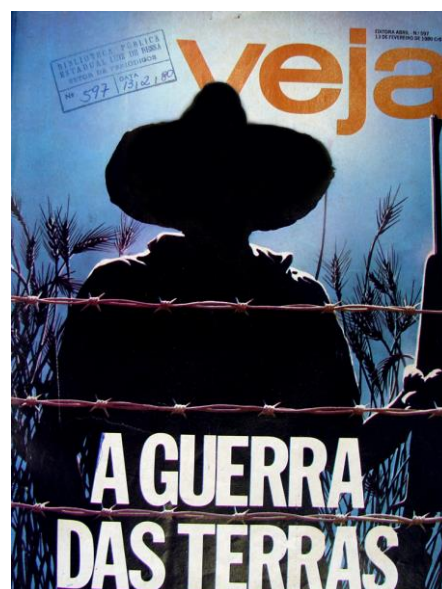
moradores da região. Seu assassinato teve repercussão nacional e revelava a fragilidade da realidade camponesa brasileira, mesmo quando o país já possuía um civil no poder¹⁸.



Reforma no Vaticano

Sarney vai pedir ao papa
que afaste os padres brasileiros
dos conflitos agrários

A região sudeste também conhecera as violências desencadeadas nas áreas rurais brasileiras durante a ditadura militar. Um acontecimento revelador desta história ocorrera na cidade de Chapada Gaúcha, no norte do estado de Minas Gerais. Desde 1979, um grupo de colonos oriundos do sul do país ocupava a região que, por essa razão, era conhecida como Vila dos Gaúchos. As terras, porém, começaram a ser procuradas por agentes ligados a grandes empresas para o plantio de eucalipto e pinho. Rapidamente as ações dos grileiros fizeram-se sentir: expulsão dos pequenos



¹⁸ Cf. CARNEIRO, Ana (org). *Retrato da Repressão Política no Campo; CPT. Pe. Josimo: a velha violência da Nova República*. São Paulo: CPT, 1986; MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. *Assassinatos no campo: crime e impunidade, 1964-1986*.

proprietários, ameaça aos moradores, cercamento de terras e compras a preço baixo. O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Francisco, responsável pela então Vila dos Gaúchos, atuou firmemente no combate às ações de grilagem. Eleito presidente do Sindicato em 1981, Eloy Ferreira da Silva tornou-se a principal liderança dos posseiros e trabalhadores rurais de Chapada Gaúcha. Um de seus maiores feitos foi a coordenação da desapropriação da fazenda Vereda Grande, onde viviam dezenas de famílias de posseiros, constantemente ameaçadas por fazendeiros e jagunços. Perseguido e sofrendo ameaças, Eloy acabou, em dezembro de 1984, sendo assassinado a tiros por Paulo Leonardo.



O nome do sindicalista, porém, tornou-se um marco na memória da região, batizando ruas e lugares da cidade de Chapada Gaúcha. Seu nome também é homenageado pelo Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva (CEDEFES), em Belo Horizonte¹⁹.

¹⁹ AMADO, J. *Eloy – morre a voz, nasce o grito*. Belo Horizonte: SEGRAC, 1985. CARNEIRO, Ana (org). *Retrato da Repressão Política no Campo*; FERREIRA, Ana Paula Romão de Souza. *Margarida, Margaridas - Memória de*

O estado da Paraíba, e a região nordeste em geral, foi palco de vários conflitos envolvendo trabalhadores rurais e grandes proprietários de terra. O trabalho nas fazendas de cana-de-açúcar, não raro sem as mínimas condições e direitos respeitados, conforma uma das maneiras mais antigas de exploração da mão de obra rural na região. Mormente entregues a uma condição sazonal de emprego e submetidos aos desmandos dos usineiros, os trabalhadores dos canaviais da Paraíba tinham, durante a ditadura, apenas os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais para lhes prestar suporte jurídico trabalhista. Na cidade de Alagoa Grande, a presidente sindical Margarida Maria Alves teve ação destacada nos anos 1970-1980. Ocupou o cargo por 12 anos, chegou a mover mais de 600 ações trabalhistas contra senhores de engenho da região. Procurava garantir aos trabalhadores rurais o acesso à carteira assinada, 13º salário, redução da jornada de trabalho e férias. Margarida recebera várias ameaças de morte; dizia, porém, que era “preferível morrer na luta que morrer de fome”. Em sua atividade política, figurou ao lado de nomes como Paulo Freire, Lula e Betinho. No dia 12 de agosto de 1983, Margarida Maria Alves foi assassinada a tiros à porta de sua casa, em frente ao filho de dez anos e de seu marido. Tanto o assassino quanto os mandantes do crime ficaram impunes. A memória de Margarida Maria Alves, porém, é um marco na história da luta pela terra e pelos direitos humanos no Brasil. Sua casa tornou-se um lugar de memória.



Margarida Alves (1933-1983) através das práticas educativas das Margaridas. João Pessoa: Ed Universitária, 2006;
MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. *Assassinatos no campo: crime e impunidade,* 1964-1986.



Em 1994, seu nome foi homenageado pelo arcebispo da Paraíba, Dom José Maria Pires, que criou a “Fundação de Defesa dos Direitos Humanos ‘Margarida Maria Alves’”. Também em sua homenagem, desde o ano 2000, entidades de trabalhadores rurais organizadas pela Contag e pela CUT realizam a “Marcha das Margaridas”, movimento que reúne milhares de mulheres trabalhadoras em Brasília²⁰.



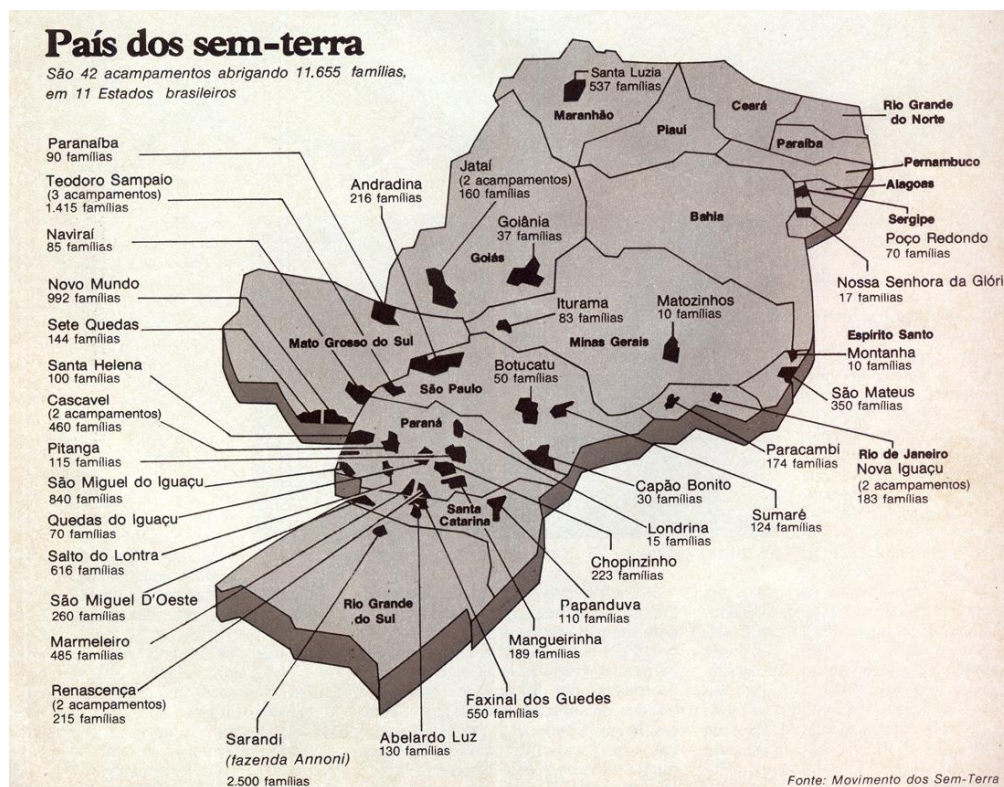
Os três estados da região sul do Brasil conheceram intensa movimentação em torno dos direitos dos trabalhadores rurais no início da década de 1980. Em 1983, mais de seiscentas famílias de trabalhadores rurais provenientes do sudoeste do Paraná e oeste de Santa Catarina, realizaram a ocupação de uma área de cerca de quatro mil hectares de terra no município de

²⁰ CARNEIRO, Ana (org). *Retrato da Repressão Política no Campo*; FERREIRA, Ana Paula Romão de Souza. *Margarida, Margaridas - Memória de Margarida Alves (1933-1983) através das práticas educativas das Margaridas*. João Pessoa: Ed Universitária, 2006; MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. *Assassinatos no campo: crime e impunidade, 1964-1986*.

Marmeleiro, estado do Paraná. Tratava-se de uma fazenda esgotada pela extração de madeira e que pertencia ao grupo gaúcho Anoni. O terreno fora desapropriado em 1980 pelo Inca, porém, seu proprietário João Icarton, não acatou a decisão. Contratou vários jagunços para expulsar os trabalhadores que ali estavam acampados. O posseiro João Maria de Paula de 52 anos, casado e pai de nove filhos, foi assassinado por pistoleiros. Não houve julgamento dos responsáveis. Apesar do assassinato de João Maria, as centenas de famílias que ocuparam a fazenda resistiram no local. Nascia então uma das bases que fortaleceram o nascimento de um dos maiores movimentos brasileiros na luta pela terra. A ocupação e assentamento dos trabalhadores de Marmeleiro, na fazenda Anoni no Paraná somava-se às vitórias obtidas no Rio Grande do Sul, que culminaram na Encruzilhada Natalino, e às mobilizações no leste Santa Catarina.



Compôs-se, então, a tríade de movimentos que marcou definitivamente a história da luta pela terra no Brasil, com a criação do MST em 1984.²¹

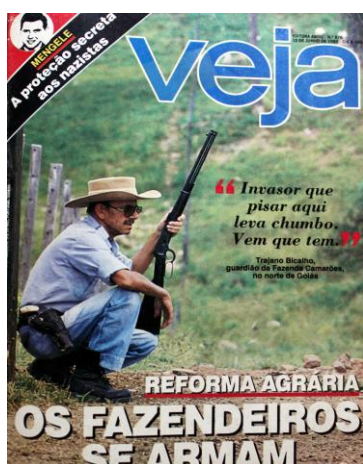
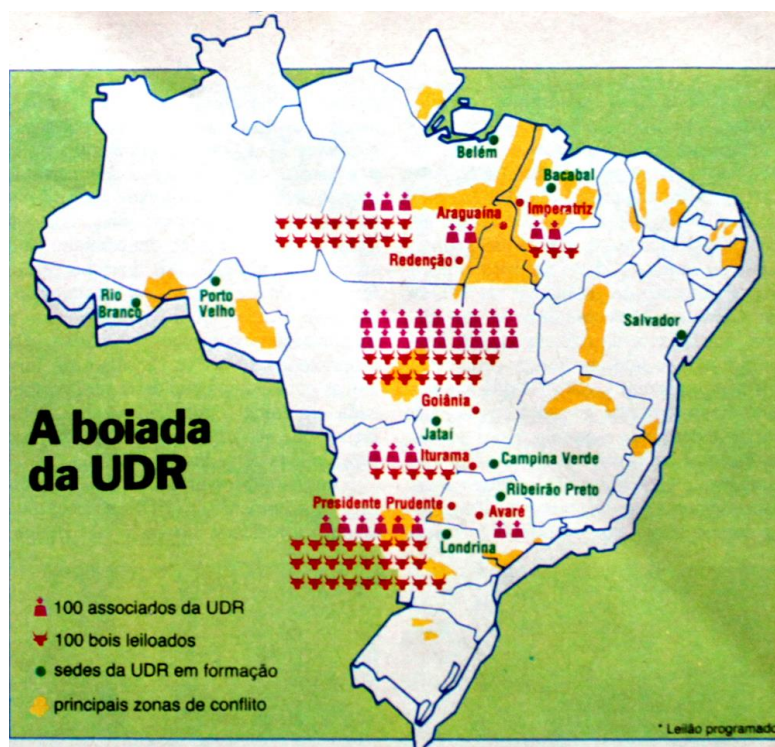


Epílogo

A história das relações de trabalho no campo e dos direitos dos trabalhadores rurais é um processo que ainda está sendo escrito. O que assistimos no decorrer da segunda metade do século XX é a crescente organização política e cidadã dos trabalhadores rurais brasileiros. Frente à tradicional violência empregada por séculos por proprietários e latifundiários locais, os trabalhadores rurais organizados compuseram uma nova força política no cenário nacional. O golpe de 1964 e a implantação da ditadura, porém, procurou solapar estes esforços fazendo um movimento inverso: favorecendo a concentração de terra e o latifúndio, perseguindo as organizações do trabalhador rural, Ligas, Sindicatos e Associações e fragilizando a fiscalização e investigação dos abusos em torno dos regimes trabalhistas no campo. O regime ditatorial foi conivente com os processos ilegais e desumanos desencadeados em todas as regiões do país durante mais de vinte anos. A ditadura reforçou os poderes das elites locais, dos coronéis, dos latifundiários e das empresas do agronegócio. Significou um retrocesso em termos de

²¹ MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. *Assassinatos no campo: crime e impunidade, 1964-1986*; MORISSAWA, Mitsue. *A história da luta pela terra e o MST*.

aplicação real dos direitos do trabalhador rural, de preservação do meio ambiente e da realização da Reforma Agrária. O assassinato do Padre Josimo, em 1986, assinalava que a Nova República também teria de enfrentar os conflitos violentos pela terra nas áreas rurais brasileiras. No mesmo ano do crime, fundara-se a União Democrática Ruralista, UDR, organização de latifundiários criada para fazer frente à crescente mobilização dos trabalhadores rurais.



A Nova República surge marcada pelo fortalecimento dos conflitos violentos pela terra e pela continuidade de uma luta já histórica dos trabalhadores rurais brasileiros.



Recebido em: 11/12/2013

Aprovado em: 03/02/2014

Vozes dissonantes: o rock rural de Sá, Rodrix & Guarabyra e a ditadura brasileira nos anos 1970

Victor Henrique de Resende
Mestre em História
Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ)
vhriedi@yahoo.com.br

RESUMO: O presente artigo aponta que, no regime ditatorial brasileiro dos anos 1970, vários músicos cantaram, em suas composições, as experiências e o trânsito entre cidade e campo, dentro do contexto de acelerada urbanização e modernização do país. Argumenta-se que o trabalho de alguns artistas está situado entre o contexto de luta contra o regime militar, caso das artes engajadas, e a aceitação da política do período, sendo uma produção diferente do engajamento e uma postura diferente do consentimento. Como exemplo, destaca-se o chamado rock rural do trio Sá, Rodrix & Guarabyra e da dupla Sá & Guarabyra, como uma música híbrida, que mistura guitarras, violões, ou seja, elementos modernos e tradicionais da cultura artística do país, com diálogos com a contracultura apropriada no Brasil. Sua música foi constituída não como uma forma de resistência à ditadura, mas como crítica a certos valores e comportamentos na modernidade capitalista brasileira.

PALAVRAS-CHAVE: Rock, Contracultura, Ditadura.

ABSTRACT: The present article points out that through the Brazilian dictatorial regime in the 1970's, several musicians sang their experiences and the traffic between the city and the countryside, inserted into a context of quick modernization of the country. It is argued that artists' work is between the fight against the military regime, as engaged arts, and the acceptance of politics in that time, being a different engagement production and a different attitude of consent. As an example, the country rock from the trio Sá, Rodrix & Guarabyra and the duet Sá & Guarabyra is highlighted as hybrid music, which mixes electric and acoustic guitars, that is, modern and traditional elements of the artistic culture in the country, talking to the appropriate Brazilian counterculture. Their music was not constituted as a kind of resistance to dictatorship but as a criticism to some values and behaviors in the Brazilian capitalist modernity.

KEYWORDS: Rock, Counterculture, Dictatorship.

É mais que comprovado que, no período da ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985), vários grupos sociais se opuseram ao regime. Dentre eles, há um destaque maior para os artistas dos anos 1960 e início dos anos 70. Marcelo Ridenti, por exemplo, fala da “resistência à ditadura militar no meio artístico”, da “penetração de grupos de esquerda

armada entre pessoas com ocupações artísticas.”¹ O autor demonstra, em vários artigos e obras, a ideia de romantismo revolucionário cantado, escrito, encenado e filmado por vários artistas e intelectuais da época. Tratava-se, no caso, de um olhar atento ao ‘verdadeiro’ povo brasileiro, representado na figura do migrante, do favelado ou do homem do campo. Conforme destaca o autor:

Naquele contexto, [anos 1960 e início dos 70] certos partidos e movimentos de esquerda, seus intelectuais e artistas valorizavam a ação para mudar a história, para construir o homem novo, nos termos de Marx e Che Guevara. Mas o modelo para esse homem novo estava no passado, na idealização de um autêntico homem do povo, com raízes rurais, do interior, do ‘coração do Brasil’, supostamente não contaminado pela modernidade urbana capitalista, o que permitiria uma alternativa de modernização que não implicasse a desumanização, o consumismo, o império do fetichismo da mercadoria e do dinheiro.²

Esses mesmos intelectuais e artistas, conforme Ridenti, também encontrariam, ao longo dos anos 1970, seu lugar ao sol na então crescente indústria cultural, que por esse período se consolida no país. Segundo o autor:

A partir dos anos 70, concomitante à censura e à repressão política, ficou evidente o esforço modernizador que a ditadura já vinha realizando desde a década de 1960, nas áreas de comunicação e cultura, incentivando o desenvolvimento capitalista privado ou até atuando diretamente [...] À sombra de apoios do Estado, floresceu também a iniciativa privada: criou-se uma indústria cultural, não só televisiva, mas também fonográfica, editorial (de livros, revistas, jornais, fascículos e outros produtos comercializáveis em bancas de jornal), de agências de publicidade etc. Tornou-se comum, por exemplo, o emprego de artistas (cineastas, poetas, músicos, atores, artistas gráficos e plásticos) e intelectuais (sociólogos, psicólogos e outros cientistas sociais) nas agências de publicidade, que cresceram em ritmo alucinante a partir dos anos 70, quando o governo também passou a ser um dos

¹ RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. SP: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993, p. 73.
² RIDENTI, Marcelo. Cultura e política: os anos 1960-1970 e sua herança. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil republicano o tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v.4, 2003, p. 135-136.

principais anunciantes na florescente indústria dos meios de comunicação de massa.³

Por sua vez, Marcos Napolitano, ao analisar a música brasileira dos anos 1960 e 1970, aponta um ritmo histórico para a canção do período: nos anos 1960, a chamada música engajada, de protesto; de 1968 a 1972, experimentação e pesquisa na música; de 1972 a 1974, encontros e inserções clássicas na cena musical – como, por exemplo, os trabalhos de artistas com tendências musicais conflitantes: Chico Buarque e Caetano Veloso, Elis Regina e Tom Jobim⁴; e o pós-1975, com a ofensiva comercial *mainstream* – corrente principal na música – destacando os LP's *Falso Brillhante*, de Elis Regina, *Meus caros amigos*, de Chico Buarque, entre outros, considerados como marcos da cultura musical e do mercado fonográfico brasileiro⁵. O autor ressalta, ainda, a trilha sonora contra a ditadura entre fins de 1970 e meados dos anos 80⁶. Em meio à multiplicidade de sons e produções musicais na virada dos anos 60, e ao longo dos anos 1970, podem-se destacar: Roberto Carlos; o filão romântico da música brega; o samba e sua variante do 'sambão-jóia'; as manifestações *pop* e *rock* a partir de 1972 (com Secos & Molhados e Raul Seixas, por exemplo); nomes consagrados da MPB, como Elis Regina, Chico Buarque, Tom Jobim, Gal Costa e Maria Bethânia, entre vários outros; a bossa nova; a música sertaneja; o canto afro-brasileiro de Clara Nunes; o som de Milton Nascimento e o Clube da Esquina, entre outros estilos e gêneros.

Dentro do diversificado cenário musical da época (anos 60 a meados dos anos 80), conforme apontado acima, encontram-se produtos culturais de temática claramente oposta ao regime militar, caso das produções de Chico Buarque e Elis Regina; outras, retratando a temática do amor romântico, como nas músicas de Roberto Carlos; ou, ainda, mostrando as peculiaridades do Brasil mestiço, como nas canções de Clara Nunes, e assim por diante. Fica claramente exposto que a produção musical engajada, de resistência ao regime militar, não foi a única existente no mercado fonográfico brasileiro, no período considerado.

³ RIDENTI, Marcelo. *Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da tv*. RJ: Record, 2000, p. 332.

⁴ NAPOLITANO, Marcos. MPB: Totem-Tabu da vida musical brasileira. In: RISÉRIO, Antônio (org.). *Anos 70: trajetórias*. SP: Iluminuras – Itaú Cultural, 2005, p.125.

⁵ _____. MPB: Totem-Tabu da vida musical brasileira, p. 126.

⁶ Com destaque para artistas como Raul Seixas, Rita Lee, Paulinho da Viola, entre outros. NAPOLITANO, Marcos. MPB: Totem-Tabu da vida musical brasileira. In: RISÉRIO, Antônio (org.). *Anos 70: trajetórias*. SP: Iluminuras – Itaú Cultural, 2005, p.126.

Para além da oposição ao regime militar, devem-se destacar as relações entre os vários segmentos sociais e a política repressora dos anos 1970. Matizando as dicotomias entre indústria cultural e criação no país, bem como cultura e repressão, Marcos Napolitano destaca que, nos anos 1970, havia oposição ao regime militar, mas, também, canais de negociação entre Estado e sociedade, formas de resistência e, ao mesmo tempo, aproveitamento dos bens culturais pelo regime autoritário. O autor propõe desfazer qualquer tipo de interpretação do impasse da cultura brasileira calcado ora na resistência ao regime, ora na cooptação pela indústria cultural do período. Para Napolitano:

[...] a compreensão crítica das lutas culturais do período não deve ficar refém da dicotomia entre ‘resistência’ e ‘cooptação’, pois revela um processo mais complexo e contraditório, no qual uma parte significativa da cultura de oposição foi assimilada pelo mercado e apoiada pela política cultural do regime.⁷

Havia, dessa forma, ações culturais, resistência, mas, também, colaboração entre os vários segmentos sociais, dentro do mercado de bens simbólicos em expansão e consolidação nos anos 70. A aproximação entre empresários liberais e setores da esquerda não armada, foi fundamental para que a cultura engajada “ampliase seus circuitos de trânsito na sociedade civil”⁸. Esses mesmos liberais, na maioria, conforme aponta Napolitano, donos dos meios de comunicação e de corporações culturais, começavam a se distanciar do regime ditatorial devido ao aumento da repressão e do endurecimento postos pelo AI-5. Ao mesmo tempo, o governo militar assumia uma política cultural repressiva, mas, também, pró-ativa e de integração nacional. Havia a valorização da cultura pelos vários segmentos sociais, por motivos diferentes: “para a oposição, a esfera cultural era vista como espaço de rearticulação de forças sociais de oposição e reafirmação de valores democráticos” e “para o governo militar, a cultura era, a um só tempo, parte do campo de batalha da ‘guerra psicológica da subversão’ e parte da estratégia de ‘reversão das expectativas’ da classe média”⁹. Contudo, convergiam para a ideia de nacionalismo, em que “o Estado, portanto, tentava neutralizar os efeitos eventualmente politizadores desse tripé artístico [teatro, cinema e música popular, tripé

⁷ NAPOLITANO, Marcos. Vencer Satã só com orações: políticas culturais e cultura de oposição no Brasil dos anos 1970. In: ROLLEMBERG, Denise e QUADRAT, Samantha Viz (org.). *A construção social dos regimes autoritários: Brasil e América Latina*. Vol. II. RJ: Civilização Brasileira, 2010, p. 147.

⁸ _____. Vencer Satã só com orações: políticas culturais e cultura de oposição no Brasil dos anos 1970, p. 148.

⁹ _____. Vencer Satã só com orações: políticas culturais e cultura de oposição no Brasil dos anos 1970, p. 149.

da cultura engajada de esquerda] menos pelo controle do conteúdo em si e mais pelo controle dos circuitos socioculturais pelos quais as obras deveriam circular pela sociedade”¹⁰.

Conforme também destacam as autoras Denise Rollemberg e Samantha Viz Quadrat¹¹, o conceito de resistência no período ditatorial e suas implicações sociais devem ser questionados. Segundo Rollemberg, para além dos embates diretos de setores civis contra o regime militar, havia canais de convívio e negociação dentro do contexto autoritário dos ‘anos de chumbo’. Para a autora:

Os movimentos de resistência a regimes autoritários [incluindo o Brasil] e ditaduras têm sido, em geral, supervalorizados em experiências do século XX, seja quanto às suas dimensões quantitativas seja quanto às qualitativas. Sem desconsiderá-los, inclusive como objetos de pesquisa, não raramente essa ênfase está ligada à luta política, que acaba por encobrir o papel que tiveram num contexto marcado pelo consenso e pelo consentimento em torno de um regime autoritário.¹²

Em certos setores da sociedade dos anos 1970, especialmente entre alguns intelectuais e a juventude do período, a ideia era de que cada um pudesse ficar na sua, simplesmente dando as costas, ou não estando nem aí para o ‘sistema’. Expressavam-se as aproximações com a contracultura – na música, especificamente, com o gênero *rock*. Interessante, nesse caso, os apontamentos de Maria Rita Kehl sobre os jovens que se concentravam no meio urbano. Segundo a autora, o regime ditatorial nos anos 1970, repressivo e ao mesmo tempo modernizador, acabou por unir essa juventude – universitários e outros mais – em comunidades, não apenas hippies, tampouco vivendo somente no campo ou fugindo para ele, mas também em apartamentos, de forma a organizarem alternativas diferentes de vida no cotidiano, inclusive, formas diversas de trabalho na contramão do sistema capitalista. Uma espécie de revolução molecular, comportamental, no âmbito da vida privada. Para Maria Rita Kehl, tratou-se de uma:

[...] geração que deixou a casa dos pais, não para estudar em outra cidade, ou para entrar para a luta armada na clandestinidade, mas simplesmente para viver de outro modo, recusando qualquer atitude consumista, aderindo a

¹⁰ _____. Vencer Satã só com orações: políticas culturais e cultura de oposição no Brasil dos anos 1970, p. 155.

¹¹ ROLLEMBERG, Denise e QUADRAT, Samantha Viz (org.). *A construção social dos regimes autoritários: Brasil e América Latina*. Vol. II. RJ: Civilização Brasileira, 2010, p. 11-32.

¹² _____. *A construção social dos regimes autoritários: Brasil e América Latina*, p. 13.

uma certa estética da pobreza, e evitando [pelo menos era o que se pretendia, segundo a autora] trabalhar em qualquer coisa que contribuísse para fortalecer o capitalismo.¹³

Desse modo, várias são as formas de inserção e/ou luta por espaços e convívios sociais dentro do contexto civil-militar do período. Antônio Risério, por exemplo, destaca algumas formas alternativas de vivência ao regime de exceção e de contestação, dentro da política e da economia excludentes do governo militar. De acordo com o autor, alguns segmentos sociais da classe média, representados, principalmente, pela juventude urbana e universitária, optaram por propostas como o engajamento político-cultural ou pela revolução comportamental da contracultura:

[...] na passagem da década de 1960 para a de 1970, os segmentos mais inquietos da juventude urbana brasileira se distribuíram em duas vertentes radicais: a esquerda e o movimento contracultural. A aproximá-los havia o sentimento de que os caminhos ‘tradicionais’ da transformação social estavam bloqueados, de que as velhas estratégias já não tinham o que oferecer.¹⁴

De um lado, a proposta de mudar o homem por meio da luta, seja nos embates diretos da esquerda armada ou, metaforicamente, na música de protesto. De outro, as formas alternativas contraculturais, situadas entre o engajamento e a aceitação da ditadura no Brasil¹⁵. Importante frisar que Antônio Risério, por exemplo, destaca o movimento contracultural no país, mostrando que o fenômeno existiu não por causa da ditadura, mas apesar e para além dela, chegando, também, a fazer crítica ao regime autoritário do período¹⁶.

¹³ KEHL, Maria Rita. As duas décadas dos anos70. In: RISÉRIO, Antônio (org.). *Anos 70: trajetórias*. SP: Iluminuras – Itaú Cultural. 2005, p. 34.

¹⁴ RISÉRIO, Antônio (org.). *Anos 70: trajetórias*. SP: Iluminuras – Itaú Cultural. 2005, p. 25.

¹⁵ Não se trata de afirmar apenas as duas vertentes artísticas, a engajada, de um lado, e a contracultura, de outro, como as únicas do período, mas apenas fecha-se nessas duas manifestações para as explanações aqui realizadas. No plano musical, por exemplo, há uma variedade de estilos, gêneros, vertentes musicais que não caberiam nesse artigo. Para uma maior compreensão da pluralidade de escutas no país, ao longo dos anos 1970, conferir: NAPOLITANO, Marcos. *Seguindo a canção: engajamento político e indústria cultural na MPB (1959-1969)*, SP: Anna Blume/FAPESP, 2001, p. 339-340.

¹⁶ RISÉRIO, Antônio (org.). *Anos 70: trajetórias*, p. 26.

Rock, bananas e outras formas de cantar o Brasil: o caso do rock rural.

Segundo Carlos Messeder Pereira, a expressão mais artística da contracultura se deu com o *rock*. O gênero musical, conforme destaca o autor¹⁷, traduziu os anseios e a liberdade alternativa dos contraculturalistas e expressou a vontade de se retirar para o campo, na ideia de vida em comunidade, nas viagens lisérgicas e diálogos místicos e psicodélicos, numa crítica ao racionalismo cientificista¹⁸. Para Carlos Messeder, visava-se:

[...] buscar saídas alternativas para expressar seu descontentamento e fazer valer suas crenças e sua voz. E, certamente, estas saídas foram encontradas. Uma delas, por exemplo, é a música. No quadro da contracultura, o rock é um tipo de manifestação que está longe de ter um significado apenas musical [...] constituindo-se num dos principais veículos da nossa cultura que explodia em pleno coração das sociedades industriais avançadas.¹⁹

Fusão entre o *blues* e o *jazz*, o gênero musical *rock* desenvolve-se nos anos 1950, nos EUA. Paulo Chacon destaca o estilo batizado de *rock and roll*, em que:

Alan Freed, um disc-jóquei de Cleveland, Ohio, percebeu que a música negra era um filão mercadológico consumível pelo branco desde que se trocasse o nome de rhythm and blues, demasiadamente negro, para algo mais branco: surgia assim o rock-and-roll (união de duas gírias que corretamente traduzidas fariam vovó corar).²⁰

O *rock* surge na tensão e no encontro entre diferentes grupos sociais e formas de expressão musical. Segundo Paul Friedlander:

Em suas origens, o rock and roll era essencialmente uma música afro-americana. Os ritmos sincronizados, a voz rouca e sentimental e as vocalizações de chamado-e-resposta características dos trabalhadores negros eram parte da herança da música africana e tornaram-se os tijolos com os quais o rock and roll foi construído.²¹

Friedlander descreve quatro estilos musicais que estão na base da música negra denominada *rhythm and blues* – *blues* rural, *blues* urbano, *gospel* e *jump and jazz* – que, por sua

¹⁷ PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. *O que é contracultura*. Coleção Primeiros Passos. 8. ed. SP: Editora Brasiliense, 1992, pp. 42-43.

¹⁸ _____. *O que é contracultura*, p. 82.

¹⁹ _____. *O que é contracultura*, p. 82.

²⁰ CHACON, Paulo. *O que é Rock*. SP: Círculo do Livro S.A. Vol. 18. Coleção Primeiros Passos, p. 91.

²¹ FRIEDLANDER, Paul. *Rock and roll: uma história social*. 7ª. ed. RJ: Record, 2012, p. 31.

vez, junto com o *folk* e a música *country*, compõem a matriz do *rock and roll* dos anos 50. Conforme o autor:

Em meados dos anos 50, o rockabilly, uma fusão sulista e branca da música *country*, do *blues*, do *gospel* e do *rhythm and blues*, proporcionou a catálise musical e emocional para que muitos músicos brancos ultrapassassem os limites da tradicional música *country* e entrassem na era do *rock and roll*.²²

Paulo Chacon, por sua vez, aponta que o *rock* recolhe elementos de três campos musicais: a *pop music*, o *rhythm and blues* e o *country and western music* norte americanos. A *pop music* seria a herança branca, conservadora dos anos 1940, símbolo do *status quo* de vanglorização da vitória americana da Segunda Guerra Mundial e do modo de vida americano, o *american way of life*. Como exemplo, a música de Frank Sinatra, Paul Mauriat, Ray Conif. Do *rhythm and blues*, a herança corpórea do canto negro para o *rock*, a vertente negra do *blues*, mais acelerado e eletrificado com o uso de guitarras e baixo²³. E do *country and western music*, o ramo *folk*, a versão branca do “sofrimento dos pequenos camponeses”.²⁴ Para Roberto Muggiati, o *rock* seria o resultado da “fusão de várias correntes musicais que vinham evoluindo na América desde a virada do século”²⁵. Da música negra, o *blues*, desenvolvido a partir dos gritos (*field hollers*) e canções de trabalho (*work songs*), com instrumentos como violão, banjo, gaita-de-boca, geralmente de fabricação caseira. Em sua passagem, segundo Muggiati, da fase rural para a urbana, “conheceu uma versão instrumental aliando-se ao *jazz* e desencadeou um dos primeiros grandes fenômenos musicais de massa, abrindo a era das grandes cantoras, as chamadas imperatrizes do *blues*.”²⁶ Nos anos 20 já predominam os primeiros discos, abrindo o caminho para o sucesso do *jazz*. Roberto Muggiati afirma que nos anos 1930, sobretudo com o aperfeiçoamento da guitarra elétrica, surge o novo estilo de *blues*, o *rhythm and blues*, executado nos bares e guetos negros, lugares ruidosos. Também, por esse período, o autor destaca o *country and western* como outra corrente de influência para o *rock and roll*, fusão da música dos brancos pobres de áreas rurais e da música de vaqueiros e desbravadores do oeste.

Como se pode perceber nas análises de Paul Friedlander, Paulo Chacon e Roberto Muggiati, o *rock* ‘nasce’ da fusão de outras fusões musicais. Para Muggiati:

²² _____. *Rock and roll: uma história social*, p. 31.

²³ CHACON, Paulo. *O que é Rock*. SP: Círculo do Livro S.A. Vol. 18. Coleção Primeiros Passos, p. 90.

²⁴ _____. *O que é Rock*, p. 91.

²⁵ MUGGIATI, Roberto. *Rock: os anos heróicos e os anos de ouro*. Brasiliense. Coleção Tudo é História, n. 96, p. 14.

²⁶ _____. *Rock: os anos heróicos e os anos de ouro*, p. 14.

[...] os primeiros roqueiros projetavam o grito primal no cenário nervoso dos grandes centros urbanos e propunham um novo universo musical, aberto para a vida, com cheiro e cor. Suas canções, sublinhadas pelo ritmo frenético das guitarras elétricas, traziam para o público a própria realidade física da época: ruas cheias de carros, gente se acotovelando nas calçadas, se amando e odiando [...].²⁷

Resultado do grito do negro nos campos e das combinações de vários estilos e elementos musicais, o *rock* também sofre variações desde seu aparecimento, indo da música dançante de Elvis Presley às guitarras de Chuck Berry, passando por bandas como The Beatles e Rolling Stones, até os sons mais psicodélicos e progressivos (Pink Floyd, Yes, Gênesis), o som *punk*, o *folk* engajado de Bob Dylan e Joan Baez, e assim por diante... Fusão de fusões.

O *rock* também chega às terras brasileiras. Sobre o gênero no Brasil, Roberto Muggiati cita sua influência na música nacional apenas para artistas como os da Jovem Guarda, Tropicália, os mineiros Milton Nascimento, Lô Borges e Beto Guedes, Os Mutantes, Fagner e Zé Ramalho, entre outros. Para Paulo Chacon, seria com a Tropicália que o *rock* definitivamente entraria na composição da música brasileira.

Segundo Schmidt²⁸, no final dos anos 1950, o *rock* chega ao país. Em 1956, aparece a primeira versão em português da canção *Rock Around the Clock*, na voz de Nora Ney, cantora de sambas de fossa. Em 1957, Cauby Peixoto, ícone do Rádio, grava *Rock and Roll em Copacabana*. Nos anos 1960, entra em cena a Jovem Guarda. Ana Bárbara Pederiva aponta que as canções do ‘iê-iê-iê’ brasileiro não eram tão ingênuas assim e retrataram experiências e sonhos de uma juventude urbana, apresentando questionamentos, criticando certas regras sociais. Mesmo acusados de alienados pelos artistas engajados, a autora destaca que: “apesar da aparente inocência das canções, a rebeldia de nossos primeiros roqueiros aparece nas roupas, no modo de colocar a voz e cantar, na dança e no comportamento em cima do palco.”²⁹ Entre os anos de 1967-1968, surge a proposta tropicalista, de misturas, colagens, experimentações, trazendo a guitarra elétrica para sua música e causando certos desconfortos para os músicos da então MPB engajada do período. Entre vaias e aplausos, grupos como Os Mutantes inseriam-

²⁷ _____. *Rock: os anos heróicos e os anos de ouro*, p. 16.

²⁸ SCHMIDT, Róbi J. Nas trilhas do rock. *Espaço Plural*, ano V, n. 11, 1º semestre/2004, p.14-15.

²⁹ PEDERIVA, Ana Bárbara. A rebeldia da Jovem Guarda. *Revista Nossa História*. Ano 3, n. 26, Rio de Janeiro, dez.2005, p. 70.

se no panorama musical brasileiro dos festivais e traziam o *rock* para a linha de frente das discussões sobre a autêntica música brasileira.

Já nos anos 1970, na contramão da ideia de vazio cultural preconizada por alguns intelectuais brasileiros do período³⁰, pode-se constatar uma farta proliferação de bandas de *rock*. Foi um período marcado por experimentações, com propostas musicais de *rock* ligadas ao regionalismo brasileiro, mas também falando às experiências urbanas da juventude. Por meio de alguns diálogos e aproximações com a Tropicália e de diversas apropriações do *rock*, os vários grupos que perpetuaram o gênero pelas terras brasileiras combinaram, também, elementos considerados modernos com aqueles considerados tradicionais, conjugando guitarras elétricas, símbolo da modernidade – e de alienação, para alguns críticos e artistas ligados à bossa nova nacionalista³¹ – com violões, violas e ritmos regionais, tidos como parte da ‘tradição’ musical do país. Além de Os Mutantes, Secos & Molhados, Novos Baianos, ou o som de Raul Seixas³², para citar apenas alguns nomes mais expressivos dentro da indústria cultural do país, surgiram várias bandas no Brasil, que, embora não apresentassem uma vendagem expressiva no mercado fonográfico, trouxeram, em sua estrutura rítmica, musical e/ou semântica, ideias e críticas sobre a sociedade brasileira. Destaca-se o *rock* das bandas Vímãna, A Bolha, o *rock* dos artistas Fagner, Belchior, Alceu Valença e Zé Ramalho, Som Imaginário, Joelho de Porco, Made in Brazil, Som Nosso de Cada Dia, Karma, Satwa, Matuskela, O Terço, Casa das Máquinas, Tuti Fruti, a carreira solo de Rita Lee, a banda Recordando o Vale das Maças, Rauzito e seus Panteras (mais tarde, Raul Seixas em carreira solo), entre outros, além do trio Sá, Rodrix & Guarabyra, tema deste trabalho. Dessa forma, observam-se algumas possibilidades de fusão, ou melhor, de apropriação do *rock* no Brasil, tornando-se parte da trilha sonora brasileira.

³⁰ GASPARI, Elio, HOLLANDA Heloisa Buarque de & VENTURA, Zuenir. *70/80 cultura em trânsito: da repressão à abertura*. RJ: Aeroplano Editora. 2000, p. 52-85.

³¹ Emblemática, nesse sentido, foi a “passeata contra a guitarra elétrica em São Paulo, em 1967”. GHEZZI, Daniela Ribas. *Xô, iê-iê-iê*. *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Ano7, n. 78, Rio de Janeiro, março 2012, pp. 46-47. A disputa mercadológica e simbólica acirrava-se no contexto dos festivais de televisão e na busca de vários artistas pela verdadeira nacionalidade brasileira.

³² Nos arquivos do IBOPE do período, embora parciais, mas de grande importância, figuram ao longo dos anos 1970, discos e/ou canções que ocuparam, durante várias semanas, as paradas de sucesso e de vendagens, dentre eles: Secos & Molhados, Raul Seixas e Novos Baianos.

É importante destacar que todas as interpretações dos parâmetros de letra e música das canções aqui apresentadas, foram analisadas segundo a ótica do autor deste trabalho³³. Neste sentido, outros trabalhos que venham a aprofundar o entendimento da temática sobre *rock*, ditadura e contracultura no Brasil, quer sejam aplicados à produção cultural, ao cenário cotidiano ou às relações com a política do país, servirão para enriquecer sobremaneira a compreensão de processos históricos e sociais vistos até os dias de hoje.

Desse modo, é possível identificar, por meio das canções de *rock* do período, certos posicionamentos e percepções referentes ao modo de vida na modernidade dos anos 1970, ao regime político brasileiro da época e aos incômodos vivenciados pelos artistas naquele cotidiano de repressão política e social. O diálogo e as aproximações românticas e contraculturais encontradas, por exemplo, na obra de Sá, Rodrix & Guarabyra, com músicas como Ama teu vizinho como a ti mesmo, Mestre Jonas, Adiante, Nuvens d'água e Pássaro, expressam os aspectos citados acima. A canção Adiante³⁴, do segundo disco do trio, mostra que, apesar da repressão e dos limites impostos pela ditadura, é preciso continuar, encontrar um caminho, tentar rever as pessoas distantes, percorrer a estrada num mundo moderno, autoritário e repressor:

Eu ando bem normal/ Como se deve andar/ Pois eu tenho que ir adiante/
Quando eu quiser chorar/ Sorrir é menos mal/ Pois eu tenho que ir
adiante/ Não posso mais ficar parado no meio do tempo/ Se a chuva
desabar eu vou me mexer/ eu vou me cuidar/ não vou me molhar/ E o
meu coração quer rever/ as pessoas distantes/ ele quer, ele quer, ele tem
que seguir adiante/ ele quer, ele quer, ele tem que seguir adiante/ Como se
deve andar/ Adiante/ Sorrir é menos mal/ Adiante.

Com o ritmo *rock*, clima de melodia alegre e andamento rápido, a música faz uma sutil crítica à condição moderna em meio à ditadura. Os instrumentos predominantes são baixo, bateria, violão e guitarra elétrica. A marcação do baixo lembra o estilo dançante do *rock and roll* dos anos 60. A junção de guitarra, violão e solo de gaita dão o colorido do arranjo musical, trazendo a proposta do *rock* brasileiro articulado com a criatividade e as experimentações musicais do período. A música, como um todo, mostra a persistência do

³³ Utilizou-se, para tanto, o referencial teórico e metodológico do autor Marcos Napolitano, para as interpretações do documento sonoro. Cf. NAPOLITANO, Marcos. *História e Música: história cultural da música popular*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

³⁴ LP Terra, Odeon, 1973.

sujeito moderno em continuar seu caminho, apesar das dificuldades. Não ficar parado no meio do tempo significa não estagnar. A ideia é seguir adiante, encontrar os amigos, ter a liberdade de ir e vir, cuidar-se para não se ver tolhido diante do estilo de vida moderno amplificado e, de certa forma, controlado pela ditadura.

O disco *Passado, Presente & Futuro*³⁵, primeiro do trio, traz a música *Ama teu vizinho como a ti mesmo*, que recomenda o amor ao próximo. A música, composta no clima de comunidade no apartamento de Guarabyra, em que “a mulher do apartamento 3 batia com a vassoura sobre o teto”³⁶, na certa por causa do barulho dos violões e das guitarras, trata da convivência e da tolerância entre as pessoas. Mostra o período em que os jovens moram em apartamentos, dividindo o espaço e quase sempre sem dinheiro. O que lhes sobra é um violão e uma música. Vale aqui a transcrição da letra:

Ama teu vizinho como a ti mesmo/ Mesmo que ele faça barulho/ Mesmo que ele acorde as crianças de madrugada/ Ele também gosta de silêncio e paz/ ele também quer sossego/ Mas acontece que ele vive num horário diferente do teu/ Ama teu vizinho como a ti mesmo/ Mesmo que ele seja moço/ Mesmo que ele viva a vida que você não pode/ Ele também sabe que ficar sozinho é uma necessidade/ Naquelas horas que se chega em casa com a cabeça quente/ Ama teu vizinho como a ti mesmo/ Mesmo que ele não precise/ Mesmo que ele seja um grilo na comunidade.

A música retrata a necessidade do respeito para com o outro, para o convívio social. Num primeiro olhar, a canção indica o que parece ser um apelo pela tolerância entre vizinhos. Porém, no contexto dessa produção musical, deve-se considerar que o vizinho pode ser também aquele que expõe e denuncia o outro aos órgãos repressores do período. Nesse caso, uma simples reclamação às autoridades poderia gerar prisão, tortura e morte. Destacam-se os elementos de tensão na melodia e na execução dos instrumentos, o contraste entre bateria e frases melódicas de guitarra. O crescendo dos metais dá a ideia do limite suportável do barulho e da convivência. A primeira voz de Rodrix conta com os vocalizes harmoniosos de Sá e Guarabyra. O andamento rápido da música somado aos arranjos de metais, com destaque para o trompete, além dos instrumentos típicos do *rock* – guitarra, bateria e baixo –

³⁵ LP gravado pela Odeon em 1972.

³⁶ HUNGRIA, Júlio. Sá e Guarabyra: resistência à colonização. *Jornal de música e Som*. RJ: Editora Vozes, 1976, p.3.

integram o típico som híbrido do grupo, que combina também a viola caipira eletrificada. Estes elementos, com o acréscimo do violão, integram o *rock rural* proposto pelo trio.

Outras músicas são mais diretas em relação ao regime ditatorial. A música Pássaro, censurada e retirada do segundo LP do trio³⁷, Terra, de 1973, pela voz de seus cantores, diz:

Um tocador de violão não pode cantar, prosseguir/ quando lhe acusam de estar mentindo/ quer virar pássaro e rolar no ar, no ar/ quer virar pássaro e sumir.

Originalmente denominada Um cantador, a música acima só aparece no disco Quatro, de 1979, já com a dupla *Sá e Guarabyra*³⁸. Faz menção à repressão política, à perda de liberdade. O clima da música é triste. O arranjo de violão de nylon e viola caipira mostram as raízes do campo; o pássaro simboliza o cantor ou qualquer indivíduo, que tem sua liberdade tolhida. Muito mais do que pensar a censura somente como cerceamento das liberdades, os meios de controle da cultura no regime ditatorial podem ser entendidos como produtores não só de informações, mas de suspeita. Como enfatiza Marcos Napolitano:

[...] dentro dessa lógica de ‘produção da suspeita’ produzida pelos informantes, a ‘comunidade de informações’ não apenas alertava o governo e os serviços de repressão direta para situações concretas de contestação ao regime, mas, através da sua interminável escritura, elaborava perfis, potencializava situações, criava conspirações que, independentemente de qualquer coerência ou plausibilidade, acabavam por justificar a própria existência desses serviços.³⁹

Desse modo, a música aponta que o tocador de violão é acusado de mentiroso e subversivo. O mecanismo de censura chega mesmo a corromper o sentido das músicas. No caso de Pássaro, os próprios compositores demonstram a ideologia da censura, o seu “imaginário da suspeita”⁴⁰. Os músicos queriam apenas a liberdade de cantar. Seu foco não era a contestação ou a resistência explícita à ditadura.

³⁷ MARCONDE, Marcos A. Sá e Guarabira. In: Enciclopédia da música brasileira: erudita, folclórica e popular, 1998, p. 701.

³⁸ Canção encontrada também no LP Criaturas da Noite, 1976, da banda O Terço. Nesse disco, gravado pela Underground/Copacabana, os instrumentos predominantes são: violão, viola, acordeom, baixo e bumbo.

³⁹ NAPOLITANO, Marcos. A MPB sob suspeita: a censura musical vista pela ótica dos serviços de vigilância política (1968-1981). *Revista Brasileira de História*, vol. 24, n. 47, São Paulo, 2004, p. 3.

⁴⁰ _____. A MPB sob suspeita: a censura musical vista pela ótica dos serviços de vigilância política (1968-1981), p. 2.

Como parte integrante do segundo disco do trio⁴¹, a música Mestre Jonas também merece destaque. Com ritmo embalado pelos teclados de Rodrix e com tessitura⁴² ancorada no *rock*, a composição faz uma apropriação do livro bíblico de Jonas, em que o profeta é enviado por Deus para transmitir Sua mensagem à cidade de Nínive, que, por sua grandiosidade e corrupção, seria brevemente destruída pela ira divina. Porém, ao contrário do relato bíblico, em que Jonas sobrevive após ser engolido por uma baleia e precisa confrontar os habitantes da cidade, o Jonas da música prefere ficar quieto no ‘grande peixe’, fora da tempestade da ditadura:

Dentro da baleia mora mestre Jonas/ Desde que completou a maioridade/
A baleia é sua casa, sua cidade/ Dentro dela guarda suas gravatas, seus
ternos de linho/ E ele diz que se chama Jonas/ E ele diz que é um santo
homem/ E ele diz que mora dentro da baleia por vontade própria/ E ele
diz que está comprometido/ E ele diz que assinou um papel/ Que vai
mantê-lo preso na baleia/ Até o fim da vida/ Até o fim da vida/ Dentro
da baleia a vida é tão mais fácil/ Nada incomoda o silêncio e a paz de
Jonas/ Quando o tempo é mal, a tempestade fica de fora/ A baleia é mais
segura que um grande navio/ E ele diz que se chama Jonas/ E ele diz que
é um santo homem/ E ele diz que mora dentro da baleia por vontade
própria/ E ele diz que está comprometido/ E ele diz que assinou um
papel/ Que vai mantê-lo preso na baleia/ Até o fim da vida / Até o fim da
vida/ Até subir pro céu.

A baleia representa o universo particular do indivíduo, sua segurança fora da repressão, da grande tempestade. O grande navio é o Brasil com seu processo tumultuado e contraditório de repressão e modernização conservadora. A música apresenta elementos contraculturais de valorização da subjetividade, sem confronto com a violência do sistema moderno, de isolamento e de fuga do espaço público, que é perigoso no contexto da ditadura. O clima agitado da música denota a modernidade brasileira em contraste com o sossego do personagem dentro da baleia.

Com o fim do trio em 1973, Sá e Guarabyra continuam na estrada e lançam, em 1974, o disco *Nunca*. As músicas seguem a mesma linha do *rock rural* e muitas delas trazem críticas ao

⁴¹ LP Terra, Odeon, 1973.

⁴² O termo tessitura é o mesmo proposto por Roy Bennett, que compreende “a organização dos sons numa composição musical”. BENNETTI, Roy. *Uma breve história da música*. RJ: Jorge Zahar Ed. 1986, p. 12.

contexto da época. A canção Nuvens d'água, por exemplo, metaforicamente através da observação das imagens que mudam ao se olhar uma poça d'água no asfalto, mostra a condição social dentro da ditadura: confusão, solidão, repressão. Traz também o toque de bucolismo presente no *rock rural*:

Quando esse tempo muda/ e eu me sinto assim confuso/ É perigoso
chegar à janela/ pra olhar o asfalto secando/ E quando as nuvens d'água
no asfalto/ São figuras mudando na tela/ É perigoso chegar à janela/
ainda mais, quando se está tão longe/ ainda mais, quando se está tão
longe/ E a tela muda de imagem/ E mostra a minha cidade/ É um
canteiro, uma pedra/ uma frase na moita de capim/ E a tela muda de
imagem/ E mostra a minha estrada/ O tabuleiro, uma cerca/ O gosto de
gergelim/ Tudo bem, muito bem/ Está tudo bem/ Tudo bem!/ Mas
quando as nuvens d'água no asfalto/ São figuras mudando na tela/ É
perigoso olhar à janela ainda mais, quando se está tão longe/ Ainda mais,
ainda mais quando se está tão longe/ Ainda mais (tudo bem!) quando se
está tão longe.

A poesia contida na música denota crítica à modernidade e à repressão. A base do violão e o solo de orquestração trazem a ideia de movimento entre campo e cidade. Segundo os próprios compositores, a música traz a "linha primitiva do chamado *Rock rural*"⁴³, com a junção de violas, violões e guitarras. O arranjo de "cordas-não-melosas-e-bem-colocadas", de Eduardo Souto Neto⁴⁴, mostra o experimentalismo entre 'popular' e 'erudito' na música. É interessante notar a fala dos músicos em relação à composição:

Se você mora numa rua asfaltada, olhe pra ela depois da chuva. As poças d'água mudam de imagem. A gente estava na janela de casa e ficou sacando isso. A letra ficou pronta antes e a música foi feita na afinação original da viola caipira. Transpor depois é que não foi mole.⁴⁵

A sutileza com que a dupla comenta a música faz parte do contexto de censura da época. O perigo de se chegar à janela faz alusão ao regime repressivo. Aqui, como na música Mestre Jonas, há o medo do espaço público, o incômodo causado pela ditadura e pelos limites

⁴³ Na revista *Alto Falante*, de maio de 1974, a dupla comenta cada faixa do disco. Revista *Alto Falante*. *Nunca: Sá & Guarabyra escrevem sobre seu novo disco*. Publicação: Itaipu – Sociedade Brasileira de Edições, Publicidade e Serviços Artísticos Ltda. Ano II. n. 15, mai. 74, p. 10-11.

⁴⁴ Junto com Rogério Duprat, arranjou várias composições para a dupla. Revista *Alto Falante*, p. 10.

⁴⁵ Revista *Alto Falante*, p. 10.

cerceadores do regime. Daí, afirmações como a de Luiz Carlos Sá, sobre sua experiência em relação ao período: “péssima, frustrante e perigosa.”⁴⁶

A música mostra, também, os elementos que configuram o chamado *rock rural*. Com viola caipira, violões, teclados, bateria, baixo, guitarras, orquestra (cordas), a música traz o desejo de volta ao campo, por meio da imagem que muda e mostra a cidade, que pode ser entendida como uma comunidade ou cidade do interior em que os músicos viveram ou visitaram. Desse modo, pode-se perceber a proposta do romantismo contracultural⁴⁷ de vida campestre, bucolismo e retorno às raízes, mas, principalmente, de trânsito constante entre campo e cidade, simbolizado pela estrada.

Os músicos Sá, Rodrix e Guarabyra trouxeram, por meio do *rock rural*, uma tentativa, dentre várias na música brasileira, de mostrar uma forma de representação da cultura do país. Inseridos na indústria cultural e compartilhando do fenômeno urbano, os artistas demonstram uma crítica urbana à modernização autoritária do período, com ideias bucólicas, de retorno ao campo, considerado puro e livre dos contrastes do capitalismo. Essas ideias fazem parte do romantismo do período, em sua vertente contracultural. Pelo olhar urbano que os músicos trazem em suas composições, verifica-se a crítica à sociedade do período, as aproximações com a contracultura, as influências do tropicalismo, numa forma de cantar a sociedade por meio do *rock*. Este trabalho permitiu também constatar que, a partir dos anos 1970, esse gênero de canção passa a fazer parte da música brasileira. Não um rock copiado ou importado, mas um *rock* brasileiro.

Pela análise de suas canções, percebe-se que os músicos se encontram entre o engajamento do nacional-popular e a aceitação da ditadura. Alexandre Saggiorato⁴⁸, por exemplo, ao analisar as bandas de rock dos anos 1970, demonstra o caráter transgressor desses músicos. Para o autor:

⁴⁶ Entrevista concedida ao autor, por meio eletrônico, entre os meses de maio e junho de 2010.

⁴⁷ Conceito pelo qual se tenta mostrar as relações entre crítica romântica da sociedade do período e contracultura: pode-se afirmar que, nesse romantismo, pregava-se a vida em comunidade, o retorno à natureza, a ênfase na estrada, e criticava-se o isolamento social dos sujeitos, estabelecendo diálogo com a contracultura. Todos esses elementos são encontrados em várias composições do trio e da dupla aqui estudados. Cf. RESENDE, Victor Henrique de. *O rock rural de Sá, Rodrix & Guarabyra: romantismo contracultural no Brasil dos anos 1970*. 143 f. (Dissertação em História) – Universidade Federal de São João Del Rei, Programa de Pós-Graduação em História, São João Del Rei, 2013.

⁴⁸ SAGGIORATO, Alexandre. *Anos de Chumbo: rock e repressão durante o AI-5*. 157 f. (Dissertação em História) – Universidade de Passo Fundo, Programa de Pós-Graduação em História, Passo Fundo, 2008.

[...] o rock brasileiro produzido nos anos 1970 encontra-se em situação de enfrentamento à ditadura, porém não seguindo os passos da MPB engajada, envolvida nos ideais da UNE, e sim comportamentalmente, com características subversivas de transgressão [...]⁴⁹

Trabalhando os grupos Casa das Máquinas, O Terço e Novos Baianos, Saggiorato destaca as atitudes e os comportamentos desses artistas frente à repressão do regime militar. Para o autor, nos anos 1970, “os roqueiros produziram durante o AI-5 uma música comportamental, com crítica aos valores tradicionais. Escreviam sobre a liberdade sexual, o uso de drogas e sobre a busca pela vivência em outro sistema.”⁵⁰

Analisando somente as letras das composições de vários grupos do período, Alexandre Saggiorato procura traçar o perfil contestador dessas bandas. Mostra o posicionamento político desses músicos e também tenta situá-los entre a esquerda militante e a direita conservadora:

[...] colocar-se à margem tornava-se também opção de alguns jovens para com os acontecimentos que marcavam o país e o mundo no período. Tornar-se livre e não atuante dos princípios sociais vigentes, era uma espécie de resistência ao regime, bem como de fuga e também de legitimação da própria cultura *underground*.⁵¹

Concorda-se com o autor sobre os valores e experiências contraculturais desses grupos, a fuga para o campo ou a fuga do espaço público e do regime repressor. Porém, no caso do trio Sá, Rodrix & Guarabyra, pode-se constatar que não se tratava de um rock transgressor. Alexandre Saggiorato define, em sua pesquisa, o ato de transgredir que, conforme aponta em nota de rodapé, seria “um ato de desobediência, infração e violão às normas e condutas sociais do período em questão”⁵². O trio, por sua vez, não procurou transgredir as normas sociais, ou se opor diretamente contra o regime. Sua atuação não se tratou, portanto, de uma resistência à ditadura, nem de subversão, como aponta Saggiorato com relação aos outros grupos do mesmo período.

⁴⁹ _____. *Anos de Chumbo: rock e repressão durante o AI-5*, p. 24.

⁵⁰ _____. *Anos de Chumbo: rock e repressão durante o AI-5*, p. 22.

⁵¹ _____. *Anos de Chumbo: rock e repressão durante o AI-5*, p. 36.

⁵² _____. *Anos de Chumbo: rock e repressão durante o AI-5*, p. 14.

É mais pertinente considerar que as canções e vivências do trio Sá, Rodrix & Guarabyra constituem-se como vozes dissonantes, ou destoantes, do contexto em questão. Por meio de suas composições, em letra e arranjo, os artistas tratam do cotidiano das relações entre campo e cidade. Suas músicas, de forma sutil, retratam o processo de urbanização do país, as aproximações com a contracultura, a ideia de ‘fuga’, medo e ‘desilusão’ para com o regime político de exceção e, por fim, a condição dos indivíduos na modernidade brasileira.

Constata-se que, apesar e para além da ditadura, os músicos criticam os valores e a sociedade moderna do país, nos anos 1970. Eles estão à margem dos embates diretos contra a ditadura civil-militar e produzem uma música que combina vários elementos rítmicos, melódicos e harmônicos disponíveis, além de diversos instrumentos, incluindo a guitarra elétrica. Neste estudo, percebe-se que as canções do trio Sá, Rodrix & Guarabyra e da dupla Sá & Guarabyra não expõem elementos de resistência ou de embate direto contra a ditadura. Os músicos demonstram o desejo pela liberdade de cantar e buscam alternativas de modo de vida, dentro da modernização brasileira. Para tanto, utilizavam-se de elementos da própria modernidade – a guitarra elétrica, por exemplo – para cantarem e criticarem a sociedade em que se encontram, a partir de suas experiências na cidade e no campo.

Recebido em: 12/12/2013

Aprovado em: 05/02/2014

Vicissitudes de um Heródoto caboclo: Arthur Reis e a ditadura civil-militar em Manaus (1964-1966)

Vinicius Alves do Amaral*
Mestrando em História Social
Universidade Federal do Amazonas (UFAM)
viniciuscarqueija@gmail.com

RESUMO: A historiografia amazonense é permeada por convenientes silêncios. No presente artigo tentaremos discutir uma das lacunas mais instigantes do conhecimento histórico local: o período que abrange os anos 60. Para tanto elegemos como estopim para essa reflexão a breve e polêmica passagem do historiador Arthur Cezar Ferreira Reis pelo governo do Estado do Amazonas entre 1964 a 1966. Sustentamos que os aspectos administrativos e intelectuais são intrínsecos na trajetória de Arthur Reis, em especial nesse momento onde as pretensões desenvolvimentistas do historiador coincidem com os grandes projetos previstos para a Amazônia pela ditadura civil-militar. Com base em um variado corpus documental tentaremos analisar como se articulam as medidas tomadas pelo historiador-governador com seu pensamento e como elas foram recebidas por diferentes atores sociais.

PALAVRAS-CHAVE: Ditadura Civil-Militar, Manaus, Arthur Cezar Ferreira Reis.

ABSTRACT: Historiography Amazon is permeated with convenient silences. In this article we attempt to discuss one of the most intriguing gaps of knowledge local history: the period covering the years 60. Therefore we choose as the trigger for this discussion brief and controversial passage from historian Arthur Cezar Ferreira Reis government of Amazonas state between 1964-1966. We hold that the administrative and intellectual aspects are intrinsic in the trajectory of Arthur Reis, especially at this time where the developmental aspirations of the historian coincide with major projects planned for the Amazon civil-military dictatorship. Based on an extensive documentary corpus will try to analyze how to articulate the steps taken by the historian governor with their thinking and how they were received by different social actors.

KEYWORDS: Civil Military Dictatorship, Manaus, Arthur Cezar Ferreira Reis.

Uma palavra
se é guardada por muito tempo
solta borra
matérias que ferem
olhos e ouvidos
umidades
mina
sangue por várias de suas partes
não apodrece
dada a sua condição

* Mestrando em História Social pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas (PPGH-UFAM) e bolsista pelo Centro de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

de testemunha informante
mas fede.

Pandora Huele, Lilian Lukin.

A Cidade Sorriso fede. Tamanha é a quantidade de palavras escondidas e trancafiadas em Manaus que seria preciso outro artigo para discutir a conveniente indiferença local para com seu passado recente. Especialmente quando se trata do espaço de tempo situado entre o golpe de 1964 e a “redemocratização” na década de 1980.

Nosso foco será, contudo, um pequeno recorte que cobre os primeiros anos do regime civil-militar. Nele se encontra o governo de uma figura das mais ambíguas: o historiador Arthur Cezar Ferreira Reis (1906-1993). Na qualidade de servidor público e pesquisador já consagrado, Reis proporciona uma dupla contribuição à nova ordem que pretendia se instituir no país: seja fazendo parte do processo de modernização através da execução dos grandes projetos desenvolvimentistas previstos para a Amazônia, seja conferindo legitimidade intelectual ao regime através das medidas culturais que concebeu e aplicou tanto na chefia do Estado do Amazonas como na presidência do Conselho Federal de Cultura.

Tal momento também faz parte de uma periodização que compreende o espaço situado entre 1920 e a metade da década de 1960 como os “anos da desolação” devido ao colapso da exportação da borracha no Amazonas. Essa visão tradicional já fora criticada por José Aldemir de Oliveira com seu estudo *Manaus de 1920 a 1967: A cidade doce e dura em excesso* e por José Vicente Aguiar de Souza em seu livro *Manaus: Praça, café, colégio e cinema nos anos 50 e 60*.

Estes autores fazem uma importante revisitação dessa imagem da cidade inerte demonstrando o grande fluxo de movimentação cultural negligenciado pela historiografia tradicional, lembrando que “[...] da mesma maneira que a cidade não é produzida de modo equânime, a crise não pode ter o significado para o conjunto de seus moradores.”¹

José Aldemir Oliveira, apoiado na Geografia Humana de Henri Lefebvre e de Milton Santos, utiliza o conceito de espacialidade para identificar uma cidade sendo construída pelo conflito entre o Estado, as elites locais e as classes populares. José Vicente Aguiar, por sua vez, ocupa-se da região compreendida entre a Praça Heliodoro Balbi (ou como é popularmente

¹ OLIVEIRA, José Aldemir de. *Manaus de 1920 a 1967: A cidade doce e dura em excesso*. Manaus: Editora Valer/ Governo do Estado/ EDUA, 2003, p. 137.

conhecida, a Praça da Polícia), o Colégio Estadual D. Pedro II, o Café do Pina e o Cinema Guarany, defendendo que a sociabilidade desenvolvida nesse espaço criava um verdadeiro complexo de oxigenação cultural onde elementos eruditos e populares se relacionavam dialeticamente.

Impossível não comparar a cidade de hoje com a de ontem e lamentar a desarticulação de certos espaços e certas sociabilidades, enfim, daqueles modos de vida radicalmente diferentes da vivência atual em Manaus. Na realidade, essa confrontação levada a cabo pela memória tem alimentado movimentos sociais a batalhar pela preservação de uma cidade mais humana diante de uma urbanização cada vez mais caótica e opressora².

Urbanização essa que está intimamente relacionada com um modelo de desenvolvimento encetado pela ditadura civil-militar. Convenientemente, o silêncio sobre os anos da desolação também recai sobre o período imediatamente posterior, qual seja, o regime instalado no país após 1964. Interessante que os poucos estudos que tangenciam esse delicado momento reduzem as ações da ditadura somente ao plano econômico. A justificativa seria a escassez de fontes. Aqui tentaremos derrubar essa falácia através da análise da passagem de um controverso personagem pelo governo do Estado do Amazonas.

A “epopeia amazônica” e seu bardo

O escritor Márcio Souza, em coleção de ensaios, situa a historiografia amazonense como o que há de mais conservador e oficialista no Brasil, mas não encontramos em seu livro nenhuma menção ao nome que melhor representava esse setor: Arthur Cezar Ferreira Reis³.

Davi Avelino Leal acrescenta que a obra de Reis tem o grande mérito de romper com uma tradição de pensamento, tributária de Euclides da Cunha que enxergava na natureza portentosa a anulação do homem e da própria história⁴. Reis nega que a Amazônia esteja à margem da história. Contudo, não é qualquer homem que pode se dar ao luxo de ser protagonista da História para Arthur Reis. O homem em questão vem de além-mar e utilizou-

² Como exemplo podemos citar o grupo *Direitos Urbanos*, formado após as manifestações de junho de 2013, que empreendeu uma longa luta contra a retaliação da Praça Nossa Senhora de Nazaré em nome da construção de mais vagas de estacionamento.

³ SOUZA, Márcio. *A Expressão Amazônica: do colonialismo ao neocolonialismo*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1977, p. 17.

⁴ LEAL, Davi Avelino. Por uma Arqueogenealogia dos Seringais: Os seringueiros na historiografia tradicional. *Canoa do Tempo* (PPGH-UFAM). Manaus, v. 1, n. 1, p. 211, 2007.

se de qualidades inerentes à sua alma, como a coragem e a inteligência, para vencer a floresta assombrosa. Compreender para administrar, adaptar para conquistar: estas foram suas táticas. Em outras palavras, estamos falando do colonizador português. Melhor, estamos falando da Coroa Portuguesa.

Assim, para Reis “a experiência que [os portugueses] realizaram na região foi realmente uma experiência cheia de êxito. Podem e devem orgulhar-se do que efetuaram.”⁵ E aqui temos um “amazonólogo” que gradativamente se aproxima de Gilberto Freyre, embora ambos divirjam em alguns pontos. Afinal, para Arthur Reis, a miscigenação não era apenas característica da psique portuguesa, como queria Freyre, mas também era parte de uma política de Estado para fixar o colonizador na Amazônia e o responsável por trazer a valorização do trabalho para a formação do caráter local teria sido não o elemento negro, mas o nordestino⁶.

Não é nenhum exagero dizer que a historiografia produzida nas universidades a partir dos anos 80 tenha se formado como reação ao conteúdo da narrativa histórica produzida por esse personagem. Tratava-se de descolonizar a historiografia, assumindo o compromisso de trazer à tona os “excluídos da História”.

Em Reis, estes também se faziam presentes, mas em sua maioria como “plebe rude” incapaz de compreender a grandiosidade do projeto civilizador que os portugueses e posteriormente os estadistas do Império arquitetaram para a Amazônia. Sua visão da Cabanagem exemplifica bastante isso: o movimento, geralmente classificado como mais uma revolta regencial, é entendido como uma ameaça à delicada integridade nacional que se pretendia constituir para o país naqueles anos. Não é por acaso que o historiador amazonense saúda as forças legalistas que pacificaram a revolta cabana tanto na capital da província do Grão Pará quanto na comarca do Rio Negro.

Contudo, como observa Leila Rodrigues Gomes, o próprio autor admite que existiam razões outras para a revolta nascidas da condição precária em que viviam os cabanos. O que já denota uma compreensão mais complexa do movimento pelo historiador.

Se Arthur Reis faz uma opção por uma história militante, conservadora, destinada à exaltação dos grupos do poder, não se pode diminuir, entretanto, sua contribuição, a força de suas análises, que através de vários

⁵ REIS, Arthur C. Ferreira. *Aspectos da Experiência Portuguesa na Amazônia*. Manaus: Imprensa Oficial, 1966, p. 9.

⁶ LOBATO, Sidney Silva. Estado, nação e região na obra de Arthur C. F. Reis. *Revista Diálogos*. Maringá, v. 13, n. 3, p. 636, nov. 2009.

questionamentos, encaminha o debate para outra direção, sem, entretanto, percorrer, o próprio caminho indicado.⁷

A ambiguidade também preside a percepção de Reis sobre o trabalho nos seringais. Ele não nega a brutalidade dos seringalistas, mas procura justificá-la:

A sociedade que se criava na Amazônia era uma sociedade que vivia por entre altos e baixos, em degradação, aviltamentos, ou sobrepondo-se ao meio bárbaro, em atitudes marciais ou gestos de virilidade muito comuns nos organismos sociais que se constituem nessas fases de transição da instabilidade para a estabilidade. [...] No desejo insofrido do sucesso, é certo, cometeram-se desatinos, desentenderam-se os homens, praticaram-se excessos. Houve, no entanto, em meio àquela inquietude, bravura, heroísmo, que exigem respeito e admiração. Porque, enfrentando a natureza bravia, selvagem, como ela se apresenta, desbravando-a, sem medo, os homens que realizavam a ofensiva sobre a floresta escreviam, realmente, uma verdadeira epopeia. Os desatinos que cometeram explicam-se pelas condições em que operavam.⁸

Quanto ao seringueiro, este também “não se comporta melhor” vingando-se com “as armas de que dispõe e de acordo com o primarismo de sua inteligência.”⁹ Entretanto, ele também é passível de atitudes grandiloquentes, como a sua participação da batalha pelo Acre revela ao autor.

Assim sendo, creio que possamos dimensionar, tal como já o fez Renan Freitas Pinto, como dupla a contribuição de Arthur Reis não só para a historiografia como para o pensamento social amazônico: em primeiro lugar, seu esforço de sistematizar o conhecimento sobre o passado da região nos legou fontes e sugestões de caminhos a serem percorridos; em segundo lugar, sua interpretação do processo histórico da Amazônia é bem original e precisa ser ainda mais discutida¹⁰.

Quanto a esse último aspecto, felizmente nos últimos anos muitos têm se proposto a debater os pressupostos epistemológicos da escrita da história de Arthur Reis. Lademe Correia Souza, por exemplo, investiga as influências historiográficas que o autor recebeu de Francisco Adolfo Varnhagen, Capistrano de Abreu e do líder político local Álvaro Maia em sua primeira

⁷ GOMES, Leila Margareth Rodrigues. Movimentos sociais na obra de Arthur Reis. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Amazonas, Programa de Pós-Graduação em História. Manaus, 2009, p. 137.

⁸ REIS, Arthur C. Ferreira. *O Seringal e o seringueiro*. 2ª ed. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 1977, pp. 106-107.

⁹ _____. *O seringal e o seringueiro*, p. 159.

¹⁰ PINTO, Renan Freitas. *A Viagem das ideias*. Manaus: Editora Valer, 2008, pp. 212-213.

obra: *História do Amazonas* (1931)¹¹. Seu estudo ainda levanta uma importante contribuição ao evidenciar através da correspondência passiva mantida entre Reis e intelectuais de renome nacional a construção de um capital cultural de considerável valor para o jovem Arthur Reis. Sidney Silva Lobato, por sua vez, ressalta o peso das preocupações políticas nacionalistas e desenvolvimentistas na produção posterior do historiador amazonense, principalmente da década de 1950 e 1960 quando se envolveu mais visceralmente em cargos políticos de maior expressão.

Leila Rodrigues Gomes, preocupada em entender como Reis percebe a participação popular na História, encontra uma historiografia de forte cunho romântico e nacionalista que não exclui totalmente o povo da narrativa histórica, mas antes o situa entre o irracionalismo e o civismo. Tal oscilação denota os momentos em que os interesses populares coincidem com o projeto encetado pelas elites regionais e nacionais, tal como os movimentos autonomistas eram compreendidos por Reis.

Difícil não concordar com Hélio Dantas quando este afirma que Reis é responsável por constituir um verdadeiro “cânone amazônico” ao criar uma narrativa fundadora sobre a região. Sua tentativa de dissecar este “cânone” nos permite entrever as vinculações entre Reis e as elites locais e o Estado em sua apologia lusófila. Tendo em vistas tais pesquisas podemos considerar que já é consenso que a obra de Arthur Reis pauta-se pela defesa de um projeto civilizador que precisaria ser continuado no presente pelo Estado (não por acaso protagonista de sua escrita da história) através não apenas de uma política de desenvolvimento material, mas principalmente científico e cultural¹².

Com certeza sua origem social (sendo filho do proprietário do Jornal do Comércio, importante veículo da elite comercial urbana amazonense, e da irmã do influente comerciante de borracha Cosme Ferreira Filho) influi bastante em sua defesa da valorização da Amazônia. Desde que a exploração da borracha entrara em declínio em 1910, a exortação da classe dirigente local a tal empreendimento adquiriu os mais variados tons: de proposição científica,

¹¹ SOUZA, Lademe Corrêa de. *Arthur Reis e a História do Amazonas: um início em grande estilo*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Amazonas, Programa de Pós Graduação em História, Manaus, 2009, p. 45.

¹² DANTAS, Hélio da Costa. *Colonização e Civilização na Amazônia: escrita da História e construção do regional na obra de Arthur Reis (1931-1966)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Amazonas, Programa de Pós Graduação em História, Manaus, 2011, p. 74.

como os projetos de Cosme Ferreira Filho¹³, à lamentação escatológica, como vemos na Canção de Fé e Esperança de Álvaro Maia¹⁴.

É preciso lembrar que Reis cresceu nesse momento de crise, vivenciando as dificuldades dos serviços urbanos e participando das reuniões dos senhores responsáveis pelo destino do Estado, seja como secretário do IGHA (onde se reuniam boa parte desses homens) desde 1926 ou como redator do *Jornal do Comércio*. Em 1928, já como bacharel pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro retorna à Manaus onde passa a lecionar nos tradicionais colégios locais, seguindo uma trajetória comum a muitos intelectuais amazonenses do período. Mas por que em sua narrativa o Estado tem papel preponderante e não a elite local? Talvez o sentimento antiliberal que marcou o final da República Velha e a ascensão da ideologia nacional-desenvolvimentista tenham incentivado sua percepção do processo histórico. Além disso, o Estado representava um importante interlocutor para uma geração de intelectuais desde a década de 1930, quando já enunciam sua vocação para o poder como nos diz Daniel Pécaut ao compará-los com a geração de 1960:

Tanto uns como outros se consideravam responsáveis pela organização racional da esfera social. Esse encontro não decorre do fato de que os que agem diretamente sobre a sociedade estejam convencidos de que somente o Estado pode promover as mudanças necessárias. Decorrem do fato de se situarem muito naturalmente, ainda que com posições diferentes, num plano acima do social, e de se considerarem coautores da produção das representações do plano político.¹⁵

A relação de Reis com o poder inicia-se por meio de cargos na pasta do Ministério do Trabalho. Já em 1930 participa da Junta Governativa Provisória que se instala no Amazonas por ocasião da chegada ao poder de Getúlio Vargas. No entanto, é durante as décadas de 1950 e 1960 em que sua atuação como homem público se intensifica. É nomeado para Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia em 1953 e já em fins de 1956 ocupa a diretoria do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia.

¹³ Muitos deles expressos em artigos na imprensa local foram reunidos em duas obras: *Amazônia em Novas Dimensões* (1961) e *Porque Perdemos a Batalha da Borracha* (1965). Ferreira Filho ainda tentou executar um projeto de seringal mais racional no perímetro urbano de Manaus, mas a experiência do Seringal-Mirim fracassou devido à baixa produtividade.

¹⁴ O escritor Álvaro Maia recitou a Canção de Fé e Esperança no Teatro Amazonas em 1923 por conta do Bicentenário da Adesão do Amazonas à Independência do Brasil. A intenção da obra era conclamar a juventude amazonense a lutar pela recuperação de sua terra, inspirando no exemplo heroico de personagens do passado como o líder indígena Ajuricaba que morreu lutando contra a escravidão de seus pares pelos portugueses. Ver BAZE, Abraham. *Álvaro Maia, memórias de um poeta*. 4ª ed. Manaus: Novos Tempos Ltda., 1998.

¹⁵ PÉCAUT, Daniel. *Intelectuais e a Política no Brasil: Entre o povo e a nação*. Ática: São Paulo, 1990., p. 184.

Um “déspota esclarecido” nos trópicos?

Alexandre Pacheco sustenta que sua nomeação para o Governo do Estado em 1964 resultou em boa medida do prestígio que desfrutava perante os meios intelectuais e institucionais brasileiros¹⁶. Sua chegada ao poder do Estado tornou-se folclórica. Muitos dizem que se tratou de uma demonstração de puro coleguismo do seu companheiro de IHGB, Marechal Castello Branco. É preciso ter em mente que a produção intelectual de Reis, que aquela altura já havia concedido inúmeras palestras na ESG, era extremamente simpática ao projeto político que os atores sociais que encetaram o golpe pretendiam realizar. Não seria exagero dizer que ao lado de Gilberto Freyre e o general Golbery do Couto e Silva, Reis ajudou a definir um pouco do espectro ideológico do regime civil-militar¹⁷.

No entanto, não havia total conformidade entre os projetos da ditadura e o pensamento de Reis como a polêmica envolvendo o apoio oficial dado aos cientistas do Instituto Interamericano de Pesquisas Tropicais. Para o historiador, o governo não enxergava a potencial ameaça à soberania nacional que os homens de ciência norte-americanos representavam¹⁸. Na tentativa de mudar a percepção do poder central, Reis iniciou uma campanha intensa pela imprensa e que posteriormente seria condensada em um livro: *Amazônia e a Cobiça Internacional* (1965).

Voltando à sua nomeação, ela também pode ser entendida como uma forma de superar o viciado jogo partidário local e garantir assim que o novo governante fosse realmente leal à nova ordem. O advogado Paulo Figueiredo, estudante de Direito simpático ao comunismo na ocasião do golpe, em suas crônicas lembra que havia candidatos locais disputando a chefia do Estado do Amazonas.

Os militares de média patente que mantinham luta surda e obstinada pela conquista do poder do Estado, desde os primeiros dias do Golpe de Abril, dentre eles o capitão Amazonas e o major Félix, haviam perdido a indicação de seus nomes. O marechal-presidente da República, Humberto de Alencar Castelo Branco, senhor absoluto do movimento militar que depôs Jango

¹⁶ PACHECO, Alexandre. Como governei o Amazonas: a ética do literato e historiador Arthur Cezar Reis diante do poder (1964-1967). In: XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH. Fortaleza, 2009, p. 3.

¹⁷ Uma análise mais detida da contribuição teórica de Reis se faz necessária, mas acreditamos que ela diga respeito em grande medida à geopolítica. Nesse sentido, *A Política de Portugal no Vale Amazônico* (1940) e *Amazônia e a Cobiça Internacional* (1965) são livros essenciais.

¹⁸ JORNAL DO BRASIL. *Artur Reis afirma que não quer órgãos nacionais ignorados por estrangeiros*. São Paulo. 18 mai. 1965, p. 17.

Goulart, já havia escolhido o novo governador. Tratava-se de Arthur Cesar Ferreira Reis [...].¹⁹

Reis surge como candidato ideal para o governo central não apenas pela sua conformidade ideológica para com o novo regime, mas também pela sua imagem de figura apartidária. Imagem essa construída pelo próprio historiador no decorrer de sua carreira como homem público, como vemos no trecho abaixo:

O governador Arthur Reis disse ser um homem modesto e pobre. Não possui fortuna, nem imóveis apenas está adquirindo um apartamento de sala e quarto que pretende legar aos filhos. Possui uma biblioteca com 12.000 volumes o que considerou sua riqueza pois é educador.²⁰

No entanto, há controvérsias sobre o “apartidarismo” e a “probidade” de Reis. O senador Desirèe Guarani alega a um jornal que Reis havia desviado verbas no tempo em que ocupou a SPVEA²¹. Além disso, reclamações do líder trabalhista amazonense Plínio Coelho dão conta de que o historiador amazonense, uma vez instalado em tal órgão, estaria privilegiando elementos oriundos da UDN. O próprio Reis (um intelectual da ordem não nos esqueçamos) interpretava sua nomeação como repercussão de sua postura administrativa fortemente hierárquica:

Ademais à frente de órgãos e serviços da União, conquistara o respeito de meus superiores hierárquicos na administração federal, autorizando a escolha de que não participava da vida partidária e se realizava como professor universitário e servidor da União.²²

A decisão de Castello Branco é acatada pela Assembleia Legislativa do Amazonas que com a exceção de um voto (do então deputado Bernardo Cabral que votou no jurista Waldemar Pedrosa) elege seu novo governador. A posse de Arthur Reis transcorre sobre o olhar atento do comandante militar da Amazônia, general Jurandir Bizarria Mamede.

Como dissemos, os estudos sobre a produção historiográfica de Arthur Reis tem crescido. Contudo, pesquisas sobre seu governo ainda são escassas. Percebe-se que o historiador, comparado pelo discípulo Leandro Tocantins ao Marquês de Pombal²³, tem sido poupado. Quando o assunto é seu mandato à frente do estado do Amazonas salienta-se ou

¹⁹ FIGUEIREDO, Paulo. *Comissão da Verdade (12) – a eleição de Arthur Reis*. Diário do Amazonas, 2013. Captado em: <http://blogs.d24am.com/artigos/2012/09/22/comissao-da-verdade-12/>. Acesso em: 15 nov. 2013

²⁰ O JORNAL. *Arthur Reis ao assumir governo: Desejo integrar o Amazonas no espírito da Revolução Brasileira*. Manaus, 28 jun. 1964, p. 8.

²¹ ÚLTIMA HORA. *Renúncia o Ditador do Amazonas*. Rio de Janeiro, 13 ago. 1964, p. 1.

²² REIS, Arthur C. Ferreira. *Como Governei o Amazonas*. Manaus: Imprensa Oficial, 1967, p. 13.

²³ TOCANTINS, Leandro. *Arthur C. F. Reis: Da História a Governo do seu Estado*. In: REIS, Arthur C. Ferreira. *História do Amazonas*. Belo Horizonte/ Manaus: Editora Itatiaia/ Superintendência Cultural do Amazonas, 1989, p. 18.

seu incentivo às artes, considerada pelo cineasta Aurélio Michiles²⁴ como período de “renascença cultural”, ou a modernização encetada por ele com o consentimento da ordem central²⁵. Passam ao largo de seus arroubos autoritários, que precisam ser buscados ou nos periódicos da época ou em anedotas políticas. Falaremos a seguir de alguns casos.

O jornalista Arlindo Porto (que fora cassado imediatamente após o golpe de 1964 por seus colegas da Assembleia Legislativa Estadual graças à posição central em que ocupava no Partido Trabalhista Brasileiro local) em *Poucas e Boas* nos conta da tensão que imperava nas redações amazonenses quando o assunto era Arthur Reis.

O governador Arthur Cezar Ferreira Reis não aceitava críticas da imprensa ao seu governo. Quando não gostava de uma notícia, enviava às redações dos jornais uma nota virulenta, agressiva, desmentido a informação e, o que era mais grave, ameaçava fechar o jornal, como havia feito com ‘O Trabalhista’ e ‘A Gazeta’, tidos como seus opositores.²⁶

O também jornalista Orlando Farias, através da memória de veteranos da imprensa local, relata que o empastelamento de “O Trabalhista” (jornal mantido por Plínio Ramos Coelho) se deveu a um minúsculo e debochado artigo:

A ideia central do artigo era a parábola de que macaco solto em casa de louça acaba destruindo tudo. A matéria teria irritado profundamente o governador e a reação à sua publicação veio imediatamente. No dia seguinte ao artigo provocador, o jornal foi atacado ferozmente por um grupo de pessoas à paisana que chegou atirando. Não havia ninguém na redação porque o jornal tinha recebido a informação [d]o atentado por um comissário de polícia amigo – Jorge Cabral dos Anjos. Os jornalistas se retiraram para o restaurante ‘A Maranhense’, na Eduardo Ribeiro²⁷.

Não escapavam da sanha de Reis nem mesmo os deputados estaduais. Nas páginas do *Jornal do Brasil* encontramos a menção a um discurso proferido pelo deputado estadual e suplente do senador Arthur Virgílio, Desirée Guarani, no Senado em 11 de agosto de 1964. Nele, o parlamentar teria denunciado o enterro da democracia no Amazonas:

Explicou que tudo tem origem no fato de o Governador sentir horror a críticas, tendo ficado descontente com a derrubada de um veto pela Assembleia, o que atribuiu à intervenção do ex-Governador Plínio Coelho, cuja prisão determinou. [...] – Mas – prosseguiu – os fatos graves não ficaram nessa intervenção contra o Legislativo estadual. Tendo sido solicitado o habeas-corpus em favor do Sr. Plínio Coelho, o Tribunal de

²⁴ MICHILES, Aurélio. *E tu me amas?* In: Revista Somanlu, ano 5, n. 1, jan/jun, Manaus: EDUA/CAPES, 2005, p. 14.

²⁵ FILHO, Cosme Ferreira. *Documentário Comemorativo do Primeiro Centenário da Associação Comercial do Amazonas (1871-1971)*. Manaus: Ed. Umberto Calderaro, 1971, p. 182.

²⁶ PORTO, Arlindo. *Poucas e Boas*: Eu também conto “causos”. Manaus: Editora Uirapuru, 2004, p. 29.

²⁷ FARIAS, Orlando. *A Dança dos botos e outros mamíferos do poder*. Manaus: Editora Valer, 2010, p. 62.

Justiça se reuniu às 3 horas da manhã, solicitando informações ao Secretário de Justiça e Interior, nada informou, pois o responsável direto pela prisão era o próprio Governador Arthur Reis.

-Pedi, então, o Tribunal informações ao Governador. Mas este proibiu que qualquer pessoa se aproximasse do Palácio, impedindo a entrega do documento. Dando outra demonstração de como é atrabiliário, determinou o cerco também do Tribunal de Justiça, desrespeitando mais esse poder.²⁸

Em nome da estabilidade que a nova ordem pretendia cultivar ou ao menos fingir cultivar, o comandante militar da Amazônia atua como um negociador. Plínio Coelho é entregue às autoridades militares que o libertam. Reis, em protesto, renuncia. Algum tempo depois, sua jogada vinga:

Porta-vozes do Sr. Artur César Ferreira Reis disseram que o motivo para a desistência do pedido da renúncia fora a decretação de nova prisão para o ex-Governador Plínio Coelho, o que foi feito ontem pela manhã pelo Major José Alípio, encarregado geral dos inquéritos policiais-militares que se desenvolvem no Amazonas, sob a alegação de ‘prática de atos subversivos’.

Tal fato e o apelo do Marechal Castelo Branco, feito através do seu enviado especial, Major Costa Rêgo, determinaram o recuo do governador amazonense, que se oficializou na noite de ontem.²⁹

Sob o pretexto de que Plínio Coelho estava envolvido com o comunismo – representado pela figura do escritor Aldo Moraes que foi alçado à condição de diretor da Secretaria de Economia e Finanças em seu governo – e a corrupção – principalmente no interior do Departamento de Estradas e Rodagem do Amazonas (DERA), chefiado durante boa parte de sua existência pelo deputado Jaime Araújo – sua prisão foi novamente decretada, mas o líder regional do trabalhismo havia fugido tão logo fora solto pelos militares.

A perseguição a Plínio Coelho pode parecer uma obsessão doentia, mas há que se ter em mente que as atitudes de Arthur Reis são desdobramentos de conflitos políticos e partidários da década de 1950. O fenômeno político do trabalhismo amazonense, capitaneado inicialmente por Plínio Coelho e depois por Gilberto Mestrinho, passou a se desenvolver a partir de 1954 apoiando-se em causas populares, tais como a defesa dos trabalhadores do Porto de Manaus e o reajuste salarial dos funcionários públicos. Pouco a pouco, o movimento radicaliza-se, ao ponto de participar de conflitos com a elite comercial e extrativista.

Tornou-se consenso que não havia uma ideologia pronta quando da implantação do golpe em 1964, mas apenas certo descontentamento com o governo de João Goulart a

²⁸ JORNAL DO BRASIL. *Senador acusa Reis de liquidar a democracia*. São Paulo, 12 ago. 1964, p. 3.

²⁹ ÚLTIMA HORA. *Ditador renuncia à renúncia*. Rio de Janeiro, 14 ago. 1964, p. 2.

orientar uma rede tão heterogênea de atores sociais. Descontentamento e uma boa dose de anticomunismo, diga-se de passagem. Alguns, como o jornalista Elio Gaspari, chegam a afirmar que a confusão ideológica perdurou pelos 21 anos subsequentes³⁰; já outros, como o historiador Carlos Fico, propõem que se entenda o regime à luz de uma difusa “utopia autoritária”, onde nacional-desenvolvimentismo combinava-se com autoritarismo³¹. Carlos Nelson Coutinho, apoiando-se em Gramsci, acredita que a nova ordem instalada a partir de 1964 no Brasil deve ser compreendida como um bloco histórico amparado por uma ideologia desmobilizadora³².

Ora, as agitações promovidas pelos movimentos sociais no período imediatamente anterior, cada vez mais radicais, assustavam os elementos mais tradicionais da sociedade. Na cidade de Manaus ficaram famosas as paralisações feitas pelo Sindicato dos Trabalhadores do Porto de Manaus, liderados em boa medida pelo estivador Antogildo Pascoal Viana. O desembargador Oyama Ituassu, por exemplo, guardou na memória uma greve geral dos condutores de automóveis nos idos de 1960:

Em certo dia de agosto de 1960 ou 1961, se não me falha a recordação dos tempos, a cidade amanheceu sem transporte: os choferes em greve, o trânsito paralisado, estabelecido o Comando Geral da Greve que se apresentou logo para agir aos modos dos agitadores profissionais, tomando medidas drásticas e eficazes para o sucesso da empreitada. [...] Certa alta autoridade do Estado desfilou em carro aberto pela avenida Eduardo Ribeiro, saudando os grevistas, que o aplaudiram entusiasmamente.³³

Para o desembargador tais greves e paralisações tratavam-se de um elemento nocivo à sociedade, fruto da escravidão ideológica dos líderes sindicais para com o marxismo e o trabalhismo de Coelho e Mestrinho. Ituassu constrói, através de sua memória, um painel caótico:

Houve instantes em que se chegou a temer um choque violento entre forças policiais e as do Exército, motivado pela resistência daquelas à presença de tropas militares para garantia dos que desejavam trabalhar. As greves se sucediam por motivos os mais pueris e justamente nos setores mais

³⁰ GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. As ilusões armadas. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 40.

³¹ FICO, Carlos. *Além do Golpe*: A tomada do poder em 31 de março de 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Record, 2004, p. 74.

³² COUTINHO, Carlos Nelson. Gramsci no Brasil: recepção e usos. In: MORAES, João Quartim (Org.). *História do Marxismo no Brasil: teorias e interpretações*, v. 3. 2ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2007, pp. 185-186.

³³ ITUASSU, Oyama. *O Colonialismo e a escravidão humana*. Manaus: Academia Amazonense de Letras/ Governo do Estado do Amazonas/ Editora Valer, 2007, p. 111.

essenciais à coletividade, sem que as autoridades estaduais obstaculizassem o processo implantado de agitação, ou procurassem solucioná-lo.³⁴

Não é de se admirar que logo após o golpe os primeiros cassados são os líderes sindicais. Antogildo Pascoal Viana muda-se para o Rio de Janeiro. Dias depois, seu corpo aparece estirado perto do prédio do hospital da Previdência Social onde trabalhava. A suspeita recai, como haveria de ser, no suicídio³⁵. O vereador Manoel Rodrigues da Silva, representante dos trabalhadores da construção civil, tem o mandato cassado por ser comunista³⁶. Como nos afirma o gráfico Aviz Valente, as organizações de esquerda como o Partido Comunista Brasileiro tinham um raio de ação reduzido, mas sua força estava em seus ideais nacionalistas que contagiavam mesmo lideranças sindicais não vinculadas ao PCB³⁷.

Tal status talvez explique a maior atenção destinada nos Inquéritos Policial-Militar aos trabalhistas e não aos comunistas. Nos 30 processos iniciais realizados pela Comissão Estadual de Inquéritos (composta por David Melo, Garcetylzo Lago Silva, Pery Nery e Major José Felix Silva, sendo este último seu presidente) em sua maioria encontramos elementos ligados ao governo trabalhista, como Jaime Araújo³⁸. Mesmo magistrados que decidissem em favor dos processados eram atingidos: temos aqui o caso dos juízes Benjamin Brandão e Oswaldo Salignac. A aposentadoria compulsória expedida por Reis após este último conceder habeas corpus a Plínio Coelho gerou uma nova crise em janeiro de 1965. Novamente a solução passou pela “conciliação”: Reis voltou atrás em sua decisão e Salignac aposentou-se voluntariamente³⁹.

Aliás, importante ferramenta a “conciliação”. Seu uso se fez tão necessário para os articuladores da nova ordem quanto à repressão, na tentativa de forjar uma pretensa unidade interna. Com efeito, o receio da instabilidade permitiu que um grupo extremamente radical ascendesse aos canais do poder e iniciasse os “anos de chumbo”. Por isso é salutar compreender a ditadura civil-militar não apenas como um regime sustentado pela repressão política, mas também por uma rede de práticas das quais a conciliação e a cooptação faziam

³⁴ _____. *O Colonialismo e a escravidão humana*. p. 108.

³⁵ ÚLTIMA HORA. *Líder se Mata*. Rio de Janeiro, 9 abr. 1964, p. 2.

³⁶ O JORNAL. *Cassado o Mandato de Manoel Rodrigues da Silva*. Manaus, 25 abr. 1964, p. 1.

³⁷ VALENTE, Aviz. *Confederação Geral dos Trabalhadores do Amazonas: Antecedentes e protagonistas*. Manaus: Travessia, 2005, p. 100.

³⁸ SUMÁRIO DE INQUÉRITOS. Manaus: Imprensa Oficial, 1965, pp. 98-99.

³⁹ JORNAL DO BRASIL. *Reis enfrenta oposição no Amazonas para salvar revolução*. São Paulo, 17 jan. 1965, p. 27.

parte. Quanto a esta última, a relação do governo com a intelectualidade manauara é bem representativa.

Nos anos 60, a renovação artística em Manaus tem nome: Clube da Madrugada. Este movimento, fundado em novembro de 1954 por estudantes e profissionais liberais, visava trazer ao ambiente cultural amazonense os ideais do modernismo. Suas ações pautaram-se em combater o academicismo na pintura e o romantismo na literatura local de então, simbolizada pela Academia Amazonense de Letras.

Na realidade, o movimento era tão heterogêneo ideologicamente que abrigava desde monarquistas convictos como o poeta Luiz Bacellar até comunistas como o músico Pedro Amorim e o Padre Luiz Ruas. Contudo, por defenderem uma arte engajada com a realidade social amazônica já era o suficiente para serem confundidos com “cédula comunista”.

O poeta Jorge Tufic, um dos fundadores do movimento, lembra que nos primeiros momentos de abril de 1964 o Clube da Madrugada foi alvo preferencial dos Inquéritos Policiais Militares⁴⁰. Elson Farias, também poeta, lembra que Arthur Reis “ao assumir o governo, ofereceu-lhes um belo jantar na residência oficial e jamais deixou de estar com os madrugadores [...]”⁴¹. A discussão sobre a perseguição e cooptação do Clube da Madrugada, pontos de vista adotados respectivamente por José Vicente Aguiar⁴² e Márcio Souza⁴³, revela a ambiguidade do projeto político-cultural de Arthur Reis.

Após as cassações e prisões políticas, o novo governador passou a investir na publicação de livros sob o selo Edições do Governo do Amazonas da Imprensa Oficial do Estado e na promoção de concursos literários como o Prêmio Estelita Tapajós. Além disso, através da fusão em 1965 das Faculdades de Direito, Economia, Odontologia e Filosofia realizou o antigo projeto do senador Artur Virgílio Filho de se fundar uma Universidade do Amazonas. No mesmo ano, através do empresário Luiz Maximiano Miranda Corrêa, contrata o cineasta Glauber Rocha para produzir um vídeo promocional para o Estado: *Amazonas, Amazonas* (1966).

⁴⁰ TUFIC, Jorge. *Clube da Madrugada: 30 anos*. Manaus: Imprensa Oficial, 1984, p. 58.

⁴¹ FARIAS, Elson. *Memórias Literárias*. Manaus: Editora Valer/ Uninorte, 2006, p. 108.

⁴² AGUIAR, José Vicente de Souza. *Manaus: Praça, café, colégio e cinema nos anos 50 e 60*. Manaus: Editora Valer/ Governo do Estado do Amazonas, 2002, p. 90.

⁴³ SOUZA, Márcio. *A expressão amazonense*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1977, p. 152.

Seu sucessor e discípulo, o empresário Danilo Mattos Areosa também promoveu uma modernização no Departamento de Imprensa, Propaganda e Turismo do Amazonas (DIPTEA) incentivando, dentre outras coisas, a realização do Festival Norte de Cinema Amador em 1969, responsável pela redescoberta do cineasta Silvino Santos e pela presença dos diretores Joaquim Pedro de Andrade e Rogério Sganzerla, dentre outros. Além disso, em seu governo promoveu-se, em 1967, o Seminário de Revisão Crítica da Cultura do Amazonas, com vistas a criar um órgão adequado para a política cultural local. De tais reuniões nasceria o Conselho Estadual de Cultura e a Fundação Cultural do Amazonas em 1969⁴⁴.

Quando faz seu provocador discurso de posse na Academia Amazonense de Letras, em 1967, Arthur Reis constata que “a política de espírito não foi nunca uma preocupação dos governantes”⁴⁵ e a seguir enumera algumas iniciativas realizadas durante seu governo nesse sentido. Ademais, desde que saíra do poder, já estava participando do recém-criado Conselho Federal de Cultura e estimulando ao lado de intelectuais como Josué Montuello, Ariano Suassuna e Djacir de Menezes a formulação de uma política cultural de abrangência nacional.

O Conselho Federal de Cultura é uma resposta à hegemonia cultural da esquerda. O novo regime, dispondo do auxílio de intelectuais tradicionais como Reis ou Freyre, busca instituir um discurso artístico e científico que preze pela integração nacional e ao mesmo, através de seus novos órgãos, fomenta uma regularização da cultura. Muitos enxergaram nessa última prática um meio de assegurar sua precária condição de artista, ou seja, de profissionalizar seu campo – talvez esta tenha sido a motivação que levou alguns dos “madrugadores” a participar do DIPTEA e do Conselho Estadual de Cultura nos anos 60 e 70.

O que as ruas têm a dizer sobre Reis?

O correspondente especial do Jornal do Brasil em Manaus, José Maria Mayrink, faz uma observação extremamente interessante para repensarmos o governo do historiador amazonense:

Um ponto há, no entanto, que dá margem a críticas e ataque dos adversários: o Professor Artur Reis se tem mostrado, até agora, incapaz de

⁴⁴ FARIAS, Elson. *Memórias Literárias*. pp. 109-111.

⁴⁵ REIS, Arthur C. Ferreira. Elogio a Estelita Tapajós. *Revista da Academia Amazonense de Letras*. Manaus: Tipografia Fênix, jul. 1968, p. 159.

compreender as correntes políticas do Amazonas e de se aproximar do povo, já acostumado a penetrar, sem pedir licença, no Palácio Rio Negro, graças a dez anos de Governo popular dos trabalhistas Gilberto Mestrinho e Plínio Coelho [...]. Essas críticas, feitas sempre nas esquinas, na falta de jornal de Oposição, exploram o passado relembrando os bons tempos dos dois últimos Governadores, “homens que andavam de manga de camisa e percorriam os bairros a pé, conversando com quem deles se aproximava.”⁴⁶

Nesse pequeno fragmento encontramos uma série de pontos cruciais para se pensar a relação deste intelectual com o governo e com a população. Em primeiro lugar, o evidente estranhamento de Reis para com as classes populares. E temos motivos para crer que a recíproca era verdadeira: conversas informais com trabalhadores aposentados que vivenciaram esta época revelam indiferença e mesmo ressentimento para com este nome. Não nos esqueçamos de que boa parte das obras empreendidas por ele na cidade confrontava com os modos de vida da população carente. Como nos tempos da *Belle Époque*, a modernização pedia uma cidade mais racional, em outras palavras, melhor preparada para atender o capital industrial.

Afinal, a Zona Franca de Manaus ainda estava em discussão naquele momento. Sua implantação seria executada apenas em 1967, depois de devidamente reformulada como projeto que conjugasse a expansão industrial e agropecuária tal como previa a Operação Amazônia⁴⁷. Para assegurar a instalação do polo industrial seria preciso redimensionar a cidade e aperfeiçoar a máquina administrativa. Nesse último quesito, podemos citar os cursos oferecidos por economistas e administradores da Fundação Getúlio Vargas, convidados pelo próprio governador, e o fortalecimento do Departamento de Administração do Serviço Público (DASP) como essenciais na tentativa de racionalização burocrática. Quanto ao aspecto logístico, uma série de obras foi executada por Arthur Reis como a modernização do Porto de Manaus.

A destruição, em 1965, da Cidade Flutuante – espécie de apêndice fluvial de Manaus para onde afluíam famílias de trabalhadores vindas do interior e de outros estados desde 1920 – foi encetada por ele. Os moradores foram realocados para conjuntos habitacionais no Bairro

⁴⁶ MAYRINK, José Maria. Reis enfrenta oposição no Amazonas para salvar revolução. *Jornal do Brasil*: São Paulo, 17 jan. 1965, p. 27.

⁴⁷ Importante lembrar que o projeto da Zona Franca quando fora proposto pelo deputado estadual Francisco Pereira da Silva em 1957 basicamente dizia respeito a um entreposto comercial. Fora definido como projeto de expansão industrial já em 1960 e entre 1964 e 1967 passa a integrar parte da Operação Amazônia, projeto nacional-desenvolvimentista do regime que pretendia incentivar a ocupação do espaço amazônico com vistas a protegê-lo de possíveis ameaças externas.

da Paz e da Raiz. Aliás, por mais que os conjuntos habitacionais tenham proliferado, será as invasões a forma de ocupação do espaço urbano por excelência nos anos posteriores.

Desde 1957, o Festival Folclórico de Manaus era realizado na Praça General Osório. O evento junino reunia as quadrilhas de boi bumbá, dentre outros folguedos, de todos os bairros da cidade para competição. Cada bairro treinava o ano inteiro suas apresentações. Não tardou para que os governadores enxergassem nesse evento de amplo alcance popular a oportunidade para se promoverem. Gilberto Mestrinho, por exemplo, fazia chegadas apoteóticas ao palanque improvisado no local. Mas depois de 1964 essa grande festa popular foi definhando. Principalmente após a perda da Praça General Osório, encampada pelo Colégio Militar em 1970⁴⁸. Eis o cotidiano sendo invadido pela ditadura civil-militar, sendo o espaço de moradia e de lazer desarticulado.

Desarticulação não significa destruição. É preciso ter isto em mente para que não tenhamos uma compreensão unilateral desse processo. O sociólogo José de Souza Martins ao abordar o impacto do capitalismo na Amazônia nos traz uma importante contribuição para compreender não apenas a questão econômica e fundiária, mas também cultural.

Há uma reciprocidade de consequências, o que não quer dizer equidade. Os grupos vitimados por esses programas lançam neles contradições, tensões, desafios. A partir do momento em que essa interferência se dá, ela não se efetiva apenas através da coisa física, que é a barragem, o lago ou rodovia. Os projetos se materializam em obras que se apresentam diante de indígenas e camponeses através de pessoas diferentes e de relações sociais novas. Mesmo velhas relações sociais são substancialmente alteradas, embora mantenham a forma exterior. [...] Indígenas e camponeses não ficam fora dessas relações. São por elas envolvidos de algum modo, geralmente numa relação de alteridade.⁴⁹

A defesa da alteridade feita pelo pesquisador é o reconhecimento de indígenas e camponeses como sujeitos históricos. Não é por menos que Martins ampara-se nos estudos de Edward Thompson, grande defensor da recuperação da experiência como categoria analítica para a História. Significa dizer também que os trabalhadores de Manaus também condicionaram os projetos urbanísticos, econômicos e políticos previstos pelo golpe que se pretendia “revolução”.

⁴⁸ OLIVEIRA, José Aldemir. *Manaus de 1920-1967*. p. 153.

⁴⁹ MARTINS, José de Souza. A chegada do estranho (nota e reflexões sobre o impacto dos grandes projetos econômicos nas populações indígenas e camponesas da Amazônia). In. HEBETE, Jean (Org.). *O cerco está se fechando: O impacto do grande capital na Amazônia*. Petrópolis: Editora Vozes/ NAEA/ Fase, 1991, p. 18.

Perceba que as ruas são consideradas pelo articulista como um espaço alternativo para a política, uma vez que os meios tradicionais como os jornais ou as tribunas encontravam-se obstados. A resistência perdura, ainda que de forma dispersa. O poeta e jornalista Aldísio Filgueiras em depoimento apresenta a luta contra o poder em Manaus como uma batalha cheia de limitações:

Porque Manaus era um ovo! O Serviço Nacional de Informações sabia da gente, mais do que a gente sabia da gente. E todo mundo se conhecia e de repente o nome da gente estava dentro de uma redação de jornal. “*Tem o fulano, tem o sicrano*”. [...] Agora a sociedade amazonense rendeu-se muito fácil à ditadura militar, rendeu-se muito fácil. Tanto que era fácil controlar. Mesmo a rebeldia da gente, do ponto de vista político, era muito bem controlada. Hoje eu sei disso. Era muito bem controlada. Eles faziam uma manifestação à noite, clandestina, só faltava sair como manchete no jornal. Porque todo mundo sabia quem era o cara! Parece que o DNA ficava ali, fulano de tal.⁵⁰

Filgueiras, um dos líderes das manifestações estudantis do Colégio Estadual D. Pedro II durante os anos 50 e 60, dimensiona como ampla a aceitação do novo regime em terras manauaras. Mas é preciso problematizar: de que “sociedade amazonense” estamos falando? Seria a elite comercial e urbana, confiante de que suas aspirações econômicas seriam finalmente atendidas pelo nacional-desenvolvimentismo da ditadura? Ou seria a classe média, órfã de um projeto político que lhe sustentou tal como o trabalhismo local lhe sustentou? Talvez os segmentos populares, convencidos de que o capitalismo industrial que a Zona Franca atrairia sanasse sua precária condição de vida?

O poeta fala em termos de uma resistência aberta, mas há também uma resistência implícita que muitos confundem com mudez. O descontentamento das ruas em relação ao custo de vida já fora apontado por José Mayrink em outra ocasião como “termômetro da Revolução” no Norte e Nordeste⁵¹. Nesse sentido, encontramos no editorial do jornal *A Crítica* um apelo desesperado:

NÃO SE pode mais desconhecer a dramática situação que aflige a população de Manaus ante o vertiginoso aumento do custo da vida, levando uma coletividade inteira às portas da fome. [...] Uma ligeira análise do descontrole nos preços dos gêneros essenciais a alimentação do povo aponta alta diária, sem uma justificativa honesta.⁵²

⁵⁰ FILGUEIRAS, Aldísio Gomes. *Aldísio Gomes Filgueiras*: depoimento [30 jul. 2012]. Entrevistadores: Francisca A. F. da Silva, Maurílio F. Sayão e Vinícius A. do Amaral. Manaus: Amazonas em Tempo (sede), 2012.

⁵¹ MAYRINK, José Maria. Norte e Nordeste esperam a reforma eleitoral para pensar nas eleições. *Jornal do Brasil*. São Paulo, 31 jan. 1965, p. 4.

⁵² A CRÍTICA. *Momento oportuno*. Manaus, 30 jul. 1964, p. 3.

O apelo ao governo estadual é de que pressione a Superintendência Nacional de Abastecimento (SUNAB) para abaixar o preço da carne verde e normatizar o seu fornecimento – sendo que ambas as medidas dependiam de enfrentar o monopólio dos grandes donos de cabeça de gado dos pastos de Rio Branco e de vencer as enchentes dos rios que dificultavam seu transporte. O governador promete investir no setor agrícola, avicultor e frigorífico, mas tal situação perduraria até a segunda metade dos anos 70⁵³.

Enquanto as obras de modernização da cidade focam em boa medida no centro (tal como o projeto urbanístico de Gilberto Mestrinho em 1960, “Novo Amazonas”), os demais bairros clamam para que os serviços urbanos sejam direcionados até eles também.

BAIRROS ABANDONADOS

Moradores dos bairros de Petrópolis e Raiz estão sob a contingência de venderem suas casas, procurando outros bairros para morar em virtude das dificuldades que enfrentam sem água, luz e com as ruas repletas de buracos, impossibilitando o tráfego de veículos. Isso foi o que nos disse uma comissão vinda à nossa redação⁵⁴.

O abandono pelo poder público resulta muitas vezes não apenas de indiferença, mas de rancor. Vejamos o caso do bairro de Santa Luzia, importante reduto eleitoral trabalhista, que na década de 1970 não recebeu qualquer ajuda do prefeito Paulo Pinto Nery. “De acordo com o testemunho dos moradores mais velhos, o prefeito nada fazia pelo mesmo porque estava se vingando da ‘desfeita’ da população em seu comício na eleição de 1962, na praçinha, ocasião em que levou uma ‘chuva’ de pedras e ovos”⁵⁵.

Evidente que muitos destes problemas já existiam antes da ditadura civil-militar – alguns foram até parcialmente sanados nos anos 60, como a instalação da rede elétrica – mas a partir de 1964 eles tomam outra tônica. Afinal, a falta de eletricidade e saneamento básico e o preço alto da carne são reclamações antigas que ao unirem-se com o arrocho salarial e a intervenção nos sindicatos produzem um caldeirão de insatisfação que não explode necessariamente em protestos organizados.

A marginalização e a precarização do trabalho, da moradia, do lazer, em suma do cotidiano popular já era uma realidade pela qual estes homens e mulheres estavam familiarizados. Basta lembrar a poderosa segregação urbana que a reconfiguração da cidade

⁵³ A CRÍTICA. *Na meta do Governo: Abastecimento à população*. Manaus, 06 jul. 1964, p. 1.

⁵⁴ A CRÍTICA. *Sim e Não*. Manaus, 21 jan. 1965, p. 3.

⁵⁵ FIGUEIREDO, Aguinaldo Nascimento. *Santa Luzia: História e memória do povo do Emboca*. Manaus: Edições Muiraquitã, 2008, p. 31.

pelo *boom* da borracha operou no começo do século. Mesmo tal processo foi burlado por meio de táticas as mais diversas, como aponta o estudo de Francisca Deusa Costa⁵⁶.

Não é difícil entender, portanto, a comparação com o período anterior, onde a política parecia muito mais próxima dessas classes marginalizadas. Inegável que tanto Coelho quanto Mestrinho excursionavam mais o cotidiano dos trabalhadores que os governadores que se seguiram. A força dessas relações, que ultrapassam o assistencialismo, perdura mesmo depois de tantas cassações e intervenções nos sindicatos, afinal lá estão os trabalhadores exigindo melhores condições de vida não só nas redações dos jornais, mas também no próprio Palácio Rio Negro.

Por isso, encontramos um posto todo seu para Gilberto Mestrinho na memória popular enquanto o mesmo não pode ser dito de Arthur Reis. Ora, trata-se aqui de uma recusa ao passado, como nos diz Jean Chesneaux, de um passado em que as classes populares não se reconhecem tamanho é o descompasso entre as ações do poder e os anseios de transformação social⁵⁷.

Aqui um adendo se faz necessário: ao contrário do que a memória popular pode sugerir, a truculência política e a marginalização espacial não foram exclusividades do regime civil-militar. Pode-se ter a impressão de que antes do golpe de 1964 era realmente tal como a pintara o desembargador e sociólogo André Araújo: “Em Manaus habita um povo alegre. Não foi sem motivo que o escritor Raul de Azevedo cognominara Manaus de ‘Cidade Risonha’. É que ria a cidade, ria com o seu povo”⁵⁸. Longe disso. Segundo Aviz Valente, na época representante dos gráficos e membro da Confederação Geral dos Trabalhadores do Amazonas, o pioneiro do trabalhismo no Amazonas “[...] revelou-se no segundo mandato a antítese do Plínio Coelho do primeiro governo. Nas greves por melhores salários, ia às rádios sofismar e ameaçar sindicalistas e trabalhadores em greves”⁵⁹.

Quanto ao historiador-governador, por mais que tenha considerado em seus livros – especialmente em *Como Governei o Amazonas* (1967) – a experiência como positiva, por ter

⁵⁶ COSTA, Francisca Deusa Sena. *Quando Viver Ameaça a Ordem Urbana: Trabalhadores urbanos em Manaus (1890-1915)*. Dissertação (Mestrado em História) – Pontífice Universidade Católica de São Paulo, 1997. 120 fls.

⁵⁷ CHESNEAUX, Jean. *Devemos Fazer Tábula Rasa do Passado?* Trad. Marcos A. Silva. São Paulo: Editora Ática, 1995, p. 38.

⁵⁸ ARAÚJO, André. *Sociologia de Manaus: Aspectos de sua aculturação*. Manaus: Fundação Cultural do Amazonas, 1974, p. 265.

⁵⁹ VALENTE, Aviz. *Confederação Geral dos Trabalhadores do Amazonas*, p. 123.

contribuído com o desenvolvimento da Amazônia ao abrir caminho para a introdução do capitalismo industrial em Manaus e por ter sido um dos primeiros governantes a ensaiar uma política cultural para o Estado, teve sua imagem desgastada por conta das inúmeras atribuições de seu mandato, principalmente por conta da repercussão nacional de suas contendas com o Legislativo e o Judiciário.

Se sua imagem de homem público sofreu um abalo, o mesmo não se pode dizer de sua carreira enquanto intelectual. Basta lembrar que por muitos anos Arthur Reis ainda seria considerado o “Heródoto caboclo”, principalmente na região Sudeste onde o desconhecimento parcial da historiografia sobre a Amazônia permitia que sua obra fosse identificada com uma narrativa fundadora. O próprio historiador, ao assumir a missão de defender o conhecimento sobre a Amazônia nos centros culturais nacionais, contribuía para a consolidação dessa percepção.

Considerações finais

Há certa coerência entre as considerações historiográficas de Arthur Reis e as medidas tomadas em seu governo. Reis defende o projeto civilizador de outrora e participa da execução de outro naquele momento. Projeto esse que também contemplava a esfera cultural, uma vez que em seu entendimento o grande sucesso da experiência portuguesa resultou da conjunção entre conhecimento e ação. O desenvolvimento cultural que o historiador perseguia coincidia perfeitamente com a necessidade de legitimidade intelectual que o novo regime buscava.

Aliás, Arthur Reis estava muito bem sintonizado com a ditadura civil-militar: não eram só seu rascunho de política cultural – que adquiriu contornos mais definidos após assumir a presidência do Conselho Federal de Cultura entre 1969 e 1972 – e sua defesa da modernização conservadora que coincidia com as pretensões do novo regime, mas também à ânsia punitiva para com velhas mágoas políticas. As redações de jornais empastelados, os desembargadores aposentados compulsoriamente e os políticos cassados que o digam.

Há uma dupla autoridade que Arthur Reis se atribui: a primeira, enquanto profundo conhecedor e, por consequência, defensor da Amazônia, assemelha-se ao papel que o perito

assume na sociedade contemporânea segundo Michel de Certeau⁶⁰; a segunda, diz respeito ao poder de fato lhe outorgado pelo novo regime e justificado, a seu ver, pela sua longa folha corrida enquanto administrador. Seja como intelectual respeitado, estadista modernizador ou figura de proa do autoritarismo baré, Arthur Reis tem um lugar garantido na memória política e intelectual de Manaus. Contudo, o mesmo não se pode dizer em relação á memória popular. Porém, mesmo o silêncio das ruas sobre Reis já diz muito.

Acreditamos que o caso aqui analisado nos faz pensar não apenas nas inúmeras possibilidades de pesquisa sobre a ditadura civil-militar em Manaus, mas também nas próprias imbricações políticas que envolvem a escrita da história. Como diria Jean Chesneaux, a história é uma prática social e coletiva. Walter Benjamin, ao dizer que a história é um tempo saturado de agoras, chama a atenção para a enriquecedora dialética entre passado e presente na prática historiográfica⁶¹.

Ora, vivemos um momento em que a investigação sobre períodos obscuros de nossa história tomaram uma amplidão inesperada. Principalmente após a formação da Comissão Nacional da Verdade, em 2012. No entanto, acreditamos que tal empreitada carrega não só um imperativo ético, mas também social, justamente pela luz que lança sobre problemas sociais que ainda nos afetam – tais como a corrupção, a questão indígena, a reforma agrária, a qualidade de vida nos centros urbanos, dentre outros.

Mesmo um intelectual tradicionalista e conservador como Arthur Reis já sabia do imenso potencial transformador do conhecimento histórico. Claro que se nós, historiadores, queremos trabalhar para um projeto de transformação social menos desigual devemos nos dispor, diferentemente de Reis, a, também, dialogar com as ruas.

Recebido em: 01/12/2013

Aprovado em: 24/01/2014

⁶⁰ CERTEAU, Michel de. *Invenção do Cotidiano: Artes de fazer*. Rev. Luce Giard. Trad. Ephraim Alves. Vol. 1. 9ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1998, p. 64.

⁶¹ BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política*. Ensaios sobre literatura e história cultural. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. 7ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 224.

Viajantes, olhares e paisagens no Brasil Setentrional (1800 – 1840)

Antonio José Alves de Oliveira
Mestrando em História
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
aj_alvoliveira@yahoo.com.br

RESUMO: O artigo tem por objetivo discutir a ideia de paisagem e sua construção a partir do olhar dos viajantes. Almeja-se ainda discutir a constituição das representações nas narrativas de viagem a partir de três diferentes viajantes. João da Silva Feijó, sargento-mor e naturalista encarregado pela Coroa lusitana das investigações filosóficas na Capitania do Ceará, além da descrição e inventário de objetos de História Natural; Henry Koster, comerciante britânico que se instalou em Pernambuco nas primeiras décadas do século XIX e manteve estreitas relações com escritores românticos britânicos; e ainda, o naturalista escocês George Gardner, da Sociedade Filosófica de Glasgow e do *Botanic Gardens of Kew*. As viagens efetuadas nas Capitânicas do Norte do Brasil entre 1800 e 1840 se prestavam a diferentes objetivos e instituições, assim, mesmo atravessando os mesmos espaços, as narrativas e representações das populações, dos lugares e a constituição das paisagens através dos olhares dos três naturalistas aparecem de forma diversa, transparecendo o campo de tensão que se inscreve entre o âmbito coletivo das representações e as marcas individuais que emergem nas narrativas.

PALAVRAS-CHAVE: Paisagens, Representações, Viajantes.

ABSTRACT: This article aims to discuss the idea of landscape and its construction through the eyes of the travelers. Still, aims discuss the constitution of the representations in the travel narratives, from three different travellers. João da Silva Feijó, sergeant and naturalist in charged for the lusitanic Crown for the philosophical investigations in the Captaincy of Ceará, besides, he was responsible to make the description and inventory of the objects of Natural History; Henry Koster, Britannic merchant who lived in Pernambuco in the early nineteenth century and kept relationships with Britannic romantic writers; and still, the Scottish naturalist George Gardner, from the Philosophical Society of Glasgow and from the Botanic Gardens of Kew. Their travels, in the captaincies of North Brazil between 1800 and 1840, were made by service of different institutions and had distinct aims, so, even trespassing the same spaces, their narratives and representations of the populations, places and the constitution of the landscapes through their eyes appear in different ways, reveal the tension field between the collective ambit of the representations and the individuals traces, that emerge in their narratives.

KEYWORDS: Landscapes, Representations, Travellers.

O mito de todas as viagens:
a experiência do viajante que se perde em terra estranha
e procura encontrar referências que indiquem
o caminho de casa, os sinais da identidade.¹

Em fins do século XVIII, a Coroa lusitana foi despertada para prospecção e perscrutação de áreas periféricas e remotas do Império. Principalmente após as reformas nas instituições científicas e educacionais do reino, notadamente a Universidade de Coimbra (1772), a criação da Academia de Ciências de Lisboa (1779), e ainda o alargamento das funções do Real Jardim Botânico da Ajuda, que passou a agregar as funções de Laboratório Químico, Museu de História Natural e Casa do Risco². A Coroa lusitana, então, passou a patrocinar o que se convencionou chamar de “viagens filosóficas”, nas quais os recém-formados na Universidade de Coimbra foram incumbidos da descrição e prospecção de recursos naturais a serem explorados. Importante salientar que se tratava de um período crítico, política e economicamente para o Império, onde os recursos auríferos das regiões mineradoras já demonstravam séria decadência e os tratados comerciais com a Inglaterra se mostravam cada vez menos favoráveis.

As “viagens filosóficas”, portanto, correspondiam às viagens empreendidas por “ilustrados” luso-brasileiros, responsáveis pela produção de inventários sobre as riquezas e potencialidades na extensão do Império colonial lusitano. Tais viajantes eram ainda responsáveis pela elaboração de descrições físicas, corográficas e políticas das regiões distantes pertencentes à Coroa. Por outro lado, os projetos de exploração voltados para as colônias representavam uma perspectiva de avanço em relação ao pensamento científico em Portugal. Ancorando-se nos conhecimentos da História Natural e seguindo as orientações do paduano

¹ BELLUZZO, Ana Maria. A propósito do Brasil dos viajantes. *Revista USP*, São Paulo (30). Junho/agosto de 1996, p. 11.

² Fundado em 1768, o Real Jardim Botânico da Ajuda ganha o seu sentido mais científico e utilitário a partir de 1777, com a chegada dos primeiros naturalistas recém-formados na Universidade de Coimbra “para aí receberem treino profissional para as missões filosóficas ultramarinas”. BRIGOLA, João Carlos. Domenico Agostino Vandelli – um naturalista italiano a serviço de Portugal e do Brasil. In: CAMARGO-MORO, Fernanda & NORONHA, Andréa (org.) *O Gabinete de Curiosidades de Domenico Vandelli*. Coleção da Fundação BNP Paribas. Rio de Janeiro: DANTES Editora, 2008, p. 43.

Domenico Vandelli³ alimentava-se a expectativa de perscrutação das maravilhas do mundo natural das colônias na América e na África.

Da mesma forma, nas primeiras décadas do século XIX, um grande número de viajantes estrangeiros também percorriam os recônditos do Brasil. Beneficiados pela transferência da Corte portuguesa e pela abertura dos portos às nações amigas, tais exploradores se fizeram presentes nos campos, vilas e cidades brasileiras. Dentre eles, cientistas naturais com parafernálias e acessórios para a investigação e classificação do mundo natural. Comerciantes atentos às oportunidades mercantis que poderiam surgir. E ainda, observadores em trânsito empreendendo sua própria viagem de formação⁴. Categoricamente, cada um possuindo uma forma distinta de apreender e constituir a paisagem em seu entorno. No entanto, a abundância e a justaposição de olhares multifacetados embaralham uma análise simplista e direta.

Na análise que se segue empreenderemos uma discussão envolvendo as representações e o olhar de três diferentes viajantes na descrição/elaboração de paisagens no Brasil Setentrional, em especial em relação à Capitania/Província do Ceará nas primeiras décadas do século XIX. João da Silva Feijó, que esteve presente na Capitania entre 1799 e 1816 a serviço da Coroa lusitana no empreendimento das viagens filosóficas, era o responsável pelo mapeamento e descrição das potencialidades a serem exploradas nas franjas do Império colonial. Henry Koster, comerciante inglês que percorreu a Capitania em 1810, atravessou as Capitanias do Norte como um curioso, estranhando as terras e os costumes locais. Por fim, George Gardner, o naturalista escocês que em sua apropriação do mundo natural estava

³ Domenico Vandelli (1735-1816), nascido em Pádua, na península itálica, viveu em Portugal entre 1764 e 1810, foi uma das pessoas mais influentes na transformação do pensamento social e científico em Portugal na segunda metade do século XVIII. Participou ativamente das Reformas da Universidade de Coimbra em 1772 e ao lado do Ministro de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos, Martinho de Mello e Castro, enviou naturalistas às mais distantes paragens do Império Colonial Português. CAMARGO-MORO, Fernanda & NORONHA, Andréa (org.) *O Gabinete de Curiosidades de Domenico Vandelli*. Coleção da Fundação BNP Paribas. Rio de Janeiro: DANTES Editora, 2008.

⁴ Viagem ilustrada, viagem de formação e aprendizado pessoal a qual os alemães nomeavam *Bildung*. Flora Süssekind em “*O Brasil não é longe daqui*” explicita que a própria elite brasileira das décadas de 1830 e 1840 atribuía grande valor à formação pessoal através da viagem que, no entanto, de acordo com a autora, possuía também outra função, o interesse na formação da nacionalidade: “A alta conta em que se tinha então no país a viagem na formação individual não é difícil imaginar em que se baseava. Em certa concepção ilustrada de aprendizado, de viagem. No elogio de Rousseau ao exame pessoal e intransferível, ao contato estreito com a natureza, ao ir ver as coisas com os próprios pés e direto 'onde estão', exatamente 'como são'. Ou como sugere no Emílio: 'Quereis ensinar-lhe geografia e ides procurar globos, esferas, mapas: quanta estória! Por que todas essas representações? Por que não começais mostrando-lhe o próprio objeto, a fim de que ele saiba, ao menos de que falais?'”. SÜSSEKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui: o narrador, a viagem*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 77.

dividido entre o conhecimento científico e a apreensão romântica, esteve no Brasil entre 1836 e 1841 a serviço de William Jackson Hooker, da Sociedade Filosófica de Glasgow e do Jardim Botânico Real de Kew⁵.

O que os três viajantes possuíam em comum era um profundo estranhamento quanto às gentes, os costumes e o mundo natural encontrados e descritos. Feijó, embora tenha permanecido muito tempo na Capitania, se constituiu como um estrangeiro no Ceará, estrangeirismo evidenciado nos estranhamentos e nas inúmeras intrigas nas quais se envolveu com diferentes indivíduos. Koster, embora transformado de tal forma pelos muitos anos que permaneceu no Brasil Setentrional, chegando a ser conhecido entre os moradores locais como o Sr. Henrique da Costa, fez questão de evidenciar suas diferenças quanto às gentes e aos costumes, desejando ser o “primeiro homem civilizado que fizesse a jornada de Pernambuco à Lima”⁶. George Gardner, embora estudioso dos costumes e do mundo natural do Brasil, possivelmente pelos inúmeros relatos e narrativas que circulavam na Europa nessas primeiras décadas, evidenciou seu choque e profundo estranhamento quando aportou em terras brasileiras, o qual sintetizou em um poema de Childe Harold:

But whose entereth within this town
That, sheening far, celestial seems to be,
Disconsolate will wander up and down,
Mid many things unsightly to strange;
For hut and palace show like filthily:
The dingy citizens are reared in dirt.⁷

Então, cabe questionar por quais meios e de que forma esse olhar distante e estrangeiro elaborou e construiu as paisagens “naturais” e humanas da Capitania nessas primeiras décadas do século XIX. Paisagem, no entanto, aqui passa a ser entendida não como um dado da natureza, ou como o mundo natural por si próprio, descrito objetivamente. O narrador, em suas figurações, deixou presente suas marcas naquilo que narrou, assim como o olhar do viajante possuiu diferentes direcionamentos, focos de atenção. A apreensão do que seria belo e sublime varia de acordo com o observador. Paisagens múltiplas, paisagens do olhar que põem em evidência uma tensão. Tensão esta que reside entre o olhar inquiridor, a

⁵ GARDNER, George. *Viagem ao interior do Brasil*: principalmente nas províncias do norte e nos distritos do ouro e do diamante durante os anos de 1836-1841. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1975.

⁶ KOSTER, Henry. *Travels in Brazil*. London: Longman, Hurst, Rees, Orme and Brown, 1816, p. 143.

⁷ “Mas para aqueles que adentram essa cidade / Que resplandecente à distância, celestial parece ser / Desconsolado caminhará acima e abaixo / em meio a tantas coisas agressivas ao estrangeiro; / Tanto a cabana quanto o palácio parecem imundos: / Os sujos cidadãos levantam-se em meio à imundície”. GARDNER, George. *Travels in the interior of Brazil principally through the northern provinces and the the gold and diamond districts, during the years 1836 – 1841*. London: Reeve, Brothers, King William Street, Strand, 1846, p. 05. Tradução do autor.

subjetividade do observador e o suporte objetivo, o mundo natural e as gentes observadas⁸.

No entanto, antes de interrogarmos tais olhares, representações e configurações da paisagem, cabe uma pequena digressão acerca dos viajantes e das narrativas de viagens. Em livro recente sobre as representações das populações humanas e mais particularmente sobre a representação dos escravos no Rio de Janeiro nas primeiras décadas do século XIX, a historiadora Eneida Sela busca investigar a partir de quais parâmetros e cânones científicos e literários eram guiados os olhares dos viajantes. Sela atenta para os paradigmas científicos e estéticos “que informaram o modo como homens e mulheres estrangeiros olharam e julgaram parte da humanidade que tinham diante de si.”⁹

Para a historiadora, o importante é atentar para as “vigas intelectuais” que estariam subjacentes às narrativas e às representações das sociedades. Perceber a partir de que parâmetros falam, os filtros que tingem suas descrições, assim como os valores e os conceitos que trazem em suas “bagagens culturais”, os códigos e as referências que se utilizam nos seus modos de observar e relatar.

Por outro lado, Luciana de Lima Martins, em instigante investigação acerca da historicidade e das vicissitudes dos olhares dos viajantes britânicos que percorreram e representaram o Rio de Janeiro na primeira metade do século XIX, nos alerta sobre outros aspectos das representações e das experiências desses viajantes. A autora busca historicizar o observador europeu das primeiras décadas do século XIX, caracterizando-o como observador moderno ou “observador em trânsito” que teria atravessado um momento de grande ruptura nas tecnologias visuais e nos próprios modos de ver¹⁰.

Ao mesmo tempo, esse “observador em trânsito” experimenta fortes transformações

⁸ Para uma discussão da tensão entre “instituição mental da realidade e a constituição material dos objetos na constituição das paisagens”. Verificar BERQUE, Augustin. *Cinq Propositions pour une théorie du paysage*. Seyssel: Champ Vallon, 1994, p. 05.

⁹ SELA, Eneida Maria Mercadante. *Modos de ser, modos de ver: Viajantes europeus e escravos africanos no Rio de Janeiro (1808 – 1850)*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2008, p. 29.

¹⁰ A ruptura que trata a autora diz respeito principalmente a uma mudança epistemológica no modo de ver. Nos séculos XVII e XVIII, o naturalista exporia as coisas em quadro. Os modos de ver e representar o mundo natural passavam predominantemente pela perspectiva da “câmara escura”, que transformava o mundo exterior em um campo ordenado, observável a partir de uma posição fixa, preestabelecida e estável. Nas primeiras décadas do século XIX, para Martins, “o confinamento simbólico da câmara escura não atenderia às novas demandas de um observador mais móvel, útil, produtivo, que precisa se adequar às novas disciplinas do corpo e à vasta proliferação de signos igualmente móveis e permutáveis”. MARTINS, Luciana de Lima. *O Rio de Janeiro dos viajantes: o olhar britânico (1800-1850)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, p. 44.

no âmbito das representações paisagísticas, com a emergência e transformações no campo científico impulsionado por um novo modo de ver o mundo natural, atentando para a composição geológica, botânica e geográfica. Ainda assim, Martins insiste no sentido cultural da transformação do mundo natural em paisagem pelo observador, percebendo que é este quem “emoldura a vista, seleciona, ilumina ou sombreia os elementos que a compõe, conferindo-lhe sentido.”¹¹

Dessa forma, Martins atenta principalmente para a natureza inextricavelmente cultural da paisagem. O sujeito observador e o objeto observado constituindo-se mutuamente. Cultura, nesse sentido, passa a ser entendida

não apenas como produtos das atividades humanas, que dão forma às diferentes partes do globo terrestre, mas como processos cotidianos de atribuir sentido à situação humana propriamente dita; situação essa de seres humanos em constante diálogo com seus pares e consigo mesmos. A inescapável ambivalência da representação geográfica, que nunca é apenas cópia fiel do que está sendo representado.¹²

Quanto às Capitânicas/Províncias do Norte e mais especificamente à Capitania/Província do Ceará, ao longo das quatro décadas perscrutadas pelos diferentes olhares aqui analisados, sofrem, evidentemente, profundas transformações.

No que concerne à Capitania do Ceará, politicamente, nos primeiros meses de 1799 foi elevada a Capitania autônoma em relação à Capitania Geral de Pernambuco. O então Capitão-mor que a governava com vínculos com Pernambuco foi substituído por um Governador-Geral, o português Bernardo Manoel de Vasconcelos, que buscou de forma mais incisiva mapear e explorar o interior da Capitania atentando para as potencialidades a serem exploradas. Economicamente, nos primeiros anos como Capitania autônoma se empreendeu a navegação direta com o Reino, intento da pequena elite local de aumentar suas rendas e as rendas do Erário da Capitania. Além disso, nessas primeiras décadas almejou-se ainda o desenvolvimento do comércio e o incremento da agricultura ancorada principalmente na produção algodoeira¹³.

¹¹ MARTINS, Luciana de Lima. *O Rio de Janeiro dos viajantes: o olhar britânico (1800-1850)*, p. 16.

¹² GOODY, Jack *apud* MARTINS, Luciana de Lima. *O Rio de Janeiro dos viajantes: o olhar britânico (1800-1850)*, p. 17.

¹³ PINHEIRO, Francisco José. *Notas sobre a Formação social do Ceará (1680-1820)*. Fortaleza: Fundação Ana Lima, 2008.

João da Silva Feijó (1799-1816)

João da Silva Feijó nasceu por volta de 1760 na Capitania do Rio de Janeiro. De família com notáveis recursos¹⁴, viajou em fins da década de 1770 para complementar seus estudos em Portugal, onde estabeleceu contato com a Universidade de Coimbra¹⁵ e com Domenico Vandelli, diretor do Museu Real da Ajuda. Na década de 1780 foi enviado para as ilhas de Cabo Verde, onde permaneceu por aproximadamente 10 anos. Entre 1799 e 1816, esteve a serviço da Coroa portuguesa na Capitania do Ceará, sobre a qual escreveu três memórias filosóficas, além de deixar uma copiosa correspondência direcionada para diferentes autoridades do reino e da Capitania.

Embora não sendo o primeiro naturalista¹⁶ a serviço da Coroa lusitana nos recônditos da Capitania, Feijó comportou-se como o “eterno-adão” do conto de Júlio Verne e descrito por Flora Süssekind:

No caso de terras recém-descobertas, lugares ainda sem nome, o sujeito, ‘eterno Adão’, de fato não pertence a elas, mas caberia a ele dar a partida para a inscrição de tais locais no mundo dos brancos, dos mapas, do tempo histórico. Sua chegada marcaria a origem dessas ilhas aos olhos do Ocidente e sua mudança de um estado de pura natureza para uma corrida em direção ao que este viajante entendesse por civilização, semente a ser lançada por ele nessa terra que crê, paradisíaca ou infernalmente, em branco.¹⁷

Parece mesmo ser esse movimento ao encontro da “civilização” e no “mundo dos brancos”¹⁸ o que se pretendeu para a Capitania do Ceará nessas primeiras décadas do século XIX. Sua ocupação e colonização por parte de contingentes portugueses havia sido bastante tardia. Somente em fins do século XVII e início do século XVIII com o avanço da atividade

¹⁴ Seu pai, o alferes e mais tarde, capitão João Batista Feijó possuía sesmarias em Guaratiba, na Capitania do Rio de Janeiro, e posteriormente, no período dos embates com a Coroa espanhola no Brasil Meridional, apareceu como beneficiário de mais sesmarias no rio das Tainhas e na Serra do Viamão no Continente de São Pedro. Verificar NOBRE, Geraldo da Silva. *João da Silva Feijó: um naturalista na Capitania do Ceará*. Fortaleza: GRECEL, 1978, p. 14.

¹⁵ Não há evidências suficientes que fazem tomar como certeza o fato de Silva Feijó ter estudado na Universidade de Coimbra. A crer na biografia elaborada por Geraldo da Silva Nobre, Feijó teria cursado a Academia Militar de Lisboa e por seus conhecimentos em História Natural se aproximado de Vandelli assim como da Universidade de Coimbra. NOBRE, Geraldo Silva. *João da Silva Feijó: um naturalista no Ceará*. Fortaleza: Grecel, 1978.

¹⁶ No último quartel do século XVIII, outros homens a serviço da Coroa portuguesa percorreram os recônditos da Capitania do Ceará sob a égide das ciências naturais, como o naturalista João Machado Gaio, que fez investigações na Serra de Ibiapaba no extremo oeste da Capitania, e ainda o ouvidor Manuel Magalhães Pinto e Avellar de Barbedo, que em várias de suas relações descritivas afirmava-se como um discípulo de Domenico Vandelli.

¹⁷ SÜSSEKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui: o narrador, a viagem*, p. 13.

¹⁸ _____. *O Brasil não é longe daqui: o narrador, a viagem*, p. 13.

pecuária no vale do rio Jaguaribe e a distribuição de sesmarias e patentes militares é que a Coroa lusitana conseguiu “territorializar” seu poder nos sertões da Capitania¹⁹.

Assim, a Capitania do Ceará, ao longo do século XVIII, tida como esquecida e “a mais desprezada de todas as Capitânicas brasileiras”²⁰, nas primeiras décadas do século XIX, tornou-se autônoma em relação a Pernambuco e começou a pleitear o direito de navegação direta para o reino. Houve certa volúpia em Feijó e nos administradores recém-instituídos de inscrever a Capitania do Ceará no rumo da “civilização” e fazê-la progredir com o desenvolvimento do comércio e o incremento da agricultura. Tal desenvolvimento agrícola também possuía um claro sentido civilizatório das gentes da Capitania, como bem o entende Terry Eagleton, em sua aproximação etimológica e epistemológica entre cultura e lavoura: “Se cultura originalmente significa lavoura, cultivo agrícola, ela sugere tanto regulação como crescimento espontâneo. O cultural é o que podemos mudar, mas o material a ser alterado tem sua própria experiência autônoma, a qual então lhe empresta algo da recalcitrância da natureza.”²¹

Assim, para além do viés fisiocrata inscrito na forma de pensar do naturalista, compreende-se a consonância de interesses no processo a ser levado a cabo pela Coroa com o papel civilizador. Feijó e sua leitura do mundo natural e de aspectos da organização social possuiu um papel primordial nesse violento processo de tentativa de transformação da natureza e dos modos de vida das mais distantes populações vassalas da Coroa. Nesse sentido, para Eagleton, “o cultivo pode não ser apenas algo que fazemos a nós mesmos. Também pode ser algo feito a nós, em especial pelo Estado. Para que o Estado floresça, precisa inculcar em seus cidadãos os tipos adequados de disposição espiritual.”²²

São considerações pertinentes para compreendermos o olhar do naturalista acerca do mundo natural, de suas ideias, de suas percepções e de suas conceituações do que venha a ser “natureza” e distintamente suas construções e elaborações da paisagem. Embora os termos tenham sido intimamente relacionados nos últimos séculos, como aponta Anne Cauquelin²³,

¹⁹ Discussões historiográficas propostas atualmente sobre a constituição do Império português dos séculos XV ao XVIII ancoram-se na ideia da sua configuração como um reino pluricontinental, dependente de arranjos e acomodações com os mais diversos potentados locais para a territorialização do poder real nas fímbrias do Império. Para uma discussão acerca da territorialização do poder real nas mais distantes Capitânicas do Império e com uma atenção especial sobre a Capitania do Ceará, Ver GOMES, José Eudes. *As Milícias Del Rey: Tropas militares e poder no Ceará setecentista*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

²⁰ NOBRE, Geraldo da Silva. *João da Silva Feijó: Um Naturalista na Capitania do Ceará*, p. 76.

²¹ EAGLETON, Terry. *A ideia de Cultura*. Trad. Sandra Castello Branco. São Paulo: Editora UNESP, 2005, p. 19.

²² _____. *A Ideia de Cultura*, p. 16.

²³ CAUQUELIN, Anne. *A Invenção da Paisagem*. Trad. Marcos Marcionilo. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

cabe perceber as dobras existentes, aquilo que separa natureza de paisagem e desnaturaliza nosso olhar, provocando um estranhamento.

Assim, Feijó esteve a serviço da Coroa lusitana na prospecção de objetos de História Natural nas fímbrias do Império, além de partícipe de um seletivo grupo de viajantes, correspondentes das instituições científicas do reino, notadamente Domenico Vandelli, o qual possuía ânsia em elaborar uma grande obra acerca das produções naturais das colônias portuguesas²⁴. Dessa forma, em sua *Memória sobre a Capitania do Ceará*, escrita em 1810, quando já havia percorrido longamente os recônditos do território que lhe foi incumbido de analisar, Silva Feijó explicitou de que maneira seu olhar haveria de ser armado:

É necessário ter muito pouco conhecimento do físico da Capitania do Ceará para duvidar das immensas vantagens que ella pode produzir em utilidade dos seus habitantes, augmento do seu comércio e prosperidade geral do Estado: assim me tem persuadido a continuação da observação que tenho feito sobre o seu físico e moral por espaço de onze anos sucessivos em razão de meu officio; eu passo pois a descorrer sobre este importante objecto, o mais resumido que me for possível, na presente memória, a que me proponho.²⁵

Portanto, o naturalista possuía o seu olhar armado no sentido de investigar as potencialidades do mundo natural e na elaboração das paisagens da Capitania do Ceará nessas primeiras décadas do século XIX. Em toda a sua análise dos solos, das terras agricultáveis, na elaboração de uma corografia da Capitania e de um acurado exame acerca da organização política da região, são os interesses da Coroa e a Real Fazenda, assim como as imensas vantagens e a prosperidade geral do Estado que se tornavam suas maiores preocupações. Em sua *Memória*, segundo as regras assinaladas pelas instituições as quais o naturalista estava vinculado não poderia haver lugar para impressões particulares, devaneios subjetivos,

entendidos como desnecessários²⁶. No entanto, essas se mesclam ao discurso, em meio àquilo

²⁴ Segundo Brigola, estava nos planos de Domenico Vandelli a elaboração de uma *História Natural das Colônias*. BRIGOLA, João Carlos. Domenico Agostino Vandelli – um naturalista italiano a serviço de Portugal e do Brasil. In: CAMARGO-MORO, Fernanda & NORONHA, Andréa (org.) *O Gabinete de Curiosidades de Domenico Vandelli*. Coleção da Fundação BNP Paribas. Rio de Janeiro: DANTES Editora, 2008, p. 42.

²⁵ Memória sobre a Capitania do Ceará, escrita de ordem superior pelo sargento-mor João da Silva Feijó, naturalista encarregado por S. A. R. das investigações philosophicas da mesma. In: *Revista do Instituto do Ceará*. ANNO III, 1889. Anteriormente esta memória tinha sido publicada no Jornal Literário Científico e Mercantil do Rio de Janeiro “*O Patriota*”, nos tomos 1 e 2 de 1814, p. 46.

²⁶ Viagens filosóficas ou dissertação sobre as importantes regras que o filósofo naturalista, nas suas peregrinações, deve principalmente observar, escrito por Domenico Vandelli em 1779. In: CAMARGO-MORO, Fernanda & NORONHA, Andréa (org.) *O Gabinete de Curiosidades de Domenico Vandelli*. Coleção da Fundação BNP Paribas.

que poderia interessar diretamente aos olhos da Coroa:

O ar é cálido e húmido, porque a sua athmosphera é cheia de colorido e de vapores aquosos; contudo, porque estes se acham por isso muito rarefeitos e carregados de muita matéria de luz em razão da elevação da equinocial etc., as noites são claras e o luar encantador, particularmente no verão em que se observam repetidas exalações.²⁷

Mesmo buscando cumprir com seus deveres e tentando manter a objetividade em seu relato, Silva Feijó deixou transparecer, por um lado, as paisagens subjacentes do seu olhar²⁸, e por outro lado nos dá uma ideia do mundo natural²⁹ da Capitania nessas primeiras décadas do século XIX, entrecortada com os incentivos à agricultura de exportação, mais notadamente a produção algodoeira, com a abertura de estradas, com as atividades pecuárias nos sertões, assim como com as intempéries e as rápidas mudanças no aspecto da vegetação:

Desde estas terras baixas, caminhando para o interior, se observa o terreno geralmente coberto de infinitos vegetaes, que servem de sustentar a milhares de animais de toda a espécie: estas plantas offerecem indivíduos infinitamente diferentes entre si, e alguns tão novos como exquisistos e particulares. Do mesmo modo se descobrem as montanhas geralmente cobertas de mattas, mais ou menos elevadas. Nota-se muitas vezes operar-se a vegetação nestes indivíduos, sem sensível interrupção, pela uniformidade do clima e temperatura do país, por quase todo o ano; sem embargo do que as grandes seccas do verão não deixam de diminuir, de alguma sorte, esta força da vegetação, com particularidade nas plantas herbáceas, que quase todas perecem, não havendo precaução de as regar; o que contudo não succede às arvores, ainda nesta estação muitas dellas cheguem a perder de todo as suas folhas; mas as primeiras chuvas do inverno toda a natureza se reanima, e toma um novo vigor, cobrindo-se de verdura até os lugares mais áridos.³⁰

Rio de Janeiro: DANTES Editora, 2008, p. 93-158. Em 1781 foram ainda publicadas as *Breves instruções aos correspondentes da Academia de Ciências de Lisboa sobre as remessas de produtos e notícias pertencentes à história da natureza para formar um Museu Nacional*. Lisboa: Régia Oficina Typográfica, 1781. Captado em: purl.pt/720/4/. Acesso em: 20 jan.2013.

²⁷ FEIJÓ, João da Silva. *Memória sobre a Capitania do Ceará*, p. 08.

²⁸ A respeito das “paisagens do olhar”, Luciana Martins, em sua investigação das diferentes representações elaboradas por viajantes britânicos no Rio de Janeiro nas primeiras décadas do século XIX, salienta a importância de atentarmos que em tais representações “não se trata apenas de uma projeção na tela ou no papel de imagens prefiguradas segundo convenções de representação – científicas ou artísticas – do observador europeu metropolitano, mas sim de uma constante negociação entre imagens que os viajantes carregavam em suas mentes com as paisagens que se lhes apresentavam aos olhos, pelas quais eles viajavam através, com as quais eles tinham que travar um contato físico”. MARTINS, Luciana de Lima. *O Rio de Janeiro dos Viajantes: O olhar britânico (1800-1850)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001, p. 142.

²⁹ Ressalta-se o aspecto de construtos sociais mesmo nessas designações de “mundo natural” ou “paisagens naturais”, sendo estas convenções culturais variáveis no tempo e no espaço, e notadamente recebendo atribuições e significados distintos de acordo com as lentes do observador e com os grupos com os quais dialoga. Para uma discussão desses aspectos Cf. THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural: mudanças de atitudes em relação às plantas e aos animais, 1500 – 1800*. Trad. João Roberto Martins Filho. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. SCHAMA, Simon. *Paisagem e Memória*. Trad. Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

³⁰ FEIJÓ, João da Silva. *Memória Sobre a Capitania do Ceará*, p. 17.

Causou espanto, este último aspecto sobre a mudança rápida na vegetação da caatinga, repleta de caducifólias e xerófitas adaptadas às contingências do clima das Capitâneas do Norte e aos períodos de estiagem, mas que rapidamente tornam a regenerar. Tornou-se digno de nota nas narrativas dos britânicos Henry Koster e George Gardner e figuram como elementos pitorescos, registradas em paisagens gráficas nas páginas de seus relatos.

Os registros que nos deixou o naturalista Silva Feijó, nos 17 anos que permaneceu na Capitania na primeira década do século XIX, evidencia um determinado modo de ver o mundo natural e a elaboração das paisagens, sejam essas humanas ou “naturais”. No que concerne ao primeiro aspecto, evidencia-se sua preocupação em tornar úteis os habitantes dos dilatados “sertões” do Império colonial português. Dupla utilidade, que aparece em seus textos na forma de tentativas de incentivar o “aumento da Fazenda Real” e no impulso do que considerou como melhorias ao “bem público”.

O que surge em sua escrita nos faz refletir que a própria utilidade do naturalista para a Coroa lusitana estaria relacionada ao modo como evidenciasse prognósticos de “melhoramentos” nesse duplo sentido. Então, seu modo de observar as gentes e o mundo natural, pelo viés iluminista e principalmente fisiocrata, aposta na agricultura como método de “civilizar” a população e tornar úteis à Coroa os “dilatados sertões” da Capitania. No entanto, sem deixar de apostar em outras possibilidades, como o incremento das atividades piscatórias, aproveitando a extensão litorânea da Capitania. E ainda, vislumbrando a importação de ovelhas, principalmente da África³¹, para a produção lanígera, acreditando na possibilidade de adaptação do gado de menor porte às intempéries climáticas e às transformações na vegetação em períodos de estiagem.

Evidencia-se, portanto, além de sua ânsia em encontrar riquezas a serem exploradas, a perspectiva de transformação do mundo natural em riquezas para o aumento da Fazenda Real. Suas “vigas intelectuais”, tais como a fisiocracia, a filosofia natural e ainda a economia da natureza³² guiam os seus modos de ver e representar, incidindo na maneira como pensa os homens e constitui as paisagens. Na *Memória sobre a Capitania do Ceará*, o pensamento

³¹ Feijó aposta na importação de gado lanígero para a Capitania principalmente de regiões áridas do continente africano, como Gibraltar e das regiões pedregosas de Madagascar. FEIJÓ, João da Silva. Memória econômica sobre o gado lanígero do Ceará. In: *Revista do Instituto do Ceará*. ANNO XXVIII, 1914, p. 378.

³² Para uma discussão das fontes teóricas dos naturalistas luso-brasileiros do final do século XVIII. Cf. principalmente PÁDUA, José Augusto. *“Um sopro de destruição”*: Pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888). 2ª edição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

antropocêntrico e utilitarista do naturalista aliou-se à ideia de forte intervenção civilizatória a ser realizada pela Coroa:

Não seria desacerto se o governo tivesse sobre tão importante objeto [agricultura] vistas mais circunspectas, impedindo-se de alguma sorte o pernicioso abuso na destruição continuada das matas virgens, como para que se cuide em conservar e melhorar as poucas, que ainda há perto do mar, e se promovam, como é fácil, novas plantações das mais preciosas árvores perto do mar; o que de certo para o diante daria imenso interesse à Real Fazenda.³³

O critério para a proteção e a admiração das “matas virgens” não estaria em alguma natural sublimidade subjacente no encontro do observador com o que posteriormente passa a ser considerado como paisagem idílica. Suas condições de possibilidade de observação, vicissitudes do olhar viajante, assim como aquilo que guia os modos de ser, sentir, representar e construir as paisagens possui sua historicidade. No naturalista a serviço da Coroa lusitana, o que se mostra mais agudo em sua leitura do mundo natural da Capitania é a sua maneira de ser útil à Coroa, transformando aquilo que vê também em algo pelo qual se possa obter vantagens. Utilitarismo que, no entanto, transforma-se e ganha outras matizes em outras representações e em outros modos de ser ao longo do século XIX.

Henry Koster (1811 – 1812)

Diferente da “memória filosófica” lusitana, a narrativa de viagem, na forma como a encontramos, na primeira metade do século XIX, é um gênero híbrido. Trata-se de um relato em que se mesclam elementos que conformam as instituições financiadoras, sejam estas universidades, sociedades filosóficas, sociedades geográficas ou mesmo curiosos particulares. Por outro lado, um gênero literário muito apreciado por leitores europeus, ávidos pelo exótico, pelo desconhecido, pelo estranho³⁴. Henry Koster, na descrição de James Henderson em *A History of the Brazil*, foi caracterizado como “a gentleman known to the literary world by the publications of his travel in the northern of the Brazil.”³⁵

³³ FEIJÓ, João da Silva. *Memória sobre a Capitania do Ceará*, p. 27.

³⁴ PRATT, Mary Louise. *Os olhos do Império: Relatos de viagem e transculturação*. Trad. Jézio Gutierre. São Paulo: EDUSC, 1999, p. 157.

³⁵ HENDERSON, James. *A History of the Brazil: Comprising its geography, commerce, colonization, aboriginal inhabitants*. London: published by Longman, Hurst, Rees, Orme and Brown, Paternoster Row, 1821, p. 392.

Talvez por esta avidez o *Travels in Brazil* de Henry Koster, publicado pela primeira vez em 1816 na Inglaterra, tenha em trinta anos recebido sete edições, três em língua inglesa, duas na língua francesa e duas em alemão, sendo que as primeiras edições em português só vieram a ser publicadas na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Pernambucano* no período que se estende de 1898 a 1931³⁶. A busca do que lhes era estranho, do exótico e das novidades ao olhar se configurava como uma grande motivação aos viajantes. Concomitantemente, tais novidades possuíam um grande público entre os leitores europeus, sedentários ávidos por narrativas e descrições acerca de povos e naturezas estranhas, e que se satisfaziam com a viagem dentro da viagem, com a triangulação do olhar possibilitada pelo aventureiro, desbravador de terras incógnitas. Como explicitou o narrador-aventureiro Henry Koster:

Deixara o sertão e, embora tivesse sofrido, sempre desejei regressar. Tenho um certo prazer em descrever e viajar em novas regiões e esta parte do território que atravessara era desconhecida de qualquer inglês. Pelas sensações pessoalmente sentidas, imagino quanto agradará ao viajante nessas zonas inexploradas o encontro de novidades ao primeiro olhar. Há ainda neste continente da América do Sul grandes partes para serem percorridas e sempre desejei ardentemente ser o primeiro homem civilizado que fizesse a jornada de Pernambuco a Lima.³⁷

Koster, filho de comerciantes ingleses, nasceu em Lisboa por volta de 1790, fluente em língua portuguesa, considerava-se patricio tanto de brasileiros como de portugueses. Sua relação com os luso-brasileiros e a curiosidade com as coisas do Brasil o aproximou de Robert Southey, que acabou por disponibilizar sua imensa biblioteca ao britânico³⁸. Koster adotou o engenho Jaguaribe em Pernambuco como sua moradia, onde viveu seus últimos dias, transculturado³⁹ a tal ponto, que seu nome foi aportuguesado para Henrique da Costa. No entanto, de pais ingleses, seus referenciais quanto a familiaridades e estranhamentos incidiam

³⁶ KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. Tradução, Prefácio e comentários de Luís da Câmara Cascudo. 12ª edição. Rio de Janeiro/ São Paulo/ Fortaleza: ABC Editora, 2003, p. 16.

³⁷ KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil*, p. 208.

³⁸ As relações de Henry Koster com Robert Southey são bastante instigantes e merecem um estudo à parte. Koster teve acesso à imensa biblioteca e total apoio na elaboração de seu relato de viagem por parte de Southey, que em 1810 já havia lançado o primeiro volume de sua *History of Brazil*. Nesse período Southey dividia sua casa com o poeta romântico Samuel T. Coleridge, sendo o próprio Southey considerado, embora de menor expressão, partícipe do grupo de poetas românticos que ficou conhecido como “poetas do lago”. Verificar Entrevista com Maria Odila Dias. In: MORAES, José Gerardo Vinci; & REGO, José Márcio. *Conversas com Historiadores Brasileiros*. São Paulo: Editora 34, 2002, p. 189.

³⁹ A ideia de transculturação tem uma trajetória que remonta ao final da década de 1930, principalmente levantada pelos questionamentos de Fernando Ortiz em relação à ideia de aculturação. Ao contrário, Ortiz propõe que no encontro de duas culturas, há uma transformação mútua, trocas e aprendizado, surgindo então algo novo. ORTIZ, Fernando. *Contrapunto Cubano del tabaco e del Açúcar*. Advertencia de sus contrastes agrarios, económicos, históricos y sociales, su etnografía y su transculturación. Cuba - Espanha, Madrid, 1999. (1ª edição

diretamente sobre elementos da cultura britânica. As paisagens do seu olhar foram conformadas por elementos britânicos. Em Pernambuco, diante do rio Capibaribe, as imagens que lhe advém como elementos de comparação são prontamente os componentes de uma paisagem às margens do rio Tâmsa. Como nos lembra Gaston Bachelard, é “necessário imaginar muito para viver um espaço novo.”⁴⁰

A vista é excessivamente encantadora, casas, árvores, jardins de cada banda. O rio faz a curva diante e parece perder-se no meio da mata. As canoas indo docemente descem com a maré, ou penosamente forcejam seu caminho contra a corrente e tudo reunido forma um espetáculo delicioso. O rio é aqui mais estreito que o Tâmsa em Richmond. [...] Deixamos o rio, continuando pela estrada sempre bordada de casinhas, de melhor ou pior aparência, até um pequenino vilarejo que atravessamos, chegando ao fim de nossa jornada. A situação é muito pitoresca, na margem norte do Capibaribe, ao pé de uma colina, coberta de vegetação.⁴¹

Podemos inferir em Koster esse aprendizado do pitoresco, percebemos os elementos na composição de sua paisagem, o emoldurado e a justaposição de determinados aspectos do mundo natural e do mundo social na configuração do pitoresco, aquilo que foi digno de ser apreendido por sua pena, “um conjunto de valores que ordena em uma visão.”⁴² Olhar do britânico, que como sugere Cauquelin, passa do escrito ao quadro e posteriormente retorna do quadro ao escrito⁴³.

Em se tratando dos estranhamentos relatados por Koster, o que chama a atenção é a maneira como operou com certa triangulação do olhar, o relato do viajante-explorador que discursou sobre as maneiras pelas quais as diferentes culturas se observam, “como estabelecem igualdades e desigualdades, como imaginam semelhanças e diferenças, como conformam o mesmo e o outro.”⁴⁴ Num episódio relatado acerca de uma gafe cometida

1940). A ideia também é bastante explorada por PRATT, Mary Louise. *Os olhos do Império: Relatos de viagem e transculturação*.

⁴⁰ BACHELARD, Gaston. *A Poética do Espaço*. 2ª edição. Martins Fontes: Rio de Janeiro, 2008, p. 245.

⁴¹ KOSTER, Henry, *Viagens ao Nordeste do Brasil*, p. 48.

⁴² CAUQUELIN, Anne. *A invenção da paisagem*. Martins Fontes: São Paulo, 2008, p. 16.

⁴³ _____. *A invenção da paisagem*, p. 66. Também GOMBRICH, E. H. em sua *História da Arte* explicita os valores do pitoresco traçando esse caminho da pintura à descrição na criação de paisagens: “Foi Claude Lorrain quem abriu primeiro os olhos das pessoas para a beleza sublime da natureza e por quase um século após sua morte os viajantes costumavam julgar um trecho de paisagem real de acordo com os padrões por ele fixados em suas telas. Se o cenário natural lhes recordava as visões do artista, consideravam-no adorável e aí se instalavam para seus piqueniques. Os ingleses ricos foram ainda mais longe e decidiram modelar os trechos da natureza que consideravam seus, os jardins em suas propriedades, de acordo com os sonhos de beleza de Lorrain. Dessa maneira, muitos trechos do belo campo inglês deveriam realmente levar a assinatura do pintor francês que se instalou na Itália e fez seu o programa de Carracci.” GOMBRICH, E. H. *História da Arte*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora, 1999, p. 396.

⁴⁴ BELLUZZO, Ana Maria. A propósito do Brasil dos viajantes, p. 16.

referente à tentativa de pagar o leite gentilmente cedido por sertanejos nas proximidades do rio Assu, no Rio Grande do Norte, Koster observou:

Eles disseram que o rapaz que fora buscar o leite mencionara haver um inglês no grupo, e que muito desejavam ver, porque era um bicho que nunca tinham visto. Respondi-lhes que fora com os cavalos e voltaria logo. Referia-me ao John, mas o guia declarou que eu também era um inglês. As fisionomias mostraram o desapontamento quando se convenceram da verdade, porque esperavam ver uma besta estranha. John voltou e foi objeto de curiosidade e como não falava o português, e tudo aquilo o irritava, começou a praguejar em inglês. Aturdidos, exclamaram: - 'Fala a língua de negro!'⁴⁵

Em um mesmo plano linguístico são colocados lado a lado britânicos, sertanejos e africanos. O que cabe ressaltar, no entanto, para além das classificações e hierarquizações presentes na sociedade colonial, é o caráter da representação, a “artealização” dessa representação, que de certa forma embaralha as hierarquias, dá-lhes um caráter certas vezes cômico, certas vezes pictórico. No jogo das alteridades e identidades, dos estranhamentos e familiaridades, o viajante britânico transformado no senhor de engenho Henrique da Costa nas Capitânicas do Norte, nos maravilhou com um relato espetacular, em certo sentido, equivalente a uma representação pictórica⁴⁶, em que põe abaixo, pelo menos nessa descrição, as hierarquizações sociais e raciais candentes na sociedade colonial:

Dois grupos de viajantes, sem contar o nosso, haviam feito seu abrigo noturno nessa casa inacabada. As diversas fogueiras, os grupos rodeando-as, uns cozinhando, outros comendo, alguns dormindo, as malas, os fardos espalhados ao redor, trazidos nos dorsos dos cavalos, formavam uma cena digna de um pintor. Havia escuridão em torno de nós e o vento frio soprava através da casa que não tinha paredes e nada se opunha à sua entrada, salvo às vigas verticais que sustentavam o telhado. O clarão das fogueiras iluminava uns e outros, os semblantes dos homens e, somente neste momento, eu descobria sua cor e, logicamente, a que classe social pertenceriam. Podia estar na companhia de escravos ou de brancos porque ambos se haviam acomodado de maneira idêntica.⁴⁷

A representação “digna de um pintor”, elaborada por Koster e possibilitada pelo deslocamento espacial da viagem, repleto de dificuldades, põe no mesmo plano homens que a sociedade colonial justapunha num intrincado esquema vertical hierarquizante. Plano possível unicamente na representação pitoresca de Koster. Na versão dos eventos tecida pela pena britânica do narrador-aventureiro, a paisagem social, ao menos em um instante ínfimo, se horizontaliza nas agruras da viagem.

⁴⁵ KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil*, p. 144.

⁴⁶ MARTINS, Luciana de Lima. *O Rio de Janeiro dos Viajantes: O olhar britânico (1800-1850)*, p. 50.

⁴⁷ KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil*, p. 163.

George Gardner (1838 – 1839)

George Gardner, jovem naturalista escocês, percorreu um imenso trajeto no Brasil Setentrional no final da década de 1830. Aportou no Rio de Janeiro nos primeiros meses de 1836, percorreu a Serra dos Órgãos, atravessou a Bahia, navegou o Rio São Francisco, chegou ao litoral de Alagoas e de lá navegou para Recife. De Pernambuco foi até a Província do Ceará, onde fez parte do trajeto colonizador, sempre nas imediações do rio Jaguaribe até deparar-se com a Serra do Araripe e os “jardins” do Crato. Do Crato atravessou a Província do Piauí até as imediações do Maranhão, de onde foi convencido a abandonar suas ambições de percorrê-la em busca de novas espécies em decorrência da Balaiada. Então, continuou sua travessia dirigindo-se ao Sul até as imediações dos Distritos Diamantinos e Ouro Preto, percorreu os sertões das regiões das Minas e enfim chegou ao Rio de Janeiro.

Sua narrativa, escrita no Ceilão em 1846, quando era superintendente do Jardim Botânico Real de Candy, reconstituiu com suas notas de viagens o trajeto percorrido quase uma década antes. Através do relato, o naturalista buscou encontrar respostas sobre inquietações que o atravessavam. Primeiro, sobre “uma imensa porção do Império brasileiro ainda não percorrido por outros viajantes”, inquietações mapeadoras, tentando tracejar linhas nos espaços em branco da cartografia europeia.

Não reduzido ao olhar cartográfico, mapeador, George Gardner buscava também traçar um “confiável quadro das produções naturais da porção observada”⁴⁸, olhar desconfiado do grande número de narrativas sobre o Império brasileiro, onde as figurações dos narradores dessas viagens chegavam a um ponto de ficcionalização praticamente inadmissível para as instituições científicas que se formavam naquele período, agruras do gênero híbrido que era a narrativa de viagem oitocentista. E ainda como um último objetivo, buscava tecer algumas considerações sobre os hábitos, costumes e o caráter da população, indígenas ou não. Olhar do outro, traçando diferenças e hierarquizações.

Quando Gardner chegou ao porto de Aracati, em 1838, uma série de transformações já se fazia evidenciar na Província do Ceará em relação aos olhares anteriores da década de 1810. No entanto, mesmo que objetivamente o mundo em seu entorno tenha sido

⁴⁸ GARDNER, George. Viagem ao interior do Brasil: principalmente nas Províncias do Norte e nos distritos do ouro e do diamante durante os anos de 1836-1841. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1975, p. 17.

modificado, o olhar que perscrutou e descreveu também difere substancialmente dos olhares do também britânico Henry Koster e do também naturalista Silva Feijó, evidenciando tanto a historicidade dos diferentes olhares, como os direcionamentos e a perspectiva de cada viajante.

Mas a antiga inquietação de Gaston Bachelard persiste: “é preciso imaginar muito para viver espaços novos”⁴⁹. E assim a sua descrição e seu olhar possuem dadas referências que atravessam o oceano consigo, paisagens do olhar. É dessa forma que depois de percorrer as planícies áridas naquele momento do Jaguaribe e explorar a Chapada do Araripe⁵⁰, com sua inclinação de aproximadamente mil metros, do alto do “taboleiro” enfatizou:

Gastamos quase seis horas em transpor o *taboleiro*, que era perfeitamente plano em todas as direções e tenuemente malhado de pequenas árvores que lhe davam a aparência de um pomar inglês; o solo estava coberto de capim comprido, então secco e parecendo feno.⁵¹ (grifado na própria fonte)

O olhar do britânico, portanto, possuiu um lugar e uma perspectiva. Olhar armado, perscrutador e mapeador, em busca de novas espécies para a ciência e para a taxonomia lineana que não pretendeu perder um só instante na observação e descrição, quando afirmou que no decurso de suas extensas peregrinações, manteve “sempre a regra de nunca viajar de noite, excepto através de uma região decididamente deserta, a fim de nada perder que fosse de interesse.”⁵² No entanto, ao mesmo tempo que declamou seus interesses científicos explicitou a sua apreensão romântica do mundo, em sua escrita emergem elementos de grande interesse às instituições científicas financiadoras e também, de forma marcante, elementos que concernem à sua formação pessoal, a *Bildung* germânica:

O sol descia com grande esplendor, por traz da serra do Araripe, um longo renque de collinas cerca de uma légua ao poente da villa; mas a frescura do ar parecia privá-lo do intenso calor que, antes do por do sol, tanto opprime o viajante nas regiões mais baixas. A beleza da tarde, a frescura vivificante da atmosphaera e a opulencia da paizagem, tudo tendia a produzir uma alacridade de espirito que só o amante da natureza pode experimentar e que, em vão, desejei fosse duradoura, porquanto me sentia bem, não só commigo mesmo, como em paz com todos sobre a terra.⁵³

⁴⁹ BACHELARD, Gaston. *A Poética do Espaço*, p. 245.

⁵⁰ A Chapada do Araripe é situada no extremo sul do Ceará. É um extenso planalto com 160 km de comprimento alcançando a elevação por volta de 900 metros de altitude. A Chapada se estende pela região mais ocidental de Pernambuco com uma leve declinação de aproximadamente 3° ao Norte. Dessa forma, suas fontes e regatos incidem para o Ceará, compondo a fértil região do Cariri. Ver BORZACHIELLO, José; CAVALCANTE, Tércia; DANTAS, Eustógio (orgs.). *Ceará: um novo olhar geográfico*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007, p. 348.

⁵¹ GARDNER, George. In: Um Botânico Inglês no Ceará. Introdução e Notas de Alfredo de Carvalho. *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza. ANNO 26, 1912, p. 181.

⁵² _____. In: Um Botânico Inglês no Ceará, p. 153.

⁵³ _____. In: Um Botânico Inglês no Ceará, p. 169

No entanto, rememoramos que essas paisagens não são “naturais”, há um aprendizado da paisagem, um processo de apreensão do mundo natural que o compreende de forma emoldurada, destacando determinados elementos em detrimento de outros. Aquilo que se descortinou no olhar do britânico possui sua historicidade, uma trajetória para que possa ser então digno de nota e representação:

Sendo alguns dos outeiros os mais elevados que já passáramos; de uma destas eminências descortinei o formoso panorama da região circumvizinha, ondulado e de escassa vegetação; aqui e allí viam-se bignonias amarellas ou roseas, ou jacarandás floridos de azul, erguendo os seus magníficos diademas acima dos outros habitantes da floresta; occasionalmente uma *Cochlospermum serratifolium*, carregada de grandes e bellas flores amarellas prendia a atenção do viajante.⁵⁴

Parece ser justamente essa mudança de aspecto do “mundo natural”, quando Gardner percorreu a Chapada do Araripe, que o fez “descortinar” as paisagens, quando as plantas decíduas da caatinga dão lugar ao ambiente sempre verde e alegre daquilo que tinha aprendido a enxergar como paisagem. A sua maneira de observar o mundo natural, de forma predominante através das lentes da História Natural e da taxonomia lineana deixou transparecer, entretanto, aspectos palimpsésticos⁵⁵. Isso se faz perceptível, principalmente, quando abriu espaço em sua narrativa ao conhecimento das populações das Capitanias do Norte, e dessa maneira, descreveu os “jacarandás” em meio as várias *Cochlospermum serratifolium* e *Bignonias*. Abriu espaço ainda para vislumbrar o território como um palimpsesto, com as inscrições e as marcas deixadas por homens de uma outra temporalidade. Assim como ferretes, que utilizados no gado da pecuária extensiva na Capitania, acabam por deixar suas próprias marcas nos modos e nas faces humanas encontradas pelos viajantes no interior da Capitania⁵⁶.

⁵⁴ GARDNER, George. In: Um Botânico Inglês no Ceará, p. 165.

⁵⁵ Aqui, “palimpsesto” aparece como uma apropriação a partir das ideias de André Corboz. O autor percebe e discute as dinâmicas dos processos sociais na constituição do território. CORBOZ, André. El territorio como palimpsesto. In: RAMOS, Angel Martins (org.) *Lo Urbano en 20 autores contemporáneos*. Barcelona: Edicions UPC, 2004. E ainda, a partir de Sandra Pesavento que pensa a constituição social da cidade ou do território eivada de marcas de historicidade e de temporalidades distintas e sobrepostas. PESAVENTO, Sandra Jatahy. Com os olhos no passado: a cidade como palimpsesto. *Revista Esboços*, v. 11, n. 11, Florianópolis, 2004.

⁵⁶ Na Capitania do Ceará, em fins do Século XVII e primeiras décadas do XVIII, o impulso colonizador ancorado na atividade pecuária possibilitou o violento encontro entre colonos e indígenas. Tal encontro, por sua vez, acarretou em uma verdadeira guerra de extermínio ao chamado “gentio tapuia”. Poderíamos entender esse processo assim como o compreende Capistrano de Abreu, referindo-se a outros encontros colonos - indígenas, também como um impulso despovoador. ABREU, J. Capistrano de. Sobre uma História do Ceará. In: *Revista do Instituto do Ceará*. TOMO XIII, ANNO 1899. ABREU, J. Capistrano de. *Capítulos de História Colonial*, Rio de Janeiro: Briguiet, 1954.

Paisagens humanas e sociais que se fazem denotar através das lentes dos viajantes observadores. A configuração do interior da Capitania também aparece de forma palimpséstica com as marcas profundas deixadas pela historicidade da vida de outros homens, de outros horizontes de expectativas, de batalhas, e enfim, de outras possibilidades que ficaram pelo caminho. Assim, quando Gardner adentrou a Capitania e descreveu em linhas gerais o tipo social encontrado nos sertões do território explorado, remontamos à historicidade dessa configuração social pautada na violência, na guerra de extermínio na qual o solo da Capitania havia sido palco e que fez emergir o estranhamento do viajante:

Ao europeu, habituado a viajar sem armas e com relativa segurança, o aspecto feroz dos viajantes que encontra, todos armados de longas pistolas, espada, punhal e bacamarte, não dá ideia favorável da moral do povo. Assassinatos e roubos são frequentes entre eles, raramente ocorrendo um sem o outro e sempre à traição.⁵⁷

Da mesma forma que emerge em seu olhar o que aprendeu a emoldurar como paisagem, George Gardner foi acometido pelo estranhamento do mundo social que o circundava. Deparou-se então com um ambiente notadamente marcado pela violência e em sua leitura da sociedade a apreensão de um sentimento de insegurança cotidiana se fez uma constante. Distinto do aprendizado da paisagem, daquilo que separa elementos do mundo natural e o emoldura, o processo de apreensão e leitura do mundo social se sobressaiu através das mais distintas relações estabelecidas entre viajantes e as populações do Brasil Setentrional. Mesmo que essas leituras sejam fortemente marcadas pelas categorias, pelos parâmetros, enfim, pelos modos de observar e classificar que os viajantes traziam consigo.

Tal apreensão e estranhamento do mundo social, marcado pela violência cotidiana, emergiu também nos outros olhares e narrativas acerca da Capitania. Henry Koster, por exemplo, atentou que o mais potente canhão da vila de Fortaleza estava voltado para o interior. Deixou registrada a inferência sobre o passado recente, marcado não pelas ameaças externas, mas pelo processo de colonização violento, com o avanço da pecuária e o despovoamento dos grupos indígenas do interior da Capitania, os “gentios levantados” entendidos como a grande ameaça que poderia fazer ruir o processo de colonização⁵⁸. Por outro lado, Silva Feijó, em sua leitura mais pragmática do mundo natural e social, reclamou

⁵⁷ GARDNER, George. In: Um Botânico Inglês no Ceará, p. 153.

⁵⁸ “A fortaleza, de onde esta vila recebe a denominação, fica sobre uma colina de areia, próxima às moradas, e consiste num baluarte de areia ou terra, do lado do mar; e uma paliçada, enterrada do solo, para o lado da vila. Contém quatro peças de canhão, de vários calibres, apontadas para muitas direções. Notei que a peça de maior força estava voltada para a vila...” In: KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil*, p. 172.

longamente do “atraso” da Capitania provocada pela liberalidade e pela licenciosidade dos modos e dos costumes da população, marcada, em sua ótica, por vícios, pela ignorância e pela “falta de virtudes moraes”, constituindo indivíduos marcados e “estranhados contra todos os direitos da natureza e sociedade”⁵⁹.

Assim, no entrelaçamento dos olhares, das perspectivas e das expectativas das diferentes retinas que observaram o mundo natural e as populações da Capitania/Província, para além do aprendizado da paisagem e de sua conformação com um mundo natural idealizado, da historicidade e as paisagens do olhar de cada viajante, percebe-se também a superposição das “camadas de experiência e de vidas” que deixaram suas marcas, inscritas na configuração da sociedade e mesmo nos diferentes rostos observados e descritos, e que emergem na narrativa atribulada e na triangulação do olhar do narrador viajante que estranhou e descreveu.

Recebido em: 10/06/2013

Aprovado em: 20/01/2014

⁵⁹ FEIJÓ, João da Silva. *Memória Sobre a Capitania do Ceará*, p. 22.

Armas de fogo e cães como utensílios de efetivação da visão orientalista no neo-colonialismo da segunda metade do século XIX

Átila Siqueira Martins Lopes
Bacharel em História

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG)

atilasiqueira1@gmail.com

RESUMO: Esse artigo tem por objetivo problematizar o uso das armas de fogo de repetição e dos cães de guarda, de rinha e de combate, na expansão imperialista da segunda metade do século XIX, compreendendo-os como utensílios de efetivação da visão orientalista eurocêntrica presente no imaginário europeu da época, corroborando, assim, dentro de uma perspectiva dialética, os preceitos da superioridade européia, auxiliando na manutenção do domínio militar e os reafirmando através da ideia da superioridade civilizacional. Nesse sentido, os cães e as armas serão aqui abordados como utensílios que auxiliavam os europeus em suas empreitadas neocoloniais na segunda metade do século XIX, sendo que eles serviam de forma material, como força bélica e, como “prova” da superioridade técnica da Europa, o que reafirmava o discurso de autovisão de superioridade do europeu e o discurso de inferioridade do não europeu, produzindo uma dialética que sempre se auto-reafirmava.

PALAVRAS-CHAVE: cães, armas de fogo, orientalismo.

ABSTRACT: This article aims to problematize the use of firearms of repeating and the watchdogs, of fight and fighting, in the imperialist expansion of the second half of nineteenth century, understanding them as utensils effectiveness of orientalist imagery in this eurocentric vision at the time, corroborating thus within a dialectical perspective, the precepts of european superiority, helping maintain the military and by reaffirming the idea of civilizational superiority. In this sense, dogs and guns will be addressed here as utensils that helped the europeans in their neocolonial contracts in the second half of the nineteenth century, and they served in all material respects, as military force and as "proof" of the technical superiority of Europe, which reaffirmed the discourse of superiority and the discourse of inferiority of the non-European, producing a dialectic that has always reasserted itself.

KEYWORDS: dogs, firearms, orientalism.

No final do século XVIII e principio do século XIX, as potências européias, notadamente a Inglaterra, começaram a ter cada vez mais o desejo de obter colônias e de formar um império, controlando áreas e regiões consideradas como desabitadas ou consideradas como habitadas por seres humanos inferiores, não civilizados, bárbaros ou selvagens pela intelectualidade européia. Sustentando as versões de que a Europa era superior racialmente, culturalmente, civilizacionalmente e intelectualmente, a intelectualidade européia

produziu sistematicamente aquilo que se conceitua como Orientalismo, ou seja, o discurso que coloca o mundo europeu como superior e o mundo não europeu como inferior e/ou exótico, sendo que esse discurso foi algo produzido no tempo longo, desde a antiguidade clássica, passando por mudanças e permanência no decorrer do tempo¹.

O discurso orientalista se tornou mais coeso no século XIX, casando-se à idéia da racionalidade, da superioridade racial e do darwinismo, criando a idéia de que o europeu era superior às demais raças e que, por isso, tinha o direito de colonizar todo o mundo e governar aqueles que eram considerados por eles como inferiores, para o bem deles e de toda a humanidade. A idéia de superioridade européia era sustentada pela intelectualidade, que a defendia nos meios acadêmicos e se voltava para a perspectiva de levar a civilização àqueles tidos como bárbaros e de torná-los um pouco melhores, ao mesmo tempo, usando os recursos naturais que se entendia que os povos não europeus não seriam capazes de usar, de forma que se propunha governar esses povos para o bem deles mesmos e da civilização².

Orientalismo, um modo de elaborar o Oriente que tem como fundamento o lugar especial do Oriente na experiência ocidental européia. O Oriente não é apenas adjacente à Europa; é também o lugar das maiores, mais ricas e mais antigas colônias europeias, a fonte de suas civilizações e línguas, seu rival cultural e uma de suas imagens mais profundas e mais recorrentes do Outro. [...] O Orientalismo é um estilo de pensamento baseado numa distinção ontológica e epistemológica feita entre o “Oriente” e (na maior parte do tempo) o “Ocidente”. [...] Tomando o final do século XVIII como ponto de partida aproximado, o Orientalismo pode ser discutido e analisado como a instituição autorizada a lidar com o Oriente – fazendo e corroborando as afirmações a seu respeito, descrevendo-o, ensinando-o, colonizando-o, governando-o: em suma, o Orientalismo como um estilo ocidental para dominar, reestruturar e ter autoridade sobre o Oriente.³

Tal como alude Edward W Said, o Orientalismo não se refere a uma visão somente relativa ao Oriente Médio, muito embora o seu estudo tenha as visões europeias para com o crescente fértil como ênfase. As mesmas visões de inferioridade, racial, religiosa, cultural e civilizacional referentes ao mundo árabe-muçulmano também se refeririam a todo o mundo não europeu, de forma que a visão da intelectualidade, dos governos e das populações europeias sobre indianos, africanos, asiáticos, aborígenes, indígenas americanos, judeus e

¹ Ver: SAID, E. W. *Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.; BRAUDEL, F. “História e ciências sociais: a longa duração”. In: *Escritos sobre a história*. – Fernand Braudel. São Paulo: Perspectiva, 1978, p. 41-77.

² _____. *Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

³ _____. *Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, pp.27-29

miscigenados, enquanto inferiores e exóticos pertencem à mesma tradição intelectual orientalista de longa duração, fazem parte do mesmo processo. Dessa forma, a relação entre europeus e não europeus fazem parte da tradição orientalista de pensamento quando são marcadas por uma construção de superioridade racial e civilizacional dos europeus (brancos) sobre os outros povos. O racismo do europeu contra o negro e contra o chinês, por exemplo, e contra os demais povos não europeus, portanto, fazem parte da mesma tradição orientalista de alteridade de construção dos orientais e dos não europeus como o outro, como o exótico, como o inferior.

Falar do orientalismo, portanto, é falar principalmente, embora não exclusivamente, de um empreendimento cultural britânico e francês, um projeto cujas dimensões incluem *áreas tão díspares quanto a própria imaginação*, toda a *Índia e o Levante*, os textos bíblicos e as terras bíblicas, o comércio de especiarias, os *exércitos coloniais* e uma longa tradição de administradores, um formidável corpo de eruditos, inúmeros “especialistas” e “auxiliares” orientais, um professorado oriental, um complexo aparato de idéias “orientais” (o despotismo oriental, esplendor oriental, a crueldade, a sensualidade), muitas seitas, filosofias e sabedorias orientais domesticadas para uso europeu local - *a lista pode se estender mais ou menos indefinidamente*. [...] O Orientalismo nunca está muito longe do que Denys Hay chama “a ideia de Europa”, uma noção coletiva que identifica a “nós” *europeus contra todos “aqueles” não europeus*, e pode-se argumentar que o principal componente da cultura européia é precisamente o que tornou hegemônica essa cultura, dentro e fora da Europa: *a ideia de uma identidade europeia superior a todos os povos e culturas não europeus*. [...] *Por razões que logo discutirei, limitei o já limitado (mas ainda excessivo) conjunto de questões à experiência anglo-franco-americana dos árabes e do islã*, que por quase mil anos seguidos representou o Oriente. Com isso, eliminava-se uma grande parte do Oriente - Índia, Japão, China e outras regiões do Extremo Oriente - *não porque essas regiões não fossem importantes (elas eram, obviamente)*, mas porque se poderia discutir a experiência européia no Oriente Próximo ou no islã independentemente de sua experiência no Extremo Oriente. [...] havia um Oriente Próximo e um Extremo Oriente, um Oriente familiar, que René Grousset chama de “l'empire du Levant” (O Império do Levante),” e um novo Oriente. Assim, *o Oriente se alternava na geografia mental entre ser um Velho Mundo a que se retornava, como ao Éden ou ao Paraíso, para ali erguer uma nova versão do velho, e ser um lugar completamente novo, a que se chegava como Colombo chegou à América, para estabelecer um Novo Mundo* (embora, ironicamente, o próprio Colombo achasse que havia descoberto uma nova região do Velho Mundo). Certamente, nenhum desses Orientes era puramente uma coisa ou a outra: são suas contradições, o seu atraente caráter sugestivo, a sua capacidade para entreter e confundir a mente que são interessantes.⁴ (Grifos meus)

Mas além da construção do discurso orientalista produzido e reproduzido pelos intelectuais, este discurso era corroborado e mesmo reconstruído pelos próprios agentes

⁴ _____, *Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, pp.30-96.

coloniais presentes nas colônias e nas áreas de influência, sobretudo após a segunda metade do século XIX, momento em que a expansão colonial das potências europeias se tornou mais enfática, sendo eles os soldados, os administradores coloniais, os viajantes, intelectuais viajantes, como arqueólogos e linguistas, turistas, colonos e bandidos exilados, que iam para as colônias com idéias preconcebidas sobre o mundo não europeu e voltavam para a Europa as corroborando, a partir de suas experiências de estranhamento frente a padrões culturais diferentes, que eram então considerados como prova da inferioridade e do exotismo dos não europeus⁵.

Provavelmente todo mundo estará de acordo que um inglês tem direito a considerar que sua forma de entender o mundo e a vida é melhor que a de um hotentote ou um maori e ninguém se oporá, em princípio, a que a Inglaterra faça o possível para impor a estes selvagens os critérios e modos de pensar ingleses, posto que são melhores e mais elevados. Há alguma probabilidade, por remota que seja, de que num futuro previsível possa desaparecer o abismo que agora separa os brancos dos negros? Pode haver alguma dúvida de que o homem branco deve impor e importará sua civilização sobre as raças de cor?⁶

Em nome do direito de viver da humanidade, a colonização, agente da civilização, deverá tomar a seu encargo a valorização e a circulação das riquezas que possuidores fracos detenham sem benefício para eles próprios e para os demais. Age-se assim para o bem de todos. A Europa não abandonará, absolutamente, sua autoridade colonial. Apesar de alguns perigos e de algumas servidões que a Europa deve suportar e de algumas compulsões para abdicar que recebe, não deve desertar de sua linha colonial. Ela está no comando e no comando deve permanecer. Eu nego com todas as minhas forças e repudio com toda a energia de meu coração todas as tendências que procuram, tanto para a Europa como para meu país, o despejo da tutela ocidental nas colônias⁷.

A humanidade não deve, nem pode aceitar mais que a incapacidade, a negligência, a preguiça dos povos selvagens deixem indefinidamente sem emprego as riquezas que Deus lhes confiou, com a missão de utilizá-las para o bem de todos. Se forem encontrados territórios mal-administrados por seus proprietários, é direito das sociedades – prejudicadas por esta administração defeituosa – tomar o lugar destes administradores incapazes e

⁵ CORREA, Sívio Marcus de Souza. Evidências de história nos relatos de viajantes sobre a África pré-colonial. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/aedos/article/view/9809/5600>. (Acesso em: 11 de março de 2012); SCHWARCZ, L. M. *O espetáculo das Raças: Cientistas, instituições e questão racial no Brasil. 1870-1930*. São Paulo. Companhia das Letras, 1993.

⁶ Reprodução do discurso do Conde Grey, escrevendo sobre as façanhas de Hubert Hervey. Citado em: CANÊDO, L. B. *A descolonização da Ásia e da África*. 10^a Ed. São Paulo: Atual, 1994, p.11.

⁷ CANÊDO, L. B. *A descolonização da Ásia e da África*. 10^a Ed. São Paulo: Atual, 1994, pp.11-12.

explorar, em benefício de todos, os bens dos quais eles não sabem tirar partido.⁸

Mas em meio a essa relação entre a produção intelectual do discurso orientalista e de sua corroboração pelos agentes coloniais que transitavam entre as coloniais e as metrópoles, pode-se destacar dois utensílios dos europeus que efetivavam a dominação colonial, através da força física e, ao mesmo tempo, servindo como uma prova para a idéia de superioridade técnica e portanto, civilizacional do europeus, a partir da perspectiva da racionalidade europeia como capaz de produzir meios cada vez mais eficazes para a superação das dificuldades naturais encontradas. Esses dois utensílios eram as armas de fogo de repetição, que na segunda metade do século XIX se desenvolveram muito, e os cães, sobretudo os cães de guarda e os cães de rinha e de ataque da linhagem dos molossos, que nesse período foram sofrendo grande modificação dos cruzamentos produzidos por cinófilos, com o objetivo de produzir animais cada vez mais efetivos em suas funções⁹.

Entende-se como uma hipótese que esses dois utensílios trabalhavam de forma dialética com o discurso orientalista, gerando a dominação física e psicológica e corroborando a sua existência no campo do discurso, como algo natural, como mera prova da superioridade europeia, tal como na natureza, em que o animal mais forte domina os mais fracos, vencendo, sobrevivendo e perpetuando a sua espécie. Nesse sentido, as armas de fogo de repetição e os cães eram objetos que reafirmavam, na prática, os argumentos já preconcebidos pelas teorias raciais da superioridade europeia, ao mesmo tempo, garantindo aos europeus o controle efetivo sobre as colônias e dando a eles próprios, no campo do discurso, a legitimidade para a continuidade de suas ações.

Porém, alguns questionamentos podem ser levantados sobre o assunto: Seria apenas coincidência que as armas de fogo e os cães de guarda e de ataque tenham se desenvolvido tão consideravelmente durante a segunda metade do século XIX? Esse desenvolvimento teria relação direta com a expansão colonial? Seria a expansão colonial único causador das grandes mudanças sofridas nas armas de fogo e no uso cada vez mais constante dos cães e a adaptação desses para a guarda e para o ataque?

⁸ Discurso do Padre Müller. Citado em: CANÊDO, L. B. *A descolonização da Ásia e da África*. 10^a Ed. São Paulo: Atual, 1994.

⁹ Abril coleções (org.). *Armas Portáteis: 1870-1950*. São Paulo: Abril, 2010.; FOGLE, Bruce. *Cães*. 1ed. Jorge Zahar, Rio de Janeiro, 2009.; MARDEL, Luiz. *História da arma de fogo portátil*. Imprensa nacional, 1887.; TAUSZ, Bruno. *O Rottweiler*. Editora Nobel, 1996.; Weeks, John. *Armas de Infantaria*. Rio de Janeiro: Renes, 1974.

No século XIX, a Inglaterra e as demais potências europeias passaram por inúmeras mudanças tecnológicas, advindas da revolução industrial e de suas consequências, pois as inovações, no setor químico e no setor de máquinas, atendiam a novas demandas de produção em série, sendo que as novas máquinas e as novas técnicas eram usadas e desenvolvidas com o objetivo de aumentar a produção industrial pelas novas potências industriais, notadamente a Inglaterra, mas também a França, os Estados Unidos, a Prússia e alguns outros países europeus. Essas inovações tinham por objetivo, aumentar o poderio econômico e industrial dessas novas potências e da nova classe dirigente, a burguesia e a nobreza industrial (nobres que em alguns países, como a Inglaterra, abandonaram as atividades tradicionais do campo e passaram a investir em novos negócios, como o comércio e a indústria)¹⁰, ao passo que também para atingir esse objetivo, o imperialismo da segunda metade do século XIX e o discurso orientalista que o corroborava foram instituídos como cânones de verdade pela intelectualidade europeia, que passou a construí-los discursivamente, usando o princípio da superioridade civilizacional e racial, como a justificativa para as ações imperialista das potências europeias.

Nesse sentido, entendendo que a evolução técnica e industrial do século XIX foi produzida para aumentar o poderio econômico de alguns países europeus e de suas burguesias e novas classes dirigentes, formadas por capitalistas e membros da nobreza empreendedora, bem como o próprio imperialismo ocorreu principalmente por esse motivo, pode-se entender então que o desenvolvimento das armas e dos cães no século XIX seguiu a mesma lógica. Os cães e as armas não sofreram alterações apenas para servir ao imperialismo, mas para servir a uma gama de necessidades específicas das elites das potências industrializadas, sendo a principal necessidade, depois do início da segunda metade do século XIX, efetivar as ações imperialistas para ostentar poder frente à rivalidade com as outras potências e, ao mesmo tempo, manter o controle sobre as áreas coloniais, explorando a mão de obra, os recursos naturais e fazendo a população dessas regiões consumirem os seus produtos industrializados, sobretudo após a década de 70 do século XIX, quando as potências industriais se viram em

¹⁰ Ver: HOBSBAWN, 1979, 2003 HOBSBAWN, E. *A Era das Revoluções*. 2ª Ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1979.

crise e precisavam escoar os seus excedentes e reinvestir capital para continuar a sua produção e seu desenvolvimento industrial¹¹.

Analisemos, então, o caso das armas e dos cães separadamente.

As armas de fogo

As primeiras armas de fogo de que se tem notícia pela historiografia datam do final do século XII e foram produzidas pelos muçulmanos, sendo que eram armas rudimentares como pequenos canhões de mão de antecarga, que usavam tubos de madeira e/ou metal com um estopim, que precisava ser aceso para a realização dos disparos, ao passo que os projéteis eram pequenas e médias esferas de ferro ou mesmo pedras, conforme a necessidade e as possibilidades de produção das armas, sendo que apenas a pólvora era utilizada como acelerador. No entanto, as primeiras armas com gatilho e martelo (cão) são atribuídas a um monge alemão que as desenvolveu no século XIV, mas o seu uso continuou, sendo apenas de um tiro por vez, ao passo que as armas precisavam ser recarregadas pela frente a cada tiro, tendo de colocar a pólvora em seu cano e depois o projétil, que precisava ser ajeitado por uma vareta para que o disparo pudesse ocorrer.

Do século XV ao século XIX houve algumas pequenas melhorias nas armas de fogo, mas o seu sistema de funcionamento continuou o mesmo, com o uso de gatilho e martelo e apenas com um disparo por vez, ao passo que o alcance dessas armas era bastante limitado, já que a ignição causada apenas pela pólvora não era suficiente para que se alcançassem grandes distâncias e nem para que o atirador pudesse ter grande precisão, devido ao arranque causado pela explosão da pólvora e pelos projéteis redondos, que não tinham uma aerodinâmica apropriada para tiros de precisão.

O tipo de arma mais utilizado nesse período foi o de pederneira, que consistia em fazer a pólvora se ascender através das faíscas de fogo produzidas pelo contato do cão com uma superfície áspera, sendo que no cão havia uma pequena pedra pederneira. Funcionava

¹¹ COSTA, A. M. *No Tempo das Certezas: 1890 – 1914*. São Paulo: Cia das Letras. 2000.; DÖPCKE, W. Apogeu e colapso do sistema internacional europeu (1871 – 1918). In. José Flávio Sombra Saraiva. *Relações Internacionais Contemporâneas: da Construção do Mundo Liberal à Globalização*. De 1815 a nossos dias. Editora Paralelo 15, 1997.; DOWBOR, L. *A formação do 3º mundo*. Editora Brasiliense. 11ª Ed. São Paulo. 1989.; FERRO, M. *História das colonizações: das conquistas as independências, século XIII a XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.; LESSA, A. C. *História das Relações Internacionais: A Pax Britannica e o Mundo do Século XIX*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

como um isqueiro moderno. Outro tipo, muito usado a partir do início do século XIX, foi a arma de percussão, muito semelhante a pederneira, porém, funcionava com a ignição a partir da pancada do cão sobre um dispositivo contendo um composto químico que fazia com que a pólvora se ascendesse. Muitas pistolas de pederneira foram, inclusive, adaptadas para o modelo de percussão, pois o funcionamento era muito semelhante, sendo que a diferença estava no fato de a percussão ser menos propensa a falha de ativamente do que a pederneira. Ambas eram armas de antecarga, que precisavam ser carregadas pela frente e preparadas para o disparo com vareta.

Foi somente depois da segunda metade do século XIX que as armas de fogo sofreram mudanças realmente significativas, principalmente com as inovações do armeiro e inventor estadunidense Samuel Colt, que conseguiu produzir um tipo de arma inovadora para a época: o revólver de antecarga, que diferente das pistolas da época, conseguia realizar até seis disparos por vez sem ser recarregada, através de uma de suas peças chamada tambor, que condiciona dentro da própria arma os projéteis a serem disparados. Além disso, a munição sofreu uma grande mudança, sendo que as primeiras, destinadas aos revólveres, eram ainda feitas de esferas de metal, que eram carregadas com pólvora, uma a uma dentro dos orifícios do tambor de antecarga. Depois, elas passaram a ser confeccionadas em formato cônico e em seguida em cápsulas para antecarga, em que não somente a pólvora servia como acelerador para o disparo, mas também uma combinação de produtos químicos, que aumentava a precisão, a velocidade, a força e o alcance dos disparos, tornando a arma muito mais eficaz¹².

Posteriormente as espingardas sofreram modificações semelhantes, produzidas pela famosa fábrica de armas Winchester, que se utilizou das novas munições em cápsulas desenvolvidas para os revólveres e conseguiu produzir espingardas que disparavam várias vezes sem ser recarregadas, através de um mecanismo de recarga no gatilho que permitia que um novo projétil substituísse o primeiro a cada disparo. Com isso, as armas sofreram mais uma inovação, pois as espingardas se tornaram muito eficazes em longa distância, enquanto os revólveres eram melhores para distâncias curtas.

¹² Inúmeros modelos de transição da munição usada nas armas de percussão e usadas nos primeiros revólveres para os modelos de fogo central foram desenvolvidos durante a primeira metade do século XIX. Alguns, como os das armas LEFAUCHEUX, foram muito importantes para esse desenvolvimento e foram mesmo muito usados.

Essas inovações que ocorreram nas armas de fogo curtas e depois nas longas não podem ser consideradas fora de seu contexto histórico, pois Samuel Colt só pôde realizar a invenção de seu revólver graças a inúmeros avanços científicos que já haviam ocorrido em sua época, como a melhoria na metalurgia, na mecânica e na química¹³. Porém, não foram somente as inovações técnicas que permitiram e deram subsídio para a produção dessas novas armas, mas também, e principalmente, toda uma demanda por novas tecnologias bélicas, que então possibilitaria maior controle social aos governos das grandes potências, internamente, assegurando-se contra os grevistas e insurgentes dos grupos anarquistas e comunistas que reivindicavam novos direitos dentro do pólos industrializados, e, externamente, facilitando a expansão para novos territórios coloniais, sendo que as novas armas de fogo, que permitiam disparos mais eficazes e rápidos, além de dispararem várias vezes antes de serem recarregadas. Eram um trunfo para as grandes potências, que dominavam os territórios pretendidos mostrando a força de seus equipamentos bélicos¹⁴.

Nesse contexto estão as constantes repressões às greves, a partir da segunda metade do século XIX, juntamente com a expansão para o Oeste nos Estados Unidos, em que os territórios indígenas foram rapidamente tomados e as armas de fogo tiveram papel importante nisso, dando poder de fogo para que tropas reduzidas e colonos civis pudessem tomar territórios e manterem-se nele. No mesmo período, houve também as grandes incursões europeias na África e na Ásia, possibilitadas por novos meios de transportes, mas também pelo novo poder de fogo das grandes potências da Europa, que conseguiam adentrar por territórios que antes só poderiam ser tomados com grandes tropas e com o gasto de muito tempo, dinheiro e soldados¹⁵.

¹³ Sobre as melhorias técnicas advindas da Revolução Industrial, ver: HOBSBAWN, E. *A Era das Revoluções*. 2ª Ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1979.

¹⁴ HOBSBAWN, E. *A Era das Revoluções*. 2ª Ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1979; Weeks, John. *Armas de Infantaria*. Rio de Janeiro: Renes, 1974.; MARDEL, Luiz. *História da arma de fogo portátil*. Imprensa nacional, 1887.

¹⁵ O poder de fogo das novas armas permitiram realizações militares que antes não eram possíveis, ou que, pelo menos, exigiriam grandes contingentes de soldados. Era uma situação completamente nova, pois um único soldado conseguia disparar seis vezes sem recarregar sua arma, enquanto seus oponentes, a cada disparo, precisavam recarregar. Os europeus podiam, então, manter o combate a distância, enquanto seus inimigos se mantinham em situação de desvantagem em tal situação. Obviamente, muitas das possessões coloniais já haviam sido conseguidas por potências europeias antes das armas de retrocarga. Porém, depois dessas armas, o avanço ocorreu com maior rapidez e com mais facilidade, devido a superioridade bélica em que as potências europeias se encontravam. Na segunda metade do século XIX, a expansão territorial europeia ocorreu com grande velocidade, ajudada e possibilitada por essas novas armas. Ver: CANÉDO, L. B. *A descolonização da Ásia e da África*. 10ª Ed. São Paulo: Atual, 1994.; DOWBOR, L. *A formação do 3º mundo*. Editora Brasiliense. 11ª Ed. São Paulo. 1989; FERRO, M. *História das colonizações: das conquistas as independências, século XIII a XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.; FERRO, M. *História das colonizações: das conquistas as independências, século XIII a XX*. São Paulo:

Entende-se, pois, que as armas passaram a integrar dialeticamente o discurso orientalista que legitimava a expansão colonial na segunda metade do século XIX, pois, para o europeu colonizador, a arma era tida como uma das provas de superioridade europeia sobre os demais povos, uma vez que teria sido o europeu a produzir a arma que lhe garantia o domínio sobre os outros, sendo esse domínio entendido como algo natural, recorrente na evolução, com a vitória constante dos mais adaptados e a derrota dos mais fracos, buscando tais ideias de legitimação na teoria darwinista¹⁶. Ao mesmo tempo, as armas eram também a efetivação desse domínio europeu, pois elas corroboravam o discurso de superioridade e dava o controle real sobre os territórios pretendidos, uma vez que depois que as armas passaram a ser carregadas com cápsulas industrializadas, sem necessidade de colocar a pólvora no cano e ajeitar o projétil dentro da arma, o uso da arma se torna mais eficaz, eliminando quase que completamente a luta corporal, o que dava uma extrema vantagem aos europeus, que depois de uma ou duas vezes esvaziando as suas armas, era capaz de levar a óbito em pouco tempo uma centena de inimigos¹⁷. Assim, entende-se que se produzia uma relação dialética em que o discurso produzia a prática que, por sua vez, corroborava o discurso e a legitimidade da prática, de forma cíclica.

A própria produção dessas armas pode ser vista como voltada para o controle dos territórios pretendidos pelas grandes potências, uma vez que o momento histórico em que elas foram criadas coincide com a expansão estadunidense para o oeste e com os conflitos com os povos indígenas que habitavam aquelas regiões, bem como com a expansão das potências europeias sobre a África e a Ásia. Os construtores dessas armas podem ser entendidos como indivíduos que perceberam este momento e a necessidade desses governos de possuírem tecnologia bélica que aumentasse a vantagem sobre os povos desses locais que se pretendia colonizar, aproveitando então a oportunidade para produzirem um produto rentável, com um largo mercado consumidor, sendo essas armas então um utensílio que podem ser considerados como “filhas” da expansão imperialista.

Companhia das Letras, 1996.; HERNANDEZ, L. M. G. L. O “novo Imperialismo” e a perspectiva africana da partilha. In.: *A África na Sala de Aula: Visita a História Contemporânea*. São Paulo: Sevo Negro, 2005.; LESSA, A. C. *História das Relações Internacionais: A Pax Britannica e o Mundo do Século XIX*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.; SAID, Edward W. *Cultura e Imperialismo*. São Paulo. Companhia das Letras, 2010.

¹⁶ SAID, E. W. *Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.; FERRO, M. *História das colonizações: das conquistas as independências, século XIII a XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

¹⁷ Ver: WEEKS, John. *Armas de Infantaria*. Rio de Janeiro: Renes, 1974.; Abril coleções (org.). *Armas Portáteis: 1870-1950*. São Paulo: Abril, 2010.; MARDEL, Luiz. *História da arma de fogo portátil*. Imprensa nacional, 1887.

As transformações das armas de fogo se deram então em um momento histórico de conflito entre as potências industriais que desejavam se tornar impérios e conquistar territórios, para se defender uma das outras, bem como para conquistarem mais poder e riqueza e, ao mesmo tempo; e de conflito de autoafirmação dessas potências como superiores culturalmente, civilizacionalmente e racialmente sobre os povos não europeus. Assim, as armas se afirmaram como um mecanismo de domínio, por efetivarem o predomínio através da força física, do medo causado pelas demonstrações bélicas e mesmo inserindo os nativos no comércio capitalista, fazendo-os produzir excedentes e produtos fora do contexto de suas culturas anteriores ao contato com os europeus, através da venda de armas para esses¹⁸.

Então, a própria venda das armas para os nativos acabava também por se transformar em uma forma de exploração, causando, em primeiro momento, a necessidade desse utensílio para a autodefesa. Depois, proporcionando a entrada de comunidades autóctones no modo de produção capitalista para conseguir armas, ao passo que reafirmava, no imaginário europeu, a ideia da Europa como superior e mais evoluída, por ser capaz de construir essa e muitas outras invenções, bem como de conquistar territórios e de impor aos outros o seu modelo entendido como superior. Assim, de várias formas, as armas de fogo foram utilizadas como utensílios de efetivação das ações imperialistas da segunda metade do século XIX e do pensamento orientalista que o pautava, reafirmando as autoafirmações de superioridade europeia e de inferioridade dos não europeus¹⁹.

Os cães

Os cães vêm sendo criados pelos homens desde os primórdios da humanidade, em inúmeras culturas, sendo um dos animais mais utilizados pelos seres humanos, seja para o trabalho, para a companhia, para defesa e até mesmo como símbolo de status social. Mas o uso dos cães para a guerra de forma intensiva remonta ao período do Império romano, pois

¹⁸ Para uma perspectiva sobre o imperialismo e a inserção do capitalismo na África e na Ásia, ver: COSTA, A. M. da. *No Tempo das Certezas: 1890 – 1914*. São Paulo: Cia das Letras, 2000.; DÖPCKE, W. Apogeu e colapso do sistema internacional europeu (1871 – 1918). In: José Flávio Sombra Saraiva. *Relações Internacionais Contemporâneas: da Construção do Mundo Liberal à Globalização*. De 1815 a nossos dias. Editora Paralelo 15, 1997.; DOWBOR, L. *A formação do 3º mundo*. Editora Brasiliense, 11ª Ed. São Paulo, 1989.; FERRO, M.. *História das colonizações: das conquistas as independências, século XIII a XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.; LESSA, A. C. *História das Relações Internacionais: A Pax Britannica e o Mundo do Século XIX*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.; SAID, E. W. *Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

¹⁹ Contudo, há de se salientar que a superioridade bélica nem sempre era uma plena garantia de vitória para os europeus.

nas campanhas, assim como na guarda residencial e de prisioneiros, o uso do cão conhecido como molosso italiano se tornou recorrente, juntamente com outro tipo de molosso, de origem germânica, o *Rottweiler*.

Esses animais, por terem um porte avantajado, musculatura peitoral grande e hipertrofiada, cabeça redonda e embocadura quadrada ou triangular, além de uma resistência física muito grande, resistindo a corridas longas, tempos longos sem comer e a ferimentos graves – tendo um ímpeto de ataque que não os faz parar mesmo sendo feridos –, começaram a ser usados nas guerras pelas legiões romanas. Nas batalhas, eles eram soltos contra os inimigos em meio aos ataques ou eram usados para amedrontar povoados belicosos, em conjunto com outras demonstrações de força, além de utilizados na caça, na guarda de prisioneiros e nas residências e Vilas romanas, como companhia e cão de guarda²⁰.

Na antiguidade, além desses cães, há relatos de outras raças e outros usos em várias culturas, tanto no Ocidente quanto no Oriente, principalmente no pastoreio e na caça, sendo os cães pastores e os cães farejadores os principais animais utilizados, além dos cães de guarda. Depois do período romano, não se tem notícia de uso extensivos de cães em guerras até os meados do século X, momento em que se tem relatos dos cães em combates principalmente nas forças militares inglesas, notadamente com o uso do *Bull Dogue* inglês clássico, uma raça de cão já extinta, atribuída a fusão de *Mastins* com *Terriers*, formando um molosso forte, compacto, de peito largo, baixa estatura, grande mobilidade, embocadura quadrada e potente, com dente inferiores protuberantes²¹ devido à prognatismo.

Antes do aparecimento do *Bull Dogue*, a maior parte dos relatos de cães na Europa Medieval os mostra no uso do pastoreio e nas caçadas promovidas pelos nobres, também havendo relatos de alguns animais mais robustos sendo usados como cães de guarda e como utensílios no manejo de bovinos. Alguns cinófilos entendem o *Bull Dogue* como o cão que era usado nesse contexto, o de lidar com o gado mais arreado²², sendo também adaptado através

²⁰ TAUSZ, Bruno. *O Rottweiler*. Editora Nobel, 1996.; FOGLE, Bruce. *Cães*. 1ed. Jorge Zahar, Rio de Janeiro, 2009.

²¹ _____. *O Rottweiler*. Editora Nobel, 1996.; FOGLE, Bruce. *Cães*. 1ed. Jorge Zahar, Rio de Janeiro, 2009.

²² Esse uso também, no caso do gado e em alguns casos de guerra, é atribuído ao *Rotweiler*, que era usado nas regiões dos principados germânicos. Ver: _____. *O Rottweiler*. Editora Nobel, 1996.;

da cinofilia para a guerra, por se mostrar um animal forte, resistente e muito agressivo, capaz de causar grandes danos em uma vítima²³.

Após o século X, cães como o *Bull Dogue* inglês e outros cães figuram de forma constante nos exércitos, muitas vezes ao lado dos nobres; outras, auxiliando em tarefas de vigilância, ou diretamente no combate, o que mostra que esses animais passaram a ter grande importância para a guerra. Não obstante, desde pelo menos o século XII, percebe-se que na Europa começou a haver um esforço para se produzir cães, através de cruzamentos, para finalidades específicas, como rinhas, guerra, caçada, pastoreio, guarda, além de finalidades diversas e conjuntas, como: guarda e pastoreio, rinha e guerra, guarda e rinha, guarda e guerra, dentre outras²⁴.

Do século XII em diante, as raças de cães se multiplicaram²⁵ e, no final do século XVII a cinofilia se juntou às ciências naturais crescentes na época, por intermédio do iluminismo, que incentivava a produção do conhecimento em todas as áreas do saber. Outrossim, os cães de rinha e de combate começaram a ser cada vez mais produzidos por cruzamento, seja através da constituição de novas raças ou através do cruzamento de animais com determinados atributos, como agressividade, tamanho, força, além de estética e mobilidade²⁶.

Estes cães, por sua vez, além de usados como cães de guarda para vigiar residências e propriedades, e para as diversões nas rinhas, eram também utilizados pelas forças policiais e militares de países como a Inglaterra, EUA, França, Bélgica e Prússia. Contudo, a partir da segunda metade do século XIX, os cães começaram a ser usados cada vez mais pelos exércitos das grandes potências industriais, notadamente, coincidindo com o período em que se iniciou em grande escala a expansão desses países sobre a África e a Ásia, além da expansão dos EUA para o oeste, território hostil e dominado pelos índios²⁷.

²³ TAUSZ, Bruno. *O Rottweiler*. Editora Nobel, 1996.; FOGLE, Bruce. *Cães*. 1ed. Jorge Zahar, Rio de Janeiro, 2009.

²⁴ _____. *O Rottweiler*. Editora Nobel, 1996.; FOGLE, Bruce. *Cães*. 1ed. Jorge Zahar, Rio de Janeiro, 2009.

²⁵ Vários cães foram usados no período da colonização da América, sendo que pode-se dar destaque ao *Alano* espanhol e a algumas raças semelhantes em porte encontradas na Espanha e em Portugal. As funções desses animais se dividiam em fazer guarda, produzir contenções ou ainda, em trabalhar na própria guerra, sendo que para essa última eles eram protegidos por vários tipos de armaduras.

²⁶ _____. *O Rottweiler*. Editora Nobel, 1996.; FOGLE, Bruce. *Cães*. 1ed. Jorge Zahar, Rio de Janeiro, 2009.

²⁷ _____. *O Rottweiler*. Editora Nobel, 1996.; FOGLE, Bruce. *Cães*. 1ed. Jorge Zahar, Rio de Janeiro, 2009.

Nesse período começa-se a produção de cães específicos²⁸, sobretudo os de grande porte, sendo que é em meados do século XIX que surge o *Pitt bull*, nos Estados Unidos, um cão de baixa estatura, forte, com a cabeça muito grande, musculatura muito definida, peito largo, força de arranque, com pouca propensão a engordar, capaz de realizar grandes escaladas e de saltar alturas de três a quatro metros, dependendo do cão e do treinamento, tendo uma embocadura quadrada muito forte, que é capaz de agarrar e estraçalhar com muita eficácia uma vítima, pois a mordida tem grande força. Foram cães criados para as rinhas, para superar os cães mais fortes, como os *Bull Dogues*, os *Boxers* e os *Rottweilers*, uma vez que reuniria qualidades atléticas diversas, que eram encontradas nos melhores cães usados para a rinha até aquele momento, porém, além de atender muito bem a essas demandas, com os fins das rinhas nos Estados Unidos e na Inglaterra, entendeu-se que se tratava de cães muito fortes e hábeis em várias atividades, que podiam ser usados na guerra, na guarda de prisioneiros e mesmo como cães de caça, como no combate aos ferozes javalis selvagens, ou ainda como cão de guarda²⁹.

²⁸ É importante salientar dois livros literários que falam de cães como utensílios usados pelos homens em suas incursões coloniais e em seu cotidiano. O primeiro deles é *Drácula*, de Bram Stoker, que em determinado momento mostra três cães *Terriers*, possivelmente *Bull Terriers* ou algum cão semelhante, que é usado para atacar ratos. A cena se refere a um momento em que os homens que lutavam contra o vampiro entram em um dos vários esconderijos da criatura em Londres, para destruir as caixas de terra que dão ao Drácula a possibilidade de se manter distante de seu castelo original. Só que no local eles são atacados por vários ratos, que estão sob o controle do vampiro. No momento desse conflito surgem os cães, que se mostram especialistas em matar esses animais. A cena em questão mostra o desenvolvimento de um dos usos dos cães que se fez no século XIX, para o combate e para a eliminação de uma das pragas urbanas que mais causavam incômodo em um contexto social europeu em que as cidades começaram a tomar dimensões nunca antes vistas na História da Humanidade, graças ao desenvolvimento produzido pela revolução Industrial. Naquele ambiente a quantidade de ratos era um incômodo constante, pois transmitiam doenças e causavam prejuízos, atacando estoques de comida, ao passo que se reproduziam rapidamente e eram difíceis de serem eliminados.

Essa situação produziu uma demanda que foi sanada com o uso dos cães *Terriers* para o combate dos ratos, pois no caso das ratazanas que se desenvolviam em perímetro urbano, somente cães eram capazes de abatê-los, pois os gatos não tinham condições físicas para abater tais animais. Dentre esses cães produziu-se especialmente o *Bull Terrier*, um cão que tinha as qualidades de força dos cães de combate e a agilidade dos *Terriers* para abater animais de pequeno porte, o que se fazia necessário dado o tamanho e força dos ratos que surgiam nas cidades. Ver: STOKER, Bram. *Drácula*. eBooksBrasil, 2002. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/draculap.html>

O segundo caso é o livro *O chamado Selvagem/ O chamado da Floresta*, de Jack London, que mostra como os cães de grande porte, muitas vezes independente da linhagem, foram usados na colonização do Alasca para puxar os trenós de neve, que transportavam pessoas e suprimentos entre os novos estabelecimentos que se produziam em meio a paisagem inóspita e congelada. Naquele momento histórico os cães foram usados como o principal meio de transporte na região, eram treinados e selecionados para isso, embora todo cão que conseguisse servir a esse propósito acabasse sendo usado, mesmo que por pouco tempo, até a sua morte. Ver: LONDON, Jack. *O Chamado da Floresta*. L&PM POCKET. São Paulo, 2003.

²⁹ TAUSZ, Bruno. *O Rottweiler*. Editora Nobel, 1996.; FOGLE, Bruce. *Cães*. 1ed. Jorge Zahar, Rio de Janeiro, 2009.

Os cães, na expansão colonial, se tornaram armas de controle, que asseguravam o domínio, produzindo o medo, já que podiam ser soltos contra as populações que pretendesse se insurgir, ou mesmo contra insurgentes militares, o que era uma vantagem e reproduzia o auto discurso orientalista de superioridade europeia e o discurso de inferioridade dos não europeus, pois entendia-se que o feito dessas grandes potências conseguiram produzir cães fortes e bem adaptados, dentre outras realizações e inventos, o que em tal ótica mostrava a superioridade europeia e que os europeus eram os mais adaptados e, por isso, os mais fortes e aqueles que deviam dominar e sobreviver, dentro de um discurso que se referia as ideias evolucionistas darwinistas. Dessa forma, os cães da raça *Bull Terrier*, *Bull Dog*, *Pastor Alemão*, *Dog Alemão*, *Bull Mastiff*, *Mastin* napolitano, *Cane Corso*, *Martin* inglês, *Bull Dogue* americano e *Pitt bull*, dentre várias outras raças, eram cultivados por criadores e cinófilos criteriosos, ao mesmo tempo que eram valorizados por suas características específicas e pela utilidade que tinham como parte das forças militares e como cães de guarda³⁰.

As armas de fogo de repetição e os cães de guarda, rinha e combate: instrumentos que corroboraram e reafirmaram dialeticamente o discurso orientalista

Os cães e as armas de fogo de repetição, depois da segunda metade do século XIX, se tornaram constantes nas forças militares das potências ocidentais, completando e efetivando as ações imperialistas sobre os territórios neocoloniais, não somente pelo poder militar que esses mecanismos representaram nas invasões e batalhas. Os efeitos das armas de fogo de repetição e dos cães tinham grande impacto no imaginário dos povos submetidos, gerando o medo, pois se mostravam como utensílios quase insuperáveis, já que os tiros repetidos se mesclavam com a característica daqueles novos cães produzidos pela cinofilia moderna, que tinham em suas características o não recuo frente a feridas e mesmo frente aos disparos das armas de fogo³¹.

³⁰ FOGLE, Bruce. *Cães*. 1ed. Jorge Zahar, Rio de Janeiro, 2009; MARDEL, Luiz. *História da arma de fogo portátil*. Imprensa nacional, 1887.

³¹ Abril coleções (org.). *Armas Portáteis: 1870-1950*. São Paulo: Abril, 2010.; FOGLE, Bruce. *Cães*. 1ed. Jorge Zahar, Rio de Janeiro, 2009.; MARDEL, Luiz. *História da arma de fogo portátil*. Imprensa nacional, 1887.; PANIKKAR, K, M. *A Dominação Ocidental na Ásia: do século XV aos nossos dias*. Vol. 1. Editora Saga. Rio de Janeiro, GB. 1965.; TAUSZ, Bruno. *O Rottweiler*. Editora Nobel, 1996.; WEEKS, John. *Armas de Infantaria*. Rio de Janeiro: Renes, 1974.

O comércio de armas e o comércio dos cães também tinham impacto nas economias europeias e dos EUA, seja através dos empregos diretos e indiretos, dos lucros com as vendas de armas para as forças militares e também para os civis, que se armavam em larga escala em locais como os EUA. Ao mesmo tempo os cães grandes também se popularizavam, usados como adorno para os ricos, nos trabalhos em fazendas, na guarda residencial e de locais privados e públicos, além de em trabalhos, como na expansão para o Alaska, em que eles eram usados para puxar os trenós de neve.

Não obstante, as armas de fogo e esses cães também trabalhavam na mentalidade³² europeia, corroborando os seus preceitos orientalistas de superioridade racial, civilizacional e cultural, em detrimento aos povos não europeus, considerados como inferiores e/ou exóticos em todos os níveis. Por sua vez, ao corroborarem esse imaginário³³ da superioridade europeia, os cães e as armas estimulavam ainda mais a expansão imperialista em uma espécie de processo dialético, ao mesmo tempo, também acirrava as rivalidades entre as potências que então tentavam mostrar mais poderio, seja pelo aumento de territórios coloniais, seja pela corrida por desenvolvimento de novas tecnologias bélicas, como as pistolas alemãs do fim do século XIX, as metralhadoras estadunidenses e os canhões ingleses³⁴.

Esses dois processos dialéticos que aumentavam a expansão imperialista, o uso dos cães e das armas de repetição, aumentava a ideia da superioridade europeia e das rivalidades

³² Entende-se nesse trabalho o conceito de “mentalidade” da seguinte maneira. Mentalidade: valores, crenças, hábitos de uma determinada sociedade em certa época que permanecem no tempo longo, constituídos através do imaginário. Para uma perspectiva mais aprofundada sobre mentalidade, ver: BACZKO, Bronislaw. *In: Enciclopédia Einaudi*. ed. portuguesa, v. 5: Antropos-Homen. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1985.

³³ Entende-se nesse trabalho o conceito de “imaginário da seguinte maneira”. Imaginário: forma de entender e abstrair o mundo a nossa volta, através da construção de símbolos, dos discursos, das ideologias, religiões e do cotidiano. Para uma perspectiva mais aprofundada sobre imaginário, ver: BACZKO, Bronislaw. *In: Enciclopédia Einaudi*. ed. portuguesa, v. 5: Antropos-Homen. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1985.

³⁴ No período em questão, a segunda metade do século XIX, e, mais especificamente, entre 1875 a 1914, houve uma verdadeira corrida armamentista entre as potências européias, que buscavam cada vez mais se armar e desenvolver armas para garantir suas possessões coloniais. Deve-se destacar, nesse período, os esforços da Inglaterra, para se manter em sua hegemonia conquistada após a queda de Napoleão, em 1815; e também os esforços da Alemanha do período de Bismarck entre 1871 a 1890, e do período posterior até 1914. Inúmeras armas foram produzidas nesse período, principalmente as metralhadoras. Foi o período em que a Alemanha desafiava a hegemonia inglesa de maior potência mundial. Também os Estados Unidos entram nesse contexto, entrando nas expansões coloniais, exportando armas para as demais potências e produzindo o término do seu processo de expansão para o oeste de seu território continental. Ver: CANÊDO, L. B. *A descolonização da Ásia e da África*. 10ª Ed. São Paulo: Atual, 1994.; DOWBOR, L. *A formação do 3º mundo*. Editora Brasiliense. 11ª Ed. São Paulo. 1989; FERRO, M.. *História das colonizações: das conquistas as independências, século XIII a XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.; FERRO, M.. *História das colonizações: das conquistas as independências, século XIII a XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.; HERNANDEZ, L. M. G. L. O “novo Imperialismo” e a perspectiva africana da partilha. In.: *A África na Sala de Aula: Visita a História Contemporânea*. São Paulo: Sevo Negro, 2005.; LESSA, A. C. *História das Relações Internacionais: A Pax Britânica e o Mundo do Século XIX*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.; SAID, Edward W. *Cultura e Imperialismo*. São Paulo. Companhia das Letras, 2010.

entre as potências, gerando mais expansões territoriais e mais produção de tecnologias bélicas, bem como aumentando ainda mais a própria ideia da superioridade a cada nova expansão, produzindo, por sua vez, um processo de consolidação das práticas imperialistas. Assim, aquilo que produzia as condições materiais e militares para o imperialismo, também ajudavam a justificá-lo e mesmo geravam a sua necessidade, em meio a outros elementos, se mesclando à situação econômica, política e, ao mesmo tempo, ao imaginário e a mentalidade que permeavam a expansão colonial, tornando-se parte do discurso orientalista e uma das tantas justificativas para ele.

Dessa forma, pode se considerar que os cães e as armas de fogo de repetição foram elementos de grande importância para a efetivação das práticas imperialistas da segunda metade do século XIX e para o desenvolvimento do discurso orientalista dessa época, que corroborava e justificava o imperialismo para os europeus.

Recebido em: 24/10/2013

Aprovado em : 18/02/2014

Entre o macro e o micro: relato de uma investigação histórica com uso de banco de dados

Jonathan Fachini da Silva

Mestrando em História

Universidade Federal do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS)

j_fachini@hotmail.com

RESUMO: O presente trabalho pretende compartilhar as experiências de pesquisa a partir de um exercício quantitativo com banco de dados e as possíveis escolhas teórico-metodológicas tomadas, a fim de uma melhor compreensão do objeto de pesquisa. A pesquisa apresentada refere-se às “crianças expostas” na freguesia Madre de Deus de Porto Alegre. Pretende-se, assim, mostrar como um *corpus* documental seriado como os registros paroquiais (batismo, casamento e óbito), organizados e sistematizados em um banco dados, puderam revelar casos isolados. As trajetórias individuais reconstituídas se deram a partir da mudança de escala da análise e cruzamento com outras fontes de cunho eclesiástico e jurídico. Dessa forma, a proposta é apresentar uma análise cruzada a partir do jogo de escalas, partindo de uma visão macro para uma visão micro do objeto de estudo.

PALAVRAS-CHAVE: Macro-História, Micro-História, crianças expostas.

ABSTRACT: The present work aims to share research experiences from a quantitative exercise with the database and the possible theoretical and methodological choices made in order to a better understanding of the research object. The research presented refers exposed children in the village Madre de Deus in Porto Alegre. The aim is to show as a documentary corpus show how organized parish records (baptism, marriage and death) and systematized in a data bank, might reveal isolated cases. Individual trajectories reconstructed, made themselves from the scaling analysis and crossed with other sources of ecclesiastical and legal nature. Thus, the proposal is to present a cross-sectional analysis from the game scales, from a macro view to micro view of the object of study.

KEY-WORDS: Macro-History, Micro-History, children exposed.

Introdução

É um pecado capital teorizar antes de termos os dados. Insensatamente, começamos a torcer os fatos para encaixar as teorias, em vez de usarmos as teorias para encaixar os fatos.

Sherlock Holmes

Pretende-se, aqui, mostrar as facetas de um banco de dados, hoje, talvez, mais comuns aos pesquisadores que se aventuram com fontes seriadas. Nos últimos anos, as pesquisas no

âmbito da Demografia Histórica, carregadas pelo estudo quantitativo, têm cada vez mais abrido caminho para a História Social¹ — um caminho frutífero para a História da Família, que tem abordado um leque de temas e questionamentos que permaneciam no silêncio pela historiografia brasileira. Alguns exemplos desse caminho são: os estudos de compadrio, teias de relações, ilegitimidade, família escrava e a rediscussão do conceito de família no período Colonial e Imperial brasileiro.

Uma das novas portas abertas pela historiografia da Família foi a da *criança ilegítima*, e neste arcabouço estão as crianças “expostas” ou “enjeitadas”, seguindo a denominação da época. Trata-se de crianças que, por algum motivo ou por outro, foram abandonadas pelos seus progenitores em algum lugar ermo, na porta de um domicílio ou em uma instituição que as abrigasse — as “Casas de Roda”, quando essas existiam na Vila. Por esse motivo — a ausência da “Roda dos expostos”² —, o abandono domiciliar foi a forma de “exposição” mais corriqueira e praticada em quase todo o território brasileiro.

Essa temática foi sugerida pelas fontes ao se constatar os índices de ilegitimidade e exposição de crianças na Freguesia Madre de Deus de Porto Alegre desde sua fundação, no ano de 1772, até 1837, quando no ano seguinte, 1838, é inaugurada a Roda dos Expostos em Porto Alegre. Como veremos adiante, esses índices de ilegitimidade e exposição seguem flutuações conforme o crescimento e desenvolvimento urbano da freguesia.

Os dados quantitativos levantados a respeito das crianças expostas só foram passíveis de análise com o auxílio e construção de um banco de dados. Neste, foram inseridas as informações contidas nos registros paroquiais (batismo, casamento e óbito) da freguesia Madre de Deus. Com essas informações coletadas e sistematizadas, os primeiros dados quantitativos são os resultados parciais do pesquisador. É o primeiro olhar sobre o universo

¹ O termo História Social é de difícil definição, como alega Eric Hobsbawm: Já foi empregado para tratar da História dos pobres e inferiores; dos usos e costumes, vida cotidiana; e ainda empregado em combinação à História econômica. Valendo-se de uma definição do autor: “*é uma colaboração entre modelos gerais de estrutura e mudança social e o conjunto específico de fenômenos que de fato aconteceram. Isso é verdade e independente da escala geográfica ou cronológica utilizada em nossas pesquisas [...] é em outras coisas a história de unidades específicas de pessoas que vivem juntas, unidades que são definíveis em termos sociológicos*”. Cf. HOBBSAWM, Eric. Da história social à história da sociedade. In: *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p. 86.

² O nome Roda — dado por extensão à casa dos expostos — provém do dispositivo de madeira onde se depositava o bebê. De forma cilíndrica e com uma divisória no meio, esse dispositivo era fixado no muro ou na janela da instituição. No tabuleiro inferior da parte externa, o expositor colocava a criança que enjeitava, girava a Roda e puxava um cordão com uma sineta para avisar à vigilante — ou Rodeira — que um bebê acabara de ser abandonado, retirando-se furtivamente do local, sem ser reconhecido. MARCÍLIO, Maria Luíza. *História social da criança abandonada*. São Paulo: Hucitec, 1998. p. 56.

populacional do espaço geográfico de sua pesquisa. No caso em questão, a dimensão da população de expostos da Freguesia Madre de Deus de Porto Alegre.

Nesse sentido, a primeira parte do texto tende a esclarecer a construção e manutenção do banco de dados: os primeiros resultados e cruzamentos nominativos, os dados quantitativos e o cotejamento com outras fontes de caráter qualitativo. Em seguida, será feita uma reflexão do aporte teórico: quais são os problemas de pesquisa e como os métodos de análise podem guiar o pesquisador de maneira a contribuir com o conhecimento histórico acerca das crianças expostas em Porto Alegre. E, por fim, na última parte, uma pequena mostra, uma trajetória de vida revelada pelo cruzamento de fontes a partir do banco de dados.

O revelar dos dados: NACAOB

A grande guinada da historiografia dedicada à temática da família esteve atrelada à Demografia Histórica. Estudos que chegam ao Brasil nos anos 1970, a partir dos trabalhos de Maria Luiza Marcílio, que, enfim, colocam a família como centro — objeto específico — de análise³. Esses estudos que se difundiram no Brasil tiveram três referenciais básicos, em um primeiro momento: a demografia histórica, a análise da economia doméstica e os debates interdisciplinares com as ciências sociais⁴. Foram estudos sistemáticos com a técnica de reconstituição de famílias que abriram o leque de discussões sobre a família e seu entorno, o casamento, o concubinato, a criança, o parentesco espiritual, etc.

Marcílio seguiu os passos da Demografia Histórica que estavam sendo difundidas na França naquele momento. Assim, utilizou os registros paroquiais de batismo, casamento e óbito e as técnicas de reconstituição de famílias desenvolvidas por Louis Henry, adaptando estas técnicas a uma realidade brasileira, conforme se encontravam organizados os registros eclesiais de São Paulo⁵. Logo, esses trabalhos demográficos sobre a família começam a se

³ Nos últimos quarenta anos, observa-se uma proliferação de trabalhos voltados para o estudo da população atual. Temas como a história da família, da criança e da mulher, a análise das estruturas do parentesco, da sociabilidade, do patrimônio familiar, da composição da força de trabalho com ênfase na mão de obra escrava e da imigração são amplamente dominantes. Nesse sentido, autores chegam ao ponto de afirmar que a demografia histórica no Brasil passou por um processo de “transbordamento” em relação aos limites tradicionais da disciplina. BACELLAR, Carlos A. Prado; BASSANEZI, Maria S. C. Beozzo; SCOTT, Ana S. Volpi. *Quarenta anos de demografia histórica*. In: R. bras. Est. Pop., São Paulo, v. 22, n. 2, p. 339-350, jul./dez. 2005. p. 342.

⁴ Cf. ANDERSON, Michael. *Elementos para a História da família Ocidental 1500-1914*. Lisboa: Editorial Quercus, 1984.

⁵ FARIA, Sheila de Castro. História da Família e Demografia Histórica. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Domínios da História: Ensaios de Teoria e Metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 253.

multiplicar, nas décadas de 1980 e 1990, conforme o crescimento e profissionalização das universidades brasileiras. Atualmente, esses estudos têm encontrado novos horizontes na História Social.

Esses estudos, que se seguem ainda hoje, dão exemplo das possibilidades com o tratamento das fontes primárias, como os registros paroquiais, para o estudo da população e família. Através deste diálogo com a Demografia Histórica, há um suporte teórico com métodos adequados de análise⁶. Sendo assim, na pesquisa, primeiramente é elaborada uma base quantitativa do objeto — a criança exposta — que possibilitará uma maior percepção deste fenômeno para a qualificação do mesmo.

A pesquisa quantificada tem os mesmos objetivos que a qualitativa: explicar o homem, coletivo e individual. A quantificação permite encontrar relações, explicações de comportamentos, que muitas vezes permanecem ocultas a uma pesquisa qualitativa. O poder da quantificação reside essencialmente na possibilidade que oferece de estabelecer relações exatas. Mas quantificar não é nunca um fim em si mesmo.⁷

O auxílio da informática se torna indispensável para esse tipo de estudo. Os dados já disponíveis são referentes aos registros paroquiais (batismos, casamentos e óbitos) da população livre, o que equivalem aos primeiros Livros de Registros da Matriz localizados na Cúria Metropolitana de Porto Alegre. Essas informações encontram-se numa base de dados SQL, “batizada” de NACAOB⁸. Com essa base de dados alimentada com esses assentos, é possível explorar os dados coletados de maneira sistemática nas planilhas do Excel e com o suporte teórico-metodológico da Demografia Histórica — o que permitirá, também com o auxílio desta ferramenta, cruzar as informações contidas nas três séries de assentos (batismos-casamentos-óbitos).

Como foi dito, essa ferramenta permite ao pesquisador um alcance dos dados quantitativos, o que, de certa forma, é a primeira parte da pesquisa. Os próximos passos da pesquisa seguirão com maior alcance, na medida em que se tem a dimensão do universo

⁶ Cf. NADALIN, Sergio Odilon. *História e demografia: elementos para um diálogo*. Campinas: Associação Brasileira de Estudos Populacionais - ABEP, 2004. (Coleção demographicas; v. 1).

⁷ AROSTEGUI, Julio. Método e técnicas na pesquisa histórica. In: _____. *A pesquisa Histórica: teoria e método*. Bauru: Edusc, 2006. p. 538.

⁸ O programa informatizado foi desenvolvido entre os anos de 1991 e 1992, pelo analista de sistema Dário Scott, que integra o grupo de pesquisa “Demografia & História”. Esse programa constantemente vem recebendo atualizações importantes que permitem ao pesquisador ter em mãos uma cópia fiel do documento manuscrito original. Cf. SCOTT, Ana Sílvia Volpi. SCOTT, Dário. *Cruzamento Nominativo de Fontes: desafios, problemas e algumas reflexões para a utilização dos registros paroquiais*. XV Encontro Nacional de Estudos de População. Caxambú – MG, Setembro, 2006. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006_480.pdf>. Acesso em: 16 out. 2013.

quantitativo que se está lidando. Assim, a título de exemplo, trago uma tabela dos percentuais de legitimidade, ilegitimidade e exposição da Freguesia Madre de Deus de Porto Alegre de 1772 ao ano de 1829.

Tabela I – Batismos por condição de legitimidade (%)⁹

Década	Legít.	Ilegít.	Exposto	N/D*
1770-79	66,3	29,4	0,8	3,5
1780-89	66,7	30,4	2,6	0,4
1790-99	68,2	26,0	3,3	2,5
1800-09	77,4	15,6	6,1	0,9
1810-19	72,5	19,5	6,9	1,1
1820-29	69,9	21,4	7,7	1,0
Total	71,3	22,0	5,3	1,3

Fonte: Elaboração dos autores a partir do Banco de dados da Madre de Deus.

* N/D - Não determinado. (Nesses casos, a informação não constava no assento ou a fonte estava danificada, rasurada, assim, impedindo a leitura paleográfica).

Podemos conferir que os percentuais de exposição na Madre de Porto Alegre dão um salto, elevando-se de menos de 1% a quase 8%, nas últimas décadas. A exposição aumenta sua frequência concomitante ao crescimento populacional e o processo de urbanização de Porto Alegre, uma Freguesia portuária de lugar politicamente estratégico, que se torna sede da capitania antes mesmo de tornar-se Vila, em 1810. Para se ter ideia, em 1780¹⁰, Porto Alegre contava com um contingente populacional de 1.512 habitantes, números que serão duplicados para 3.268, em 1798, passando para cerca de 6.000, em 1810, e 12.000, em 1822¹¹.

Deve-se enfatizar, no entanto, que esse dinamismo não foi limitado apenas à Madre de Deus de Porto Alegre: de forma geral, o continente do Rio Grande de São Pedro apresentou

⁹ A tabela contabiliza apenas até a data de 1829, devido ao processo de construção do banco de dados, que não se encontra finalizado. Ver também SCOTT, A. S. V. et al. Família, gênero e geração: limites e possibilidades a partir de um estudo sobre o sul da América Portuguesa nos anos Setecentos. In: III Congresso Latinoamericano de Población, 2008, Córdoba. III Congresso Latinoamericano de Población - *La población de América latina y el Caribe: retos en torno de la desigualdad y la diversidad*. Córdoba: Alap Asociación Latinoamericana de Población, 2008.

¹⁰ É do ano de 1780 o primeiro censo da freguesia Madre de Deus de Porto Alegre.

¹¹ Cf. SANTOS, Corcino Medeiros dos. *Economia e Sociedade do Rio Grande do Sul: Século XVIII*. São Paulo: Editora Nacional, 1984.

também um quadro de crescimento acelerado. Em 1780, a população total do continente fora estimada em 18 mil pessoas; menos de vinte anos depois (em 1798), havia se verificado um aumento populacional que se situou pouco abaixo de 20%, o que representa uma taxa anual de crescimento da ordem de 3.2%. A título de comparação, neste período, São Paulo, Bahia, Pernambuco e Alagoas cresceram a uma taxa máxima de crescimento de apenas 2.3%. Na virada para o século XIX, entre 1798-1814, o ritmo de crescimento foi ainda maior, atingindo uma marca de 111%¹².

A Freguesia Madre de Deus foi um lugar privilegiado para circulação de pessoas, principalmente marinheiros, comerciantes e militares. A grande movimentação masculina pode ser um indício dos índices de ilegitimidade e até — por que não? — de exposição, visto que esta pode ter servido para ocultar um adultério ou gravidez precoce, algo fora do padrão moral da época, e muito compartilhado entre as famílias abastadas¹³.

Esse percentual de nascimentos de expostos levantados na Freguesia Madre de Deus ganha mais singularidade quando comparado a estudos que contemplaram o fenômeno da exposição em outras regiões da Colônia. Para a vila de São Paulo, por exemplo, que constituía o núcleo urbano principal e capital administrativa da Capitania de mesmo nome, os índices de abandono chegaram aos patamares de 21.9%, na segunda metade do século XIX. Na Freguesia da Sé, da cidade de São Paulo, a média foi de 15%, entre 1741 e 1755, e de 18%, entre 1780 e 1796¹⁴. Já em áreas mais pobres, de economia de subsistência, como Ubatuba, litoral paulista, a proporção de expostos era de somente 0.6%. Em Sorocaba, outra localidade paulista, houve anos em que absolutamente nenhuma criança exposta fora registrada, embora a média tenha sido 4.1% nos anos de 1679 e 1845¹⁵.

Esses percentuais parecem se repetir, uma vez que, nas freguesias urbanas das cidades de Rio de Janeiro, Sé e São José, a proporção de expostos batizados entre a população geral foi de 21.3%. Já nas áreas rurais, como Guaratiba, Irajá, Jacarepaguá e Inhaúma, a proporção

¹² Cf. OSÓRIO, Helen. Expansão Territorial e população: a capitania do Rio Grande no primeiro quartel do século XIX. In: SCOTT, Ana S. V.; FLECK, Eliane C. D. (Orgs.). *A Corte no Brasil: População e Sociedade no Brasil e em Portugal no início do século XIX*. São Leopoldo: Oikos; UNISINOS, 2008.

¹³ Autores que compartilham desse pressuposto: DEL PRIORE, Mary. *Histórias Intimas: sexualidade e erotismo na história do Brasil*. São Paulo: Editora Planeta, 2011; SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Vida privada e cotidiana no Brasil na época de D. Maria I e D. João VI*. Lisboa: Estampa, 1993.

¹⁴ Cf. VENÂNCIO, Renato Pinto. *Infância sem destino: o abandono de criança no Rio de Janeiro do século XVIII*. Dissertação de mestrado. São Paulo: USP, 1990.

¹⁵ Cf. MARCÍLIO, Maria Luíza. *Caiçara. Terra e população*. São Paulo: Paulinas/CEDHAL, 1986; BACELLAR, Carlos Almeida Prado. Abandonadas nas soleiras portas: a exposição de crianças nos domicílios de Sorocaba, séculos XVIII e XIX. In: *Cativeiro e Liberdade*, n° 4, Rio de Janeiro: UFRJ/UFF, 1996.

decrece para 3.3%.¹⁶ Na região de Minas Gerais, especificamente em São João del Rei, também uma área sem roda de expostos, a média percentual é de 8%¹⁷. Na vila de Curitiba, também sem misericórdia de amparo aos enjeitados, entre os anos de 1751 e 1800, a média foi de 9,1%¹⁸.

Os dados registrados para São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Paraná indicam que, nas áreas urbanas, a prática do abandono se intensificava, com índices muito maiores do que aqueles registrados em localidades rurais. Explicar essa situação tem sido um desafio para os historiadores. Alguns trabalhos já mencionados anteriormente indicam que, nessas áreas urbanas, os índices de exposição eram maiores porque se tornavam áreas de referência para o abandono; ou seja, as mães e/ou famílias de áreas interioranas optavam por abandonar nessas áreas centrais, mantendo em sigilo o fato, muito mais difícil em pequenos vilarejos¹⁹.

A questão é que o fenômeno da exposição esteve presente em Porto Alegre e, assim como outras vilas urbanas do Rio de Janeiro ou nas áreas centrais de São Paulo, pode ter sido a sede do abandono de crianças, prole de famílias moradoras em áreas vizinhas. A questão é entender o fenômeno da exposição, no contexto de Porto Alegre, a partir de suas singularidades; ou será que o fenômeno no extremo sul da América Portuguesa seguiu padrões de outras áreas da colônia? Recorrendo sempre aos ensinamentos de Marc Bloch, cabe ao historiador saber questionar os documentos, e assim novos caminhos poderão ser percorridos para recompor a história do abandono: “[...] mesmo o mais claro e complacente dos documentos não fala senão quando se sabe interrogá-lo. É a pergunta que fazemos que condiciona a análise e, no limite, eleva ou diminui a importância de um texto retirado de um momento afastado.”²⁰

Nesse sentido, as indagações serão direcionadas para alguns aspectos da prática do enjeitamento na Madre de Deus. Interessa saber quem criava essas crianças? De quem eram

¹⁶ Cf. FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano cultural*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. p. 69.

¹⁷ Cf. BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. Crianças Expostas: um estudo da prática do enjeitamento em São João Del Rei, séculos XVIII e XIX. In: *TOPOI*, v. 7, n. 12, jan.-jun. 2006. p. 116-146.

¹⁸ Cf. CAVAZZANI, André Luiz M. *Um estudo sobre a exposição e os expostos na Vila de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais de Curitiba (Segunda metade do século XVIII)*. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005.

¹⁹ Cf. FARIA, Sheila de Castro. A propósito das origens dos enjeitados no período escravista. In: VENÂNCIO, Renato Pinto (Org.). *De Portugal ao Brasil: uma história social do abandono de crianças*. São Paulo: Alameda; Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2010. p. 80-98.

²⁰ BLOCH, Marc L. Benjamim. *Apologia da história, ou, O Ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. p. 79.

estes domicílios onde eram deixados? Era uma escolha aleatória? Que posição assumiam nos novos lares, como um filho ou como um serviçal? Essas são questões que podem nortear, frente ao problema de pesquisa, e foram justamente elas que levaram a uma personagem singular: Dona Anna Marques de Sampaio.

Através de um cruzamento dos registros paroquiais no banco de dados, chamou atenção a recorrência do nome “Anna Marques de Sampaio”. Sua recorrência aparece em diversos momentos e assumindo variados papéis. Ora “Dona” Anna Marques de Sampaio está testemunhando casamentos, ora está sendo madrinha de um batizado, alforriando escravos na pia batismal e o mais interessante dos casos, batizando expostos que foram deixados na soleira de sua porta. Ainda, em alguns desses casos, foi ela mesma, a madrinha da criança.

O caso dessa personagem histórica foi revelado através de um cruzamento nominativo, ou seja, o nome foi o “fio de Ariadne”²¹, condutor do cruzamento das fontes. Assim, pôde-se perceber que, nas cerimônias de batismos da Madre de Deus de Porto Alegre, Dona Anna Marques de Sampaio foi nada menos que, aproximadamente, 30 vezes convocada para ser madrinha, entre os anos de 1772 e 1799, e outras tantas na virada para o século XIX. Essa mudança de escala para uma análise microscópica não é inocente, ela tem um embasamento nos estudos de micro-história que têm influenciado historiadores brasileiros nos últimos anos, principalmente trabalhos que se banharam no mar da História Social.

Notas sobre a micro-história

Existem muitas discussões historiográficas sobre o conceito de micro-história. Por muitas vezes, foi vulgarizado como um jargão conceitual aplicado para diversos fins. Mas, afinal de contas, a micro-história é um modelo teórico? Jacques Revel, prefaciando uma obra de Giovanni Levi²², deixa claro que a micro-história deve ser compreendida “como um

²¹ Trata-se do mito em que *Teseu* recebe, de *Ariadne*, um fio que o orienta pelo labirinto, onde encontrou e matou o *Minotauro*. Nesse sentido, Carlo Ginzburg se pautou no discurso do mito do labirinto, ao apreender a rica metáfora do “fio do relato, que ajuda a nos orientarmos no labirinto da realidade”. GINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros. Verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 7.

²² “*L’eredità immateriale: Carriera di un esorcista nel Piemonte del Seicento*” (1989) Traduzido, posteriormente, para o português: REVEL, Jacques. Prefácio. In: LEVI, Giovanni. *A herança imaterial*. Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p. 8.

sintoma: uma reação a um momento específico da história social, da qual propõe reformular certas exigências e procedimentos.”²³

Atrelada à História Social e aos desdobramentos da historiografia francesa, a micro-história estaria relacionada à abertura da história — enquanto ciência — ao diálogo com as demais ciências do homem, principalmente a antropologia. Essa aproximação entre a história e a antropologia rendeu bons frutos para ambas as disciplinas. À medida que a antropologia passava a considerar o processo de mudança em seu objeto e não mais analisar grupos ou tribos como sociedades estáticas e imutáveis, a história passou a considerar os comportamentos, crenças e o cotidiano não apenas de homens ilustres ao grupo estudado, mas os homens comuns, antes vistos como irrelevantes. Seguindo essa lógica, a história passou a considerar o homem, sua cultura e sua relação com a estrutura social.

Os homens agem e se relacionam, pois, conforme seus lugares sociais e seus objetivos. Uma visão que não estabeleça o entrosamento dinâmico entre o social e o cultural termina por não levar em conta as possibilidades de variação tanto na cultura quanto na estrutura social, e superestimar as limitações das estruturas culturais e sociais é negligenciar as possibilidades de ação humana que fluem delas ou através delas.²⁴

À luz de novos horizontes trazidos pela antropologia, vem à tona a perspectiva de que os sujeitos não estão completamente condicionados pelas estruturas sociais; suas atitudes podem variar a partir de suas escolhas, e essas escolhas podem ser tomadas no âmbito particular — tendo múltiplas variáveis — de cada grupo e cada sujeito. Esse é um dos pontos-chave para se entender o percurso da micro-história, como salienta Revel, pois ela foi “uma reação a um momento específico da história social”. Nesse caso, entendo que a micro-história italiana foi uma resposta à historiografia do *establishment*, a escola francesa da “Era de Braudel”. Os seguidores dos *Annales* estavam envoltos de grandes massas documentais seriadas e de uma história de longa duração, e explodiam, na França na década de 1960, estudos monográficos de caráter demográfico e quantitativo²⁵.

Esta “revolução quantitativa”, como foi chamada, foi primeiramente sentida no campo econômico, particularmente na história dos preços. Da economia espraiou-se para a história social, especialmente para a história populacional.

²³ REVEL, Jacques. Prefácio. In: LEVI, Giovanni. *A herança imaterial*. Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p. 8.

²⁴ ALMEIDA, Maria R. Celestino de. História e antropologia. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. *Novos Domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. p. 154.

²⁵ Cf. CARDOZO, José Carlos da Silva. Reflexões sobre a abordagem macro e micro na História. In: *MNEME – Revista de Humanidades*, v. 11, n. 28, 2010, Ago./Dez. Disponível em: <<http://periodicos.ufrn.br/mneme/article/viewFile/1045/992>>. Acesso em: 15 out. 2013.

Finalmente, na terceira geração [...] a nova tendência invadiu a história cultural – a história da religião e história das mentalidades.²⁶

A micro-história, nesse sentido, trouxe todas as ferramentas para se repensar a história quantitativa dominante naquele momento — recortes temporais reduzidos, a volta da narrativa e, acima de tudo, reconstituir experiências sociais individuais, comportamentos e atitudes que escapavam ao modelo de história social de nível “macro” e generalizante. É uma mudança de *escala*, nas palavras de Jacques Revel, pois, na medida em que essa “escala” óptica é reduzida, novos conhecimentos emergem do vivido histórico²⁷. Nesse sentido, a “abordagem micro-histórica se propõe enriquecer a análise social tornando suas variáveis mais numerosas, mas complexas e também mais móveis.”²⁸

Ainda nos resta responder a pergunta feita inicialmente: a micro-história é um modelo teórico? Apesar de todos os desdobramentos e conceitos discutidos acerca da micro-história, Giovanni Levi, em um texto de mais densidade a respeito do assunto, logo em suas primeiras linhas, esclarece ao leitor:

Não é por acaso que o debate sobre micro-história não tem sido baseado em textos ou em manifestos teóricos. A micro-história é essencialmente uma prática historiográfica em que suas referências são variadas e, em certo sentido ecléticas. O método está de fato relacionado em primeiro lugar, e antes de mais nada, aos procedimentos reais detalhados que constituem o trabalho do historiador.²⁹

A micro-história pensada por esse viés pode servir como ferramenta de análise³⁰. Uma inspiração que só tem a contribuir quando é refletida para o fenômeno da exposição na Freguesia Madre de Deus de Porto Alegre. O que não é a intenção, de maneira alguma, fazer um trabalho de micro-história. Não assumo essa inspiração como corrente teórica estritamente, como uma “ideologia” epistemológica, comum na academia, as tendências teóricas que acabam se tornando “modismos”. No caso em questão, parte-se do princípio de

²⁶ BURKE, Peter. *A Escola dos Annales (1929-1989): A revolução francesa da historiografia*. São Paulo: Editora UNESP, 1997. p. 67.

²⁷ Entendo escala como “um objeto de análise que serve para medir as dimensões no campo dos relacionamentos [...]. Para a micro-história, a redução da escala é um procedimento analítico, que pode ser aplicado em qualquer lugar, independentemente das dimensões do objeto analisado”. LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter (Org.). *A Escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992. p. 137.

²⁸ REVEL, Jacques. *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998. p. 23.

²⁹ LEVI, op. cit., p. 133.

³⁰ Apesar de tratar a micro-história como uma abordagem metodológica, cf. BARROS, José D'Assunção. *O Campo da História – Especialidades e Abordagens*, Petrópolis: Vozes, 2004. Ressalto que outros autores lhe dão uma epistemologia teórica, conforme SERNA, Justo; PONS, Analet. O Buraco da Agulha. Do que falamos quando falamos de micro-história. In: MARTINS; Maria Cristina B.; MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. *Uma História em escalas – A microanálise e a historiografia latino-americana*. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2012. (Coleção Estudos Históricos Latino-Americanos – EHILA). p. 15-72.

que toda historiografia é uma historiografia de seu tempo, e o mesmo vale para pensadores e inspirações teóricas. A micro-história, mesmo que uma “micro-história tapuia”³¹, nas palavras de João Fragoso, pode ajudar a problematizar o que se denomina na sua bagagem conceitual, o “excepcional normal”, e aqui retornamos à personagem principal desse texto, Dona Anna Marques de Sampaio.

A trajetória de *Anna Marques de Sampaio*: o “excepcional normal”

Manuel Marques de Sampaio é filho de fidalgos portugueses de Braga, nasceu na Freguesia de Santiago, na Vila de Extremos, no bispado de Évora. Migrou para o Brasil ainda jovem, contraiu núpcias com Dona Clemência Maria de Jesus, na Freguesia de Nossa Senhora do Desterro, em Santa Catarina. Permaneceu seus primeiros anos de casado em Santa Catarina, migrando para o Rio Grande do Sul, onde passou a viver em Viamão, depois se transferindo para a recém-formada freguesia Madre de Deus de Porto Alegre. Assumiu lugar de destaque naquela sociedade, atuando como “cirurgião-mor” e, no início do século XIX, integrou-se à Câmara de Vereadores. Sabe-se que em uma sociedade de “Antigo Regime” como a portuguesa, títulos e pronomes de tratamento como “dona” e “capitão” cabiam a sujeitos de destaque social³². Na freguesia Madre de Deus de Porto Alegre os capitães eram “homens bons”, isto é, pessoas de cabedal de uma determinada localidade, todos chefes de família abastados e respeitáveis habilitados a votar³³.

Anna Marques de Sampaio foi uma das primeiras filhas do casal, nasceu ainda na Freguesia do Desterro, no ano de 1753, falecendo em Porto Alegre, com a idade avançada de 103 anos, no dia 12 de julho de 1856. Anna Marques de Sampaio ainda teve outros irmãos, sendo que três deles seguiram a carreira religiosa, tornaram-se padres, alguns em Porto Alegre

³¹ Para os primeiros séculos da história colonial brasileira, o uso da micro-história italiana esbarra em obstáculos sérios, entre eles, a fragilidade dos arquivos. Por razões óbvias, a falta de *corpus* documentais que permitam o rastreamento “das pessoas”, em suas múltiplas relações, dificulta a análise das experiências sociais. Nesses casos, temos, no máximo, uma micro-história feia, tapuia, diferente da italiana. Acho que ter claro estes limites impede decepções e ciladas. FRAGOSO, João. Afogando em Nomes: temas e experiências na história econômica. *TOPOI*, Revista do Programa de Pós-Graduação em História Social. Rio de Janeiro: UFRJ, n. 5, p. 41-70, 2002. p. 63.

³² Para se ter um exemplo, o dicionário organizado por Raphael Bluteau (1712-1721) inicia o verbete de “Dona” como: “*Mulher de destaque social*”. Mais adiante, prossegue: *Dona como derivado do Latim Domina quer dizer Senhoras; com este título de Domina erão tratadas geralmente entre os Romanos mais corteções as mulheres moças, ou donzellas, sendo nobres. Cf. BLUTEAU, Rafael, Vocabulário português e latino... Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1721. 8 v. Disponível em: <<http://www.ieb.usp.br/online/>>. Acesso em: 15 out. 2013.*

³³ COMISSOLI, Adriano. *Os “homens bons” e a Câmara Municipal de Porto Alegre (1767-1808)*. Porto Alegre: Câmara Municipal de Porto Alegre, 2008. p. 75.

e outros acabaram administrando outras paróquias das redondezas. Todas essas informações foram obtidas a partir do cruzamento nominativo, no qual o “nome” foi o fio condutor da análise. Ao cruzar os registros paroquiais com um leque de outras fontes (inventário, testamento, processos jurídicos e rol de confessados) o conjunto de informações sobre Anna Marques de Sampaio ficou mais amplo. A título de exemplo, abaixo segue um rol de confessado do seu “fogo”³⁴, que nos dá indícios do ambiente em que Anna Marques de Sampaio foi gerada.

Ilustração I – Rol dos Confessados da freguesia de Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre nesta quaresma. 1790.³⁵

<i>Manuel Marques de Sampaio</i>	CC		CH
Clemência, sua mulher	CC		CH
Reverendo <i>Manuel Marques de Sampaio</i> , seu filho	CC		CH
Antônio, seu filho	CC		?
Ana, sua filha	CC		?
Isabel, sua filha	CC		CH
Manuel José, agregado	CC		CH
Catarina, agregada	?	?	CH
Bernardo, agregado	?	?	?
<i>Escravos</i>			
Joaquim	CC		CH
[Antônio?]	CC		CH
Manuel	CC		CH
Domingos	CC		CH
João	?	?	CH
Josefa	CC		?
Teresa	CC		CH
Isabel	?	C	?
Domingos	?	?	?
Luzia	?	?	?
Constantino de Caro, agregado	?	?	?

Fonte: Arquivo Histórico Cúria Metropolitana de Porto Alegre.

Anna Marques de Sampaio, o nome sempre acolhido pelo prefixo “Dona”, como seguidamente foi registrada nos documentos, veio de um berço abastado. Seu lar era composto de alguns agregados e inúmeros escravos. Não optou pelo sagrado matrimônio,

³⁴ Assim eram tradicionalmente denominados os domicílios em Portugal e nas colônias portuguesas. Equivalentes em outros idiomas também eram utilizados nos países concernentes. Raphael Bluteau considera como sinônimo de “Família”, muito embora seja bastante ambíguo este conceito, para o século XVIII. Este dicionarista exemplifica, por exemplo, a utilização do termo: “Villa, que tem cem, ou duzentos fogos” [1712], o que reforça a ideia de família como domicílio. NADALIN, op. cit., p. 170.

³⁵ Ilustração extraída de FREITAS, Denize T. Leal. *Quem casa na freguesia Madre de Deus de Porto Alegre: A formação social através dos registros paroquiais de casamento (1772-1806)*. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Curso de História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, 2008.

viveu e morreu no estado de “solteira”, como confirma o registro de seu óbito. O fato de não ter casado no decorrer de sua longa vida, a coloca em uma parcela daquela população definida pelos demógrafos historiadores como “celibatário definitivo”³⁶. Assim, podemos dizer que Dona Anna Marques de Sampaio era uma mulher incomum para sua época; era uma mulher de destaque social, possuidora de terras e escravos.

As fontes ainda permitiram acesso a um episódio peculiar na vida de Anna Marques de Sampaio. No ano de 1833, envolveu-se em um episódio policial, quando mandara um escravo e um agregado matarem, à espingarda, uma junta de bois de seu vizinho que cruzavam suas terras localizadas à beira do rio Guaíba. O episódio lhe custou um “processo judicial de conciliação”, no qual se recusou a comparecer à justiça alegando estar doente, entretanto, pagou para seu vizinho Joze Pereira Dias — quem havia prestado queixa — o valor do gado, assumiu a responsabilidade mesmo sem se pronunciar e assinou o acordo³⁷.

Esses são pequenos episódios que fazem parte da trajetória de Anna Marques de Sampaio, essa personagem que teve um traço marcante em relação à pesquisa pelas inúmeras vezes que compareceu na pia batismal amadrinhando crianças livres e escravas, algumas que até concedeu alforria e outras crianças expostas. É interessante ressaltar, ainda, o número de expostos que foram enjeitados em sua casa no século XIX. Segue, abaixo, uma relação desses pequeninos, seguido das datas que foram batizados e seus eventuais padrinhos:

Quadro I – Os expostos de *Dona Anna Marques de Sampaio*

Data do Batismo	Nome do exposto	Padrinhos
02/04/1818	Ritta	Joze Rodrigues de Oliveira
		Florisbella Cherobina de Sampaio
14/07/1821	Antonio	Jose Thomas de Lima
		<i>Dona Anna Marques de Sampaio</i>

³⁶ A base estatística deste conceito é constituída pela frequência dos homens e mulheres que, numa determinada população, atingem a idade de 50 anos sem nunca terem se casado. Em sociedades nas quais são poucas as evidências de uniões consensuais – e, portanto, sendo a regra o casamento na regulação da união entre um homem e uma mulher – uma maior ou menor taxa de celibato definitivo pode refletir problemas que impedem o casamento; ou, ao contrário, que o estimulam. Esta taxa é geralmente confrontada com as médias de idade dos homens e mulheres ao contraírem pela primeira vez um matrimônio. NADALIN, op. cit., p. 167.

³⁷ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Processo Judicial/Conciliação - 137 Réu: Anna Marques de Sampaio - 01/01/1833. Localização: Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul.

19/03/1822	Duarte	<i>Alferes</i> Patrício Correa da Câmara
		Florisbella Cherobina de Sampaio
01/07/1824	Antonio	<i>Cônego Vigário Geral</i> Antonio Vieira da Soledade
		<i>Dona</i> Anna Marques de Sampaio
29/07/1826	Jozefa	Antonio Joze de Oliveira Guimarães
		<i>Dona</i> Francisca Cândida de Souza
19/07/1830	João	Duarte Marques de Sampaio
		Flora Florentina de Sampaio
08/02/1831	José	<i>Tenente</i> Joaquim Pedro de ?
		<i>Dona</i> Anna Marques de Sampaio

Fonte: Arquivo Histórico Cúria Metropolitana de Porto Alegre. Livro V-VI de Batismo da população livre da paróquia Madre de Deus de Porto Alegre

Tocado neste traço importante da vida de Anna Marques de Sampaio, como foi dito, ela se apresenta como “o excepcional normal”³⁸. Destaca-se na “longa duração” dos batismos da Madre de Deus de Porto Alegre. Como foi mencionado anteriormente, não contraiu núpcias, vivendo sua vida no estado de solteira, o que, de certa forma, é incomum para uma sociedade assentada na família. Nesse sentido, pode-se pensar que talvez por considerar o casamento uma etapa tão importante — devido ao seu cabedal social — ela optou por “permanecer no estado de solteira”, visto que muito provavelmente não tenha encontrado cônjuge à altura de suas expectativas sociais.

Por conseguinte, o número de crianças que são deixadas na sua porta é muito significativo — sete no total. Geralmente, as recorrências maiores encontradas para Porto Alegre eram de três crianças deixadas em uma mesma família, ao longo do século XIX. As primeiras inquietudes que correm aos olhos do pesquisador é saber se, afinal, essas crianças permaneceram no seu lar, se foram por ela criadas, e qual o papel dessas crianças na vida de Anna Marques der Sampaio.

³⁸ Na definição de Ginzburg, o “excepcional normal” pode ter dois significados: o primeiro refere-se ao documento que é aparentemente excepcional, mas que se constitui como uma prática comum no cotidiano social; e o segundo é o documento que é, por si, excepcional, o que pode dar conta de uma norma do cotidiano social. GINZBURG, Carlo. O nome e o como. In: GINZBURG, Carlo; CASTELNUOVO, Enrico; PONI, Carlo (Org.). *A micro-história e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 1989. p. 177-178.

Todos os expostos foram batizados em sequências, com diferenças de dois ou no máximo três anos, e seus padrinhos foram militares, clérigos, “Donas” e, em alguns casos, ela mesma assume o papel de madrinha. A princípio, essas crianças receberam o mesmo tratamento. Entretanto, há uma possível brecha que pode ao menos dar uma luz ao caso descrito. Trata-se do exposto Duarte, enjeitado no dia 19 de março de 1822. Seus padrinhos foram um alferes, Patrício Correa da Câmara, e Florisbella Cherobina de Sampaio, sobrinha de Anna Marques de Sampaio. O caso é que o Duarte Marques de Sampaio, que apadrinha o exposto João, em 19 de março de 1830, é o mesmo Duarte enjeitado em sua porta. O exposto Duarte passou a ser Duarte Marques de Sampaio e, depois, um dos herdeiros de Anna Marques de Sampaio, “que criei por ter sido exposto em minha casa”. Refiro-me ao testamento datado de 1844, deixado por *Anna Marques de Sampaio*, através do qual ela torna seu testamentário e herdeiro, o exposto Duarte Marques de Sampaio ao “que eu criei por ter sido exposto em minha casa.”³⁹

A questão inquietante é por que apenas Duarte foi privilegiado, acolhido e reproduziu o nome de “Marques Sampaio”. A primeira hipótese é de se tratar de um filho ilegítimo, o que não é possível, visto a idade que Anna Marques tinha na data da exposição (cerca de 70 anos). Talvez o filho ilegítimo de um familiar. Nesse caso, seu lar serviu para cobrir uma “falsa exposição” e garantir a honra dos Marques de Sampaio⁴⁰.

Também podemos pensar que seu fogo serviu de passagem para esses expostos, cobrindo um papel de benevolência com essas crianças. Sobre ter ficado com um exposto, Duarte, pode ter sido para servir-lhe na velhice. Até o momento, não encontramos evidência de Anna Marques de Sampaio ter recebido algum auxílio camarário para a criação desses expostos, o que leva a crer que eles foram passados a uma ama-de-leite em outro lar para criação⁴¹.

³⁹ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Processo Judicial/Testamento - 1087 - Testador: Anna Marques de Sampaio - 01/01/1844. Localização: Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul.

⁴⁰ Para a compreensão do problema dos expostos, é crucial o conceito de “honra”, relacionado com a condição social da mulher, pois não era qualquer moça solteira que perdia a honra ao perder a virgindade. A sociedade de então, quer na metrópole, quer no Brasil, aceitava que a mulher “honrada”, isto é, com algum tipo de nobreza (nem que fosse apenas aquele relacionado com o desempenho de cargos públicos por seus parentes), expusesse o filho natural, ao passo que a plebeia devia enfrentar sozinha a situação. Cf. SILVA, Maria Beatriz Nizza da. O problema dos expostos na Capitania de São Paulo. In: *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, 1980-81, tomo XXX, 1981. p. 150.

⁴¹ Trata-se de um fenômeno recorrente no contexto do Antigo Regime europeu e pode ser refletido nesse caso: a “circulação de crianças”. Um estudo para Vila Rica nas Gerais mostrou que as crianças tinham alta mobilidade

A questão é que todas as hipóteses podem explicar esse caso. O que sabemos é que Duarte Marques de Sampaio casou-se com Damazia Antonia Chaves e passou a residir na Freguesia vizinha de Triunfo. Essas informações foram coletadas no registro de casamento da filha de Duarte Marques de Sampaio, que se casou no dia “vinte e seis dias do mês de janeiro 1870”, em Triunfo⁴². É interessante ressaltar que, em homenagem à sua benfeitora, Duarte Marques de Sampaio batizou sua filha com o nome de Anna Marques de Sampaio.

Essa trajetória reconstituída até aqui — que merece um tratamento ainda mais amplo, com novas fontes — já pode nos mostrar um caso de um exposto que, apesar do abandono, foi criado em um novo lar, recebeu um nome e passou a ser herdeiro de terras. Talvez a sorte estivesse ao seu lado, lembrando que Anna Marques de Sampaio não contraiu núpcias, assim não teve filhos legítimos — o que seria uma concorrência árdua para Duarte, pois os filhos legítimos são herdeiros legais. Talvez o fato de Duarte ter sido o único exposto a receber herança pode nos sugerir que era filho ilegítimo de algum familiar de Anna Marques — visto que outras crianças também foram expostas em sua casa —, fruto de alguma relação ilícita aos olhos da Igreja. Casos como esses que abrem “o espaço para as incertezas, os ‘talvez’, os ‘poderia ser’ a que o historiador tem de recorrer quando as evidências são inadequadas ou geram perplexidade.”⁴³

Apesar desses labirintos de pesquisa, o caso de *Anna Marques de Sampaio* pode servir de exemplo para romper alguns pressupostos acerca do fenômeno do abandono. Que nem toda a criança exposta necessariamente viveu num estado de marginalidade social. Que essa questão está muito mais atrelada à sorte de destino que a criança terá, podendo ser enfeitada em lares onde gozará de direitos e reproduzirá o estatuto social dessa família⁴⁴. Penso, assim, que uma

pelas famílias da Vila. Abandoná-las nas portas não significava que o lar as iria receber e, mesmo que as recebesse, não garantiria a permanência na casa. Ambos os casos estavam presentes, ou seja, havia aquelas que encontravam receptividade já no primeiro domicílio e outras que passavam de mão em mão até serem acolhidas. Cf. FRANCO, Renato J. Assistência e abandono de recém-nascidos em Vila Rica colonial. In: VENÂNCIO, Renato Pinto. (Org.). *De Portugal ao Brasil: uma história social do abandono de crianças*. São Paulo; Belo Horizonte: Alameda; Ed. PUC Minas, 2010. p. 156.

⁴² Arquivo Histórico Cúria Metropolitana de Porto Alegre. Livro N° 6 de casamento de Trinfo.

⁴³ DAVIS, Natalie Zemon. *O retorno de Martin Guerre*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 10.

⁴⁴ O estudo André L. Cavazzani, para Curitiba, mostrou que os expostos acabavam encontrando, no âmbito do *fogo* que os acolheu, as condições que lhes permitiram, quando adultos, inserir-se socialmente no meio que os circundava, da forma mais convencional possível numa sociedade altamente ordenada nos quadros do catolicismo ibérico: casando-se legitimamente. Cf. CAVAZZANI, André Luiz M. *Um estudo sobre a exposição e os expostos na Vila de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais de Curitiba (Segunda metade do século XVIII)*. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005. p. 143.

abordagem macro e micro só podem trazer benefícios ao historiador visto que uma não exclui a outra.

Considerações finais

Lembrando-se do personagem Sherlock Holmes, o ilustre detetive, criado por Sir Arthur Conan Doyle, em inúmeras de suas histórias gabava-se de sua astúcia frente à *Scotland Yard*. Sua principal crítica dirigida à polícia londrina era que, de maneira comum, pecava quando distorcia os fatos para encaixar uma teoria pré-definida pelos seus investigadores, o que deveria ocorrer, para Holmes, o processo totalmente contrário.

O caso de Holmes pode nos dizer muito. O que procurei mostrar, nesse texto, é de como o corpo teórico-metodológico deve servir ao pesquisador como ferramenta de análise. Assim, cabe ao pesquisador pensar nesse recurso da maneira que melhor contemple o objeto sugerido para análise. No caso, aqui, a junção da macro-história, seu aspecto quantitativo, com a micro-história, na medida em que são recuperadas trajetórias individuais, o recurso de um banco de dados consistente tem se tornado frutífero e enriquecedor para trazer à tona a história do abandono em Porto Alegre nos séculos XVIII e XIX.

Nesse sentido, a trajetória de Anna Marques de Sampaio pode servir como uma reflexão sobre os inúmeros destinos possíveis que esperavam estas crianças enjeitadas, apesar da morte prematura⁴⁵ e da marginalização social que estigmatizavam essas crianças, conforme os estudos referentes às “Rodas de Expostos”⁴⁶. O abandono domiciliar pareceu suavizar esses estigmas sociais.

O caso mostrado de Duarte Marques de Sampaio esteve bem longe de uma marginalização social. Entretanto, o fato de ter recebido tantos expostos pode nos levar a pensar que a exposição infantil era um mecanismo de múltiplas facetas, que poderia ser cometido nas mais diversas intenções, a de quem abandonava e a de quem acolhia a criança.

⁴⁵ Relativo aos índices de mortalidade de crianças expostas, ver SILVA, Jonathan Fachini. Destinos incertos: Um olhar sobre a exposição e a mortalidade infantil em Porto Alegre (1772-1810). In: *Revista Eletrônica Cadernos de História*, ano 7, n. 1, junho de 2012. Disponível em: <<http://www.ichs.ufop.br/cadernosdehistoria/ojs/index.php/cadernosdehistoria/article/view/256>>. Acesso em: 10 out. 2013.

⁴⁶ Cf. VENÂNCIO, Renato Pinto. *Famílias Abandonadas: assistência à criança de camadas populares no Rio de Janeiro e em Salvador – séculos XVIII e XIX*. Campinas: Papirus, 1999.

Desvendar esse universo multifacetado do abandono é, no entanto, o objetivo dessa pesquisa.
Eis, aqui, o ofício do Historiador!

Recebido em: 17/06/2013

Aprovado em: 25/01/2014

Da “servidão dos juros” à “colônia de banqueiros”: uma análise dos escritos de Gottfried Feder e Gustavo Barroso

Marcelo Alves de Paula Lima
Bacharel em História
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
marceloapl@yahoo.com.br

RESUMO: Buscamos estabelecer diálogos entre os escritos de dois importantes ideólogos: um nazista, Gottfried Feder, e outro integralista, Gustavo Barroso. Notamos, em ambos os autores, a defesa da moralização da economia e um chamado à luta contra as altas finanças internacionais, associadas ao judeu. O tema da opressão dos bancos e dos juros é mobilizado de forma bastante similar nas duas obras. Diferente, porém, de Barroso, Feder defendia um projeto engajado no expansionismo imperialista e no desenvolvimento industrial.

PALAVRAS-CHAVE: nacional-socialismo, integralismo, anti-imperialismo.

ABSTRACT: We sought to establish dialogues between the writings of two distinguished ideologue: a nazi, Gottfried Feder, and an integralist one, Gustavo Barroso. Both authors call for the moralization of the economy and for the struggle against the international high finances, which are linked to the Jewish people. The theme of the oppression from banks and interests is mobilized in a very similar way in the two books. Unlike Barroso, however, Feder stood up for a project that was engaged on the imperialist expansion and the industrial development.

KEYWORDS: national-socialism, integralism, anti-imperialism.

Introdução

O presente trabalho se concentrará no plano das ideias integralistas e nazistas em seus estágios iniciais, tentando estabelecer diálogos entre ambos os discursos. Robert Paxton nos alerta que, se nos concentrarmos em demasia no estudo dos escritos dos primeiros ideólogos fascistas, correremos o risco de exagerar seu aspecto antiburguês e sua crítica ao capitalismo – aspectos esses que desvaneciam à medida que o fascismo se aproximava do poder¹. Porém, como bem observou Eugen Weber, a história nos mostra muitos outros grupos políticos que, uma vez no poder e pelos mais diversos motivos, não se mantiveram fiéis às suas doutrinas².

¹ PAXTON, Robert O. *A anatomia do fascismo*. São Paulo: Paz e Terra, 2007, p. 98, 102.

² WEBER, Eugen. *Varieties of fascism: doctrines of revolution in the twentieth century*. Princeton: D. van Nostrand, 1964, p. 10.

A importância desse trabalho está em realizar uma comparação entre nacional-socialismo e integralismo recorrendo ao texto de um ideólogo nazista, recurso que não notamos em outros trabalhos. Pretendemos dar continuidade a trabalhos como o de Felipe Cazetta³, empenhados em analisar os autores que influenciaram o pensamento integralista. Cazetta estuda os autores brasileiros que influenciaram as ideias de Plínio Salgado, como Alberto Torres e Oliveira Vianna. Aqui, tentaremos analisar como as ideias de um autor nazista dialogam com o integralismo de Gustavo Barroso, bem como possíveis apropriações do primeiro pelo segundo, sempre tendo em mente que o integralismo foi um movimento “autônomo, surgido das circunstâncias históricas, sociais e políticas da sociedade brasileira da época [e] tinha toda uma doutrina adaptada a esta realidade, o que o diferenciava em muitos pontos do nazismo.”⁴

Jefferson Rodrigues Barbosa observa que os integralistas sempre reafirmaram a originalidade de sua doutrina ante os regimes fascistas europeus, especialmente após a implantação do Estado Novo, quando o jornal *Ação* pautou seus artigos no sentido de desvencilhar o integralismo de manifestações europeias⁵. Porém, os trechos d’*Ação* de dezembro de 1937, que Barbosa cita, contém passagens que já haviam sido escritas por Barroso em *O quarto império* (1935) e *O integralismo e o mundo* (1936)⁶. Em todo o caso, o fato de os integralistas dizerem que não eram fascistas não é, por si só, um indicativo do caráter não-fascista de sua ideologia. Os escritos integralistas devem ser lidos, como nos recomenda Le Goff, como monumentos: tentativas conscientes ou inconscientes de um grupo ou sociedade de passarem uma imagem de si mesmos⁷. Cabe a nós perscrutar as intenções daqueles que os produziram e não aceitar ingenuamente a imagem que queriam passar de si. Um dos grandes trunfos do sigma, segundo seus adeptos, era sua não-filiação a ideias estrangeiras. Enquanto o liberalismo e o marxismo seriam ideias importadas, o integralismo era considerado a única doutrina tipicamente brasileira e, por isso, a única capaz de lidar com os problemas do país. Por isso a insistência dos integralistas em reafirmar a originalidade de sua doutrina, configurando a “falácia autonomística” de que nos fala Gilberto Vasconcellos⁸.

³ CAZETTA, Felipe. *Fascismos e Autoritarismos: a cruz, a suástica e o caboclo – fundações do pensamento político de Plínio Salgado – 1932-1945*. Dissertação (Mestrado em História) – UFJF, Programa de Pós-Graduação em História, Juiz de Fora, 2011, 172p.

⁴ CRUZ, Natália dos Reis. *O integralismo e a questão racial: a intolerância como princípio*. Tese (doutorado em história). UFF, Programa de Pós-Graduação em História, Niterói, 2004, p. 47.

⁵ BARBOSA, Jefferson Rodrigues, *Sob a sombra do eixo: camisas-verdes e o jornal integralista Ação (1936-1938)*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Unesp, Marília, 2007. P. 103, 106.

⁶ Comparar: *Ação* citado em BARBOSA, Jefferson Rodrigues, *Sob a sombra do eixo: camisas-verdes e o jornal integralista Ação (1936-1938)*, p. 183, 184 com BARROSO, Gustavo. *O quarto Império*. Rio de Janeiro: livraria José Olympio, 1935, p. 174 e _____. *O integralismo e o mundo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1936, p. 16-17. A diferença é que, no jornal, substituiu-se “integralismo” por “ex-integralismo”.

⁷ LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 5ª edição. Tradução de Bernardo Leitão. Campinas: Editora da UNICAMP. 2003. 541p.

⁸ VASCONCELLOS, Gilberto. *A ideologia curupira: análise do discurso integralista*. São Paulo: Brasiliense, 1979, p. 57, 58.

Gottfried Feder e Gustavo Barroso

Escolhemos trabalhar com Gustavo Barroso e Gottfried Feder não só porque foram importantes ideólogos de seus respectivos movimentos, mas também porque ambos têm discursos muito similares, especialmente no ataque que empreendem aos juros e ao capital financeiro. O fato de Barroso ter sido um leitor de Feder também foi um fator que poderia enriquecer essa análise. Ambas as obras analisadas – *Das Programm der NSDAP* e *Brasil, colônia de banqueiros* – têm um teor panfletário e pouco reflexivo, o que facilita o diálogo entre elas⁹.

Gottfried Feder (1883-1941) foi o responsável por elaborar a doutrina econômica do Partido Nacional-socialista dos Trabalhadores Alemães (NSDAP). Nascido na cidade bávara de Würzburg, Feder é descrito por Shirer como um “engenheiro-construtor e maníaco por questões econômicas”. Em 1917, Feder funda a Liga de Combate Alemã para a Abolição da Escravidão dos Interesses Pessoais. Sua palestra na sede do Partido dos Trabalhadores Alemães, em 1919, despertou o interesse de Hitler, que se filiou e tomou as rédeas do partido, vindo a transformá-lo no NSDAP¹⁰.

Já Gustavo Barroso (1888-1959) nasceu em Fortaleza, Ceará, vindo a ingressar na Ação Integralista Brasileira (AIB) em 1933. Na hierarquia da AIB, ele estava atrás apenas do chefe nacional, Plínio Salgado. Entre as lideranças integralistas, ele destacava-se por seu antissemitismo. Nos escritos de Barroso vemos que ele foi influenciado por ideólogos nazistas ou que haviam contribuído para a doutrina nacional-socialista, como Alfred Rosenberg, Houston Stewart Chamberlain e Gottfried Feder. Em 1934, Artur Schmidt-Elskop, ministro alemão no Brasil, escrevia que Gustavo Barroso havia lhe consultado, demonstrando interesse em materiais sobre o nacional-socialismo¹¹. Ademais, um relatório policial de janeiro de 1937 mostra que entre os exemplares da biblioteca do núcleo integralista de Cantagalo-RJ estava uma edição de *Bases do nacional-socialismo*, de Gottfried Feder¹².

Tanto em Barroso como em Feder, vemos uma denúncia constante do que os autores chamam de “mamonismo”, a adoração compulsiva da riqueza. Por trás do mamonismo estaria o grande capital financeiro internacional que esmaga o direito de autodeterminação dos povos. No topo dessa maquinação estaria aquilo que Feder chama de “plutocracia internacional”¹³. Barroso acusa o capitalismo internacional de forçar os países a sacrificarem enorme parcela de

⁹ “[Os livros de Gustavo Barroso] são panfletos grosseiros, sem elaboração teórica, sem constituírem uma obra de reflexão, como as de Plínio Salgado e de Miguel Reale, por exemplo. (...) No discurso fascista, essa diferença entre ideólogos e panfletários tende a ser diluída”. CYTRYNOWICZ, Roney. *Integralismo e antissemitismo nos textos de Gustavo Barroso na década de 1930*. Dissertação (mestrado em história). USP, Programa de Pós-Graduação em História, 1992, p. 12.

¹⁰ SHIRER, William Law. *Ascensão e queda do Terceiro Reich*. 6ª edição, Volume 1, Tradução de Pedro Pomar, Leonidas Gontijo de Carvalho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975, p. 67-68.

¹¹ HILTON, Stanley. *O Brasil e a crise internacional (1930-1945): cinco estudos*. Coleção Retratos do Brasil, volume 99. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977, p. 33, 34.

¹² CRUZ, Natália dos Reis. *O integralismo e a questão racial: a intolerância como princípio*, p. 39.

¹³ BARROSO, Gustavo. *Espírito do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1936, p. 275, 276. FEDER, Gottfried. *Das Manifest zur Brechung der Zinsknechtschaft des Geldes*. Munique: Verlag Jos. C. Huber, 1919, p. 5.

seu orçamento para o pagamento de dívidas. Ele define esse estado como uma “servidão dos juros do dinheiro”, apropriando-se da expressão cunhada pelo engenheiro alemão¹⁴.

Gottfried Feder e a “servidão dos povos”

Klaus-Dietmar Henke observa que o poder descomunal dos bancos foi um dos alvos prediletos do discurso nacional-socialista. Tais críticas vieram a se somar àquelas que já eram comuns desde o fim do século XIX, com o crescimento da importância dos bancos na economia alemã. O poder cada vez maior do sistema bancário, transcendendo a dimensão regional, alimentava discursos que denunciavam a “autoridade do capital financeiro”. Os ideólogos nazistas viam no capital financeiro um entrave à economia nacional (*Volkswirtschaft*), que só poderia se desenvolver se prevalecesse a harmonia entre patrões e trabalhadores¹⁵. Em Gottfried Feder, esse ódio aos bancos se expressa de forma exemplar.

O cenário no qual o nacional-socialismo emergiu era marcado por conflitos. As elites eram acusadas de concentrar cada vez mais riquezas, ignorando o sofrimento das massas e deixando-as à mercê dos comunistas. Ao narrar a história do nacional-socialismo, Walter Frank, importante historiador do Terceiro Reich, destaca a virtude de Hitler ao reconhecer o quanto as antigas camadas dirigentes da Alemanha imperial estavam obsoletas, incapazes que eram de compreender a psicologia das massas. Só Hitler teria compreendido a necessidade de se criar um novo nacionalismo, baseado no povo e atento às suas carências¹⁶. Por outro lado, recrudesciam os movimentos operários e os conflitos sociais e crescia o medo do comunismo. Portanto, o nacional-socialismo veio à tona com a proposta de uma terceira via ao comunismo e ao capitalismo liberal. É o que vemos na seguinte passagem:

As pessoas que agiram de forma economicamente irracional no passado já não conseguem domar o caos reinante. Espremidas por cima pelos impostos e juros, ameaçadas por baixo pelo rancor anormal das massas de trabalhadores, elas se jogaram à cegueira absurda do capital financeiro e do “Estado” a seu serviço. Os espoliadores que se beneficiam desse estado de caos permitirão a essas pessoas figurarem somente como guardadores de escravos da massa.¹⁷

A escolha do termo “espremidas” (*ausgepreßt*) demonstra a situação delicada em que as camadas médias alemãs se encontravam, hostis às altas finanças que as empurravam para a proletarianização, mas temerosas diante do recrudescimento do movimento operário. A própria trajetória de Hitler representa esse estado de coisas. Ao ver os recursos de sua herança se

¹⁴ BARROSO, Gustavo. *A palavra e o pensamento integralista*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1935, p. 94, 95.

¹⁵ HENKE, Klaus-Dietmar. *Die Dresdner Bank 1933-1945: Ökonomische Rationalität, Regimenähe, Mittäterschaft*. Munique: R. Oldenbourg Verlag, 2006, p. 12, 25, 26.

¹⁶ FRANK, Walter. *Zur Geschichte des Nationalsozialismus*. Hamburg: Hanseatische Verlagsanstalt, 1938, p. 12.

¹⁷ FEDER, Gottfried. *Das Programm der NSDAP und seine weltanschaulichen Grundgedanken*. Munique: Verlag Frz. Eher Nachf., 1932, p. 25 (todos os trechos das obras de Gottfried Feder aqui reproduzidos foram traduzidos por mim).

esgotarem, Hitler passou por dificuldades financeiras, passando frio e fome, ao mesmo tempo em que se recusava a procurar um emprego regular. Seu grande temor – como o de grande parte da pequena burguesia alemã – era cair nas fileiras do proletariado. Foi justamente esse medo da proletarização que o nacional-socialismo soube explorar tão bem¹⁸.

Coube a Gottfried Feder redigir o programa do Partido Nacional-socialista dos Trabalhadores Alemães em 1920. Neste programa encontramos importantes documentos, como os 25 pontos do partido. Eis o que diz o autor sobre a questão agrária:

O sentido e o espírito do programa mostram com clareza incomparável que o nacional-socialismo é um convicto inimigo do marxismo, recusando de forma veemente o ensinamento destrutivo da “expropriação de toda propriedade” e vendo no campesinato tradicional, inimigo do internacionalismo marxista, o melhor e mais seguro fundamento do Estado nacional. Mas também como forte inimigo do grande capital e de seus vícios, que busca mobilizar todos os trabalhos agrícolas e explorar os camponeses por meio de juros e impostos, o nacional-socialismo exige proteção estatal da propriedade agrária contra o ataque dos bancos e das finanças.¹⁹

Logo, a crítica de Feder ao capitalismo não questionava a propriedade privada. O próprio capitalismo era identificado como uma ameaça à propriedade privada, visto que os bancos eram acusados de explorar os proprietários com juros e especulação. Se, por um lado, o comunismo aboliria a propriedade privada, por outro o capitalismo promoveria a concentração de riquezas nas mãos de um grupo cada vez mais restrito. O autor valoriza o campesinato tradicional, pois sua ligação à terra é um contraponto ao espírito cosmopolita e desenraizado representado pelo judeu.

Feder observa ainda que “Três grandes inimigos se colocam contra a realização do programa nacional-socialista: o marxismo, o parlamentarismo e, acima de ambos, o grande capital financeiro.”²⁰ Nota-se, portanto, uma desconstrução do antagonismo entre comunismo e capitalismo, ambos acusados de se aliarem na mesma empreitada:

Capitalismo e marxismo são uma coisa só! Eles derivam dos mesmos fundamentos espirituais. Nós, nacional-socialistas, somos seus maiores inimigos porque nos separa um mundo; separa-nos toda uma noção de construção da sociedade. Para nós não se trata de classes ou luta de classes, de classes ou egoísmo de classes – o bem geral é a lei primordial.²¹

A luta de classes é tida como um fator negativo, pois desagrega a nação e incita ao egoísmo, colocando os interesses de uma classe acima dos interesses das demais. Logo, por mais que o autor valorize o campesinato tradicional, ele faz questão de dizer que o nacional-socialismo não se atém a particularismos de classe.

¹⁸ SHIRER, William Law. *Ascensão e queda do Terceiro Reich*, p. 43.

¹⁹ FEDER, Gottfried. *Das Programm der NSDAP*, p. 13.

²⁰ _____. *Das Programm der NSDAP*, p. 38.

²¹ _____. *Das Programm der NSDAP*, p. 57.

Desacreditando o capitalismo e o comunismo em suas capacidades de mudarem os rumos da Alemanha, Feder tenta passar ao seu leitor a ideia de que somente o nacional-socialismo estaria verdadeiramente comprometido com os interesses nacionais:

Apesar de todos os gritos marxistas, apesar das frases piedosas do *Zentrum*, apesar dos clamores da economia contra o fardo dos impostos e dos juros, desconhece-se o verdadeiro inimigo mundial, composto pelo cerne do grande capital e por seus representantes: os judeus. O povo é chicoteado pelos juros, todas as camadas sociais estão com os cobradores de impostos em seu encaço – mas quem se atreve a levantar-se contra a onipotência dos bancos e do capital financeiro? Contrariando todas as experiências, o capital financeiro, sem esforço e sem trabalho, cresce por si só cada vez mais, por meio dos juros, dividendos e aluguéis, tornando-se cada vez mais poderoso. [...] Nós todos sabemos que nem os partidos de esquerda, com seus gritos mentirosos de “abaixo o capitalismo!”, nem os partidos de direita com suas frases patrióticas têm a competência de inaugurar uma nova época mundial [...].²²

Desse modo, somente os nazistas poderiam resolver os problemas alemães, pois somente eles conheceriam as raízes desses problemas. Tais raízes estariam nos judeus. Ao escrever que “todas as camadas sociais estão com os cobradores de impostos em seu encaço”, Feder despoja o nacional-socialismo de qualquer caráter classista. Enquanto o marxismo agiria em benefício de uma classe específica, o nacional-socialismo lutaria em prol da nação. Essa capacidade de manobra foi um dos grandes trunfos dos partidos fascistas, inclusive do nacional-socialismo. Enquanto os demais partidos identificavam-se com determinado segmento da sociedade, os nazistas conseguiam elaborar um discurso que transcendia as classes e alcançava a todos. Logo, o NSDAP foi “o primeiro partido alemão a se dirigir a diferentes categorias profissionais com discursos talhados sob medida para cada uma delas, não se importando se esses discursos fossem contraditórios.”²³ É o que vemos nesse trecho:

Governo contra povo, partidos contra partidos originando as mais improváveis alianças, parlamentos contra governos, trabalhadores contra patrões, consumidores contra produtores, comerciantes contra produtores e consumidores, inquilinos contra proprietários, trabalhadores contra fazendeiros, funcionários públicos contra o público, classe trabalhadora contra “burguesia”, Igreja contra Estado, todos furiosamente engajados na luta contra seus inimigos, todos tendo apenas uma coisa em mente – seus próprios interesses pessoais, sua posição de poder, o interesse dos seus despojos [...]. Não se pensa mais na prosperidade dos compatriotas, não se olha para as necessidades da coletividade, não cessa a caça incessante por enriquecimento próprio.²⁴

O autor também aproveita para desqualificar o compromisso dos marxistas com a classe trabalhadora:

²² _____. *Das Programm der NSDAP*, p. 29, 30-31.

²³ PAXTON, Robert O. *A anatomia do fascismo*, p. 117.

²⁴ FEDER, Gottfried. *Das Programm der NSDAP*, p. 27.

[...] mas quem, nos últimos meses, ouviu falar de trabalhadores marxistas que tenham matado seus patrões, seus correligionários, ou até mesmo um usurário e grande sugador de sangue a serviço dos bancos e da bolsa? As vítimas desse caos foram simples e humildes trabalhadores. [...] os marxistas figuram como os grandes espoliadores de sua própria classe [...].²⁵

A retórica anticapitalista de Feder causou embaraços a Hitler quando ele precisou recorrer ao apoio do empresariado alemão. Muitos, como Joseph Goebbels, aderiam ao NSDAP atraídos justamente pelo teor “socialista” do programa redigido por Feder. Esses elementos compunham o que Shirer chamou de “ala proletária” do partido. As lideranças manobravam entre os dois lados a fim de que Feder, Goebbels e os irmãos Strasser continuassem iludidos com o teor “socialista” do programa nazista, ao mesmo tempo em que asseguravam que os grandes capitalistas seguissem apoiando o partido²⁶. É por isso que Hitler, ao discursar para empresários, omitia os 25 pontos do NSDAP reunidos no programa do partido²⁷. Um desses pontos, o número 17, defendia a reforma agrária, a desapropriação sem indenização para uso comum e a proibição da especulação agrária. Em abril de 1928, Hitler faria um esclarecimento acerca do ponto 17, argumentando que a desapropriação dizia respeito somente às propriedades que atentassem contra o bem nacional (*Volkswohl*), com destaque para a especulação agrária judaica²⁸.

Sendo assim, o nacional-socialismo não podia atacar o capitalismo de forma generalizada. Tal atitude acabaria gerando temor nos grandes capitalistas alemães, de cujo apoio os nazistas dependiam. Como expressão dessa situação delicada, a crítica ao capitalismo empreendida por Feder é bastante seletiva, pois ao mesmo tempo em que critica o capitalismo, o autor associa o capitalismo ao judeu, isentando a burguesia alemã de culpa. Segundo Jeffrey Herf, o antisemitismo foi bastante instrumental na crítica conservadora ao capitalismo, pois ele permitia atacar a modernidade sem atacar as relações de classe e propriedade. Assim, criticava-se o judeu, símbolo de todos os males da modernidade e sempre associado às altas finanças, mas a propriedade privada ficava imune a esse ataque. Tem-se, portanto, um anticapitalismo seletivo, e não uma rejeição indiscriminada da modernidade²⁹. Por isso a insistência de Feder em associar o capitalismo e o comunismo ao judeu. Ambos seriam forças cosmopolitas por meio das quais o judeu levaria a cabo seu plano de desagregação das pátrias:

Nossa luta antimarxista se dirige contra os ensinamentos destruidores do Estado professados pelo judeu Karl Marx, contra os ensinamentos destruidores de nacionalidade da luta de classes, contra os ensinamentos destruidores da economia que negam a propriedade privada e contra a concepção de história puramente econômica e materialista.³⁰

²⁵ _____. *Das Programm der NSDAP*, p. 24.

²⁶ SHIRER, William Law. *Ascensão e queda do Terceiro Reich*, p. 220, 221.

²⁷ PAXTON, Robert O.. *A anatomia do fascismo*, p. 117, 118.

²⁸ FEDER, Gottfried. *Das Programm der NSDAP*, p. 20, 21.

²⁹ HERF, Jeffrey. *O modernismo reacionário: tecnologia, cultura e política em Weimar e no Terceiro Reich*. Estante do Pensamento Crítico, tradução de Claudio F. da S. Ramos. São Paulo: Ensaio, Unicamp, 1993, p. 164.

³⁰ FEDER, Gottfried. *Das Programm der NSDAP*, p. 38.

No caso de Feder, a denúncia da supremacia do capital financeiro não apenas explicava a situação de opressão em que a Alemanha se achava, mas servia também como fundamento político-científico para o antissemitismo. Hitler, por exemplo, via nos escritos do engenheiro bávaro uma boa oportunidade para fundamentar “racionalmente” o seu ódio aos judeus³¹.

Entre os 25 pontos do partido, Feder destaca o ponto 11, que defende a “quebra da servidão dos juros” (*Brechung der Zinsknechtschaft*), um dos grandes motes do seu discurso. Segundo Feder, a servidão dos juros era a situação na qual vários povos do mundo se encontravam de submissão à opressão do dinheiro e dos juros, todos controlados pelas altas finanças judias. O autor defende ainda que a “quebra da servidão dos juros é o eixo de aço em torno do qual [todas as demais questões] giram”, a ponto de tal quebra significar a “solução da questão social”³². Ao questionar a legitimidade da cobrança de juros, Feder prega que a economia devia recuperar sua função primordial de servir ao homem. Tal função teria sido desvirtuada pelos judeus, que se aproveitavam da economia para alcançar interesses egoístas:

A tarefa da economia nacional é suprir as necessidades, e não fornecer maior rentabilidade ao capital financeiro. Essa política econômica abrange o ponto de vista nacional-socialista acerca da propriedade privada, acerca da construção de nossa economia em suas diversas formas de organização (pequena, média, grande e imensas propriedades – cartéis e trustes) e as mais importantes questões, que dizem respeito ao fato de que a economia nacional não deve significar espoliação nacional, nem uma economia calcada em lucros! [...] O sistema monetário está a serviço do Estado; o poder financeiro não pode constituir um Estado dentro do Estado.³³

Esse “Estado dentro do Estado” é identificado como o responsável por ter arrastado a Alemanha à situação de prostração na qual ela se achava. Conclui-se, então, que a Alemanha “não é mais um Estado soberano. A Alemanha é uma colônia escravizada. Os alemães foram reprimidos, jogados na prisão e proibidos de se expressarem apenas porque permaneceram alemães e quiseram se livrar da escravidão.”³⁴

Por mais que criticasse o capitalismo, Feder nunca se mostrou refratário à industrialização. Jeffrey Herf observa que o engenheiro bávaro distinguia dois tipos de capital: o “capital criador” e o “capital parasitário”. Este último era associado ao capital financeiro judaico, que não era produtivo e beneficiava apenas um grupo restrito de pessoas. Já o capital criador era o capital industrial, produtivo, que beneficiava toda a nação e inibia os conflitos de classe. O conflito “capital X trabalho” ganha, assim, uma interpretação nacionalista, e tem-se uma retórica anticapitalista que não questiona as relações de propriedade³⁵. Enquanto os negócios judaicos eram considerados meios para conferir rentabilidade ao capital, os empreendimentos alemães seriam aqueles nos quais a economia servia à comunidade, e não o

³¹ HENKE, Klaus-Dietmar. *Die Dresdner Bank 1933-1945*, p. 26.

³² FEDER, Gottfried. *Das Programm der NSDAP*, P. 20, 31.

³³ _____. *Das Programm der NSDAP*, P. 33.

³⁴ _____. *Das Programm der NSDAP*, P. 41.

³⁵ HERF, Jeffrey. *O modernismo reacionário*, p. 211, 212.

contrário. Contrastando o “verdadeiro empresário” com o banqueiro, Feder enuncia que o primeiro deve

[...] reconhecer as verdadeiras necessidades econômicas da nação [...] e então sondar os melhores e mais baratos procedimentos de produção, reduzir os preços ao máximo para introduzir seus produtos, entregar mercadorias impecavelmente, assegurar o abastecimento, remunerar bem os seus trabalhadores a fim de ter neles consumidores de seus produtos, estar sempre atento às novidades e melhorias na empresa e nas vendas. Caso o empresário assuma essas ações como diretrizes máximas de seu negócio, ele estará servindo da melhor maneira possível à “satisfação das necessidades” e o lucro virá por si próprio, sem que ele precise lutar por ele como seu grande objetivo. O exemplo mais evidente e mais bem conhecido desse tipo de empresário é Henry Ford. Não menos expressivos nesse sentido são os verdadeiros grandes criadores de nossa indústria pesada: os Krupp, Kirdorf, Thyssen, Abbé, Mannesmann, Siemens, apenas para citar alguns.³⁶

Esse trecho é um exemplo do que Felipe Cazetta apontou como sendo as “relações heterodoxas que eram estabelecidas entre fascismos, capitalistas e conservadores, na formação de alianças políticas, visando a aceitação fascista pela opinião pública”³⁷. Feder achava louvável a industrialização e a modernização tecnológica, embora advertisse que os proprietários de fábricas deveriam zelar primordialmente pela qualidade dos seus produtos e pelo bem-estar de seus trabalhadores e da população em geral. Os lucros seriam apenas uma recompensa merecida. Segundo Lukács, o racismo simplifica o raciocínio anticapitalista romântico, resumindo o problema do capitalismo a um problema da “raça” daqueles que detêm o capital e dos princípios pelos quais eles dirigem esse capital. Desde que esse capital esteja nas mãos dos alemães e seja empregado em prol da nação, ele não deve ser atacado. Ainda segundo Lukács, esse raciocínio servia para justificar a agressão imperialista alemã. Tendo em vista que a exploração não era feita por uma classe sobre a outra, mas por uma raça ou nação sobre a outra, a Alemanha teria o direito de se insurgir contra as potências que, no seu entender, aliavam-se aos interesses judaicos³⁸. Não se tratava, portanto, de proletários contra burgueses, mas de países proletarizados contra nações capitalistas. Longe de uma luta de classes, propunha-se uma luta entre nações exploradas e nações exploradoras³⁹.

O discurso de Feder está sintonizado com o modernismo reacionário alemão. Werner Sombart (1863-1941), por exemplo, acusava o mercador judeu de prender seus consumidores pelos preços baixos, obtidos graças à produção de uma grande quantidade de bens, sem se preocupar com a qualidade dos mesmos. O autor, assim como Feder, exaltava a produção para uso, bem como as virtudes empresariais mais antigas, típicas das pequenas e médias empresas, nas quais a esfera da produção era mais importante do que a esfera da circulação. Já

³⁶ FEDER, Gottfried. *Das Programm der NSDAP*, p. 46, 47.

³⁷ CAZETTA, Felipe Azevedo. *Fascismos e Autoritarismos: a cruz, a suástica e o caboclo – fundações do pensamento político de Plínio Salgado – 1932-1945*, p. 69.

³⁸ LUKÁCS, Georg. *El asalto a la razón*. Tradução de Wenceslao Roces. México: Fondo de cultura económica, 1959, p. 595.

³⁹ KONDER, Leandro. *Introdução ao fascismo*. Rio de Janeiro: Graal, 1977, p. 11, 12.

a visão depreciativa do banqueiro era marcante nos escritos de Oswald Spengler, outro representante da tradição modernista reacionária⁴⁰.

Apesar de identificar todas as nações do mundo como vítimas da “servidão dos juros”, Feder destaca apenas o papel dos alemães na luta contra esse inimigo. Tal luta seria um combate do espírito alemão contra o espírito judaico:

Em última instância, tem-se um embate entre duas concepções de mundo que se expressam por meio de duas estruturas espirituais: o espírito criador e o espírito errante e rapace. O espírito enraizado e criador, mas que se eleva acima das vivências mundanas, tem o seu principal representante nos homens arianos; o espírito rapace, desenraizado, materialista e mundano, típico de mercadores, encontra nos judeus os seus principais representantes.⁴¹

Assim, a revolução nacional-socialista não seria de cunho político, social ou econômico, mas de cunho espiritual, “contra o espírito judaico-materialista dentro e fora de nós”, sendo que “o efetivo restabelecimento de nosso povo só pode ser alcançado de dentro para fora.”⁴²

Ao propor a reunião de todos os alemães em uma mesma fronteira e a restauração do império colonial alemão, o autor endossa o caráter ofensivo da política externa nacional-socialista: “queremos ter novamente um Império Alemão livre e esse futuro Império Alemão livre deve ser o lar dos alemães”. É por isso que “Todos aqueles que têm sangue alemão e que hoje se acham sob autoridade dinamarquesa, polonesa, tcheca, italiana ou Francesa devem ser reunidos em um Império Alemão.” Além disso, entre os 25 pontos, achamos, logo de início, os pontos 1 e 3, que enunciam, respectivamente: “Nós exigimos a reunião de todos os alemães em uma grande Alemanha, com base no direito de autodeterminação dos povos” e “Nós exigimos terra e solo (colônias) para o sustento de nosso povo e para o escoamento de nosso excedente populacional.”⁴³ Curiosamente, porém, Feder concluiria sua obra *Das Manifest zur Brechung der Zinsknechtschaft des Geldes*, anterior à criação do NSDAP, com uma frase que sugere uma luta universal contra o capitalismo financeiro: “Levantem-me as mãos, trabalhadores de todos os países, uni-vos!”⁴⁴

Gustavo Barroso e a “colônia de banqueiros”

Brasil, colônia de banqueiros, escrito em 1934, foi um dos livros mais famosos de Gustavo Barroso. Analisando os empréstimos contraídos com banqueiros estrangeiros de 1824 até 1934, sobretudo banqueiros de origem judaica, Barroso conclui que o Brasil nunca teria sido

⁴⁰ HERF, Jeffrey. *O modernismo reacionário*, p. 77, 154, 155, 156, 157, 161, 162, 164.

⁴¹ FEDER, Gottfried. *Das Programm der NSDAP*, p. 38, 39.

⁴² _____. *Das Programm der NSDAP*, p. 22.

⁴³ _____. *Das Programm der NSDAP*, p. 19.

⁴⁴ FEDER, Gottfried. *Das Manifest zur Brechung der Zinsknechtschaft des Geldes*, p. 62.

soberano, pois à independência política se seguiria a dependência econômica. Conclui, portanto, que “É urgente que os governos deixem de ser, como os qualifica Gottfried Feder, cobradores de juros por ordem de senhores anônimos.”⁴⁵

Reparai que com vinte e um anos de vida independente, estamos sempre com a corda ao pescoço, fazendo empréstimos para pagar juros de outros empréstimos, cujas sobras incorporamos a novos empréstimos, círculo vicioso em que temos vegetado até hoje, cada vez pior. [...] Os juros são, como se vê, uma invenção mirífica. Sobretudo os juros de usura.⁴⁶

Tal como Feder, Barroso vê nos juros um instrumento pelo qual a economia escraviza a nação ao invés de servi-la. Ambos reivindicavam o retorno de uma função moralizadora para a economia, acusando o judeu de ter desvirtuado essa função. Do Império à República, Barroso traça o retrato de um país espoliado pelo capital estrangeiro e pelos banqueiros – constatação que redundava em ódio aos juros e à transformação da moeda em mercadoria. Dialogando com Feder, que denuncia a existência de poderes paralelos ao Estado na Alemanha, Barroso escreve:

Apregando a sua pretensão de formarem assim um Estado dentro dos outros Estados ou superior a todos os Estados, os judeus apelam para os conceitos de raça e de religião, quando qualquer nação procura impedir a formação dessas entidades nacionais, verdadeiros quistos no seu organismo.⁴⁷

Ainda que a crise de 1929 não tenha atingido o Brasil de forma tão profunda, ela gerou um sério descontentamento em relação aos postulados liberais na economia e na política. Como nos mostra Sérgio Miceli, isso era verdade especialmente para a intelectualidade integralista, cujos representantes, em grande parte, haviam apoiado as oligarquias dominantes na Primeira República. Cientes, após 1930 (e principalmente após 1932), de que essas oligarquias haviam sido aliadas de vez do poder e acreditando que sua geração definiria os rumos da nação, vários intelectuais de proa da AIB tomaram a Primeira República como prova da decadência do liberalismo e passaram a atacá-la como se nada tivessem com ela, vislumbrando no integralismo a única saída à ordem decadente⁴⁸. Segundo Demóstenes Madureira de Pinho, militante da AIB, “o dilema fascismo-comunismo esmagava qualquer capacidade de raciocínio” da juventude da época, “a não ser dos que, herdeiros de uma situação diluída pelo tempo, sonhavam manhosamente em prosseguir naquele jogo vazio e falso que se apelidava de liberal-democracia.”⁴⁹ Estando o liberalismo destronado, Barroso tenta mostrar que, frente a esse dilema, o fascismo era a melhor opção. É nesse intuito que o

⁴⁵ BARROSO, Gustavo. *Brasil, colônia de banqueiros: história dos empréstimos de 1824 a 1934*. 5ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1936, p. 132.

⁴⁶ _____. *Brasil, colônia de banqueiros*, p. 60, 64.

⁴⁷ _____. *Brasil, colônia de banqueiros*, p. 68.

⁴⁸ MICELI, Sérgio. Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945). In: MICELI, Sérgio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras/Fundação Biblioteca Nacional, 2001, p. 239, 240.

⁴⁹ PINHO, Demóstenes Madureira de, citado por MICELI, Sérgio. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)*, p. 139.

autor aproxima o comunismo do liberalismo, ressaltando que ambos faziam parte do mesmo projeto:

Ela [a mocidade] repele o liberalismo que deu a argentários e governantes os meios de realizar as tramas sinistras de que resultaram a nossa escravização e a nossa corrupção. Ela deve também repelir o comunismo, que é a doutrina traiçoeira assoprada ao desespero das massas exploradas por esses mesmos judeus capitalistas e esses mesmos burgueses corruptos, a fim de tirar ao proletariado todos os seus esteios morais: disciplina, hierarquia, família, pátria e Deus, para escravizá-lo de vez ao mais grosseiro materialismo.⁵⁰

Diferente da crítica comunista, portanto, a crítica barrosiana ao sistema capitalista tinha um viés muito mais moral do que econômico. Na concepção do autor, o comunismo seria apenas um alívio momentâneo que os próprios argentários capitalistas lançariam para aplacar o furor das massas exploradas. Capitalismo e marxismo seriam doutrinas aparentemente antagônicas, mas a serviço dos mesmos interesses – os interesses judaicos – e atentando contra o proletariado, já que o afastaria de valores fundamentais como a família, a religião e a pátria. A fim de evidenciar essa desconstrução do antagonismo entre comunismo e capitalismo, que era marcante no discurso integralista de modo geral, Barroso escreve:

O problema fundamental da nossa pátria é a sua escravização secular ao capitalismo internacional. Contra isso é que devemos achar remédio. O liberalismo-democrático de coroa e de barrete frígido conduziu-nos a esse estado de coisas [...]. O comunismo pretende-se com credenciais bastantes para resolver o problema e mente pela gorja, como diziam os clássicos. Porque o comunismo é a outra face do capitalismo. Ambos formam o deus Janus do materialismo moderno [...]. Tanto o capitalismo científico como o comunismo científico saem do liberalismo econômico, são seus filhos gêmeos e pretendem a mesma absoluta autonomia e preponderância dos fenômenos econômicos e dos fenômenos materiais sobre os fenômenos espirituais, morais e religiosos.⁵¹

Tanto em Gustavo Barroso como em Gottfried Feder, o eixo da desconstrução do antagonismo entre comunismo e capitalismo é o judeu. Associando o capitalismo e o comunismo a maquinações judaicas para conquistar o mundo, os autores encontram argumentos para dizer que essas forças são parceiras no mesmo projeto de destruição das nações. Assim como o capitalismo e o comunismo, o judeu é visto como um povo cosmopolita, desenraizado, incapaz de constituir uma nação. Por isso, Barroso vale-se de duas grandes personalidades judaicas para enfatizar a desconstrução daquele antagonismo:

Durará isso para sempre? Será esse o nosso trágico destino? Seremos servos humildes do judaísmo capitalista de Rotschild ou escravos submissos do judaísmo comunista de Trotsky, pontos extremos da oscilação do pêndulo judaico no mundo? Ou encontraremos no fundo da alma nacional aquele espírito imortal de catequizadores, descobridores, bandeirantes e guerreiros, único que nos poderá livrar de ambos os apocalipses? Desperta Brasil,

⁵⁰ BARROSO, Gustavo. *Brasil, colônia de banqueiros*, p. 194.

⁵¹ _____. *Brasil, colônia de banqueiros*, 115, 116.

“adormecido eternamente em berço esplêndido”, desperta e caminha! Já é tempo de fazeres retinir e retilintar as tuas algemas, amedrontando os que te vendem ainda e os que te têm comprado!⁵²

Vemos aqui a influência que o integralista cearense recebeu de Léon de Poncins, pensador antisemita que denunciou um plano judaico-maçônico de dominação mundial⁵³. Assim como Poncins, Barroso associa capitalismo e comunismo respectivamente a Rotschild e Trotsky, importantes figuras de origem judaica. Apenas o integralismo conseguiria compreender os problemas brasileiros e, portanto, solucioná-los, pois só ele seria uma doutrina tipicamente brasileira e somente ele teria conseguido reconhecer os verdadeiros inimigos do Brasil.

Assim como o nacional-socialismo invocava a Idade Média e o fascismo italiano apelava às glórias do Império Romano, o integralismo mobilizava seus “sonhos do passado”, exortando os brasileiros a resgatarem seu espírito de catequizadores, bandeirantes, descobridores e guerreiros. Paxton escreve que o fascismo não inventava seus mitos, preferindo escolher, entre os mitos nacionais já existentes, aqueles que atendiam às suas propostas de mobilizar as massas, unificar, purificar e lutar contra o individualismo liberal e as tensões sociais⁵⁴. Com esse objetivo, Barroso invoca: o jesuíta, responsável por difundir o catolicismo, que se contrapõe ao materialismo liberal e comunista e inibe as tensões sociais; o bandeirante, desbravador dos sertões brasileiros, onde residiriam as raízes da brasilidade, em oposição ao litoral cosmopolita; e, por fim, o índio, figura que transcende os regionalismos.

O mais marcante na argumentação de *Brasil, colônia de banqueiros* é o uso de metáforas coloniais para descrever a posição do Brasil diante do capitalismo internacional. Termos e expressões como “servos humildes”, “escravos submissos” e “algemas” pintam um quadro no qual o povo está de joelhos diante do capital financeiro, indiferente aos sofrimentos e aflições das nações. Tal como Feder, para quem o povo alemão era “chicoteado pelos juros” e a Alemanha era “uma colônia escravizada”, Barroso descreve a relação de seu país com o capitalismo usando metáforas que denotam prostração e submissão:

Assim, prossegue a marcha da escravidão de um povo. Os empréstimos se multiplicam; as emissões espinhosas se reproduzem; as operações e negócios estabelecem a trama com que se manietam a nacionalidade. E um país que chegou a esse ponto não tem mais do que deixar-se sugar pelo tremendo polvo que lhe lançou as antenas. Pois a confusão se estabelece em todos os quadrantes da vida nacional. Os partidos políticos, em cuja proa aparece a catadura dos amigos dos banqueiros, assumem atitudes as mais variadas, para iludir o povo, ora com o regionalismo separatista, ora com o acenar novas e maiores liberdades, ora a defender obscuros princípios revolucionários.⁵⁵

⁵² _____. *Brasil, colônia de banqueiros*, p. 85.

⁵³ Ver: PONCINS, Léon. *As forças secretas da revolução: judaísmo, maçonaria*. 2ª edição. Tradução de Maria Guaspari. Porto Alegre: Edição da Livraria do Globo, 1937, 263p.

⁵⁴ PAXTON, Robert O.. *A anatomia do fascismo*, p. 76.

⁵⁵ BARROSO, Gustavo. *Brasil, colônia de banqueiros*, p. 18, 19.

É visível, tanto em Gottfried Feder como em Gustavo Barroso, esse empenho em esboçar um quadro caótico da realidade de seus países. “A confusão se estabelece em todos os quadrantes da vida nacional”, diz Barroso. “O caos reina sobre a Terra, confusão, luta, ódio, inveja, briga, opressão, exploração, brutalidade, egoísmo [...]. As mentes estão confusas!”⁵⁶, diz Feder. Muitas vezes, os autores parecem mais empenhados em alardear as ameaças que pairam sobre seus países do que em exaltar as virtudes de suas doutrinas. A “inversão”, tal como colocada por Balandier, desempenha então um papel fundamental nos escritos de nossos autores. A ordem que cada autor propõe “extraí as forças que a revigora” justamente da desordem em que aqueles países estavam. Assim, “a inversão da ordem não é sua derrubada, dela é constitutiva [...] [e] pode ser utilizada para reforçá-la”.⁵⁷

A AIB, assim como tantos outros grupos políticos na América Latina, se mobilizava em prol da soberania nacional, criticando a opressão do capital estrangeiro. Por mais que grande parte desses outros grupos políticos se situasse à esquerda do espectro político, no Brasil dos anos 1920 e 1930 havia temas-chave que eram mobilizados tanto à direita como à esquerda. Os ataques às companhias estrangeiras, aos latifundiários e seus agentes e o clamor pela maior interferência do Estado na economia eram alguns deles⁵⁸. Logo, a teoria da “servidão dos juros” de Gottfried Feder foi bastante instrumental para Gustavo Barroso. É interessante perceber como um intelectual brasileiro se apropriou da argumentação de um estudioso nazista aplicando-a a realidade de seu país. Valendo-se de metáforas coloniais como “servidão”, “escravização” e “algemas”, Barroso mostra como o diagnóstico nazista da realidade alemã era similar ao diagnóstico que o integralismo fazia do Brasil. Em um país que já havia sido colonizado de fato, no qual a escravidão já tinha sido a força de trabalho predominante e cujos grandes debates, nos anos 1930, giravam em torno da autonomia econômica e cultural diante das potências estrangeiras, o uso de metáforas coloniais parecia ainda mais adequado do que na Alemanha submetida ao *Diktat* de Versalhes. O próprio nome de sua obra – “colônia de banqueiros” – expressa certa angústia diante de um país cuja independência política já durava mais de um século, mas cujo fantasma da dependência continuava a assombrar. Por isso a obsessão integralista com a “falácia autonomística”, com o “nacionalismo narcisista” e com a ideia de nação “auto-engendrada”, vedada a influências estrangeiras⁵⁹. Apesar de suas pretensões imperialistas, o nacional-socialismo alimentou, no Brasil, um discurso anti-imperialista, de maneira que movimentos nacionalistas “sob a órbita das novas ideologias em voga na Europa buscavam se apresentar como a solução entre as propostas políticas tradicionais de suas respectivas realidades nacionais.”⁶⁰

⁵⁶ FEDER, Gottfried. *Das Programm der NSDAP*, p. 24.

⁵⁷ BALANDIER, Georges. *O poder em cena*. Tradução de Luiz Tupy Caldas de Moura. Coleção Pensamento Político, volume 46. Brasília: UnB, 1982, p. 42, 48.

⁵⁸ LEVINE, Robert M.. *O regime de Vargas: os anos críticos, 1934-1938*. Tradução de Raul de Sá Barbosa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980, p. 106-107, 112.

⁵⁹ VASCONCELLOS, Gilberto. *A ideologia curupira: análise do discurso integralista*, p. 57-58, 128.

⁶⁰ BARBOSA, Jefferson Rodrigues. *Sob a sombra do eixo: camisas-verdes e o jornal integralista Ação (1936-1938)*, p. 15.

Um bom exemplo de como o tema da soberania nacional era mobilizado tanto por integralistas como pelas esquerdas está nos debates intelectuais da época. A esquerda brasileira acusava os integralistas de serem os verdadeiros inimigos da soberania nacional, agindo a serviço dos “feudal-burgueses” e do imperialismo nazifascista⁶¹. Atento a essas acusações, Barroso retruca que os que acusam o integralismo de ser um capitalismo disfarçado “é que são, na verdade, os agentes secretos dos capitalistas sem pátria, que lançam mão do comunismo para acabar com a família e com as pátrias.”⁶²

Nesse cenário de desolação, apenas o integralismo teria tido a coragem de se levantar contra o capitalismo judaico. Enquanto as demais forças políticas estariam ou comprometidas com esse capitalismo ou alheias ao seu perigo, os integralistas despontariam como os únicos capazes de salvar o Brasil:

Antes de nós, Integralistas, ninguém fizera o povo brasileiro descer aos círculos dantescos desse inferno de sua escravidão, que ele nem mesmo suspeitava e que é a grande causa de todas as suas aflições. Nós resolvemos mostrar-lhe a verdade doa em quem doer, aconteça o que acontecer!⁶³

Desse modo, Barroso demonstra, tal como Feder, uma enorme descrença nas forças políticas tradicionais. Somente por meio da revolução integralista seria possível “descolonizar” o Brasil dos banqueiros que o escravizavam. Como observa Marcos Chor Maio, o integralista cearense propunha, em seus escritos, a libertação do homem do materialismo e a instauração do primado do espírito sobre todas as demais esferas da vida⁶⁴. Só assim seria feita “a Revolução definitiva, a Revolução com R maiúsculo!”, ao contrário das revoluções com “r” minúsculo, que “mudam constituições, mudam homens, mas não mudam os contratos com Londres”⁶⁵. Assim como Feder, Barroso defende uma revolução de cunho moral e espiritual. Essa concepção de revolução já estava presente nos escritos de Plínio Salgado, influenciando Barroso. Para ressaltar que a concepção revolucionária integralista não tinha teor materialista, o integralista identifica o sujeito revolucionário não em uma classe, mas na juventude, pois “Só a mocidade poderá fazer a Revolução com R maiúsculo”, entendendo-se a revolução como “mudança de pensamento, mudança de instituições, mudança de rumos”⁶⁶. Tendo em vista que só o integralismo mostrara aos brasileiros o “inferno de sua escravidão”, somente ele seria capaz de reconhecer o verdadeiro inimigo dos brasileiros e salvar o país:

Algum dia liberais e comunistas, reflexos da mesma empresa capitalista, te contaram a história que lês neste livro? Nunca. É um integralista quem tem a coragem de rasgar o véu do templo do Bezerro de Ouro, Senhor do

⁶¹ DUTRA, Eliana Regina de Freitas. *O ardil totalitário: imaginário político no Brasil dos anos 30*. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ; Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1997, p. 95.

⁶² BARROSO, Gustavo. *Brasil, colônia de banqueiros*, p. 118.

⁶³ _____. *Brasil, colônia de banqueiros*, p. 60.

⁶⁴ MAIO, Marcos Chor. *Nem Rotschild nem Trotsky: o pensamento antisemita de Gustavo Barroso*. Rio de Janeiro: Imago, 1992, p. 128.

⁶⁵ BARROSO, Gustavo. *Brasil, colônia de banqueiros*, p. 192.

⁶⁶ _____. *Brasil, colônia de banqueiros*, p. 194.

Mundo, de mostrar-te a causa real, a causa mater de todas as tuas aflições, e de dizer-te: Não faz mais revoluções com “r” minúsculo, brasileiro!⁶⁷

A crise brasileira de que o autor fala era oriunda da mesma crise que assolava o restante do mundo: ela teria se iniciado com o fim da Idade Média, sendo agravada pelo iluminismo e pela Revolução Francesa, responsáveis por abalar o poder monárquico e abrir espaço para o racionalismo, o materialismo, o capitalismo e o comunismo. Tal crise seria mais de ordem moral do que social ou econômica, e por isso só uma revolução espiritual iria resolvê-la⁶⁸.

De acordo com nosso autor, “não é só o Brasil a vítima do Super Eldorado Capitalista sem entranhas, mas o mundo inteiro. Daí a sua aflição, a sua inquietação, a sua angústia, o seu desespero”. Por isso o autor expressa sua esperança de que “um dia, os povos compreenderão a verdadeira origem de todos os seus males”⁶⁹. Diferente de Gottfried Feder, que interpreta a revolução nacional-socialista como uma luta do espírito ariano contra o espírito judaico, Barroso conclama todos os povos, independente da origem étnica, à luta contra esse espírito judaico. Essa perspectiva decorre da própria diferença entre o antissemitismo nacional-socialista e aquele propugnado pelo autor integralista. No primeiro caso, o ódio ao judeu é motivado pela crença em “leis naturais” que independem da vontade humana, fundando-se em uma justificação pretensamente científica. Felipe Cazetta observa que “explicações ‘cientificistas’ desempenharam função considerável ao suporte teórico das práticas fascistas de modo geral”, embora fossem mais fortes na ideologia nacional-socialista⁷⁰. Já no segundo caso, o antissemitismo aparenta um teor muito mais ético e moral: o judeu é odiado pelas atividades que leva a cabo e por ter recusado a revolução espiritual cristã⁷¹. Tendo em vista que o casamento do homem com a terra era condição fundamental para a fundação de uma nação e que o judeu seria incapaz desse casamento, existiria, segundo Barroso, uma “eterna antinomia entre eles [judeus] e qualquer Estado digno desse nome”⁷².

Entretanto, como aponta Natália dos Reis Cruz, esse teor moral e ético do antissemitismo barrosiano buscava apenas encobrir sua motivação racial, mais clara em *O quarto império*⁷³. Carlos Gustavo Nóbrega Jesus nos mostra que o próprio anticomunismo de Barroso servia para mitigar os aspectos raciais de seu antissemitismo. Uma das tônicas do discurso integralista era a defesa da integração racial. Associando a luta contra o judeu à luta contra o comunismo, o autor evitava atritos com seus colegas, conferindo uma imagem de

⁶⁷ _____. *Brasil, colônia de banqueiros*, p. 192.

⁶⁸ CYTRYNOWICZ, Roney. *Integralismo e antissemitismo nos textos de Gustavo Barroso na década de 1930*, p. 75.

⁶⁹ BARROSO, Gustavo. *Brasil, colônia de banqueiros*, p. 76.

⁷⁰ CAZETTA, Felipe. *Fascismos e Autoritarismos: a cruz, a suástica e o caboclo – fundações do pensamento político de Plínio Salgado – 1932-1945*, p. 46.

⁷¹ MAIO, Marcos Chor. *Nem Rothschild, nem Trotsky*, p. 117, 119. CRUZ, Natália dos Reis. *O integralismo e a questão racial: a intolerância como princípio*, p. 116.

⁷² BARROSO, Gustavo. *Brasil, colônia de banqueiros*, p. 40.

⁷³ CRUZ, Natália dos Reis. *O integralismo e a questão racial: a intolerância como princípio*, p. 213.

coesão ao movimento⁷⁴. Já Manuel Filipe Canaveira ressalta que muitos estudiosos superestimam o teor econômico do antissemitismo de Barroso – teor esse que é desmentido quando analisamos outras obras do autor⁷⁵. Em *História secreta do Brasil*, por exemplo, lemos que os brasileiros devem ao sangue judeu vários de seus defeitos, como a “falta de fixidez no caráter, inclinação a não levar nada a sério, capacidade de deformar todas as ideias, indisciplina inata e prazer do despistamento.”⁷⁶

Tentando manter-se fiel ao ideal integralista de integração racial, Barroso enfatiza a luta de todas as etnias contra os banqueiros. Comentando os empréstimos contraídos pelo Brasil para “comprar” sua independência, o autor escreve:

Foi o que nos custou o reconhecimento da nação através das negociações com Lord Canning. Os brasileiros humildes, brancos, caboclos, negros e mestiços, unidos como nos gloriosos dias da guerra holandesa, haviam derramado seu sangue no Genipapo, em Itaparica e em Pirajá. Os brasileiros chamarrados [sic] de ouro fizeram as combinações diplomáticas, os pactos de família e as negociatas de dinheiro...⁷⁷

Diferente do nacional-socialismo, o integralismo não defendia uma nação em si, mas um “projeto de nação” que visava forjar uma homogeneidade étnica e cultural por meio da miscigenação racial⁷⁸. Esse elogio da mestiçagem acabou despertando a desconfiança dos nazistas em relação ao integralismo⁷⁹. Assim, Barroso fez uma leitura seletiva dos escritos de Feder, apropriando-se do seu teor anti-imperialista, mas ignorando as passagens que atribuíam a superioridade a uma determinada raça ou povo.

Vemos, portanto, que enquanto o nacional-socialismo fundamentava-se em um nacionalismo agressivo e expansionista, o integralismo baseava-se em um nacionalismo defensivo, “como meio de proteção da família pequeno-burguesa, ameaçada pela lógica imanente à acumulação ampliada do capital”⁸⁰. O nacionalismo defensivo “não se afirma em contraposição à humanidade em geral e não nega os valores das outras nações”⁸¹. Enquanto Feder exorta à união de todos os alemães contra as nações que os oprimem, a obra de Barroso não distingue nações opressoras de nações oprimidas. Para o integralista, todas as nações estariam na mesma condição de opressão, devendo, portanto, se unir contra seus opressores:

⁷⁴ JESUS, Carlos Gustavo Nóbrega. O anticomunismo de Gustavo Barroso como instrumento para um discurso intolerante. In: XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA-ANPUH. *Anais...* São Paulo: julho 2011. 16p.

⁷⁵ CANAVEIRA, Manuel Filipe. Portugal semente de impérios no pensamento integralista de Gustavo Barroso. In: *Estudos filosóficos* (nº 3, 2009), p. 177-185, DFIME, UFSJ, p. 3-4.

⁷⁶ BARROSO, Gustavo. *História secreta do Brasil*. Primeira reedição. Volume 1. Edição comemorativa do centenário de Gustavo Barroso, nº 3. Porto Alegre: Editora Revisão, 1990, p. 49.

⁷⁷ _____. *Brasil, colônia de banqueiros*, p. 50.

⁷⁸ CRUZ, Natália dos Reis. *O integralismo e a questão racial: a intolerância como princípio*, p 109, 111.

⁷⁹ GERTZ, René E. Influência política alemã no Brasil na década de 1930. Acesso em 08: de dez. 2013.

⁸⁰ RAGO FILHO, Antônio. *A crítica romântica à miséria brasileira: o integralismo de Gustavo Barroso*. Dissertação (mestrado em história). PUC-SP, Programa de Pós-Graduação em História, São Paulo, 1989, p. 27.

⁸¹ KONDER, Leandro. *Introdução ao fascismo*, p. 13.

os judeus⁸². Provavelmente influenciado pelo chamado de Gottfried Feder em *Manifest zur Brechung der Zinsknechtschaft des Geldes* - “trabalhadores do mundo, uni-vos!”⁸³, Barroso vai além e conclama: “nacionalistas de todos os países, uni-vos!”⁸⁴. Tal nacionalismo defensivo, porém, acabaria se chocando com os próprios dilemas do fascismo, já que “o relacionamento entre movimentos e Estados fascistas gira em torno da competição nacionalista e da solidariedade/competição ideológica”. Tal dilema “fatalmente minaria as relações do Integralismo com italianos e alemães e levaria um Brasil integralista e um Eixo vitorioso na guerra ou à guerra aberta ou, o que é mais provável, à subordinação imperial”⁸⁵.

Os programas fascistas, por mais que se apropriassem do passado, não tinham compromisso com uma continuidade conservadora⁸⁶. Baseado em Chasin, Antônio Rago Filho diz que o nacional-socialismo era um fenômeno de um país de capitalismo tardio, ávido por empreender sua expansão imperialista, sendo entusiasta, portanto, da industrialização e admitindo o esfacelamento das relações sobre as quais a sociedade tradicional se assentava. Já o integralismo não tinha pretensões imperialistas e se encolhia diante dessas transformações sociais e econômicas, temendo o esfacelamento da sociedade tradicional⁸⁷. A crítica integralista a liberais e marxistas se baseia justamente no argumento de que eles estariam catalisando esse esfacelamento. Barroso denuncia a “marcha avassaladora” do capital que, em sua ação destrutiva, atentava “contra os princípios fundamentais da civilização cristã, como sejam o princípio da família e o princípio da nação”⁸⁸. Essa diferença tão importante expressa a própria composição original desses movimentos. Enquanto o NSDAP reuniu elementos marginalizados da sociedade alemã na República de Weimar, a AIB era formada por intelectuais (juristas, jornalistas, etc.) que já gozavam de renome e prestígio na Primeira República. Os segundos se viam diante do esfacelamento de uma ordem que os privilegiava, ao passo que os primeiros encaravam o declínio de um *status quo* dos quais nunca haviam se beneficiado⁸⁹. Não é à toa que Barroso lamenta tanto os efeitos perversos do capitalismo e do comunismo sobre a família, a religião e a pequena propriedade, ao passo que Feder elogia as virtudes industriais alemãs e reconhece a importância da grande propriedade, dos trustes e dos cartéis.

⁸² Felipe Cazetta e Manuel Filipe Canaveira relativizam esse caráter defensivo do nacionalismo integralista. Ver: CAZETTA, Felipe Azevedo. *Fascismos e Autoritarismos: a cruz, a suástica e o caboclo – fundações do pensamento político de Plínio Salgado – 1932-1945*, p. 141-142. CANAVEIRA, Manuel Filipe. Portugal semente de impérios no pensamento integralista de Gustavo Barroso, p. 6.

⁸³ FEDER, Gottfried. *Das Manifest zur Brechung der Zinsknechtschaft des Geldes*, p. 62. “Werkstätige aller Länder, vereinigt euch!”

⁸⁴ BARROSO, Gustavo. *O quarto império*, p. 169.

⁸⁵ BERTONHA, João Fábio. A questão da “Internacional Fascista” no mundo das relações internacionais: a extrema direita entre solidariedade ideológica e rivalidade nacionalista. In: *Revista brasileira de política internacional*. 43 (1): 99-118 [2000], p. 112.

⁸⁶ CAZETTA, Felipe Azevedo. *Fascismos e Autoritarismos: a cruz, a suástica e o caboclo – fundações do pensamento político de Plínio Salgado – 1932-1945*, 172p.

⁸⁷ RAGO FILHO, Antônio. *A crítica romântica à miséria brasileira*, p. 400.

⁸⁸ BARROSO, Gustavo. *Brasil, colônia de banqueiros*, p. 17.

⁸⁹ Sobre a origem social dos membros iniciais do NSDAP, ver: SHIRER, William Law. *Ascensão e queda do Terceiro Reich*. 6ª edição, Volume 1, trad. Pedro Pomar, Leonidas Gontijo de Carvalho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

Ademais, enquanto os nazistas dependiam do apoio do grande capital para ascenderem ao poder, os integralistas, vivendo num país onde esse grande capital era incipiente, não possuíam tal compromisso. Seu compromisso era justamente com aquele que tomou, para si, a responsabilidade de ser o agente da modernização brasileira: o Estado. Tanto é que, em 1937 os integralistas desistem da candidatura à presidência e passam a apoiar Vargas, auxiliando-o na instauração do Estado Novo. Como bem observou Sérgio Buarque de Holanda em sua obra-prima, escrita no auge da AIB, “o ‘integralismo’ será, cada vez mais, uma doutrina acomodatória, avessa aos gestos de oposição que não deixam ampla margem às transigências, e partidária sistemática da Ordem, quer dizer do poder constituído”⁹⁰. Para retomarmos o vocabulário de Balandier: Barroso e os integralistas lamentam a “inversão” da ordem, mas tentam se ajustar à nova realidade, ao passo que Feder e o nacional-socialismo aceitam desde o princípio essa inversão e tentam utilizá-la a seu favor.

Contemporâneo de Barroso (com quem chegou a trocar cartas), Sérgio Buarque de Holanda notou ainda que o integralismo carecia da truculência que tanto marcou seus congêneres europeus. No Brasil, o fascismo se transformara, segundo o autor, “em pobres lamentações de intelectuais neurastênicos”⁹¹ – aqueles intelectuais que, como nos mostra Miceli, viram seus padrões da ordem oligárquica alijados do poder após 1930 e 1932. Em uma dessas lamúrias, Barroso estigmatiza o Brasil em uma triste figura da literatura nacional ao dizer que o empréstimo contraído pelo Império em 1829 foi “a segunda volta das moedas do banguê de espremer ouro do infeliz e caluniado Jeca-Tatu, o começo do giro dum parafuso sem fim...”⁹² O Jeca-Tatu representa o caboclo, o habitante do interior do Brasil que, para o integralismo, seria o depositário da verdadeira brasilidade. Tal como Feder, Barroso idealiza o homem do campo como um ser não corrompido por ideias estrangeiras. Assim, o integralismo confia que a “revolução integralista” partiria dos “sertões” para o litoral do país⁹³.

Enquanto Barroso empreendia uma “crítica romântica” ao capitalismo (para usarmos a expressão de Antônio Rago Filho), o discurso nacional-socialista era alimentado pelo “romantismo de aço” (*stäblernde Romantik*) de Joseph Goebbels, que, longe de propor a fuga para o campo, exortava os alemães a lançarem-se corajosamente ao futuro e a encarar de frente os problemas trazidos pela modernidade. Esse romantismo, segundo Goebbels, era mais dinâmico e ativo do que o “bucolismo *völkisch*” do romantismo tradicional⁹⁴. Fiel a esse “romantismo de aço” e ao caráter agressivo da política externa nacional-socialista, Feder defende a industrialização e reclama o direito da Alemanha de se expandir territorialmente.

⁹⁰ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 14ª edição. Coleção documentos brasileiros, volume 1. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1981, p. 141.

⁹¹ _____. *Raízes do Brasil*. Coleção documentos brasileiros, volume 1. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1936, p. 159.

⁹² BARROSO, Gustavo. *Brasil, colônia de banqueiros*, p. 57.

⁹³ CAZETTA, Felipe Azevedo. *Fascismos e Autoritarismos: a cruz, a suástica e o caboclo – fundações do pensamento político de Plínio Salgado – 1932-1945*, p. 130-131.

⁹⁴ HERF. Jeffrey. *O modernismo reacionário*, p. 61, 218.

Porém, reconhecer a especificidade do integralismo não significa negar ao integralismo a alcunha de fascismo. Amparado em Chasin, Jefferson Rodrigues Barbosa defende que o integralismo não era fascista porque o fascismo é um produto do capitalismo avançado, sendo que o Brasil dos anos 1930 tinha um capitalismo ainda incipiente⁹⁵. No entanto, como bem observa Edgar Serrato, nenhuma ideia está fora do lugar se compreendermos os motivos pelos quais ela chegou ali⁹⁶. O problema com esse tipo de explicação é que encontramos uma série de similaridades entre os fascismos europeus e o integralismo brasileiro, mas, diante da constatação de que o Brasil carecia de um capitalismo plenamente desenvolvido, passamos por cima desses pontos de contato e negamos ao integralismo a alcunha de fascismo, sob a justificativa simplista de que ele não atendia a um “pré-requisito” de ordem estrutural. Talvez seja o caso de pensarmos que a ausência de um capitalismo avançado no Brasil inviabilizou a existência de um “regime” fascista, mas não a emergência de um “movimento” fascista no país⁹⁷.

Argumenta-se que a AIB “não pode receber a mesma denominação da experiência italiana para que não retornemos às generalizações de experiências históricas e políticas que não são homogêneas”⁹⁸. No entanto, quando usamos o termo “fascismo” para denominar experiências, em momento algum estamos admitindo uma homogeneidade entre elas, mas sim reconhecendo que elas possuem uma série considerável de pontos em comum que não constituem mera coincidência. Não havia homogeneidade entre os fascismos, assim como não havia homogeneidade entre os regimes comunistas ou entre os regimes absolutistas⁹⁹. Aliás, nem mesmo dentro de um regime fascista há homogeneidade, pois ele sofre muitas transformações ao longo de sua existência¹⁰⁰. Assim, como observa Renzo de Felice, o fascismo enquanto regime se restringiu ao continente europeu, mas os movimentos fascistas também existiram fora da Europa¹⁰¹.

Gramsci nos mostra que “uma ideologia nascida num país desenvolvido difunde-se em países menos desenvolvidos, incidindo no jogo local das combinações”¹⁰², isto é, alterando o processo de equilíbrio entre os grupos dominantes e os grupos subordinados. Uma vez no

⁹⁵ BARBOSA, Jefferson Rodrigues, *Sob a sombra do eixo: camisas-verdes e o jornal integralista Ação* (1936-1938), p. 212.

⁹⁶ SERRATTO, Edgar Bruno Franke. Estudos sobre o integralismo e seus momentos. In: XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA-ANPUH. *Anais...* São Leopoldo, 2007, p. 1-10. P. 4, 5.

⁹⁷ Digo isso no sentido de que, como não havia um capitalismo financeiro e industrial desenvolvido no Brasil, o integralismo não conseguiu fazer as alianças necessárias para deixar de ser um movimento e virar um regime.

⁹⁸ BARBOSA, Jefferson Rodrigues, *Sob a sombra do eixo: camisas-verdes e o jornal integralista Ação* (1936-1938), p. 220.

⁹⁹ “Os temas que atraem os fascistas de uma tradição [...] podem parecer [...] tolos a uma outra [...]. Os enevoados mitos nórdicos que emocionavam noruegueses e alemães soavam ridículos na Itália, onde o fascismo recorria principalmente a uma *romanità* ensolarada”. PAXTON, Robert O., *A anatomia do fascismo*, p. 76.

¹⁰⁰ Paxton analisa a ascensão do fascismo em cinco estágios: o surgimento do movimento, seu enraizamento na sociedade, a conquista do poder, o exercício do poder e o dilema entre a radicalização e a entropia. Ver: PAXTON, Robert O. *A anatomia do fascismo*. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

¹⁰¹ FELICE, Renzo de citado por BARBOSA, Jefferson Rodrigues, *Sob a sombra do eixo: camisas-verdes e o jornal integralista Ação* (1936-1938), p. 197.

¹⁰² GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a política e o estado moderno*. 5.edição. Tradução de Luiz Mário Gazzaneo. Rio de Janeiro: 1984, p. 51.

Brasil, o fascismo foi apropriado e ressignificado. Em um país no qual “a modernização capitalista impunha mudanças nos padrões sociais”, e os atores sociais viam seus papéis sociais redefinidos “pelas mudanças na estabilidade das elites tradicionais, pela conquista de um espaço político [...] pelas camadas médias urbanas, e pela expansão da burocracia e o desenvolvimento da indústria”¹⁰³, o fascismo acabou servindo aos interesses das camadas médias urbanas que estavam “órfãs” das oligarquias agrário-exportadoras e reagiam às transformações sociais e econômicas. A AIB foi um dos muitos “empreendimentos de salvação” aos quais muitos intelectuais recorreram ao perceberem que a derrota da ordem oligárquica à qual serviam era irreversível¹⁰⁴.

Uma vez no Brasil, o fascismo também foi influenciado pelo pensamento nacionalista e autoritário em voga durante a Primeira República. No integralismo, “elementos comparáveis, no que tange a aspectos da ideologia, de projeto político, organização do Estado e características estéticas, com seus congêneres europeus são inegáveis”. Isso, porém, não impede que dentro do sistema ideológico integralista estejam “fundamentados elementos que já estavam no debate intelectual nacional”¹⁰⁵. Em vez de usar esses fatos como argumento para retirar do integralismo a alcunha de fascismo, preferimos pensá-los como variações dentro do fascismo. Felipe Cazetta nega ao integralismo a alcunha de fascismo, enfatizando seu compromisso com instituições tradicionais, como a Igreja Católica, e alegando que, diferente do nacional-socialismo, no integralismo é importante “o apelo à figura divina para se combater o comunismo e o liberalismo, ao passo que no fascismo e no nazismo a religião deve primeiro fortalecer o culto à nação.”¹⁰⁶

Entretanto, por mais que importantes intelectuais católicos se mostrassem simpáticos ao integralismo, a relação AIB-Igreja foi marcada por atritos. Segundo Max Weber, a política é uma das muitas esferas que entraram em conflito com as chamadas “religiões de salvação”. A ideia de uma divindade universal e amorosa trouxe à tona as tensões entre a política e a religião, uma vez que as pretensões estatais ao monopólio legítimo do uso da força e a defesa da violência contra ameaças externas e internas se chocavam com as concepções religiosas, afastando-se assim da fraternidade que as religiões de salvação pregam¹⁰⁷. Ao recorrer “a uma proposta de sociedade em que a própria utopia moderna de ordem e controle seja recuperada”¹⁰⁸, instituindo o partido único e a centralização do poder, o integralismo acabou sendo protagonista desse choque inevitável que Max Weber previu. O bispo Dom Gastão

¹⁰³ BARBOSA, Jefferson Rodrigues, *Sob a sombra do eixo: camisas-verdes e o jornal integralista Ação* (1936-1938), p. 43.

¹⁰⁴ MICELI, Sérgio. Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945), p. 118, 119.

¹⁰⁵ BARBOSA, Jefferson Rodrigues, *Sob a sombra do eixo: camisas-verdes e o jornal integralista Ação* (1936-1938), p. 65.

¹⁰⁶ CAZETTA, Felipe Azevedo. *Integralismo e fascismos: exposições entre diferenças e semelhanças*. In: *Temporalidades* (Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG). P. 112-22, Belo Horizonte, volume 2, Nº 1, janeiro/julho 2010, p. 114.

¹⁰⁷ Ver: WEBER, Max. *Rejeições religiosas do mundo e suas direções*. In: _____. *Textos selecionados*. 3ª edição. Traduções de Maurício Tragtenberg ... [et al.]. São Paulo: Abril Cultural, 1985. 266p.

¹⁰⁸ CRUZ, Natália dos Reis. O diálogo entre o moderno e o antimoderno no discurso da Ação Integralista Brasileira. In: *Estudos Ibero-Americanos*, PUCRS, v. 37, n. 2, p. 196-214, jul./dez. 2011, p. 197-198.

Liberal Pinto denunciava a pretensão integralista de submeter a Igreja à política, afirmando que a Ação Católica já servia aos católicos interessados por política¹⁰⁹. Outro religioso da época, o padre Everardo Guilherme, condiciona o sucesso da AIB ao fato de ela não defender os interesses nacionais “com uma paixão ‘chauvinista’”, a exemplo do nacional-socialismo¹¹⁰.

Logo, o integralismo não foi um movimento autoritário de tipo tradicional. Diferente do integralismo lusitano e da Ação Imperial Patrionovista, por exemplo, o integralismo não propunha o retorno da monarquia. Apesar do apelo religioso, o integralismo não propôs um Estado confessional. As Diretrizes Integralistas de 1933 defendiam o “regime de concordata, sem perda de autonomia das partes [Igreja e Estado]”¹¹¹. Ademais, cremos que não se pode exagerar a “regressividade” do integralismo, tal como colocado por Chasin¹¹². A elite pensante do movimento integralista era composta por figuras que buscavam assegurar o espaço das camadas médias urbanas em uma sociedade marcada por transformações e pelo acirramento de conflitos que tais transformações traziam. Por isso é notável, no discurso integralista em geral e no discurso de Barroso em particular, essa tentativa de disciplinar capital e trabalho para viabilizar o rearranjo dessas camadas a essa nova configuração de forças¹¹³. Assim, “a restauração que [os integralistas] defendiam não era de um tipo de sociedade anterior, mas dos princípios que a regiam”¹¹⁴, não no sentido de frear a modernização, mas sim no sentido de discipliná-la, permitindo o rearranjo dessas camadas.

Toda ideia sofre alterações de país para país, e mesmo em um país ao longo do tempo. O comunismo chinês era distinto do comunismo soviético, que também diferia do comunismo cubano. Mas isso não nos impede de chamá-los de regimes comunistas¹¹⁵. É claro que, em se tratando do comunismo, por mais diversas que tenham sido as experiências, em maior ou menor grau todas elas sempre se apresentaram como tributárias do pensamento de Karl Marx. Porém, não há nenhum pensador a quem possamos atribuir primazia no fascismo¹¹⁶. Sendo assim, achamos a abordagem generalizante do fascismo mais pertinente do que aquelas que buscam restringir o fenômeno aos casos italiano e alemão ou apenas ao caso italiano. Faz-se necessário um termo genérico que dê conta da mais importante novidade do século XX: um movimento popular contra a esquerda e contra o individualismo liberal. Essa grande “novidade” do século XX se torna tanto mais importante quanto mais percebemos que, com a emergência do fascismo, “a esquerda deixava de ser o único recurso para os

¹⁰⁹ RAGO FILHO, Antônio. *A crítica romântica à miséria brasileira: o integralismo de Gustavo Barroso*, p. 213, 214.

¹¹⁰ GUILHERME, Everardo. *Solidarismo e os sistemas fascistas*. Rio de Janeiro: Editora ABC limitada, 1937, p. 75.

¹¹¹ SALGADO, Plínio. Diretrizes Integralistas. In: _____. *O integralismo perante a nação*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Livraria Clássica Brasileira, 1950, p. 38.

¹¹² Ver: CHASIN, Jose. *O integralismo de Plínio Salgado: forma de regressividade no capitalismo hiper-tardio*. 2. ed. Belo Horizonte: Una Editora; São Paulo: Estudos e Edições Ad Hominem, 1999. 640p.

¹¹³ CRUZ, Natália dos Reis. *O integralismo e a questão racial: a intolerância como princípio*, S/p.

¹¹⁴ _____. O diálogo entre o moderno e o antimoderno no discurso da Ação Integralista Brasileira, p. 204.

¹¹⁵ “The aspect of Communism changes according to whether it is practiced by Russians, Serbo-Croats, or Chinese; but we can study the theory of Communism and learn a good deal from it”. WEBER, Eugen, *Varieties of fascism*, p. 10.

¹¹⁶ Embora Georges Sorel, Charles Maurras, Leon de Poncins e Houston Stewart Chamberlain sejam frequentemente citados.

ofendidos e para aqueles inebriados por sonhos de mudança”¹¹⁷. O integralismo, assim como outros fascismos, respondia a uma crise generalizada, mas encarada em cada país de maneira diferente, já que ela se manifestou em cada país de maneira distinta. Tem-se, portanto, que:

[...] os movimentos autoritários do período compartilhavam um “fundo fascista”, composto pelos seguintes elementos: resolução da questão social e da expropriação capitalista através da colaboração entre as classes, e não da luta de classes; liquidação completa e absoluta da sociedade liberal e do homem liberal, ou seja, o indivíduo, criando-se um novo homem desprovido de interesses particulares e identificado com a doutrina; defesa de uma “revolução espiritual interior”, permitindo a elaboração desse “novo homem”. *Cada movimento de caráter fascista seleciona, combina e interpreta este “fundo” de modo peculiar, ocorrendo uma variação interna, não necessariamente uma divergência.*¹¹⁸ (Grifo nosso)

Conclusões

Como vimos, a desconstrução do antagonismo entre comunismo e capitalismo, a defesa da revolução espiritual, o antissemitismo, a valorização do homem do campo contra o cosmopolitismo e o desenraizamento representados pelo judeu e, acima de tudo, uma retórica anti-imperialista são traços marcantes nas obras de Gustavo Barroso e de Gottfried Feder. A fim de enfatizar a situação de submissão de seus países, os autores se valem de termos como “algemas”, “escravidão”, “servidão” e “colônia”. O nacional-socialismo e o integralismo são apresentados, pelos autores, como os únicos caminhos para salvar seus respectivos países dos seus opressores, uma vez que as demais agremiações políticas ou não seriam capazes de reconhecer esses opressores ou seriam cúmplices deles. Barroso viu, em Feder, uma fonte de inspiração para a luta anti-imperialista. A postura combativa frente à opressão do capital financeiro e em prol de uma economia moralizada alimentou o discurso integralista de Gustavo Barroso, pois ela estava afinada com os grandes debates do Brasil nos anos 1930.

Ambos os autores também concentram seus ataques sobre o capital financeiro e especulativo, hostilizando os grandes banqueiros, responsabilizando-os pela miséria de seus países e advogando uma função moralizadora para a economia, mas nunca colocando em xeque a propriedade privada. As duas obras atribuem ao judeu um papel de preponderância nas atividades levadas a cabo por esse capital financeiro – atividades essas que teriam como objetivo enfraquecer as nações extraindo delas suas riquezas. Também fica evidente, nos dois autores, uma grande hostilidade ao materialismo desenfreado ao qual o capitalismo judaico teria conduzido a humanidade. É o que os autores chamam de “mamonismo”: o culto ao dinheiro alçado à condição de objeto pelo qual todos se sacrificam. A solução que ambas propõem é uma revolução espiritual que partisse de cada indivíduo.

¹¹⁷ PAXTON, Robert, *A anatomia do fascismo*, p. 42, 46.

¹¹⁸ CRUZ, Natália dos Reis. *O integralismo e a questão racial: a intolerância como princípio*, p. 13.

Diferente, porém, de seu leitor brasileiro, Feder falava em nome de uma instituição que lutava pelo revigoramento de uma nação que havia se industrializado tardiamente e acabara de ser destruída em uma guerra de proporções nunca antes vistas. Por isso sua retórica era mais ofensiva, mostrando-se entusiasta da grande propriedade, da industrialização e da expansão imperialista a fim de que a Alemanha deixasse de ser um pária no cenário político europeu. Diferente da Alemanha, o Brasil dos anos 1930 não estava em um continente marcado por tensões étnicas, rivalidades nacionais e problemas fronteiriços. Assim, Barroso falava em nome de uma organização sem pretensões imperialistas e mais cautelosa em relação à industrialização e aos seus efeitos, colocando ênfase na defesa da pequena propriedade.

Recebido em: 25/07/2013

Aprovado em: 04/02/2014